

ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS

**O PENSAMENTO INATINGÍVEL:
DISCURSO, COGNIÇÃO E METÁFORAS EMERGENTES
DISTRIBUÍDAS**

Faculdade de Letras da UFMG

Belo Horizonte – MG

Março/2015

ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS

**O PENSAMENTO INATINGÍVEL:
DISCURSO, COGNIÇÃO E METÁFORAS EMERGENTES
DISTRIBUÍDAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística do texto e do discurso

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Renato de Mello

Faculdade de Letras da UFMG

Belo Horizonte – MG

Março/2015

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

M827p

Morais, Argus Romero Abreu de.

O pensamento inatingível [manuscrito] : discurso, cognição e metáforas emergentes distribuídas / Argus Romero Abreu de
Morais. – 2015.

249 f., enc.

Orientador: Renato de Mello.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 236-249.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Cognição – Teses. 3.
Metáfora – Teses. 4. Linguística – Teses. I. Mello, Renato de. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III.
Título.

CDD : 418



FOLHA DE APROVAÇÃO

O PENSAMENTO INATINGÍVEL: DISCURSO, COGNIÇÃO E METÁFORAS EMERGENTES DISTRIBUÍDAS

ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Linha E - Análise do Discurso.

Aprovada em 06 de março de 2015, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Renato de Mello - Orientador
UFMG

Prof(a). Paulo Roberto Gonçalves Segundo
USP

Prof(a). Wander Emediato de Souza
UFMG

Prof(a). Rony Peterson Gomes do Vale
UFV

Prof(a). Gláucia Muniz Proença Lara
UFMG

Belo Horizonte, 6 de março de 2015.

Aos meus irmãos, Max e Pablo.

Ao meu avô, João Pereira da Costa.
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

À Capes, pelo financiamento da pesquisa no Brasil e na França. Sem o apoio financeiro dessa instituição, não teria sido possível a dedicação exigida pela pesquisa;

Ao Poslin e a todos aqueles que nele trabalharam nos últimos quatro anos, pela eficiência e disponibilidade em todos os momentos em que necessitei de auxílio institucional;

Ao professor Renato, por ter aceitado o desafio, pela liberdade de pensamento e pelas leituras criteriosas;

À professora Pascale Delormas, pela forma como me recebeu na França, pela paciência e pelos diálogos acadêmicos proveitosos;

Aos membros da banca de arguição, por terem aceitado participar desse importante momento da minha vida acadêmica e por, com isso, me ajudarem a perceber as limitações e potencialidades do trabalho;

Aos meus pais, por terem me demonstrado a importância da educação;

Aos meus irmãos, Max e Pablo, e à minha namorada, Michele, por fazerem parte das condições de produção de sentido na/da minha vida.

Aos meus amigos, os quais, por efeitos de evidência, se sentirão contemplados neste enunciado vago e sem os quais não teria sido tão prazeroso vivenciar o mundo.

*E, sendo histórico, todo conceito se esgota no
tempo.*

Milton Santos

RESUMO

Comumente, entende-se que a epistemologia da Análise do Discurso Francesa (AD) é irreconciliável com os estudos da cognição humana. O presente trabalho pretende desconstruir essa perspectiva, realizando, para tanto, um triplo movimento: a) demonstrar que a cognição e os Sistemas Complexos funcionam como os “outros constitutivos” para a emergência de uma dada perspectiva do sujeito na AD; b) aproximar a AD do Realismo Experiencial e dos Sistemas Complexos, retomando a relação entre metáfora e pensamento em Lakoff e Johnson (1985) e a concepção de metáfora emergente em Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignam (2009); c) aproximar a perspectiva de pensamento na AD da teoria do Empirismo Cognitivo tal como desenvolvida por Auroux (1998). Desse modo, no primeiro capítulo deste trabalho, buscamos demonstrar que as discussões acerca da cognição e dos Sistemas Complexos estão presentes no quadro da AD desde a fundação deste domínio. No segundo capítulo, almejamos retomar, de forma sucinta, as críticas da AD aos estudos do Construtivismo piagetiano, do Gerativismo chomskyano, da tradição soviética dos estudos da linguagem e, por fim, da Teoria Semiolinguística. No terceiro capítulo, retomamos alguns dos textos considerados canônicos no âmbito da AD no intuito de discorrer sobre as potencialidades de uma revisão da sua tradição epistemológica que possa aproximá-la de alguns dos estudos atuais da cognição. No quarto capítulo, operamos uma dupla aproximação da AD: primeira, do Realismo Experiencial, em específico, no que diz respeito à possibilidade de aproximar a proposta de metáfora em Pêcheux (2009) e em Gadet e Pêcheux (2010) da tipologia da metáfora desenvolvida por Lakoff e Johnson (1985); segunda, das discussões acerca da metáfora emergente em Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignam (2009). No quinto capítulo, realizamos o diálogo da AD com a proposta da cognição externalizada em Auroux (1998). No sexto e último, desenvolvemos uma analogia com a “Língua inatingível” e a “Metáfora inatingível” de Gadet e Pêcheux (2010) para propor o “Pensamento inatingível” e as “metáforas emergentes distribuídas”. Para tanto, analisamos 36 enunciados publicados em redes sociais da internet no período de 2010 a 2014 com o fito de avaliar a construção e reprodução dos imaginários sobre a região Nordeste do Brasil.

RÉSUMÉ

Généralement, on entend que l'épistémologie de l'Analyse du Discours Française (AD) est irréconciliable avec les études de la cognition humaine. Notre thèse vise à déconstruire cette approche à travers un triple mouvement: a) démontrer que la cognition et les Systèmes Complexes fonctionnent comme les « autres constitutives » pour l'émergence d'une certaine perspective du sujet dans l'AD; b) rapprocher l'AD du Réalisme Expérientiel et des Systèmes Complexes à partir de la relation entre la métaphore et la pensée chez Lakoff et Johnson (1985) et la conception de la Métaphore Émergente chez Cameron et Larsen-Freeman (2007) et chez Cameron et Deignam (2009); c) rapprocher la perspective de la pensée dans l'AD de la Théorie du Empirisme Cognitive comme développée chez Auroux (1998). Ainsi, dans le premier chapitre de ce travail, nous démontrons que les discussions sur la cognition et sur les Systèmes Complexes sont présentes dans l'AD depuis sa fondation comme champ d'études. Dans le deuxième chapitre, nous visons à reprendre, brièvement, les critiques de l'AD sur le Constructivisme de Piaget, le Générativisme de Chomsky, la tradition soviétique des études du langage et, enfin, la Théorie Semiolinguistique. Dans le troisième chapitre, nous nous appuyons sur quelques textes considérés canoniques dans l'épistémologie de l'AD afin de discuter de la possibilité de rapprocher cette tradition épistémologique de certaines études actuelles de la cognition. Dans le quatrième chapitre, nous exploitons un double approche de l'AD: tout d'abord, du Réalisme Expérientiel, en particulier en ce qui concerne la possibilité de rapprocher la métaphore proposée chez Pêcheux (2009) et Gadet et Pêcheux (2010) de la typologie développée par Lakoff et Johnson (1985); second, des discussions sur la Métaphore Émergente chez Cameron et Larsen-Freeman (2007) et Cameron et Deignam (2009). Dans le cinquième chapitre, nous avons mené le dialogue de l'AD avec la proposition de la cognition externalisée chez Auroux (1998). Dans le sixième et dernier, nous avons développé une analogie avec la « Langue introuvable » et la « Métaphore introuvable » de Gadet et Pêcheux (2010) pour proposer la "Pensée Introuvable » et les « Métaphores Émergentes Distribuées ». Pour cela, nous avons analysé 36 publications sur quelques réseaux sociaux de l'Internet dans la période de 2010 à 2014 dans le but d'évaluer la construction et la reproduction des imaginaires sur la région Nordeste du Brésil.

ABSTRACT

Commonly, it is understood that the French Discourse Analysis (AD) epistemology is irreconcilable with the studies of human cognition. This thesis aims at deconstructing this approach with a triple movement: a) to demonstrate that the cognition and the Complex Systems work as the "constitutive others" for the emergence of a specific perspective in AD of the subject; b) to approach the AD to the Experiential Realism and Complex Systems, in special to the metaphor and thought conception in Lakoff and Johnson (1985) and to the Emergent Metaphor in Cameron and Larsen-Freeman (2007) and Cameron and Deignam (2009); c) to approach the thought perspective in AD to the Empiricism Cognitive Theory as developed by Auroux (1998). Thus, in the first chapter of this thesis, we demonstrate that the discussions about the cognition are present in the context of AD since its foundation. In the second chapter, we return, briefly, to the criticism from AD to wards Piaget's Constructivism, Chomsky's Generativism, the Soviet language studies tradition and, finally, the Semi-linguistic Theory. In the third chapter, we resume some of the texts considered canonical in the AD epistemology in order to discuss the potentiality for a review of their tradition so as to approach the perspective of discourse as radical historicity to some of the current studies of cognition. In the fourth chapter, we operate a dual approach of AD: first, to the Experiential Realism, in particular between the metaphor perspective in Pêcheux (2009) and Gadet and Pêcheux (2010) and the metaphor typology developed by Lakoff and Johnson (1985); secondly, to the discussions about the Emergent Metaphor in Cameron and Larsen-Freeman (2007) and Cameron and Deignam (2009). In the fifth chapter, we conducted the AD's dialogue with the proposal of external cognitive structures in Auroux (1998). In the sixth and last chapter, we developed an analogy with the "Unattainable Language" and the "unattainable metaphor" of Gadet and Pêcheux (2010) to propose the "unattainable Thought" and "Emergent Distributed Metaphors". Therefore, we analyzed 36 published statements on social internet networks in the period 2010-2014 with the aim of evaluating the construction and reproduction of imaginaries about the Nordeste of Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – OLHANDO O OLHAR DE QUEM OLHA: AS DEMANDAS DA PESQUISA	19
1.1 Pensar o discurso no “século do cérebro”	19
1.2 Cognição e Sistemas Complexos na Análise do Discurso	27
1.3 O “fazer discursivo”	39
1.4 O discurso como historicidade radical	46
1.5 A interdisciplinaridade no/do discurso	49
CAPÍTULO II – DO SUJEITO DE DIFERENTES PRÁTICAS ÀS PRÁTICAS DE DIFERENTES SUJEITOS	54
2.1 O sujeito reconstrói o mundo em si: crítica à Epistemologia Genética	54
2.2 O algoritmo é o sujeito: crítica ao Gerativismo	59
2.3 O indivíduo e a história: crítica à tradição soviética dos estudos da linguagem ...	64
2.4 Justapor liberdade e coação, discurso e comunicação: crítica à tendência pragmática dos Estudos do Discurso	77
2.5 Experiência e discurso: o indivíduo não é o sujeito	86
CAPÍTULO III – (RE)LER PARA (RE)VER: POSSIBILIDADES NA TRADIÇÃO DISCURSIVA	100
3.1 O pensamento humano como necessidade pensada	100
3.2 A competência como sistema de restrição do discurso	105
3.3 O verbo “ser” como metalinguagem	110
3.4 Pensamento, metalinguagem e sistemas de restrição do discurso	119

CAPÍTULO IV – A METÁFORA INATINGÍVEL: ANÁLISE DO DISCURSO, REALISMO EXPERENCIAL E SISTEMAS COMPLEXOS	125
4.1 Metáfora e metonímia	125
4.2 Metáfora e emergência	130
4.3. Metáfora e memória	139
4.4 Metáfora e axiologias	151
CAPÍTULO V – SUPERAR O SUJEITO CARTESIANO, RECUPERAR A COGNIÇÃO: ANÁLISE DO DISCURSO E COGNIÇÃO DISTRIBUÍDA	160
5.1 Não há interior sem interiorização: os fundamentos da cognição distribuída	160
5.2 Ferramentas linguísticas e subdeterminação gramatical	164
5.3 Criatividade histórica e conjectura sociológica	170
5.4 A linguagem humana como sistema real, simbólico e imaginário	173
CAPÍTULO VI – O PENSAMENTO INATINGÍVEL	181
6.1 A metáfora como elo possível entre discurso e cognição	181
6.2 As metáforas emergentes distribuídas	184
6.3 A emergência do significante “Nordeste” como espaço imaginado no Brasil	187
6.4 “Ser nordestino é...”: metáforas emergentes distribuídas, redes sociais e estereotípi regional no Brasil	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS	236
SITES CONSULTADOS	247

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de quatro anos de investidas teóricas sobre um tema considerado, por vezes, polêmico, como é caso da relação entre o discurso e a cognição no âmbito da Análise do Discurso francesa, doravante AD. Comumente, entende-se que a epistemologia dessa área do conhecimento é irreconciliável com os estudos da cognição humana, haja vista que o foco de análise daquela estaria na relação entre língua e história na conformação dos saberes, não privilegiando, portanto, as discussões que tratam da aprendizagem e das estruturas cognitivas humanas. Não obstante, entendemos haver uma lacuna teórica nas teorias do discurso que se pautam no pressuposto da historicidade radical, como é o caso da AD, qual seja: se o sujeito é descentrado, como ele aprende? Para responder tal questão, torna-se necessário avançar, para além da relação entre Língua e História, sobre os estudos das Ciências da Cognição, os quais estão permeados por diferentes áreas do saber, entre elas, a Psicologia, a Neurociência e a Linguística Cognitiva.

Supostamente, as discussões realizadas pela geração de acadêmicos franceses que ficara conhecida por defender a “morte do sujeito” teriam afastado a AD dos estudos da cognição humana. Tendo-se firmado essa crença, não raras vezes, encontramos analistas do discurso que caracterizam a teoria do discurso de base epistemológica althusseriana como “atrasada”, “anacrônica”, “estruturalista” e “reducionista”, pois, teoricamente, retiraria o sujeito de cena para apagá-lo em meio às estruturas históricas externas que falam em seu lugar. O termo “assujeitamento do sujeito” virou uma espécie de “jargão” definidor dessa perspectiva e faz com que alguns dos novos estudiosos do discurso prescindam da própria leitura dos autores “negados” para chegar às conclusões da defasagem teórica, analítica e epistemológica dos mesmos.

Este estudo pretende desconstruir essa perspectiva, realizando, para tanto, um triplo movimento: a) demonstrar que os processos cognitivos e os Sistemas Complexos funcionam como os “outros constitutivos” para a emergência de uma dada perspectiva do sujeito, a “posição-sujeito”; b) aproximar a AD, a um só passo, do Realismo Experiencial e dos Sistemas Complexos, retomando a relação entre metáfora e pensamento em Lakoff e Johnson (1985) e a concepção de metáfora emergente em Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignan (2009); c) aproximar a perspectiva de pensamento na AD da teoria do Empirismo Cognitivo tal como desenvolvida por Auroux (1998).

Curiosamente, as discussões desenvolvidas por autores como Pêcheux (2009), acerca do pensamento humano, e de Maingueneau (2007), a respeito da competência discursiva, não

foram significativamente reaproveitadas em trabalhos posteriores. Nesse sentido, o “postulado do descentramento do sujeito” parece ter se tornado uma espécie de axioma, limitando, por consequência, uma (re)leitura da tradição discursiva que pudesse aproximar a AD dos estudos da cognição que buscam superar a concepção cartesiana ou substancialista da mente, logo, do sujeito.

A partir da década de 1980, os avanços nos estudos da linguagem ordinária se configuraram como um passo fundamental na tentativa de se entender o ser humano em sua complexidade, ou seja, nas suas relações reais, envolvendo as diferentes influências de diversos aspectos da vida social nas análises, tais como: históricos, econômicos, políticos, sociais, cognitivos, linguísticos, etc. Todavia, se as abordagens vinculadas aos estudos da cognição parecem ter avançado em direção às análises históricas da conformação dos sujeitos, ao que parece, aquelas fundadas na historicidade não obtiveram o mesmo êxito em se aproximar dos estudos da cognição no intuito de contribuir para esse campo de pesquisa. Segundo entendemos, essa aproximação é fundamental para a superação de algumas dicotomias, dentre elas, das clássicas dualidades que opõem sociedade e indivíduo e corpo e mente.

Ao contrário do que se possa pensar, essas discussões estão presentes em boa parte dos trabalhos canônicos que fundamentam a epistemologia da AD. Entre eles podemos citar a proposta de Althusser (1978b; 1980a) de sustentar, na relação entre ideologia e imaginário, a constituição simbólica do real humano; os estudos realizados por Foucault (2002; 2008) no intuito de propor os conceitos de “formação e prática discursivas” em oposição ao de sujeito psicológico; as reflexões de Pêcheux (2009) e de Henry (1992) acerca do real necessário e do real pensado na conformação do pensamento humano. Podemos elencar, ademais, as críticas de Gadet e Pêcheux (2010) a autores como Piaget, Chomsky, Vigotski e Lakoff; a consolidação da categoria de memória discursiva em Courtine (1981); a definição de uma competência discursiva em Maingueneau (2007) e, por fim, a proposta de uma modulação do sujeito em Orlandi (2009).

A nosso ver, a não retomada desses raciocínios em torno de uma contínua teorização da relação entre o discurso e a cognição na AD faz com que os usos de termos como “aquisição”, “categorização”, “aprendizagem”, “pensamento” e “interpretação”, apenas para citarmos alguns, possam soar contraditórios, pois eles parecem ser oriundos de domínios teóricos ancorados em epistemologias contraditórias em relação a uma teoria do discurso que define seus conceitos pelo pressuposto da historicidade radical. A ausência de verbetes para qualquer um desses termos no Dicionário de Análise do Discurso, organizado por

Maingueneau e Charaudeau (2004), demonstra que a relação entre a AD e as Ciências da Cognição ainda parece funcionar como um tabu teórico, decorrente da associação automática entre cognição, cartesianismo e sujeito psicológico.

Como pretendemos demonstrar, esse equívoco dificulta a releitura das obras canônicas através das reflexões apontadas acima e, por consequência, do fomento às pesquisas que possam tomar por foco os constantes diálogos críticos entre tais autores e aqueles estudos considerados como pertencentes a domínios concorrentes da AD na definição do que se consolidara como o “sujeito descentrado”. É preciso revisitar não apenas as propostas da AD, mas também as questões que procura responder. Com isso, poder-se-á retomar a teoria no âmbito das respostas possíveis às demandas atuais, propondo, a um só passo, realizar críticas e sugerir novas categorias, sem, contudo, prescindir da coerência epistemológica desse campo do saber.

Segundo Zizek (2010), ao nos depararmos com os autores clássicos, não devemos nos perguntar se eles dariam conta das questões da atualidade, mas, sim, como eles as avaliariam. Os clássicos nunca são anacrônicos, são apenas limitados pelo seu tempo e, portanto, pelas condições históricas que tornam possível a própria emergência das suas obras. Por outro lado, como afirma Nietzsche (1957), não se deve transformar os “mestres” em estátuas a serem adoradas, como se os seus trabalhos fossem irretocáveis. É necessário relê-los e transformá-los de acordo com as necessidades do objeto, retomando as suas questões e as suas contribuições através da formulação de novos problemas. “Novos tempos” possibilitam “novos significados” ao conhecimento produzido, isto é, aos já-ditos.

Desse modo, no primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “Olhando o olhar de quem olha: as demandas da pesquisa”, buscamos demonstrar que as discussões acerca da cognição estão presentes no quadro da AD desde a sua fundação, momento no qual se discute sobre a determinação histórica do pensamento humano. Para tanto, fizemos um breve percurso teórico sobre o que chamamos de “século do cérebro”, sobre o fazer discursivo, sobre a definição de discurso em uma dada tradição epistemológica francesa e, por fim, sobre a interdisciplinaridade constitutiva e desejada no escopo discursivo.

No segundo capítulo, “Do sujeito de diferentes práticas às práticas de diferentes sujeitos”, retomamos, de forma sucinta, as críticas da AD aos estudos da Epistemologia Genética piagetiana, do Gerativismo chomskyano, da tradição soviética dos estudos da linguagem e, por fim, da tendência pragmática dos estudos do discurso na atualidade. Cada uma dessas análises necessitaria de trabalhos independentes e mais aprofundados. Em vista disso, no desenvolvimento das três primeiras seções, tomamos como norte as críticas tecidas

por Gadet e Pêcheux (2010) a essas correntes teóricas. Na quarta seção, desenvolvemos uma abordagem própria acerca da Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2008a; 2008b) e da abordagem discursiva de Maingueneau (2002), almejando demonstrar os problemas existentes na forma como justapõem liberdade e coação, no caso do primeiro, e discurso e comunicação, no caso do segundo, na conformação dos sujeitos. Finalizamos o capítulo com a retomada das discussões da tradição epistemológica da AD para fundamentar a diferença existente entre indivíduo e sujeito a partir do conceito de experiência discursiva, desenvolvido, especialmente, em Henry (1992).

No terceiro capítulo, “(Re)ler para (re)ver: possibilidades na tradição discursiva”, retomamos alguns dos textos considerados canônicos no âmbito da AD no intuito de discorrer sobre as potencialidades de uma revisão da tradição que aproxime a perspectiva do discurso como historicidade radical de alguns dos estudos atuais da cognição, notadamente, daqueles que se propõem a colocar em xeque o que se convencionou chamar de sujeito cartesiano. Não se trata, evidentemente, de propor uma nova tradição, mas de retomar algumas das reflexões realizadas por autores como Pêcheux (2009), Maingueneau (2007) e Orlandi (2009) acerca da linguagem, do pensamento e do sujeito para avaliar as potencialidades dos diálogos desejados.

No propósito de contornar as “dissidências teóricas” entre esses autores, centrar-nos-emos nos pressupostos epistemológicos que instituem certa coerência entre as suas abordagens, isto é, uma teoria do discurso calcada na “historicidade radical”. Pretendemos, assim, definir os pilares teóricos que regem a nossa pesquisa e aprofundar as discussões a respeito das demandas crescentes para que a AD contribua para os estudos da cognição. Essa aproximação pode contribuir para redefinir o papel desse domínio em relação às pesquisas sobre o cérebro no século XXI, considerando-se a constante necessidade de se refletir sobre as suas práticas de pesquisa através de releituras da própria tradição.

Se os três primeiros capítulos funcionam como uma espécie de estado da arte da AD, os dois capítulos seguintes são destinados ao diálogo epistemológico que fundamenta as nossas propostas de “Pensamento inatingível” e de “metáforas emergentes distribuídas”, frutos da aproximação entre AD, Realismo Experiencial, Sistemas Complexos e Empirismo Cognitivo. Nesse intuito, no quarto capítulo, “A metáfora inatingível: Análise do Discurso, Realismo Experiencial e Sistemas Complexos”, operamos uma dupla aproximação da AD: primeira, do Realismo Experiencial, em específico no que diz respeito à possibilidade de aproximar a proposta de metáfora em Pêcheux (2009) e em Gadet e Pêcheux (2010) da tipologia da metáfora desenvolvida por Lakoff e Johnson (1985); segunda, das discussões

acerca da metáfora emergente em Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignam (2009).

Desenvolvemos esse diálogo teórico-epistemológico nos ancorando no raciocínio desenvolvido por Paveau (2006) acerca da metáfora discursiva em Gadet e Pêcheux (2010) e a sua proximidade com a Teoria da Metáfora Conceitual desenvolvida por Lakoff e Johnson (1985), no quadro do Realismo Experiencial. Segundo Paveau (2006), o conceito de metáfora tem se tornado central desde a década de 1980 para a revisão teórica de algumas ponderações sobre a linguagem, pondo em xeque os fundamentos que visualizavam a existência de uma linguagem extraordinária em oposição a uma linguagem ordinária. Para a autora, nesse mesmo período, os lançamentos de “A língua inatingível”, de Gadet e Pêcheux (2010), e de “Metáforas da vida cotidiana”, de Lakoff e Johnson (1985), demonstram uma impressionante semelhança no que concerne ao estudo da metáfora, possibilitando a nossa discussão acerca dessa categoria como elo possível entre o discurso e a cognição, da sua relação com os Sistemas Complexos e da sua importância para pensar as axiologias discursivas.

Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignam (2009), ao incorporarem os Sistemas Complexos à Teoria da Metáfora Conceitual de Lakoff e Johnson (1985), buscam avaliar tal fenômeno por meio de uma abordagem que a defina como emergência semi-estável, fruto da interação entre os sujeitos. Não obstante, a proposta da metáfora emergente de Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignam (2009) é devedora de um arcabouço teórico pragmático, conflitando com a concepção de sujeito à luz da AD. Em vista disso, operamos um deslocamento da perspectiva de intersubjetividade das autoras através da tradição discursiva adotada, em especial no que concerne à releitura da abordagem althusseriana da ideologia desenvolvida por Hall (2003) no âmbito dos Sistemas Complexos. Isso nos possibilita considerar a metáfora emergente condizente, a um só tempo, com a perspectiva ideológica da AD e com a perspectiva dos Sistemas Complexos.

O quinto capítulo, intitulado “Superar o sujeito cartesiano, recuperar a cognição: Análise do Discurso e Cognição Distribuída”, é destinado ao diálogo da AD com a proposta de Empirismo Cognitivo de Aurox (1998), que tem por pressuposto central a existência do “externalismo cognitivo”. Consoante Aurox (1998, p. 297), “a tese última do externalismo é que o próprio pensamento é de essência histórica e empírica”, tese que, segundo pensamos, é bastante semelhante à proposta da AD que sustenta a determinação histórica do pensamento e da linguagem, notadamente, a subordinação do pensamento humano (domínios de pensamento) à exterioridade da história (PÊCHEUX, 2009) e a submissão da competência discursiva ao exterior (inter)discursivo (MAINGUENEAU, 2007). Nesse viés, retomamos os

conceitos de “ferramentas linguísticas”, de “subdeterminação gramatical”, de “criatividade histórica” e de “conjectura sociológica” desenvolvidos por Auroux (1998) para que, da aproximação entre esses domínios, possamos nos apoiar em uma perspectiva de linguagem humana como um sistema real, simbólico e imaginário.

No sexto e último capítulo, desenvolvemos uma analogia com a “Língua inatingível” e a “Metáfora inatingível” de Gadet e Pêcheux (2010) para propor o “Pensamento inatingível” e as “metáforas emergentes distribuídas”. Para Pêcheux (2009) e Gadet e Pêcheux (2010), não há um interior sem exterior na mesma medida em que, para Auroux (1998), não há interior sem interiorização. Para nós, não há uma aquisição em si, no sentido de estocagem de conhecimentos em um sistema representacional hermético, mas uma fixação semi-estável de estruturas discursivas que apontam, necessariamente, para o exterior do próprio pensamento, o que implica uma relativa opacidade decorrente das falhas e desencontros da linguagem consigo mesma no sujeito.

Nesse viés, cada dizer adquire sentido pela relação constituinte entre o dito e o não-dito, os quais são estruturados por relações metafóricas. Cada léxico está em relação com o discurso, no qual outros léxicos estão em relação histórica de sinonímia e antonímia (formação discursiva). Dessa relação de sinonímia, atribui-se valores aos ditos (axiologias). Essas cadeias enunciativas, ou associações conotativas, como chama Hall (2003), são as responsáveis pela atribuição de sentido a um dado enunciado, de modo que a sua emergência ocorre como prática discursiva em meio às possibilidades históricas envolvidas em uma dada situação enunciativa.

Entendendo que o pensamento humano (I) é determinado e organizado externamente, como demonstram Pêcheux (2009) e Auroux (1998), (II) que o sujeito é capaz de internalizar formas discursivas simplificadas que o tornam competente para produzir e interpretar enunciados (MAINGUENEAU, 2007), (III) que o pensamento se organiza por meio de estruturas metafóricas, como afirmam Gadet e Pêcheux (2010) e Lakoff e Johnson (1985), (IV) que a metáfora é uma propriedade emergente típica dos Sistemas Complexos, como nos ensinam Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignan (2009), esperamos consolidar a hipótese de que o pensamento humano é determinado externamente pela internalização de sistemas de restrição do discurso (como é o caso das marcas de metalinguagem de Orlandi (2009)) emergentes das/nas interações entre os sujeitos e o ambiente e distribuídos externamente em ferramentas linguístico-cognitivas (documentos impressos, artefatos tecnológicos, imagens, etc.).

Para tanto, propomos a categoria de “metáforas emergentes distribuídas”, as quais implicam, de forma específica, que: a) o pensamento humano se organiza metaforicamente e é determinado externamente pela transformação da necessidade real em necessidade pensada (PÊCHEUX, 2009); b) as marcas de metalinguagem “X é ...” (ORLANDI, 2009) funcionam como sistemas de restrição discursivos/semânticos não-biunívocos que tornam os indivíduos competentes para produzir e interpretar inúmeros enunciados dentro de uma mesma formação discursiva em situações reais de interação (MAINGUENEAU, 2007); c) a internalização das marcas de metalinguagem (ORLANDI, 2009) decorre da interação dos sujeitos entre si e destes com o ambiente (AUROUX, 1998), possibilitada pelo funcionamento de um “processo geral de linguagem” (PÊCHEUX; GADET 2011a) que possibilita o pensamento enquanto necessidade determinada por estruturas discursivas externas aos sujeitos (PÊCHEUX, 2009); e d) a interação entre os sujeitos em uma dada prática discursiva (FOUCAULT, 2008; MAINGUENEAU, 2007; PÊCHEUX, 2009) ocorre por meio dos usos de distintas ferramentas linguístico-cognitivas (AUROUX, 1998) e pela produção de metáforas emergentes (CAMERON e LARSEN-FREEMAN, 2007; CAMERON e DEIGNAM, 2009) materializadas na/pela linguagem como formas discursivas ideológicas (HALL, 2003; ORLANDI, 2009; PÊCHEUX, 2009) que se (re)atualizam e (re)estabilizam na/pela memória discursiva (PÊCHEUX, 2010c; COURTINE, 1981).

Nesse intuito, analisamos 36 enunciados publicados em redes sociais da internet, no período de outubro de 2010 a outubro de 2014, veiculados nas seguintes condições de produção: (I) o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, em outubro de 2010; (II) a desclassificação da equipe de futebol do Flamengo pela equipe do Ceará na Copa do Brasil, em maio de 2011, (III) o evento que ficou conhecido como “Apagão no Nordeste”, em outubro de 2012, (IV) as “Manifestações de Junho de 2013” e, por fim, (V) o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, em outubro de 2014. Através dos enunciados, pretendemos avaliar a conformação das imagens do “eu” e do “outro” nas metáforas (I) Ser nordestino ↔ ser parasita; (II) Bolsa-Família ↔ parasitismo social; (III) Não-nordestino ↔ ser humano superior; (IV) Ser cidadão ↔ indivíduo política e economicamente produtivo, com o objetivo de avaliar a emergência do significante “Nordeste” como espaço imaginado no Brasil atual.

A dimensão assumida pelo discurso regionalista (e separatista) no contexto brasileiro recente chamou a nossa atenção, impulsionando-nos, com isso, a analisá-lo por meio de um viés cognitivo-discursivo. Tal *corpus*, segundo pensamos, possibilita avaliar de forma privilegiada a interface entre categorização cognitiva metafórica e estruturas históricas

discursivas. A difusão massificada desses imaginários, tão arraigados na estruturação social brasileira, nos tempos atuais permite entrever como se conformam alguns dos nossos padrões identitários mais fundamentais, tais como o de pertença regional, o qual se ancora, como veremos, na interface entre aspectos políticos, econômicos, morais, étnicos e estéticos.

CAPÍTULO I – OLHANDO O OLHAR DE QUEM OLHA: AS DEMANDAS DA PESQUISA

1.1 Pensar o discurso no “século do cérebro”

*Como um **eu penso** pode ocorrer a **isto** que indica e descreve, após o frenologista, o fisiologista de hoje, a **isto**, seu cérebro?*

Georges Canguilhem

Segundo O’Shea (2010, p. 9), “o problema científico mais desafiador do século XXI é nada menos que explicar como o cérebro funciona em termos puramente materiais”. Isso significa que os neurocientistas têm buscado desvendar os mistérios do cérebro humano de acordo com os pressupostos “puramente científicos”, almejando descrever as leis da natureza e eliminando qualquer resquício que possa existir do postulado dualista cartesiano. Para Descartes, o ser humano seria composto por duas substâncias diferentes, uma material (*res extensa*), referente ao corpo humano, e uma imaterial (*res cogitans*), referente à mente humana (DUTRA, 2013).

Durante o século XX, com os avanços das pesquisas relacionadas ao cérebro, o dualismo cartesiano se tornou cada vez mais relegado ao âmbito das religiões (as quais, em geral, sustentam a existência de uma alma independente do corpo), sendo, por vezes, considerado anacrônico e não produtivo para as pesquisas que buscam avaliar os mecanismos, funcionamentos e características do cérebro e do corpo humano no quadro de hipóteses explicativas materialistas, incidindo, direta e indiretamente, nos estudos da mente humana (DUTRA, 2013).

De acordo com Dutra (2013), na Filosofia Ocidental, a relação entre corpo e mente pode se apresentar de diferentes maneiras, dentre elas, a que supõe a possibilidade de redução dos processos mentais aos processos cerebrais (reducionismo monista) e a que, apesar de compreender a inter-relação necessária entre ambas as instâncias, não reduz uma à outra, opondo-se, portanto, à redução da mente aos processos cerebrais (dualismo de propriedades). No primeiro caso, vinculado a um cientificismo radical, entende-se que a descrição dos fenômenos físico-químicos do cérebro pode levar à explicação dos estados mentais, haja vista que ambos seriam da mesma ordem de complexidade, logo, redutíveis um ao outro. No segundo caso, diferentemente disso, supõe-se a existência de uma causalidade de uma instância sobre a outra, a qual demonstra a interdependência necessária entre ambas, embora sejam

irredutíveis entre si, pois não se referem à mesma ordem de complexidade. Para Dutra (2013, p. 638. Grifos do autor):

No caso das realidades mentais, de forma mais específica, a emergência tem sido evocada para lidar com a questão da relação corpo-mente. A concepção metafísica com maior respeitabilidade científica hoje, digamos, é aquela que podemos denominar de *fisicalista* ou *materialista*. Segundo ela, qualquer que seja o entendimento que tenhamos dos eventos mentais e da mente humana, isso deve ser compatível com a ideia de que não existe nada no mundo que possa ser apontado como um *estofa espiritual, mental* etc., ou seja, qualquer coisa que não seja de natureza material e cujo comportamento básico (por exemplo, o movimento) não possa ser descrito por meio de leis pertencentes às ciências físicas.

Nesse sentido, podemos entender que o “desafio do século” aventado por O’Shea (2010), para quem se deve explicar o cérebro em “termos puramente materiais”, é condizente com o pressuposto fisicalista/materialista de que “tudo que há é matéria” (DUTRA, 2013, p. 642). Portanto, os eventos mentais não acrescentam nada ao mundo que não seja materialmente explicável, pois, além de pertencerem à realidade física do mesmo, emergem da sua relação necessária com ele. Para Dutra (2013), isso não implica, todavia, que os processos mentais devam ser explicados pela sua redução aos processos cerebrais, tal como sustentam os pesquisadores do monismo reducionista, perspectiva à qual O’Shea (2010) parece estar vinculado.

Consoante Dutra (2013), se os pressupostos fisicalistas são indispensáveis à abordagem científica, isso não deve representar, no entanto, que haja apenas a alternativa reducionista como opção para os estudos do cérebro-mente. Por um lado, sua abordagem se baseia no monismo metafísico, por outro, sustenta a existência de um pluralismo ontológico emergentista, segundo o qual se deve reconhecer a irredutibilidade dos eventos mentais e das instituições sociais, ou seja, das entidades psicológicas e sociais, ao cérebro humano. No seu entendimento, existem, pelo menos, três instâncias irredutíveis entre si em uma escala ascendente que vai do micro ao macro, quais sejam: o cérebro (nível físico-químico), a mente (nível do pensamento dos/nos indivíduos) e as instituições (nível das organizações sociais).

Embora com relativa independência, os níveis “mental” e “institucional” estão em relação de progressiva dependência do “cerebral”, pois as suas existências só se tornam possíveis caso haja este terceiro. Da mesma forma, o inverso é verdadeiro, na medida em que os fenômenos cerebrais humanos parecem estar condicionados à existência da mente e das instituições, o que implica que o “cerebral” também está em relação de dependência progressiva e de relativa independência dos dois primeiros, revelando um processo retroativo de causalidade. A relação entre cérebro, mente e instituição é, portanto, devedora de um duplo

processo de causalidade não-linear, qual seja, o de causação ascendente e o de causação descendente, e pode ser descrita da seguinte forma: fenômenos cerebrais ↔ eventos mentais ↔ organizações institucionais (DUTRA, 2013).

Dutra (2013) incorpora ao pensamento filosófico (e científico) aquilo que Morin (2011) chama de “pensamento complexo”, em oposição ao “pensamento simples” das visões científicas reducionistas que se propõem “dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples que a eles obedecem” (MORIN, 2011, p. 5). Para Morin (2011), o pensamento reducionista extremo é representado pelas pesquisas que buscam reduzir os diferentes níveis de complexidade dos processos mentais e institucionais ao funcionamento neurofisiológico do cérebro. A essas tentativas, Auroux (1998) atribui a existência de uma espécie de “epistemologia preguiçosa”, tal como aquela encontrada, segundo o próprio autor, nas premissas do Gerativismo chomskyano.

A ideia de “plenipotência do cérebro” em alguns dos estudos das Ciências da Cognição parece contribuir para a consolidação de uma perspectiva cada vez mais materialista do mundo, não no sentido que Pêcheux (2009) sugere no âmbito da AD, atrelado ao Materialismo Histórico, mas no sentido de redução dos processos histórico-culturais (Ciências Humanas) à lógica das leis da natureza (Ciências Exatas e Ciências da Natureza). Parece ser o retorno positivista no século XXI, realizado sob o extrapolar das propostas de metrificacão, eficiência, manipulação, produção, “melhorias” e controle no âmbito das Ciências da Natureza sobre o domínio das Ciências Humanas, bem como da tentativa das primeiras de explicar o funcionamento das sociedades humanas, incluindo, o da própria linguagem.

Segundo Pêcheux (1998), há tanto a existência de “universos logicamente estáveis”, como é o caso das disciplinas da Lógica, da Matemática, das Ciências da Natureza e da Gestão, quanto de “universos logicamente não-estabilizados”, como é o caso das Ciências Humanas, sendo, portanto, de diferentes ordens de complexidade. Isso não significa, contudo, que haja alguma prática da/na linguagem que seja desprovida de relações sociais, bem como que um “universo” possa ser reduzido a outro. Assim, para Pêcheux (1998), considerar a constituição das subjetividades no quadro de uma teoria materialista do discurso significa considerá-las no âmbito da sua emergência histórica, logo, na relação da linguagem e do pensamento com os universos logicamente não-estáveis. Toda ação na/pela linguagem pressupõe uma posição no mundo, pois cada enunciado, ainda que de natureza lógica, surge da interface entre os sistemas simbólicos e a história, seja ele produzido no interior de alguma instituição social, seja ele manifesto em uma dada interação cotidiana entre os sujeitos

(PÊCHEUX, 2009). Nesse viés, deve-se evitar tomar o cérebro (instância biológica) por sujeito (instância social), como parece fazer O’Shea (2010, p. 9-10. Grifos nossos):

Refletir sobre o cérebro é, em si, um tipo de charada, pois só podemos pensar sobre o cérebro usando o próprio cérebro. Você apreciará a curiosa circularidade desse enigma se considerar a consequência de concluir, como já deve ter feito, que o cérebro é a máquina mais perfeitamente complexa e extraordinária do universo que conhecemos. Naturalmente isso é – e não pode ser de outra coisa – a opinião do cérebro sobre si mesmo: a maneira de o cérebro pensar sobre o cérebro. Então, parece que estamos presos no *paradoxo lógico de um sistema de autorreferência* e, nesse caso, também auto-obcecado. Talvez a única conclusão confiável dessa experiência de raciocínio seja a de que o cérebro está na escala mais alta possível de arrogância!

O raciocínio do neurocientista condiz com a interpretação de Putnam (1990) acerca dos “Teoremas da Incompletude” de Gödel. Segundo Putnam (1990), Gödel parece ter demonstrado a impossibilidade de qualquer sistema axiomático que possa incluir a aritmética dos números inteiros, como a Matemática, poder ser simultaneamente completo e consistente. Sendo ele auto-consistente, haverá sempre proposições que não poderão ser confirmadas e nem comprovadas por esse mesmo sistema. Em última instância, a Matemática não poderia explicar a própria Matemática, pois deveria partir dela mesma para explicar as relações formais instituídas no seu sistema.

Aquilo que O’Shea (2010) chama de “paradoxo lógico de um sistema de autorreferência” é semelhante à proposta de indeterminação da linguagem desenvolvida por Wittgenstein (1999), quando esse filósofo afirma que, não sendo possível sair da linguagem para explicar a própria linguagem, é necessário que nos utilizemos dela para poder explicá-la, embora, ao fazê-lo, partamos de uma referência já criada sobre algo que nos torna possível apontar para outra referência também já constituída dentro desse mesmo sistema, a linguagem. Para Wittgenstein (1999), a referência não está no mundo em si, mas no interior da própria linguagem. Isso nos impossibilitaria descrevê-la enquanto sistema formal designativo das formas do mundo em si, pois mundo e linguagem são de ordens diferentes.

Visto desse modo, torna-se curioso considerar que o cérebro possa ter “uma opinião sobre si mesmo”, que ele “tenha uma maneira de pensar sobre si mesmo”, que ele seja “auto-obcecado” e que esteja “na escala mais alta possível da arrogância”. Em uma perspectiva discursiva, a sociedade pensa sobre o cérebro e não o contrário, como pretende O’Shea (2010) ao afirmar que o cérebro pensa sobre si mesmo. Sendo a prática científica uma prática social emergente em uma dada institucionalização do saber, a atividade científica é também social, de modo que tanto o cérebro quanto o pensamento são categorias definidas e organizadas

como saber social. Evidentemente, as reações físico-químicas do cérebro, bem como suas descrições científicas, decorrem de uma notação lógica que não se reduz à organização ideológica da linguagem, pois há uma relativa independência entre essas formas *a priori* dos universos logicamente estáveis e os enunciados históricos componentes dos universos logicamente não-estáveis (*a priori* históricos)¹. Isso significa apenas que, para que o cientista possa assumir o papel de cientista, ele precisa se enquadrar em uma atividade socialmente regulada que é a da prática científica, e que a forma como se define o cérebro e o corpo humano, seu funcionamento físico-químico e biológico, depende das investidas teóricas de saberes que se definem pela cientificidade e que definem historicamente o seu objeto científico (FOUCAULT, 1996; 2008; PÊCHEUX, 2009).

Por mais que se possa descrever os funcionamentos e mecanismos da natureza, os mesmos só adquirem sentido de acordo com a emergência histórica de um olhar sobre a natureza e sobre a forma como esse olhar define os horizontes de cientificidade desses estudos. Dito isso, a “obsessão” e a “arrogância” da qual falam O’Shea (2010) parecem fazer mais sentido caso as enquadremos no âmbito das distintas sociedades e da Ciência Ocidental, as quais têm privilegiado e autorizado determinados saberes e dizeres em detrimento de outros (FOUCAULT, 1981; 1996; 2008). Assim, mesmo que O’Shea (2010) admita que o cérebro é opaco em relação a si mesmo, entendemos que o mesmo não poderia funcionar como um “sistema de autorreferência para si mesmo”, pois esse sistema pertence ao sujeito, logo, ao pensamento e, em última instância, à própria história. Bronckart (1992, p. 24. Grifos do autor. Tradução nossa) assinala:

Na medida em que o acesso ao mundo e a construção de conhecimentos tem lugar através de uma atividade social mediada pelo discurso, também (primeiro) é conveniente propor uma interpretação científica do modo de funcionamento e organização desta atividade humana e do papel que jogam na dita atividade os discursos. Em outros termos, trata-se de retomar o projeto conductista de explicação dos comportamentos, ainda que rechaçando os postulados fisicalistas: dotar-se, pois, no campo da psicologia de uma teoria da ação humana dentro do seu marco social e histórico e, no campo da psicolinguística, de uma teoria do discurso como produção semiótica articulada à ação. Este projeto faz referência às *práticas*, e deveria permitir reintegrar no campo científico as dolorosas questões que levanta a “razão prática” (intenções, motivações, razões para atuar, etc. [...]), ou seja, o problema do conhecimento que constrói o sujeito em relação às modalidades da sua participação nas atividades humanas².

¹ Retomamos aqui a diferenciação entre *a priori* formais e *a priori* históricos proposta por Foucault (2008) para relacioná-los, respectivamente, aos “universos logicamente estáveis” e aos “universos logicamente não-estabilizados” em Pêcheux (1998).

² Citação original: “En la medida en que el acceso humano al mundo y la construcción de conocimientos tiene lugar a través de una actividad social mediatizada por el discurso, también (primero?) es conveniente proponer una interpretación científica del modo de funcionamiento y organización de esta actividad humana y del papel

Esse excerto traz alguns raciocínios interessantes para o nosso trabalho. É a partir desse trabalho que Del Ré (2006) sustenta a necessidade de as Ciências da Linguagem enveredarem por caminhos que tratem do que chama de “aquisição do discurso”. Na citação acima, pode-se perceber: a) a ideia de uma razão prática; b) o embate entre o projeto condutista e os postulados fisicalistas na explicação dos conhecimentos; e c) o processo de construção do conhecimento por parte dos sujeitos em meio às suas participações nas atividades humanas.

Quanto ao primeiro ponto, é interessante notar a importância que o pesquisador destina às atividades sociais mediadas pelo discurso no acesso ao mundo e na construção dos conhecimentos. Uma *teoria do conhecimento* adequada, segundo pensa Bronckart (1992), deve levar em consideração o modo pelo qual a razão se institui nas atividades práticas, em detrimento da perspectiva substancialista que sustenta a existência de uma “razão pura”. Ora, se os seres humanos só conseguem pensar pensando, ou seja, se é apenas por meio das diversas interações sociais ao longo da sua vida que eles conseguem apreender e desenvolver o seu conhecimento, não parece plausível produzir estudos que tratem da razão como apartada do mundo. É nessa relação discursiva dinâmica entre os sujeitos e o mundo que se institui a razão. Logo, é pela consideração desses aspectos que podemos avaliar a importância dos discursos para o funcionamento e organização da própria atividade científica.

Isso nos leva ao segundo ponto, o da *proposta condutista* de pesquisa em detrimento da fisicalista. Por projeto condutista, o autor define as pesquisas que se assentam nos pressupostos empíricos, ou seja, aqueles que levam em consideração as experiências dos sujeitos (agentes), suas intencionalidades, suas emoções, suas relações concretas (em contexto) na apreensão do conhecimento. Isso tornaria possível reorientar a perspectiva de razão para o âmbito da prática, desconstruindo a abordagem substancialista, que a define no âmbito do *apriorístico*, daquilo que é anterior às experiências de mundo. Somente nessa acepção faz sentido a negação dos pressupostos fisicalistas por parte de Bronckart (1992),

que juegan en dicha actividad los discursos. En otros términos, se trata de retomar el proyecto conductista de explicación de los comportamientos, aunque rechazando los postulados fisicalistas: dotarse, pues, en el campo de la psicología de una teoría de la acción humana dentro de su marco social e histórico y, en el campo de la psicolingüística, de una teoría del discurso como producción semiótica articulada a la acción. Este proyecto hace referencia a las *prácticas*, y debería permitir reintegrar en el campo científico las dolorosas cuestiones que plantea la “razón práctica” (intenciones, motivaciones, razones para actuar, etc., véase nota 3), es decir el problema del conocimiento que construye el sujeto en relación a las modalidades de su participación en las actividades humanas” (BRONCKART, 1992, p. 24).

haja vista imaginarmos que o autor não se oporia aos pressupostos fisicalistas que tratam do pensamento e da linguagem como instâncias materiais.

Neste trabalho, corroboramos os pressupostos fisicalistas, segundo os quais “tudo que há é matéria”, nos termos de Dutra (2013). Isso não significa, contudo, que supomos ser possível explicar os fenômenos mentais pela abordagem física, no sentido das Ciências da Natureza, pois, como deixamos claro, nos opomos à perspectiva monista reducionista. Em nossos termos, o “fisicalismo” se refere ao “materialismo”, de modo que matéria para nós representa o modo pelo qual as ações humanas são causas e consequências na/da linguagem enquanto instância constituída e partilhada sócio-historicamente. Com isso, se concordamos com o fato de que “tudo que há é matéria”, haja vista que a perspectiva discursiva que adotamos se constitui afirmando a materialidade da história, da língua e do inconsciente na/pela relação circular constituinte entre prática e linguagem, discordamos que essa materialidade seja redutível às relações causais dos modelos explicativos componentes dos universos logicamente estáveis, como é o caso da Física. Trata-se de uma materialidade manifesta em outra instância do real, a social, e é nesses termos que consideramos ser necessário avaliar de que forma seria possível definir o pensamento no âmbito da AD, atentando, especialmente, para como o pensamento emerge de forma inextrincável com a história.

Por ora, destacamos o nosso interesse tanto no caminho apontado por Dutra (2013), para quem é possível superar o *reduccionismo fisicalista* pelo *pluralismo ontológico emergentista*, quanto pelo raciocínio desenvolvido por Bronckart (1992), no que diz respeito à necessidade de tratar de uma teoria do conhecimento que incorpore a interpretação científica no âmbito da razão prática, a única passível de existir, pois, como afirma o autor, só existe pensamento quando existe necessidade de pensamento enquanto atividade social.

Dito isso, chegamos ao terceiro ponto destacado por Bronckart (1992), a saber: o processo de construção do conhecimento por parte dos sujeitos em meio às suas participações nas atividades humanas. Tratar do conhecimento como processo em contínua construção pela atividade social é um avanço no que diz respeito aos estudos cognitivos, pois possibilita tratá-lo como determinado pela ordem do social. Ao que parece, esse raciocínio também tem se apresentado com certa intensidade em alguns dos estudos da Neurociência, que, objetivando desconstruir o dualismo cartesiano, destacam a necessidade de considerar as experiências dos indivíduos no âmbito da própria conceitualização de mundo. Isto é, o que sabemos, não o sabemos por uma relação idealizada com o mundo, na qual as formas são destacadas dos contextos de uso e de aprendizagem, mas por meio das sensações despertadas no/pelo corpo

nesse processo de aprendizagem. Vejamos o que diz Damásio (2012, p. 238 *apud* PAVEAU, 2006, p. 105-106. Tradução nossa)³:

Estocamos na memória não somente os aspectos da estrutura física de um objeto – o que permite potencialmente reconstruir sua forma, sua cor, ou sua sonoridade, ou seu movimento típico, ou seu odor, ou tudo o que você quiser –, mas também os aspectos do engajamento motor do nosso organismo no processo de apreensão desses aspectos pertinentes: nossas reações emocionais a um objeto, nosso estado físico e mental ampliado no momento de apreender um objeto.

Como podemos notar, a razão prática parece se tornar a forma de existência por excelência da própria razão. Desconsiderar as atividades do sujeito com o conhecimento é, portanto, desconsiderar a própria capacidade de explicação científica sobre a aquisição dos conhecimentos. Embora estejamos em consonância com a perspectiva dos autores em questão, nesse contexto, a questão que se impõe para nós é: em que medida a Psicolinguística de Bronckart (1992) e a Neurociência de Damásio (2012) podem ser consideradas coerentes com os pressupostos epistemológicos da historicidade radical dos discursos?

Epistemologicamente, o principal obstáculo decorre da nossa negação de um *sujeito puramente intencional* em prol de um *sujeito historicizado*, o qual é constituído pela história e se apresenta como expressão particular do “outro”, ser descentrado, produto de diversas posições desconexas assumidas ao agir na/pela/com a linguagem, não se reduzindo a uma centralidade consciente naturalizada (FOUCAULT, 2008; MAINGUENEAU, 2007; PÊCHEUX, 2009). A principal dificuldade em se tratar dos processos mentais/cognitivos no escopo da AD está, então, em não aceitar a mente como *locus* de uma conexão capaz de homogeneizar e estabilizar cumulativamente os conteúdos e informações adquiridas na relação intencional do “sujeito em si” com a exterioridade do meio em que vive. No caso dos autores acima, mesmo que esse exterior esteja sendo interiorizado pelas atividades discursivas (em um sentido pragmático), englobado na “forma do conhecimento”, parece haver uma separação contínua entre o interior e o exterior, entre o organizado (interno) e o caótico (externo).

Sendo o sujeito, antes de tudo, uma posição no discurso/na linguagem, é necessário abandonar a existência de uma zona de controle absoluto do/no ser humano, coadunando com

³ Citação em francês : « [...] Nous stockons en mémoire non seulement des aspects de la structure physique d’un objet – ce qui permet potentiellement de reconstruire sa forme, ou sa couleur, ou sa sonorité, ou son mouvement typique, ou son odeur, ou tout ce que vous voulez –, mais également des aspects de l’engagement moteur de notre organisme dans le processus d’appréhension de ces aspects pertinents : nos réactions émotionnelles à un objet, notre état physique et mental élargi au moment d’appréhender l’objet» (DAMÁSIO, 2012, p. 238 *apud* PAVEAU, 2006, p. 105-106).

uma ruptura brusca entre o ser e a história, na qual o espaço do indivíduo seria, antes de qualquer coisa, o lugar da criatividade, do singular, da intencionalidade e do controle consciente do simbólico. Foucault (2008), Maingueneau (2007) e Pêcheux (2009) consideram a existência do sujeito como posição emergente da interface entre a língua e a história, a qual o determinaria enquanto ser de possibilidades externas a si próprio. Mesmo nos momentos do cotidiano, supostamente íntimos demais para serem controlados por regras discursivas (formações discursivas), os indivíduos seriam, consciente e/ou inconscientemente, atravessados por estruturas que lhe são anteriores (fontes dos ditos e dos sentidos), relegando-os à ação de dizer de forma diferente aquilo que fora dito em outro contexto de enunciação. Por meio desse processo, emerge a subjetividade, uma das questões fundamentais ao nosso trabalho.

1.2 Cognição e Sistemas Complexos na Análise do Discurso

O “descentramento do sujeito”, que é um dos principais projetos do estruturalismo, ainda deixa sem solução o problema da subjetivação e da incorporação subjetiva da ideologia.

Stuart Hall

Entre os anos 1960-1980, as críticas ao modelo estruturalista se fortaleceram numa tendência proporcional às necessidades de se retomar a existência concreta dos indivíduos para a análise dos sujeitos na sua relação com a história. “As estruturas não andam pelas ruas”, diziam os manifestantes em Maio de 68. Nesse contexto, a Fenomenologia de Merleau-Ponty, a Hermenêutica de Ricoeur e os estudos da enunciação de Benveniste, que haviam perdido terreno frente ao cenário estruturalista francês, passam por uma revitalização teórica e se reafirmam na tradição acadêmica francesa apontando para a necessidade de se avaliar a intersubjetividade com foco na percepção/experiência humana (DOSSE, 2001). Cada vez mais, avaliar o indivíduo em situações concretas de interação sugere a compreensão dos fenômenos da linguagem.

Paralelamente, as Ciências da Cognição obtêm um crescimento exponencial com os avanços tecnológicos, responsáveis por dinamizar a Neurociência, as Ciências da Computação e a Cibernética. No âmbito da Linguística, as teses chomskyanas se firmam entre as mais inovadoras desse campo científico. Da década de 1990 até os dias atuais, os avanços

significativos da Genética, da Farmacologia, da Medicina, da Bioquímica e das Neurociências estão estreitamente ligados ao fortalecimento dos saberes que tomam a “natureza humana” como objeto científico, almejando compreender a “mecânica do corpo humano” e “melhorá-lo” (CANGUILHEM, 2006). No cenário político-econômico, a hegemonia do modelo neoliberal de Estado no mundo ocidental parece ter consolidado, sob novas formas, a perspectiva do *homo economicus* de Adam Smith, que individualiza os sujeitos e os define pela necessidade de produção mercadológica (BAUMAN, 1999; 2008). A redução do sujeito ao indivíduo parece sofrer cada vez menos resistências.

Nessa conjuntura, a Análise do Discurso Francesa (AD)⁴, constituída em fins da década 1960 em meio à dominância teórica do pensamento estruturalista, se remodela com as críticas direcionadas a alguns dos seus preceitos teóricos, notadamente naquilo que concerne ao sujeito-estrutura (tido como responsável pelo “apagamento do indivíduo”) e ao hermetismo do conceito de discurso, analisado a partir de *corpora* institucionais montados por semelhança e hegemonicamente direcionados à análise ideológica dos textos (PÊCHEUX, 2010b). Até o início dos anos 1980, a AD percorre o que Pêcheux (2010b) define por três épocas: a primeira, referente às máquinas de leitura; a segunda, referente ao primado do outro; a terceira, referente ao primado do interdiscurso. Novas questões, novas críticas, novas tentativas de respostas e a AD passa por alterações conceituais fundamentais, ainda que preservando o seu núcleo epistemológico central: a perspectiva de discurso como historicidade radical, na qual as subjetividades são explicadas por relações causais dentro da própria linguagem.

Certamente, desconsiderar o papel das experiências dos sujeitos na linguagem é anular o seu papel na própria história, determinando-os por estruturas que, de tão abstratas, parecem ser imateriais. Do mesmo modo, entendemos que desconsiderar o papel das estruturas linguístico-históricas na constituição dos sujeitos é desconsiderar que o real do mundo não é transparente às nossas estruturas cognitivas. Mas como relacionar ambos?

Buscamos problematizar essa questão no presente trabalho, no qual avaliamos como os sujeitos conseguem “adquirir competências” sobre “estruturas” que, apesar de (relativamente) opacas, são representáveis, como são os casos dos diferentes “discursos vivenciados”. Para tanto, ancoramo-nos em uma perspectiva discursiva que considera o sujeito como uma posição-linguagem materializada como um conjunto de regras enunciativas

⁴ Para uma análise da conformação da AD como dispositivo de leitura e interpretação dos textos, bem como para as influências teóricas que possibilitaram a conformação desse domínio de problematização da linguagem, consultar Pêcheux (2011a; 2011b). Para uma visão introdutória, consultar Orlandi (2007a).

(definidoras do que pode e deve ser dito) emergentes em uma dada situação de enunciação. Consoante Paveau (2006), retomar a tradição estruturalista não inviabiliza a sua relação teórica com a tradição fenomenológica, pois ambas podem (e devem) se complementar na tentativa de avaliar o ser humano em sua complexidade, considerando-o a partir das suas atividades de linguagem concretas, isto é, englobando suas sensações, percepções e emoções. Entendemos que essa relação é fundamental para que a AD possa avançar sobre os seguintes problemas:

A) Os usos de termos que pretendem explicar as ações dos “sujeitos em/como práticas discursivas” sem definir os pressupostos cognitivos que os fundamentam (tais como aquisição, interpretação, pensamento, *savoir-faire*, esquemas, processo geral de linguagem, inculcação, competência) podem ocasionar um *paradoxo conceitual*, caso eles sejam oriundos de quadros teóricos incompatíveis com o da AD;

B) Ao não considerar os fenômenos relacionados à experiência, a AD pode estabelecer uma dicotomia entre o sujeito ideal (sem considerá-lo em situações reais de interação) e o sujeito da prática (em situações reais de interação), afetando o pressuposto de que a história, a língua e a linguagem são processos materiais concretos - *paradoxo do estruturalismo*;

C) Não enquadrar a perspectiva discursiva de historicidade radical nas discussões acerca da cognição pode desfavorecer a necessidade de constante experimentação conceitual desse domínio do saber, colocando em xeque os seus pressupostos teóricos (*problema epistemológico*), podendo torná-lo, por consequência, “defasado” em relação a outros domínios da Linguística, como a Pragmática, a Linguística Cognitiva, o Gerativismo e os Estudos Críticos do Discurso (*problema de campo científico*), e “desatualizado” com relação às questões “impostas” pelo seu tempo (*problema histórico*);

D) Priorizar os *corpora* de arquivo (de natureza institucional) frente aos *corpora* ordinários (coletados a partir de situações reais de interação) pode transformar a AD em um *modelo teoricista*, no qual a teoria aparece como apartada da realidade concreta, diminuindo a sua autoridade acadêmica frente à sociedade da qual emerge.

Para Possenti (2004, p. 35), “uma AD verdadeira deve incluir uma teoria da língua e, portanto, deveria admitir ou propor uma *teoria da aquisição* (e de perda) que não exclua falar da *mente* e de *processos cognitivos*”. Isso significa que investigar a aquisição da língua, como expressão mais relevante do discurso, não é contraditório com a AD. Ao contrário disso, considerar mente e cognição no âmbito desse quadro teórico poderá consolidá-lo enquanto campo de pesquisas, pois, ao se reorientarem as perguntas, novas respostas podem ser produzidas. Longe de retomar o sujeito fechado sobre si, ressuscitando uma concepção substancial ou universal da categoria, o investigador sugere a importância de recuperá-lo em sua complexidade, não eliminando os avanços alcançados pela teoria do discurso adotada, mas, também, não desconsiderando parte dos aspectos imprescindíveis à composição dos sujeitos, como é o caso da cognição.

O reconhecimento dessa lacuna teórica não é exclusividade do autor. Se Possenti (2004) se ancora na AD para sugerir uma teoria discursiva da aquisição, Del Ré (2006, p. 30) se fundamenta na Psicolinguística para sugerir um “estudo da aquisição do discurso”. Valendo-se da Psicolinguística e retomando o raciocínio desenvolvido por Bronckart (1992), a pesquisadora enfatiza as limitações de se trabalhar a aquisição sem considerar os aspectos sociais que a permeiam, reconhecendo a necessidade de se aproximarem as pesquisas do seu campo teórico das investigações que tomam a linguagem como instância de produção simbólica interacional, cultural, política e ideológica. No seu dizer:

Bronckart (...) aponta a necessidade de se desenvolver no campo da aquisição da linguagem uma teoria do discurso como produção semiótica articulada à ação com sentido. Trata-se de considerar a atividade discursiva – as *práticas verbais* materializadas sob as formas de discursos e signos e articuladas a diversas formas de ação humana – como objeto de estudo ao qual se aplica um procedimento de interpretação de suas formas de organização e de suas condições de funcionamento. (...) Nesse sentido, levando-se em conta a dimensão ideológica, sócio-histórica e dialógica – *interação socioverbal*, para usar os termos de Bakhtin – seria possível pensar num estudo da *aquisição do discurso* (DEL RÉ, 2006, p. 30. Grifos nossos).

Além deles, outros estudiosos, brasileiros e estrangeiros, têm desenvolvido trabalhos que focam na relação entre cognição e discurso em quadros teóricos fundamentados na historicidade radical dos sujeitos. De Lemos (2002), por exemplo, investiga a aquisição da linguagem em crianças por meio da teorização da fala da psicanálise lacaniana. Paveau (2008) relaciona a perspectiva pècheutiana à psicanálise lacaniana para fundamentar o conceito de “pré-discursos” na constituição dos sujeitos, relacionando, para tanto, cognição e discurso. Referenciando-se na produção teórica de Maingueneau, Coudry (1988; 2008) teoriza sobre a perda de linguagem em sujeitos afásicos adultos (vítimas de acidente vascular cerebral -

AVC) para explicar a ocorrência de fenômenos de “tradução intersemiótica” pelos deslocamentos do sujeito afásico na linguagem. Parece haver, então, uma tendência para que se crie uma zona de intersecção entre o discurso e a cognição.

Reconhecer as demandas para a aproximação da AD das Ciências da Cognição, no entanto, é apenas o primeiro passo para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Tratar dessa interface não é algo simples, haja vista que a justaposição entre teorias ou a mera incorporação dos conceitos não resolve o problema de se tratar de epistemologias diferentes, e, às vezes, irreconciliáveis. Seria preciso, portanto, definir os conceitos de discurso e de cognição dentro dos mesmos postulados teóricos, no nosso caso, o da historicidade radical. As tentativas de resposta podem ser encontradas, por exemplo, nos estudos de Foucault (2008), de Pêcheux (2009), Pêcheux e Gadet (2011a) e nos de Maingueneau (2007). Em uma breve passagem, Pêcheux e Gadet (2011a, p. 103-104. Grifos nossos) salientam:

Jogar com as regras não é o mesmo que seguir as regras de um jogo. Da nossa perspectiva, não há “desvio”- e, portanto, não há linguagem “poética”. Há somente um *processo geral de linguagem*, funcionando tanto no *aprendizado verbal de crianças* quanto no *uso cotidiano da linguagem* por todos os falantes, bem como nos seus usos político e literário.

A metáfora do jogo parece ser uma das mais produtivas nos estudos da linguagem. Com ela, Saussure (2006) organiza o seu raciocínio acerca da língua enquanto sistema e, através dela, Pêcheux e Gadet (2011a) propõem desconstruir a possibilidade de um jogo na linguagem com regras apartadas em relação aos demais, como seria o caso da linguagem poética. Ao longo do século XX, os estudos que tratavam dos estilos de linguagem supunham a existência de mecanismos extraordinários na inventividade da língua e dos sentidos na poesia, e, como tal, esta estaria em situação de “superioridade” em relação à linguagem ordinária. Para Pêcheux e Gadet (2011a), a poesia decorre de uma organização social específica da linguagem (gênero discursivo) que tornaria possível a existência desses caminhos teoricamente não convencionais de produção de sentidos, sem que estes, no entanto, devam ser considerados como uma espécie de “subversão da linguagem”.

No excerto acima, os autores direcionam as suas discussões teóricas rumo à linguagem ordinária, de modo que as diferentes práticas discursivas, embora realizadas por meio de diferentes mecanismos de organização e de produção, são oriundas de um mesmo processo geral. Os efeitos de sentido de subversão da linguagem (no caso da poesia) ou de neutralidade/objetividade (no caso do discurso científico) seriam decorrentes da forma como uma dada posição-sujeito em específico joga com as regras do jogo para poder enunciar e

produzir os sentidos “tencionados”. É interessante notar a forma como os analistas relacionam a existência de um “processo geral de linguagem” ao “aprendizado verbal” de crianças e ao “uso cotidiano da linguagem”, possibilitando conjecturar sobre as seguintes questões:

(I) A negação de uma faculdade da linguagem específica herdada filogeneticamente pelos seres humanos e localizada no cérebro (tal como sustenta Chomsky, 1959; 1977; 1994; 2010);

(II) A possibilidade de relacionar essa abordagem discursiva com uma perspectiva cognitiva que sustente apenas a existência de mecanismos gerais de aprendizagem, os quais prescindiriam de estruturas conceituais *apriorísticas* herdadas pela espécie;

(III) Por serem gerais, esses mecanismos não estariam em relação de determinação de nenhuma das funções específicas exercidas pelos sujeitos em situações de interação, como seria o caso dos usos cotidianos da linguagem por todos os falantes, assim como aquelas referentes aos discursos político e literário;

(IV) Que esse processo geral de linguagem permanece funcionando ao longo da vida dos indivíduos, seja quando da sua aprendizagem na infância, seja quando dos diferentes usos da linguagem no decorrer das suas vidas.

Retomar esse raciocínio nos ajuda a desconstruir a ideia, por vezes reproduzida, de que autores da AD não estariam preocupados com questões relacionadas à cognição. Por um lado, a possibilidade de se “jogar com as regras” demonstra que há uma instância do sujeito que o torna apto a agir na linguagem, por outro, a relação entre a aprendizagem e essa possibilidade de ação (nos usos cotidianos da linguagem) demonstra que os autores sustentam a existência tanto de um aspecto biológico quanto de um aspecto social no ser, de modo que a tentativa de desnaturalização do sujeito, tal como propõem Pêcheux e Gadet (2011a), não deve se confundir com a negação dos aspectos biológicos no indivíduo.

Essa tentativa rejeita apenas a redução de uma instância a outra, como se os sujeitos em sociedade agissem por meio de determinações de ordem biológica. O indivíduo em si é da ordem do biológico e o sujeito é da ordem da história (leia-se do discurso), no entanto, tendo todo indivíduo uma existência concreta em sociedade e pensando necessariamente pela forma como se transforma em sujeito nas suas relações sociais, os indivíduos só significam e

produzem significados enquanto indivíduos concretos, ou seja, instâncias determinadas historicamente, logo, enquanto sujeitos. Indivíduo e sujeito não se reduzem entre si, embora, evidentemente, estejam em relação. Segundo Maingueneau (2007, p. 53. Grifos nossos):

Na verdade, é preciso explicar como um mesmo *indivíduo* produz sucessiva ou simultaneamente enunciados que decorrem de várias *formações discursivas*, e, além disso, como ele é “*capaz* de reconhecer enunciados que [...] decorrem de sua própria formação discursiva” e de “*produzir* um número ilimitado de enunciados inéditos” que pertencem a essa formação discursiva.

Maingueneau (2007) retoma o conceito de competência para (re)trabalhá-lo no âmbito da epistemologia do discurso francesa (ou seja, em oposição à competência inata presente no quadro teórico do Gerativismo). De acordo com o autor, esse conceito se contrapõe a uma visão de aprendizagem que a coloque como processo linear, hermético e cumulativo de apreensão dos conhecimentos. Em um duplo movimento teórico, o pesquisador reconhece a lacuna teórica na AD acerca da relação entre aquisição e discurso e expõe a sua proposta conceitual na tentativa de superá-la. Sugerindo que os estudiosos da AD invocam “uma espécie de ‘impregnação’ misteriosa para explicar a sua aquisição [da competência discursiva]”, o pesquisador propõe a relação entre um sistema de restrições do discurso e a possibilidade de dominá-lo, isto é, de “adquiri-lo”, de “aprendê-lo”. Isso permitiria explicar ainda como os sujeitos conseguem “jogar” na linguagem, dominando algumas regras e estando aptos a produzir sentidos em uma dada situação comunicativa. No seu dizer:

No caso da *competência discursiva*, ao invés de invocar uma espécie de “*impregnação*” misteriosa para explicar sua *aquisição*, seria mais verossímil postular que existe uma relação estreita entre a simplicidade do *sistema de restrições do discurso* e a possibilidade de *dominá-lo*. Essa perspectiva permitiria, além disso, dar conta da possibilidade de uma margem de “jogo” considerável entre o domínio de uma competência discursiva e o vivido dos enunciadores (MAINGUENEAU, 2007, p. 54).

Assim como Pêcheux (2009), Maingueneau (2007) atribui às formações discursivas o *locus* da produção de sentidos (logo, externo aos indivíduos), propondo que seu “relativo domínio” decorre das vivências dos indivíduos (concretos) em diferentes práticas discursivas, associando-se, portanto, a diferentes grupos e instituições sociais ao longo de suas vidas. Essa “margem de jogo” na/pela realidade discursiva permite aos indivíduos (passíveis de dominar diferentes competências discursivas) transformarem-se em sujeitos ao reconhecerem e enunciarem inúmeras formas em uma mesma formação discursiva (FD).

Novamente, a “metáfora do jogo” aparece, a qual é utilizada para demonstrar a possibilidade de se jogar com as regras na/da linguagem sem que seja possível sair dela. Ademais, ao frisar a “simplicidade do sistema de restrições do discurso” e a “margem de jogo”, Maingueneau (2007) sustenta que o todo da linguagem não é acessível em si, mas apenas a sua organização em mecanismos enunciativos simples que nos possibilitam jogar com uma espécie de relativa transparência do discurso. Isto é, a língua tem história, logo, as palavras têm história, mas tanto a língua quanto a história são (relativamente) opacas em relação aos sujeitos. Se essa opacidade fosse plena, ambas seriam impossíveis, pois não seriam passíveis de gerar sentidos e serem realizadas materialmente.

Assim como Pêcheux e Gadet (2011a), Maingueneau (2007) emprega um termo oriundo das Ciências Cognitivas. Se os primeiros autores se utilizam do conceito de “aprendizagem”, este último incorpora o conceito de “aquisição”. A presença de tais categorias em suas análises teóricas abre margem, explícita ou implicitamente, por coerência ou incoerência, para os estudos concernentes ao debate teórico que relaciona o sujeito discursivo (“sujeito-estrutura”) ao fenomenológico (“sujeito-experiência”). No entanto, os usos que tais autores fazem desses conceitos parecem ser coerentes com a perspectiva discursiva que adotam. Em um de seus últimos trabalhos, Pêcheux (2010b, p. 313. Grifos nossos) se indaga:

Como separar, nisso que continuamos a chamar “o sujeito da enunciação”, o registro funcional do “ego-eu” estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a *emergência* de uma *posição do sujeito*? Que relação paradoxal essa *emergência* mantém com o obstáculo, a *irrupção imprevista* de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o “ego-eu” vacila? Como inscrever as consequências de uma tal interrogação nos procedimentos concretos de análise?

Propor algo nesse entremeio figura como um dos grandes desafios das diferentes áreas da Ciência atual, entre elas, a Linguística, haja vista que a tentativa de explicar o ser humano tanto em seus aspectos históricos como cognitivos herda a dificuldade da fragmentação epistemológica entre as diferentes regiões do saber, fundamentais para a constituição das Ciências da Natureza, por um lado, e das Ciências Humanas, por outro (FOUCAULT, 2002). No entanto, acreditamos que é preciso continuar nessa tentativa, pois há demandas para isso. Presumimos que relegar algumas problemáticas a uma ou outra área de pesquisa não soluciona a questão, pois, direta ou indiretamente, ambas trabalham com o ser humano, ser que conhece e que produz conhecimentos.

O questionamento colocado acima por Pêcheux (2010b), publicado em 1983, é coerente com a nossa interpretação de que o tema da “cognição” está presente na AD desde a sua fundação em fins da década de 1960, quando se constitui esse dispositivo teórico de leitura como forma de fazer frente às explicações inatistas da linguagem (Gerativismo) e ao psicologismo do sujeito (Epistemologia Genética e Psicologia Experimental). As análises realizadas, em especial, por Herbert (2011), Gadet, Haroche, Henry e Pêcheux (2011), Pêcheux (2010c), Pêcheux (2011b), Pêcheux e Gadet (2011a; 2011b) não apenas consideram os estudos cognitivos para organizarem a relação-problema entre o indivíduo, o sujeito, o discurso e a linguagem, mas também os retomam por meio de um diálogo direto que pretende desconstruir as interpretações biologicistas e psicologistas e reconstruir essa questão sobre outros fundamentos. Maingueneau (2007) vai além e incorpora o próprio termo chomskyano de “Competência” com o intuito de retrabalhá-lo no escopo da AD.

A “cognição” parece, então, funcionar como o “outro constitutivo” da AD, pois é pelo atravessamento dessa temática que esse quadro teórico propõe se afirmar enquanto campo de problematização da linguagem, com suas fronteiras móveis na busca de dizer diferente aquilo que se diz sobre a relação entre indivíduo, sujeito e linguagem nas abordagens biologicistas e psicologistas. Esse dito emerge da/na ruptura com o outro, ao mesmo tempo em que, para romper com ele, o traz para seu “interior” e lhe dá voz na forma de uma releitura de negação. Buscando desconstruir a perspectiva da cognição nos domínios vizinhos, a AD constrói caminhos que nos possibilitam entrever quais são os postulados básicos de uma abordagem discursiva que trate da aprendizagem humana. Dentre eles, o da determinação histórica dos processos cognitivos, a qual os definiria pela sua remissão necessária ao exterior do indivíduo e às fraturas constituintes dos sujeitos.

Pêcheux (1990) pode nos auxiliar a tecer comentários acerca das questões que Pêcheux (2010b, p. 313) coloca acima. Naquele texto, escrito aproximadamente um ano antes deste, o analista do discurso afirma que: “a questão da linguagem, a dos efeitos de fronteira e a da irrupção do realizado podem se amarrar à figura da *interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos*” (PÊCHEUX, 1990, p. 16. Grifos do autor). Para tanto, o autor se filia à filosofia althusseriana da linguagem, na qual se afirma que toda prática, por mais íntima que seja, está regulada por rituais imersos nos distintos Aparelhos Ideológicos (ALTHUSSER, 1980a). Para além desse fato, chama-nos a atenção os usos de termos como “emergência” e “irrupção” nos dois textos citados, haja vista que os mesmos são condizentes com a proposta das propriedades emergenciais na Teoria dos Sistemas Complexos, tal como definida por Dutra (2013), na qual o todo (o “efeito-relação”) é irreduzível às partes componentes.

Ora, assim como a cognição, os Sistemas Complexos parecem compor esse diálogo fundante da epistemologia do discurso francesa, no qual ambos funcionam como os “outros constitutivos” à AD. A esse respeito, Hall (2003) faz uma interessante reflexão acerca da filosofia althusseriana. Segundo o sociólogo, “Althusser me convenceu, e permaneço convencido, de que Marx conceitua o conjunto das relações – a ‘totalidade’ de Marx – não como uma estrutura simples, mas, sim, essencialmente complexa” (HALL, 2003, p. 176). Para chegar a essas conclusões, Hall (2003) retoma o texto “Por Marx” de Althusser (1969) para contrapor-lo aos “Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1980a).

No seu dizer, se este último se tornara o trabalho mais conhecido de Althusser, foi no primeiro em que o filósofo argelino conseguiu demonstrar as melhores intuições sobre uma teoria complexa da ideologia, a qual se sustentaria pela relação de contradição (*determination*) e sobredeterminação (*overdetermination*) que organiza as relações imaginárias dos seres humanos com o real histórico. Com esses conceitos, torna-se possível romper com a possibilidade de determinismo histórico, fundado sobre a causalidade unilateral entre a posição social dos sujeitos e os imaginários que os interpelam, e com as “máquinas estruturais spinozistas”, definidas, segundo Hall (2003), como uma espécie de sistemas movidos por um autoimpulsamento interno.

Pelo viés da contradição e da sobredeterminação, torna-se possível garantir a existência do “diferente no mesmo” e da “unidade na diferença”, de modo que a sobredeterminação de um significante sobre os demais não anula os diferentes imaginários presentes nessa cadeia enquanto unidades simbólicas e imaginárias com organização própria e independente. A sobredeterminação garante, assim, a possibilidade de pensarmos a ideologia como uma unidade imaginária de significados historicamente contingente (sobredeterminação) que mantém as contradições que lhe são internas em decorrência da multiplicidade contraditória de imaginários (contradição) que agrega para poder se constituir enquanto uma. Esse movimento ocorre pelo que Hall (2003, p. 184. Grifos nossos) chama de “dupla articulação” entre “estrutura” e “prática”, definida nos seguintes termos:

Por “dupla articulação” quero dizer que a estrutura – as condições dadas de existência, a estrutura das determinações em qualquer situação – pode também ser compreendida, de outra perspectiva, como simples resultado de práticas anteriores. Pode-se dizer que *uma estrutura é o resultado de práticas anteriormente estruturadas*. Estas, portanto, constituem as “condições dadas”, o ponto de partida necessário, para novas gerações de práticas. *Em nenhum caso deverá a “prática” ser tratada como algo transparentemente intencional*: fazemos a história, mas com base em condições anteriores não produzidas por nós mesmos. *A prática é a forma como uma estrutura é ativamente produzida*. Contudo, ambos os termos são

necessários para que se evite o risco de tratar a história como nada mais que o produto de uma máquina internamente estruturalista que se autoimpulsiona.

Nesse sentido, Althusser (1969) avança no que diz respeito à possibilidade de tratar a “unidade *com* a diferença” (HALL, 2003, p. 180). Essa articulação⁵ entre estruturas e práticas permite conjecturar sobre a produção e fixação arbitrária de sentidos pela história, na medida em que não é controlada pela intencionalidade transparente dos sujeitos em interação. Ademais, uma das principais críticas direcionadas às abordagens discursivas desconstrucionistas, como é o caso daquela proposta por Foucault (2008), decorre da afirmação de que “nada de fato se liga a coisa alguma” (HALL, 2003, p. 182). O contínuo movimento das formações discursivas em relação aos sentidos faria com que essa correspondência nunca existisse, haja vista que Foucault (2008) propõe a impossibilidade de qualquer correspondência.

Pensar em termos de sobreposição, segundo Hall (2003), permite evitar os extremos existentes que opõem, de um lado, o “não haver necessariamente correspondência” e o “há necessariamente correspondência” em prol do “não há correspondência necessária” (HALL, 2003, p. 182). Considerando essa última perspectiva, entende-se que a história pode contingenciar a possibilidade de um sentido se sobrepor aos demais em decorrência de uma dada prática social, forma pela qual as estruturas se atualizam, se movimentam e se concretizam. A sobreposição permite, então, a arregimentação de um sistema ideológico imaginário sobre os demais sem que, com isso, a unidade anule as diferenças. Elas coexistem tal como em um sistema complexo, no qual as partes mantêm as suas características apesar da emergência semi-estável de uma unicidade ancorada na relação dinâmica que aquelas mantêm entre si. A posição sobredeterminante pode se alterar em decorrência da contingência da história, de modo que não é nem fixa e nem anulável em si pela perda da posição na qual se encontrava (HALL, 2003).

⁵ O termo articulação está presente na AD através da dupla pré-construído/articulação, através da qual foram relidos os processos associativos (paradigmáticos) e sintagmáticos de Saussure (2006). Segundo Pêcheux (2009, p. 151. Grifos do autor): “‘O pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e ‘seu sentido’ sob a forma da universalidade (o mundo das coisas), ao passo que a ‘articulação’ constitui o sujeito em relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. E complementa a seguir: “o que chamamos anteriormente ‘articulação’ (ou ‘processo de sustentação’) está em relação direta com o que acabamos de caracterizar sob o nome de *discurso transversal*, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência ‘explicativa’ que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (PÊCHEUX, 2009, p. 151. Grifos do autor).

Tem-se, então, que a articulação decorre necessariamente da prática, o que significa que, no máximo, funciona como um *a priori* histórico, nos termos de Foucault (2008), ou de um “universo logicamente não-estabilizado”, nos termos de Pêcheux (1998). Isso aumenta a indeterminação, a abertura e a contingência do sistema, pois não é fixo nem pela determinação unilateral das máquinas estruturalistas (HALL, 2003), nem pela fixidez da relação pretensamente naturalista da palavra às coisas (FOUCAULT, 1981). Em síntese, a articulação entre prática e estrutura, que possibilita a sobredeterminação de um dado modelo ideológico-imaginário sobre os demais, se sustenta necessariamente sobre condições particulares de emergência, as quais estão em constante movimento e processo de renovação e, em decorrência disso, podem ser “superadas”, a um só passo, pela dissolução das relações que a sustentavam e pela emergência de novas conexões oriundas de novas rearticulações. Para Hall (2003, p. 185. Grifos do autor):

As estruturas exibem tendências – linhas de força, aberturas ou fechamentos que constroem, modelam, canalizam e, nesse sentido, “determinam”. Mas estas não podem definir, no sentido de fixar absolutamente ou garantir. As ideias que devem *pensar* não estão irrevogável ou indelevelmente inscritas nas pessoas; o senso político que elas *devem* ter não se encontra como que inscrito nos seus genes sociológicos. A questão não é o desdobramento de alguma lei inevitável, mas os elos que podem ser estabelecidos, mesmo que não necessariamente.

A releitura que Hall (2003) faz do texto de Althusser (1969) contribui para conectar a teoria do sujeito da/na AD com as abordagens da cognição que tratam da irredutibilidade do sujeito ao indivíduo, as quais propõem a superação do dualismo de substância cartesiano pela consideração do pensamento e dos processos cognitivos como pertencentes a outra ordem de complexidade, interdependente, mas irredutível. Ainda retomando a perspectiva de Hall (2003), ao contrário do que se possa pensar, o filósofo argelino não propôs a extinção das problemáticas concernentes ao caráter mental, aos eventos mentais, ao pensamento e às ideias na sua releitura estrutural do marxismo. Ao contrário disso, o que Althusser (1980a) demonstra, em consonância com os pressupostos do Materialismo Histórico, é que os pensamentos e ideias só existem enquanto formas materiais, reguladas por rituais institucionais sustentados pela natureza real, simbólica e imaginária da linguagem e pela interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos em toda e qualquer prática social.

Assim, a internalização de sistemas de representação cultural funciona como os códigos de inteligibilidade/esquemas de interpretação que tornam possível a experiência do/no mundo. A experiência é real no sentido em que ela é imaginada como real e existe enquanto instância concreta da linguagem responsável por interpelar os indivíduos em

sujeitos, os quais possuem por efeito ideológico básico a afirmação evidente de que há um eu que diz e que por isso é, existe (ALTHUSSER, 1980a; PÊCHEUX, 2009).

Nesse sentido, o “ego-eu” estrategista assujeitado/sujeito intencional mencionado por Pêcheux (2010b, p. 313) só existe enquanto emergência real, simbólica e imaginária de um “eu” que se diz “eu” e que se constitui como posição-prática no mundo. Sua intencionalidade, se não pode ser negada, não implica a transparência da complexidade que lhe possibilita a própria emergência enquanto “estrutura em dominância” (HALL, 2003, p. 177) não-determinante, nem necessária (HALL, 2003, p. 185).

1.3 O “fazer discursivo”

A análise do discurso não é mais talvez do que um longo desvio que busca questionar o postulado da autonomia da sintaxe e o esquecimento pela linguística de toda a história, mesmo e sobretudo, da sua própria.

Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin⁶

Consoante Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2006), a tradição de leitura da AD no Brasil privilegia a relação estabelecida entre o sujeito, a língua e a história, considerando, para tanto, a interface entre três rupturas teóricas de três novos campos do saber, quais sejam: a da Linguística, a do Marxismo e a da Psicanálise. Com o primeiro, pôde-se avançar nos estudos que demonstram a opacidade da língua, a qual se organiza com uma estrutura que lhe é própria; com o segundo, aprofundou-se a perspectiva de que a história possui materialidade, decorrente das atividades humanas em sociedade. Todavia, assim como a língua, essa materialidade não é transparente aos sujeitos; por fim, o terceiro propõe que o próprio sujeito se constitui numa relação de opacidade consigo mesmo, de modo que as práticas que lhe instituem enquanto instância material (móvel) não se revelam como formas *a priori* fixas e evidentes. É, portanto, do entrecruzar-se dessas diferentes formas de materialidade não-transparente que se firma um olhar teórico de problematização da linguagem no Brasil, intrinsecamente vinculado à constituição de uma tradição francesa de estudos da leitura a partir de fins da década de 1960.

⁶ Courtine e Marandin (1981, p. 32, *apud* MAINGUENAU, 2010, p. 74).

Esse fazer discursivo, modo pelo qual denominamos essa prática teórica de problematização da linguagem, é composto, curiosamente, de certa dualidade, a de estar constitutivamente vinculado à Linguística pela afirmação e pela negação dos seus métodos. Caso estivessem reduzidos à Linguística, com seus pressupostos de cientificidade, os estudos discursivos prescindiriam das incursões epistemológicas do Marxismo e da Psicanálise, responsáveis por estabelecer fraturas na forma da língua e por propor discontinuidades causais e consequentes do atravessamento ideológico tanto do “outro” da história como do “Outro” Psicanalítico. Ocorreria, portanto, a reclusão do discurso nas abordagens que pretendem explicar a forma em detrimento do funcionamento.

Noutro viés, caso estivessem reduzidos à História e à Psicanálise, tais estudos desconsiderariam a materialidade da língua como estrutura fundante privilegiada do campo simbólico humano. A relação entre história e linguagem seria afetada, então, pela ausência do sistema (“semiaberto”) da língua. Como afirma Orlandi (2009, p. 11): “Assim, ao mesmo tempo em que pressupõe a Linguística, a AD abre um campo de questões no interior da própria Linguística e que refere o conhecimento da linguagem ao conhecimento das formações sociais”.

É dessa relação idiossincrática com o campo da Linguística que a AD herda o que a autora denomina de “nomadismo”. Isso significa que seria contraditório com a própria prática discursiva propor teorizações que corroborassem a perspectiva de um “acúmulo científico fixo”, tal como costumeiramente se propõe no discurso científico. Assim, a um só passo, o fazer discursivo coloca em xeque um dado olhar sobre a Linguística e um dado olhar sobre a Ciência, os quais se pautam pela busca da objetividade dos dizeres e pelo estabelecimento das verdades do mundo.

Nos últimos anos, pode-se perceber as crescentes tentativas de anexação da AD à Linguística por meio da Pragmática, das Teorias da Enunciação e dos Estudos da Argumentação (COURTINE *apud* NUMARA, 2010). Por um lado, tais relações devem ser bem vistas pelo analista do discurso, uma vez que elas reconhecem e consolidam o papel desse campo de problematização da linguagem no âmbito da Linguística. Por outro, deve-se temer que essas tentativas de anexação possam “apagar” as idiossincrasias que lhe são constituintes, a saber: o diálogo privilegiado com as formações sociais e ideológicas na constituição do simbólico humano. “Não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”, afirma Orlandi (2009, p. 13). Se isso não for levado em consideração, o discurso acabará por ser anexado como uma espécie de apêndice conceitual (secundário) em relação ao linguístico (central) (ORLANDI, 2009). A autora afirma:

Desse modo, embora pressuponha a Linguística, se distingue dela em pontos cruciais, pois não é nem uma teoria descritiva, nem uma teoria explicativa. A AD se pretende uma teoria crítica que trata da *determinação histórica dos processos de significação*. Não estaciona nos produtos como tais. Trabalha com os *processos e as condições de produção da linguagem*. Condiciona, por isso, a possibilidade de se encontrarem *regularidades à remissão da linguagem à sua exterioridade* (condições de produção) (ORLANDI, 2009, p. 12. Grifos nossos).

Desse excerto, gostaríamos de destacar, em especial, a menção que a autora faz à “determinação histórica dos processos de significação”, às “condições de produção da linguagem” e à “remissão da linguagem à sua exterioridade”. Tais raciocínios são fundamentais para que possamos definir o conceito de discurso na forma como adotamos neste trabalho. O primeiro retoma parcialmente a discussão que esboçamos na seção anterior a respeito da relação entre o indivíduo (instância biológica) e o sujeito (instância histórica).

Ora, se os *processos de significação são determinados historicamente*, isso significa que não podemos analisá-los pelo simples estudo dos componentes físicos, químicos e biológicos envolvidos em cada ato de enunciação, pois é preciso avaliar historicamente a composição dos significados, ou seja, as *condições (sociais) de produção da linguagem*. No que diz respeito ao terceiro aspecto, fazemos notar a importância de se avaliar a linguagem por meio da sua remissão à *exterioridade*. Nos termos da autora, às suas condições de produção. Embora a língua se configure como uma estrutura com ordem própria, isso não significa que ela seja autônoma em relação ao seu funcionamento, ou seja, à organização histórica que institui as possibilidades do dizer.

Apesar de a AD não ser uma teoria essencialmente nem descritiva, nem explicativa, corroboramos a perspectiva de Possenti (2004) quando ressalta que as áreas do saber se baseiam, necessariamente, em dois tipos de dados para adquirirem legitimidade, (I) os que (re)afirmam a teoria ao serem utilizados constantemente como categorias analíticas para diferentes *corpora* (papel predominantemente descritivo) e (II) aqueles que, amparados pelos conceitos consolidados, colocam à prova a própria teoria, fortalecendo-a (papel predominantemente explicativo). Não há como considerar um sem o outro. Seguindo esse raciocínio, o estudioso salienta a necessidade de a Análise do Discurso enveredar por novos caminhos investigativos, tais como a aquisição e a perda de linguagem. Com isso, poder-se-á examinar a abrangência e a validade de seus conceitos, solidificando as suas bases teóricas. Vejamos, por exemplo, o questionamento de Pêcheux e Gadet (2011b, p. 310. Grifos dos autores):

Se é verdadeiro que, desde a descoberta freudiana “o eu não é mais mestre de si”, em que a concepção proposta aqui implica o questionamento da linguagem como *órgão de espírito* (a expressão é de Chomsky), como objeto de um domínio exercido por uma instância que é supostamente mestra dela mesma, como do universo de sua linguagem?

Como afirma Orlandi (2009), cada estudo discursivo deve repensar constantemente os seus pressupostos teórico-metodológicos, de modo a evitar a “axiomatização” do domínio, prendendo-o em grades que anulariam, exatamente, os seus grandes trunfos, ou seja, a mobilidade teórica que lhe possibilita dialogar com diferentes domínios no intuito de desconstruir a naturalização do simbólico através da sua permanente remissão à singularidade histórica dos processos de produção da linguagem. Concordamos que a AD não deve ser reduzida aos modelos descritivos e explicativos típicos das Ciências da Natureza, no entanto, como campo de estudos, é necessário que tal domínio possa fundamentar a autoridade do seu dizer acadêmico, sendo fundamental, para tanto, que ele possa se propor a explicar e descrever certos fenômenos, ainda que salvaguardando o seu “nomadismo teórico-explicativo”.

É nesse sentido que avaliamos o excerto acima, como questionamento de um domínio teórico sobre si mesmo. Esse processo teórico-reflexivo é o pressuposto básico do olhar epistemológico, uma espécie de metalinguagem acadêmica que possibilita que cada campo de pesquisa e seus estudos possam se colocar, constantemente, à prova, evidenciando as suas próprias fraturas e fraquezas com o fito de aumentar o seu teor explicativo por meio de descrições que demonstrem, em certa medida, a validade histórica dos seus pressupostos teóricos. No caso da citação, Pêcheux e Gadet (2011b, p. 310) se questionam sobre as possibilidades geradas pela “descoberta psicanalítica”, segundo a qual “o eu não é mais mestre de si”, para que se possa desconstruir a proposta chomskyana da “linguagem como órgão de espírito”.

Mais do que um mero questionamento, com essa passagem, Pêcheux e Gadet (2011b) demonstram as potencialidades de constituição de um domínio teórico que pudesse fazer frente à empreitada mentalista de Chomsky. Curiosamente, nos próprios termos da AD, podemos considerar que esse diálogo epistemológico põe a própria Análise do Discurso como o “eu” (AD) em relação ao seu “outro” constitutivo (neste caso, o Gerativismo).

A tradição de leitura que opõe a AD aos estudos da cognição acaba por realizar um “esquecimento” das condições de produção dos princípios fundadores do próprio domínio, a saber: a aproximação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise no intuito de opor uma teoria da subjetividade que ressalte a determinação histórica dos processos de significação às

correntes teóricas que propõem a determinação biológica dos sujeitos, como é o caso do Gerativismo chomskyano. Apagar as interfaces entre a AD e as diversas áreas envolvidas nos estudos da cognição é, portanto, escamotear as condições de possibilidade para a sua emergência histórica como campo do saber, que, para “produzir a sua autoridade”, necessita avaliar como a sua epistemologia pode ser produtiva para responder algumas perguntas a esse respeito, notadamente, aquelas que buscam investigar a “natureza do ser”. É nesse sentido que retomaremos as discussões acerca do “processo geral de linguagem”, da “aprendizagem”, da “aquisição” e da “competência discursiva” neste trabalho, almejando avançar nas reflexões sobre a cognição partindo de uma epistemologia discursiva ancorada na historicidade radical.

Dito isso, como definir essa epistemologia? Para operacionalizar a presente pesquisa no âmbito do que definimos acima como “fazer discursivo”, deparamo-nos com a seguinte questão: como aproximar os estudos discursivos de uma perspectiva considerada mais “dura” (trabalhos marcados pelo distanciamento entre AD e Pragmática) dos de uma perspectiva considerada mais “leve” (trabalhos marcados pela relativa aproximação da AD com a Pragmática)? No Brasil, costumeiramente, o primeiro caso se associa aos estudos pècheutianos, enquanto o segundo se associa aos estudos de Dominique Maingueneau. São notórias as diferenças de diálogos que ambos estabelecem com a Psicanálise e com o Materialismo Histórico. Se Pêcheux (2009) se aproxima desses dois campos teóricos, Maingueneau (2007) os “marginaliza” em prol de um diálogo mais aprofundado com a filosofia foucaultiana.

Os períodos em que ambos teorizam sobre a AD são diferentes, o que incide sobre o rearranjo teórico-epistemológico de suas abordagens (MALDIDIER, 2003; 2011; MAZIÈRE, 2007). Não obstante, entendemos haver uma espécie de coerência epistemológica entre ambas as “vertentes”, o que se deve à forma pela qual, desde os fins dos anos 1960, passa-se a se associar no contexto francês o conceito de discurso a uma análise não-transcendental da linguagem, considerando a relação entre história e língua como fundamental para o entendimento do processo de enunciação, bem como posicionando-se para além das dicotomizações que opõem uma “linguística da língua” a uma “linguística da fala”.

Segundo Piovezani e Sargentini (2011), no contexto atual, parece haver um “esquecimento” dos conceitos e das contribuições vinculados ao “contexto formador” da AD no intuito de apagar o processo singular de emergência desses estudos e das suas proposições teóricas. Com isso, apagar-se-ia, de certa maneira, a conformação de uma tradição para se “redescobrir” questões que, teoricamente, já estavam postas anteriormente, validando, assim, os novos estudos do campo (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011).

A renegação teórica de Althusser, o enfraquecimento do Estruturalismo, do Marxismo e da Psicanálise na Europa pós-1991 (queda da URSS), bem como o fortalecimento do modelo neoliberal nesse continente a partir da década de 1980, sugerem novas demandas teóricas para a academia francesa (DOSSE, 2001).

A nosso ver, se tomarmos como foco a abordagem do discurso como historicidade radical, torna-se possível avaliar que o distanciamento entre ambas as perspectivas deve-se: a) para além das diferentes influências e da suposta incoerência entre os seus pressupostos teóricos, às relações de poder existentes entre distintas instituições acadêmicas no processo de demarcação do “saber discursivo”, seja no Brasil, seja na França; e b) às diferentes condições de produção desse saber, incidindo aí as novas arregimentações que o tempo histórico “impôs” às respectivas academias. Desse modo, ao definirmos o discurso como historicidade radical, propomo-nos a:

- 1) Focar na coerência entre essas abordagens discursivas, englobando com elas diversos autores que a elas se vincularam desde fins da década de 1960. Entendemos que, apesar dos diferentes interesses, bem como da reconfiguração do próprio saber discursivo na AD ao longo das últimas décadas, parece ter-se firmado um viés coerente de análise nesses trabalhos. Obviamente, podem ser feitos trabalhos que sejam focados nas diferenças e embates entre autores como Pêcheux (2009) e Maingueneau (2007). Em nosso caso, preferimos nos deter sobre as suas semelhanças, operando, para tanto, os devidos deslocamentos e apontando as zonas de tensão teórica sempre que necessário;

- 2) Coletar um quadro mais abrangente de reflexões e argumentos acerca da cognição nessa perspectiva discursiva. Ao buscarem desconstruir os argumentos das vertentes cognitivistas (construído como o “outro teórico”), os autores da AD produzem, como contraparte necessária, raciocínios coerentes sobre como se deve tratar do tema da cognição no próprio domínio a que se filiam;

- 3) Fundamentar adequadamente as nossas propostas teóricas neste trabalho, objetivando, a um só passo, dar maior consistência ao nosso percurso teórico e limitar as possibilidades de incoerência no que diz respeito à epistemologia discursiva adotada;

4) Desconstruir a ideia comumente apresentada de que o instrumental teórico gerado pela AD não pode contribuir para as discussões acerca da cognição, fazendo pressupor que tais discussões são incompatíveis com esse domínio. Tais contradições também são construídas historicamente, embora possam se fazer passar por conclusivas. Trata-se de um efeito de evidência e, como tal, é passível de ser analisado. É preciso, portanto, (re)ler para (re)ver.

No caso de Pêcheux, a constante retomada dos seus próprios textos sob o olhar das críticas recebidas foi fundamental para que o mesmo retomasse a teoria sob outros aspectos, reformulando conceitos e incorporando outros (PÊCHEUX, 2010b; MALDIDIER, 2003; 2011; MAZIÈRE, 2007). Nesse sentido, o autor nunca deixou de se perguntar sobre os limites da sua abordagem e sobre a necessidade de se avançar nas pesquisas. Ao longo dos nossos estudos, percebemos que o desenvolvimento teórico sobre a categoria de sujeito na Análise do Discurso Francesa deixou caminhos e brechas que possibilitam discutir a questão da cognição no quadro desse domínio.

Curiosamente, as passagens encontradas demonstravam que não apenas o diálogo era possível, mas também que as “abordagens cognitivistas” funcionavam como o outro necessário para a construção do sujeito na AD, como demonstram os usos de termos como “aquisição”, “aprendizagem” e “categorização”. Logo, o não desenvolvimento dessa problemática no âmbito da AD pode tanto limitar as suas análises quanto gerar contradições entre os conceitos utilizados e a epistemologia de onde se parte para utilizá-los. Retomar esses embates tornou-se fundamental para que pudéssemos aproximar os domínios teóricos com os quais trabalhamos, a saber, a AD, o Realismo Experiencial, os Sistemas Complexos e o Empirismo Cognitivo.

Para além da simples justaposição de conceitos oriundos dessas abordagens teóricas, tais diálogos foram fundamentais para que pudéssemos tecer críticas, operar deslocamentos e realizar aproximações que nos possibilitassem propor um constructo teórico único, o de uma perspectiva discursiva da cognição definida como emergente e externalista.

1.4 O discurso como historicidade radical

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Michel Foucault

Para Foucault (2008), é preciso romper com a concepção de pensamento tal como proposto pela História das Ideias⁷. No dizer do filósofo francês, esta define o humano pela sua capacidade racional de desvendar a realidade pelo acúmulo progressivo de conhecimentos, propondo-se, em vista disso, organizar os fenômenos históricos por uma espécie de coerência causal composta por uma sistematicidade harmônica. Contrariamente a essa perspectiva, o autor propõe que o pensamento humano e os sistemas de pensamento se organizam pela descontinuidade das ideias, decorrentes da opacidade da história em relação à linguagem. Isso significa que os novos saberes desautorizam os seus anteriores, emergindo por rompimento (descontinuidade) e não por complementação (continuidade).

A verdade sobre um dado referente/objeto⁸ é, para o autor, decorrente dos regimes de verdade, criados e reproduzidos pelas instituições sociais e pelas relações de forças instituídas entre elas em cada sociedade, sendo compostos por um conjunto de enunciados que definem os limites do que se pode ou deve dizer sobre um dado objeto em uma dada prática discursiva. A Ciência Moderna, por exemplo, seria o meio pelo qual a sociedade ocidental passou a conceber o “homem” como o objeto por excelência do saber científico. Almejando desvendar os seus componentes naturais, supunha-se possível compreender as leis que o regem, bem como os mecanismos pelos quais ele pode explicar o próprio mundo (FOUCAULT, 1981).

Sendo a linguagem uma produção social anterior aos indivíduos (ser orgânico), deve-se considerar que as formas simbólicas são as responsáveis pela instituição do sujeito (aquele que concretiza o enunciado), não sendo os primeiros a dizerem o que dizem, não são também

⁷ Segundo Foucault (2008, p. 8): “Esta [História das ideias], na verdade, sob sua forma tradicional, se atribuía como tarefa definir relações (de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismo, de expressão) entre fatos ou acontecimentos datados: sendo dada a série, tratava-se de precisar a vizinhança de cada elemento. De agora em diante, o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou ‘quadros’ [...]”.

⁸ Para uma discussão introdutória perspectivada sobre o problema linguagem/referente/mundo no âmbito da Filosofia da Linguagem ao longo do século XX, consultar Araújo (2004) e Dutra (2014).

o *locus* da gênese do sentido. Engajar-se numa situação de produção de sentidos é, necessariamente, posicionar-se (ou ser posicionado) de acordo com as regras enunciativas vivenciadas e institucionalizadas em sociedade acerca de uma dada prática. Seus enunciados representam organizações historicizadas da forma de pensar, e não o revelar do conhecimento em si (no sentido de transcendência universal), tido como um *a priori* em relação àquelas. No dizer de Foucault (2008, p. 69):

Na análise que aqui se propõe, as regras de formação têm seu lugar não na "mentalidade" ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo. Por outro lado, não são consideradas universalmente válidas para todos os domínios indiscriminadamente; são sempre descritas em campos discursivos determinados, e suas possibilidades indefinidas de extensão não são reconhecidas antecipadamente. Podem-se, no máximo, por uma comparação sistemática, confrontar, de uma região a outra, as regras de formação dos conceitos.

Para o filósofo, a linguagem não é acessível em sua totalidade (o todo é uma idealização), pois ela é perspectivada pela forma particular como as formações discursivas (regras histórico-institucionais que regem as enunciações) autorizam/possibilitam os dizeres dos sujeitos. Assim, falar é agir (no dizer de Orlandi (2009), é trabalho), bem como é o modo pelo qual se institui uma instância dessubjetivada (linguagem) em sujeito ("aquele que diz"). Apenas através da fala (incluindo as diferentes semioses) nos tornamos seres na/pela linguagem, instância finita surgida nas/das condições de ação em uma dada situação enunciativa, na qual cada enunciado carrega consigo uma perspectiva específica sobre um dado objeto em uma dada situação enunciativa.

Produto das organizações históricas do saber, o objeto é criado e fragmentado pelas FDs, de modo que, ao ser tornado referente e predicado pela enunciação, seu enquadramento enunciativo, obrigatoriamente, exclui outros, seja por antagonização seja por diferenciação. Sua condição de existência é, portanto, o singular, o descontínuo, surgido na materialidade do acontecimento histórico (FOUCAULT, 2008).

Não obstante, a finitude de um enunciado não diminui a infinidade de possibilidades para a sua realização, se a sua emergência é possível em inúmeras formas (condizentes com as mesmas regras enunciativas), o seu sentido tende à raridade, pois constrangido pelas regras de enunciação que limitam o que se pode e/ou deve dizer em uma dada prática discursiva. Nessa perspectiva, o problema da gênese deve ceder espaço ao entendimento do singular (acontecimento discursivo) como produto emergente das regras enunciativas socialmente institucionalizadas que lhe são anteriores (formações discursivas). O sujeito deve, então, ser

compreendido na imanência das relações causais (não-lineares) na/pela linguagem, sem concatenação lógica⁹, pois criadas historicamente, e não biológica ou matematicamente.

Para Foucault (2008), o *cogito* deve ser destranscendentalizado e a sua natureza desnaturalizada. O sujeito é uma posição-sujeito, tendo como condição de possibilidade a regionalização da linguagem em/por mecanismos de saber e poder. Tomá-lo como posição-linguagem surgida *a posteriori*, descentrada em relação ao indivíduo (base orgânica), fundamenta aquilo que Maingueneau (2007, p. 50) define por uma “escola francesa que opta pela historicidade radical de qualquer discurso”, ou seja, pela história levada às últimas consequências na conformação da subjetividade humana. No dizer deste autor,

Pensada [competência] como um sistema desligado da história, correlato de uma *subjetividade transcendental*, ela não parece excluir uma escola francesa que opta pela *historicidade radical* de qualquer discurso, inclusive em epistemologia, e que pretende promover um “descentramento” das formas de subjetividade filosófica tradicionais? (MAINGUENEAU, 2007, p. 50. Grifos nossos).

Nessa perspectiva, a epistemologia da AD se propõe a desconstruir a concepção existencialista/humanista na Filosofia, que concebe o ser humano como ser transcendental, fruto da homogeneidade sistêmica entre as suas características internas em relação ao mundo que o envolve. Caso fosse assim, o sujeito poderia ser causa dele mesmo, o ponto de origem que move a si mesmo e atribui sentido a si e ao mundo, como aponta Pêcheux (2009) através da metáfora imagética das mãos que se desenham uma a outra. Reconhecendo a historicidade radical como perspectiva organizadora desse domínio, torna-se possível aproximar algumas reflexões realizadas por alguns autores canônicos desse campo de problematização da linguagem, sobretudo no que concerne à relação entre discurso, subjetividade e cognição.

Apesar das diferenças existentes entre as perspectivas de Pêcheux (2009) e de Orlandi (2009) em relação à de Maingueneau (2007), compreendemos que tais autores se utilizam das contribuições da arqui-genealogia foucaultiana para o estudo da história e dos sujeitos, avaliados no âmbito das práticas de saber e poder, privilegiando, assim, o funcionamento em detrimento da forma. A respeito das práticas discursivas, Foucault (2008, p. 138. Grifos nossos) observa:

Finalmente, o que se chama "*prática discursiva*" pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um *indivíduo* formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a *atividade racional* que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "*competência*" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas,

⁹ Para uma crítica da interpretação logicista da/na Linguística, consultar Pêcheux e Gadet (2011b).

históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Focar no conceito de prática discursiva possibilita, então, demonstrar uma aproximação essencialmente não-contraditória entre o quarteto Foucault-Pêcheux-Maingueneau-Orlandi, os quais representam uma perspectiva de discurso anti-humanista. Avaliando o sujeito enquanto materialização de uma dada posição da/na linguagem em uma dada prática discursiva, tais autores estão em consonância com a desconstrução da psicologia interna¹⁰ ao sujeito nos seguintes termos: discurso → regras de enunciação históricas → composição histórica (externa) da linguagem (em oposição à concepção internalista/inatista) → subjetividade imanente à linguagem (em oposição à subjetividade transcendental).

A aproximação dos seus estudos é tanto possível quanto necessária para o esclarecimento das questões que buscamos resolver nesta pesquisa. Para nós, a proposta de “sujeito-assujeitado” às estruturas da língua, do inconsciente e da história representa a tentativa de superar a “ontologia do ser” nas explicações ditas materialistas de alguns domínios das Ciências Cognitivas, sugerindo, para tanto, a desconstrução radical da categoria de sujeito na linguagem, sem que, com isso, ela prescindia da possibilidade de se teorizar sobre a intencionalidade humana, sobre o pensamento e a sua relação com a memória.

1.5 A interdisciplinaridade no/do discurso

A teoria do discurso estava tomada no fantasma da “articulação”. O retorno às disciplinas é um retorno ao real. A análise do discurso devia sair de seu fechamento, se confrontar com outras disciplinas, “por-se à prova”.

Denise Maldidier

Cortez e Xavier (2003) realizaram um interessante projeto de divulgação da Linguística no Brasil. A ideia dos autores, basicamente, se fundamentava em entrevistar renomados linguistas brasileiros, oriundos de diversas correntes de pesquisa, indagando-os

¹⁰ Para uma crítica dos aportes teóricos da Psicologia no âmbito da AD e para uma discussão mais detida sobre a incorporação dos pressupostos da Psicanálise lacaniana no intuito de desconstruir o sujeito psicológico, consultar Foucault (2002), Herbert (2011), Gadet, Haroche, Henry e Pêcheux (2011) e Pêcheux (2011b).

com as mesmas questões. A escolha dos temas debatidos procurava contemplar os principais assuntos de interesse para a área, abordando problemas polêmicos como as definições de língua e Linguística, as suas relações com a linguagem, o pensamento, a sociedade, a cultura e a educação e os desafios do campo para o século XXI. Ao todo, foram dez questões direcionadas a dezoito pesquisadores.

Dentre as respostas dos autores, um aspecto nos chamou mais a atenção. Um número significativo deles ressaltou, para a pergunta “quais os desafios para a Linguística no século XXI?”, a necessidade de se aproximarem os distintos escopos teóricos dessa área para produzir investigações mais interdisciplinares, possibilitando a obtenção de resultados mais complexos para o desvendamento da linguagem humana. Dessa forma, segundo pensam, seria possível diminuir a rigidez das divisões entre as áreas, as quais põem as diferentes linhas de pesquisa em maior ou menor proximidade com as concepções de “ciência dura” ou de “ciência leve”, definidas pelo maior ou menor uso de metodologias experimentais.

Em seus últimos anos de vida, Foucault acabou por impulsionar algumas mudanças no direcionamento de suas pesquisas, nas quais se pôde perceber o ressurgimento do sujeito em sua obra, apontando para uma aproximação com a Hermenêutica de Ricoeur, frequentemente criticada pelo autor. Para Foucault, esse domínio representava a insistência de uma epistemologia fenomenológica do sujeito resistente à dispersão histórica dessa categoria em pleno século XX. Tal reaproximação, contudo, não buscava retornar ao “eu-essência”, mas questionar a intencionalidade ética dos sujeitos ao pensarem sobre si mesmos, sobre os “cuidados de si”. Trabalhada no âmbito da experiência singular, tal intencionalidade ética torna-se possível pelas condições de exercício da liberdade quando imersos em uma estrutura (DOSSE, 2001). Nesse momento da sua produção teórica, o “outro” parece passar a um plano secundário, a respeito do qual o filósofo salienta: “Não se deve dar primazia à preocupação com os outros em relação à preocupação conosco”; e complementa: “a preocupação consigo mesmo é eticamente primordial, uma vez que a relação de cada um consigo mesmo é ontologicamente primordial” (FOUCAULT *apud* DOSSE, 2001, p. 235).

Consoante Dosse (2001), a morte de Foucault nos impediu de ver os desdobramentos de sua aproximação com o “eu” em sua autoconstituição (ontológica) dialógica, responsável por revelar os novos deslocamentos teóricos que, provavelmente, o aproximariam do quadro teórico de Ricoeur. Para nós, os redirecionamentos da perspectiva foucaultiana demonstram, de certa forma, o quanto as questões epistemológicas são transversais, à medida que as pesquisas podem demonstrar caminhos que possam pressionar pelo redelineamento do quadro teórico utilizado e de seus instrumentos analíticos. Valorizá-las pode induzir as diversas

correntes a se aproximarem, fundando pontos de inflexões nos seus posicionamentos, ainda que irreduzíveis entre si.

Japiassu (1976) discorre sobre o quão danoso tem sido para as Ciências Humanas consolidar acriticamente divisões arbitrárias. Consoante o filósofo, em “Maio de 68” já se demonstrava o quanto a sociedade ocidental, em especial, a francesa, sinalizava o esgotamento desse modelo de produção do saber. Para ele, a interdisciplinaridade tornara-se o meio mais viável para superar a extrema especialização da produção científica, que sofria de um processo de “patologização do saber”. Segundo o autor, é imperativo que as diferentes subdivisões do conhecimento se aproximem com o propósito de, na medida do possível, avaliar as questões e as respostas comuns a que temos chegado depois de décadas de institucionalização do conhecimento.

A formação de bases mais sólidas e transdisciplinares (estágio mais complexo do que o interdisciplinar), teoricamente, possibilitaria avanços mais consistentes para o desvelamento da complexa realidade, que, embora inacessível em sua totalidade, é produto da inter-relação de diversas instâncias. Contudo, o filósofo brasileiro não propõe, ao modo da Física, uma “teoria da unificação”, como se fosse possível reduzir a linguagem a bases axiomáticas ou algorítmicas. Tratando-se do ser humano e de suas culturas, entende-se que a sociedade é fragmentária e que a linguagem e o sentido são constituídos na concretude das relações, tornando-se, em vista disso, inacessíveis em sua totalidade.

Bourdieu (2008), analisando as limitações da linguística saussuriana, centrada na abstração do código, estima a necessidade de analisar a língua em meio aos *habitus* e aos mercados linguísticos para se entenderem as singularidades conjunturais dos discursos, postos em práticas por sujeitos históricos pertencentes a culturas particulares e imbuídos dos valores simbólicos das práticas sociais nas quais se engajam. Para o autor, o trato com a competência linguística em termos abstratos gera erros e fracassos nas análises da língua, por vezes, “compensados” pelos usos, conscientes e inconscientes, de categorias sociais pertencentes à Sociologia. Em vista disso, no seu dizer, surge uma espécie de “Sociologia espontânea”, importada por linguistas estruturalistas no afã de superar as limitações de suas análises, restritas aos códigos.

Apesar de existirem diferenças marcantes entre as perspectivas de Bourdieu (2008) e a da análise do discurso que adotamos, centradas na disparidade entre o viés pragmático (o sociólogo define a sua abordagem como “Pragmática discursiva”), para a primeira, e a historicidade radical, para a segunda – além da óbvia diferença de o viés de Bourdieu (2008) se constituir na Sociologia rumo à Linguística e a nossa perspectiva surgir no campo da

Linguística em direção à História –, o que nos interessa é avaliar como, reconhecidos os limites da análise formal da língua, o autor se propõe a, metodologicamente, se apropriar das discussões e referenciais de outra área para trabalhá-los adequadamente na conformação da sua perspectiva, buscando evitar, com isso, se valer de uma espécie de “Linguística espontânea”. Reconhecidas as restrições de seu campo de estudos, o autor se abre para os diálogos necessários no intuito de engrandecer teoricamente a perspectiva de análise proposta. No presente trabalho, almejamos produzir um diálogo profícuo entre discurso e cognição com o fito de contribuir para a diminuição de uma espécie de “cognitívismo espontâneo” no quadro da AD.

Não obstante, é preciso atentar para o raciocínio desenvolvido por Charaudeau (2013) acerca da necessidade de se desenvolver uma “interdisciplinaridade focalizada” como forma de evitar o que chama de “pluridisciplinaridade selvagem”. Para o autor, a interdisciplinaridade decorre da tentativa de se associar, entre pelo menos dois domínios, conceitos, ferramentas e resultados de análise. Assim, torna-se necessário limitar o diálogo para que se consiga ascender, adequadamente, às interrogações epistemológicas e aos empréstimos conceituais, explicando em que medida e sob quais finalidades é possível que tais conceitos sejam emprestados e integrados em outra disciplina. No seu dizer:

[...] Uma interdisciplinaridade focalizada não é um modelo, mas um estado de espírito engendrando uma abordagem que procura ter, a um só tempo, o multipertencimento disciplinar dos fenômenos sociais (interdisciplinaridade) e o rigor de uma disciplina (focalizada) (CHARAUDEAU, 2013, p. 31).

A AD é, por ofício, um domínio interdisciplinar. Para que pudesse se constituir enquanto campo de pesquisas, foi necessário que ela rompesse com os limites da Linguística, incorporando questões advindas da História¹¹ (Materialismo Histórico) e da Psicanálise. Do mesmo modo, o debate com alguns estudiosos da cognição remonta aos primórdios do seu delineamento epistemológico e à sua afirmação enquanto campo de problematização da linguagem. Pêcheux (2009), por exemplo, tratou do conceito de pensamento por meio da interface entre os domínios supracitados, almejando, com isso, desnaturalizar o ser humano e as suas categorias constitutivas no quadro de uma teoria que buscasse perceber o atravessamento ideológico incontornável na produção humana de sentidos.

Como analistas do discurso, entendemos que, na contramão da extrema especialização epistemológica e da definição rígida das fronteiras entre os saberes

¹¹ Para uma abordagem centrada na relação entre a AD e a História, consultar Robin (1977).

(obviamente, reconhecemos os avanços trazidos pelo modelo de departamentalização dos conhecimentos, bem como que, em última instância, não há como produzi-los e institucionalizá-los sem a definição de objetos de análise), parecem se consolidar demandas por algumas aproximações entre distintas áreas de pesquisa, o que, segundo pensamos, vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX, quando se fortalecem domínios como a Sociolinguística, a Neurolinguística Discursiva, a Semântica Discursiva, a Biolinguística, a Geolinguística, entre outros.

Em nosso caso, tratando da relação entre os processos discursivos e os processos cognitivos, focamo-nos, em especial, na relação entre a emergência da subjetividade, a indeterminação constituinte da linguagem na sua relação com os processos metafóricos e a remissão do pensamento à “exterioridade” da história para propor a categoria de “metáforas emergentes distribuídas”. Nesse sentido, realizamos uma espécie de duplo movimento de aproximação epistemológica: (I) um “interno”, no qual dialogamos com distintas perspectivas da própria AD, valendo-nos, para tanto, de algumas das questões epistemológicas centrais desse domínio, em especial, no que concerne à forma pela qual se desenvolveu uma abordagem discursiva de conceitos como pensamento e competência; (II) outro “externo”, entendendo que, na busca constante da AD em (re)definir as suas fronteiras e objetivos, ela nos permite seguir em direção ao diálogo com outros domínios teóricos.

Destarte, a natureza interdisciplinar do nosso trabalho se ancora em um triplo movimento teórico: primeiro, retomar as discussões que tratam da cognição e dos Sistemas Complexos no âmbito da AD, defendendo a ideia de que não apenas essas discussões já estão presentes desde a constituição desse escopo teórico, mas também de que aprofundá-las é fundamental para a sua consolidação enquanto área do saber; segundo, realizar um diálogo entre a AD e os “estudos da metáfora”, tanto no que diz respeito ao conceito de “mente incorporada” (Realismo Experiencial) como o de propriedade emergente (Sistemas Complexos), representados, respectivamente, pela proposta de metáforas estruturais, ontológicas e de orientação em Lakoff e Johnson (1985) e de metáfora emergente em Cameron e Deignan (2009) e Cameron e Larsen-Freeman (2007); e, terceiro, aproximar a concepção de exterioridade do pensamento na AD da exterioridade da cognição em Aurox (1998). Antes disso, no capítulo seguinte, dialogaremos com alguns domínios teóricos que tratam da relação entre sujeito e linguagem.

CAPÍTULO II: DO SUJEITO DE DIFERENTES PRÁTICAS ÀS PRÁTICAS DE DIFERENTES SUJEITOS

2.1 O sujeito reconstrói o mundo em si: crítica à Epistemologia Genética

*Quando eu raciocino em termos de psicologia genética, eu tenho sempre em mente alguma coisa que se apoia sobre a história das ciências ou história da matemática porque se trata do mesmo processo*¹².

Jean Piaget

Segundo Piaget, os estudos que definem a aprendizagem humana¹³ pela associação entre objetos e percepções dos indivíduos se mostraram ineficientes na tentativa de explicar a formação do conhecimento humano (crítica ao método empirista). Para o autor, esse modelo teórico tem por principal falha não considerar a atividade do sujeito no processo de construção do próprio conhecimento, engendrado, segundo pensa, por dois processos interdependentes: o *processo de assimilação*, no qual os indivíduos assimilariam novos objetos a esquemas de ação previamente conformados nas suas estruturas cognitivas, e, no sentido inverso, o *processo de acomodação*, no qual os antigos esquemas se acomodam de acordo com as particularidades dos novos objetos, produzindo, com isso, novos esquemas (PIATELLI-PALMARINI, 1979)¹⁴.

¹² Citação em francês: « Quand je raisonne en termes de psychologie génétique, j'ai toujours derrière la tête quelque chose qui s'appuie sur l'histoire des sciences ou l'histoire des mathématiques parce que c'est le même processus (PIAGET *apud* PIAPELLI-PALMARINI, 1979, p. 227)».

¹³ Segundo Del Ré (2006), tecnicamente, o processo de aquisição remete mais especificamente ao desenvolvimento da linguagem nos primeiros anos de vida da criança, até os seus 3-4 anos de idade. Nesse sentido, trata-se da aquisição da língua materna (L1), levando-se em consideração a aquisição das marcas fonológicas, fonéticas, morfológicas e sintáticas relacionadas, a depender da pesquisa, tanto à fala como à escrita. Por aprendizagem, a autora entende o processo humano contínuo de apreensão dos conhecimentos e de desenvolvimento de suas competências após a fase de aquisição da linguagem, posterior, portanto, aos quatro anos de idade. Parte significativa dos autores trabalhados neste capítulo trata dos processos de aquisição da linguagem, avaliando, assim, tal fenômeno em crianças. A despeito disso, tais discussões contribuem para as teorias da aprendizagem de uma forma geral, pois, em última instância, ambas, aquisição e aprendizagem, se referem a uma capacidade humana permanente, sendo a principal diferença aquela concernente à faixa etária em que se desenvolve o processo de internalização.

¹⁴ A discussão desenvolvida nesta seção se ancora, basicamente, no famoso debate entre Piaget e Chomsky, em 1975. Nessa ocasião, renomados estudiosos do período se reuniram na Abadia de Royaumont, na França, para discutir as questões vinculadas à aquisição, à aprendizagem e à linguagem, “testando” os modelos teóricos dos autores supracitados. Desse modo, referir-nos-emos aos raciocínios desenvolvidos por Piaget no debate por meio da referência Piatelli-Palmarini (1979).

Busca-se, assim, definir os constructos cognitivos como frutos de uma dinâmica relação entre o ser e o mundo, desconstruindo a necessidade de um *a priori* universal (crítica ao Gerativismo) em prol do pensamento sistêmico. Desse modo, a um só tempo, Piaget renega o empreendimento empirista, segundo o qual o sujeito se ajusta ao mundo pelas experiências (o sujeito é uma *tábula rasa*), e descarta a empreitada gerativista, na qual a forma do mundo seria determinada pela forma do sujeito, em decorrência da existência de dados prévios à experiência na natureza humana (visão modular da linguagem) (PIATELLI-PALMARINI, 1979).

Consoante Piaget, apenas o funcionamento da inteligência humana é hereditário, sendo esta definida como o mecanismo capaz de engendrar estruturas conceituais por meio da organização sucessiva das experiências sobre os objetos. A seu ver, assim como a Psicanálise de Jung, o empreendimento gerativista se equivoca ao confundir a possibilidade de estruturas gerais com a existência de estruturas inatas, base da suposição da linguagem como órgão hereditário alocado no cérebro humano¹⁵. Segundo aponta, é possível a existência das primeiras sem que haja as segundas. Definida como construtivista, pois sustenta que o conhecimento humano é elaborado através de contínuas operações de formação de novas estruturas, a Epistemologia Genética piagetiana expõe dois motivos principais para negar a hipótese inatista do Gerativismo: primeiro, na forma como está posta, a Gramática Universal (GU) supõe que a linguagem humana seria resultado de mutações exclusivas à espécie humana, sem que consiga, contudo, dar explicações plausíveis sobre o(s) porquê(s) desse privilégio; segundo, conseguir-se-ia chegar às mesmas conclusões, de existência de estruturas universais, caso se concebesse a linguagem como produto de um processo de autorregulação, dispensando, com isso, os problemas dos universais modulares de Chomsky (PIATELLI-PALMARINI, 1979).

A autorregulação funciona, portanto, como o conceito-chave do construtivismo piagetiano, pois é o mecanismo responsável tanto pela construção humana do conhecimento quanto pela organização da realidade não-caótica do mundo. Ambos têm em comum o fato de

¹⁵ Em Piatelli-Palmarini (1979, p. 231. Tradução nossa), Piaget destaca: “Não se deve confundir geral e inato; toda a fraqueza da obra de Jung, é de ter acreditado que porque um mito é geral, ele corresponde ao inato. Ora, 1) a generalidade apenas não confirma o inato, e 2) a questão é de saber se a generalidade é comum a todos os níveis de desenvolvimento ou então se ela se torna geral. Em numerosos casos, as estruturas se tornam gerais, mas elas não são anteriores ao nível considerado. Citação em francês: « il ne faut pas confondre général et inné ; toute la faiblesse de l’oeuvre de Jung, c’est d’avoir cru que parce qu’un mythe est général il correspond à un archétype inné. Or, 1) la généralité seule ne confirme pas l’inné, et 2) la question est de savoir si la généralité est commune à tous les niveaux de développement ou bien si elle devient générale. Dans de nombreux cas les structures deviennent générales, mais elles ne le sont pas avant le niveau considéré [...] » (PIAGET *apud* PIAATELLI-PALMARINI, 1979, p. 231).

se disporem em forma lógico-matemática. Ademais, diferentemente da recursividade em um sentido ortodoxo, o pensamento sistêmico de Piaget propõe que o retorno às estruturas de base do próprio sistema (princípio da recursividade nos sistemas complexos, no caso, da linguagem) não ocorre retornando às regras iniciais, como se os componentes primeiros fossem estáveis na relação entre o ser e o mundo. Para Piaget, há a superação contínua do modelo antecedente pelos modelos subsequentes, que, embora mais complexos, estavam presentes no anterior como possibilidade (latente) de existência, e que, quando concretizados, superam o anterior, englobando-o. Dito de outro modo, todo sistema se torna subsistema de um novo sistema, isto é, uma subestrutura da nova estrutura organizadora, seguindo um movimento em direção à maior complexidade. No caso do pensamento humano, quanto mais próximo da organização lógica do real, melhor o sistema recriado pelas suas estruturas cognitivas (PIATELLI-PALMARINI, 1979).

Nesse viés, supõe-se que o cérebro humano seja capaz de reproduzir internamente a complexidade que o mundo produz de forma dessubjetivada externamente. Concluídas as etapas de amadurecimento/progresso do conhecimento humano, este seria capaz de reproduzir, ainda que inconscientemente, o mesmo nível de complexidade das estruturas do mundo na forma de conhecimento (matemático, por excelência). Isso nos leva à relação de oposição entre a Epistemologia Genética piagetiana e a História das Ideias tal como definida por Foucault (2008). Em especial, trata-se aqui da História da Matemática.

Para Piaget, tanto o pensamento humano como os sistemas de pensamento parecem funcionar por meio da sucessão contínua de modelos menos complexos por modelos mais complexos, em que estes englobam os anteriores a cada nova etapa. No primeiro caso, pela capacidade lógico-matemática dos indivíduos (a capacidade racional); no segundo, pela forma como tais sistemas parecem se organizar por leis, que, em última instância, seguem a lógica matemática. A prática científica seria a responsável por intermediar a relação entre o homem e o mundo, criando instrumentais teóricos que possam fazer com que aquele compreenda e transforme o seu *habitat*. Para o biólogo suíço, a linguagem científica seria a linguagem lógica por excelência, associada à pureza das formas (PIATELLI-PALMARINI, 1979).

“Não há ‘discurso científico’ puro”¹⁶, afirma Pêcheux (2009). Consoante o autor, os efeitos de verdade gerados pelo discurso científico¹⁷ são decorrentes do fato de este se

¹⁶ Sobre essa questão, Pêcheux (2009, p 233. Grifos do autor) distingue dois processos opostos, utilizando-se, para tanto, da perspectiva de unidade complexa, como podemos ver na seguinte passagem: “o papel motor da contradição, na prática de apropriação do ‘mundo exterior’ (do real) pelo pensamento, se marca sob a forma da *divisão em dois funcionamentos opostos* (os quais, neste trabalho, designamos, respectivamente, como

apresentar como um discurso sem sujeito (da ciência), de modo que o sujeito (cientista) existiria exatamente pela forma como consegue se apagar do seu discurso. O funcionamento do discurso científico se organiza, então, através de um aparente paradoxo, a “presença ausente” do sujeito no processo de produção do conhecimento, no qual se deve dessubjetivar o discurso para tornar possível a objetivação do conhecimento de que trata. No seu dizer, todo discurso possui um sujeito na medida em que ele só se torna possível pela existência de uma forma-sujeito que materializa os dizeres representantes de um determinado campo do saber, nesse caso, do saber científico.

Essa forma-sujeito não é o cientista em si, como indivíduo, mas a figura do cientista tal como possibilitada pelo discurso científico. É, pois, a instância através da qual/pela qual tal saber se materializa (processo de enunciação) como processo discursivo em uma determinada instituição social. Ademais, as ciências funcionam pelo corte continuado do conhecimento, supostamente organizado pela descontinuidade¹⁸ entre as velhas e as novas proposições científicas, em que estas anulam as anteriores alterando o próprio regime de verdade e restabelecendo novas fronteiras sobre o que deve ser considerado científico e sobre o que deve migrar para o campo do pré- ou não-científico¹⁹. Segundo Pêcheux (2009, p. 202-203. Os itálicos são nossos):

A expressão *apropriação subjetiva dos conhecimentos* tem por fim lutar, ao mesmo tempo, contra o mito de uma “pedagogia pura”, no sentido de pura exposição-transmissão de conhecimentos”, “livre de qualquer pressuposto (!)”, e contra o mito de uma reconstrução dos conhecimentos na “atividade” do sujeito (contrariamente a **Piaget**, insistamos que a “atividade” não é a mesma coisa que a “prática”; a prática não pode ser a prática de um sujeito: não há, para sermos exatos, prática de um sujeito, há apenas os sujeitos de diferentes práticas). Nos dois casos, com efeito, estão sendo confundidas a prática de produção dos conhecimentos e a prática de transmissão-reprodução desses conhecimentos, e sendo evitado o ponto – crucial, a nosso ver – da não-existência de qualquer *começo* pedagógico (não-existência que é mascarada por certas “evidências”, como a do ingresso das crianças na escola). O reconhecimento desse ponto crucial nos permite compreender que todo efeito

funcionamento nocional-ideológico e funcionamento conceptual-científico) *da unidade complexa do processo da necessidade-real*, portanto em sua divisão dominada pela unidade desse processo. Em outra passagem, complementa: “o funcionamento conceptual-experimental (científico) que, sob formas específicas em cada ramo da produção dos conhecimentos, materializa a necessidade-real como necessidade-pensada (e, nesse sentido, torna localmente excluídos o sentido e o sujeito) nunca existe “em estado puro ” sob uma forma disjunta de seu oposto nocional-ideológico (PÊCHEUX, 2009, p. 243).

¹⁷ As estratégias de apagamento do sujeito não são exclusivas do discurso científico. No entanto, acreditamos que elas possuem características singulares nesse tipo de discurso, vinculadas, sobretudo, ao modo pelo qual o mesmo pretende autorizar os seus dizeres como verdades explicativas do mundo.

¹⁸ Em consonância com Foucault (2008), Pêcheux (2009) aborda o saber científico pela descontinuidade.

¹⁹ Como afirmam Gadet e Pêcheux (2010), a proposição de um modelo heliocêntrico antes da revolução copernicana-galileana, certamente, seria considerada falsa. Para uma discussão acerca dos limites da falsidade e da validade/veracidade das proposições na Biologia do século XIX, consultar Foucault (1996).

pedagógico se apoia sobre “o sentido” pré-existente, sentido este produzido em formações discursivas “sempre-já aí” e que lhe servem de matéria-prima.

Nesse sentido, considerando-se o construtivismo piagetiano, o papel da Escola seria o de organizar e transpor pedagogicamente para o ambiente escolar o atual estágio do conhecimento humano. Evidenciadas as diferentes etapas das estruturas intelectivas²⁰ dos alunos, criar-se-ia a naturalidade da imersão das crianças no processo pedagógico, sendo este o pretense responsável por realizar o ideal da “pedagogia pura”, ou seja, a prática da pura exposição-transmissão-reprodução do saber de cada disciplina teórica (ex: Matemática, Biologia, Física, Português). Para Gadet e Pêcheux (2010), ao propor quatro etapas para a formação do conhecimento humano, Piaget igualaria metaforicamente a “capacidade racional humana” à “capacidade divina”, pois a primeira seria teoricamente capaz de reproduzir, na mesma ordem de magnitude, a lógica de funcionamento do mundo, tal como instituída pelo próprio “criador”. Em vista disso, o constructo teórico de Piaget seria mais pretensioso até mesmo do que o do Gerativismo chomskyano, haja vista que este último, ao restringir a linguagem às limitações filogenéticas humanas, acaba por impossibilitá-la de se tornar tão complexa quanto o mundo que a criou (GADET; PÊCHEUX, 2010).

Ademais, Pêcheux (2010c, p. 56. Grifos nossos) defende que “(...) o outro interno em toda memória é (...) a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, (...) ao real histórico como causa do fato de que *nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior*”. Em vista disso, a aprendizagem não pode ser definida, como pretende Piaget, como a capacidade do sujeito para reconstruir internamente a mesma lógica que lhe era externa. Isso significa que não se deve considerar a mente como *locus* de uma conexão capaz de homogeneizar e estabilizar cumulativamente os conteúdos e informações adquiridas na relação do “sujeito em si” com a exterioridade do meio em que vive.

Tratando especialmente da prática pedagógica, o autor francês sugere que se deve reorientar a perspectiva de “prática de um sujeito” para a de “os sujeitos de diferentes práticas”, pois estes não possuem uma origem em si. Em última instância, o sujeito da aprendizagem nunca se estabelece como completude no seu processo de aquisição do conhecimento, haja vista a inexistência da própria forma-sujeito na natureza do indivíduo. Ela, como já dissemos, emerge como efeito-posição e é atravessada por falhas, fraturas, não-

²⁰ São quatro os estágios de desenvolvimento do conhecimento: o *sensorio-motor*, de 0 a 18/24 meses, período que antecede a própria linguagem; *pré-operatório*, de 1,6/2 anos a 7/8 anos, período marcado pelo desenvolvimento das representações/ símbolos; *operatório-concreto*, de 7/8 anos a 11/12 anos, período da construção lógica; e, por fim, *operatório-formal*, de 11/12 anos em diante, período em que a criança é capaz de raciocínios dedutivos (PIATELLI-PALMARINI, 1983, p. 54).

coincidências e clivagens²¹, tratando-se, portanto, de múltiplas instâncias determinadas externa e contraditoriamente pela história (PÊCHEUX, 2009).

Não obstante, reconhecemos os avanços trazidos pelo epistemólogo suíço ao propor a estruturação do conhecimento humano a partir de um processo de autorregulação, pois, ao sugerir uma ótica sistêmica para o processo de construção do conhecimento, Piaget consegue, à sua maneira, avançar na proposta do sujeito como um processo sem começo e sem fim, em detrimento do sujeito cartesiano chomskyano (PIATELLI-PALMARINI, 1979).

Com isso, atenta para a necessidade de se considerarem os Sistemas Complexos (sistemas abertos dinâmicos) como alternativa ao “eu-essência” (*locus* dos universais inatos), de modo que se reconhece a inteligência como uma forma de processo geral de engendramento das formas do mundo no ambiente interno do corpo. Todavia, a perspectiva de continuidade das formas em direção à construção de um sistema complexo, o qual prescinde da opacidade constituinte do mundo, das rupturas e contradições advindas da história, fortaleceu o seu diálogo com a Biologia e a Matemática em detrimento de uma teoria do pensamento calcada na complexidade da história. Entendemos, assim, que é possível deslocar sua abordagem dos Sistemas Complexos para o âmbito do que temos chamado de historicidade radical.

2.2 O algoritmo é o sujeito: crítica ao Gerativismo

Existe seguramente uma certa propriedade da mente, P, que permitiria a uma pessoa adquirir uma língua em condições de experiência pura e uniforme e certamente P (caracterizada pela GU) é posta em uso sob as condições reais de aquisição de uma língua.

Noam Chomsky

A partir da segunda metade da década de 1950, a aproximação interdisciplinar da Psicologia, da Antropologia e da Linguística com os domínios recentemente criados da Inteligência Artificial (IA), das Ciências da Computação e da Neurociência permitiu o que

²¹ Sobre as clivagens e falhas fundamentais dos/nos sujeitos, consultar Pêcheux (2009) – em especial o anexo “Só há causa daquilo que falha” –, e Henry (1992).

Gardner (1986) chamou de “Revolução Cognitiva”. Nesse contexto, a crítica chomskyana do texto “Verbal Behavior”, de Skinner, em 1959, colocou os postulados da Psicologia Experimental em xeque, obtendo um papel fundamental para a fundação de uma nova abordagem dos fenômenos psíquicos, a da Psicologia Cognitiva (GARDNER, 1986).

Ao contrário de Skinner, que considerava que os fenômenos do espírito humano somente poderiam ser observados de maneira indireta/experimental pelos cientistas (em 1948, Wiener intitula tal hipótese de Caixa Preta), Chomsky (1959) argumentou que o cérebro humano é arquitetado por diferentes subsistemas inatos em interação limitada (hipótese da modularidade). A linguagem seria uma dessas faculdades, juntamente com a faculdade dos números, do sistema visual e do sistema de coordenação motora, todos oriundos do processo de evolução da espécie humana. Nesse viés, o empreendimento gerativista contribuiu para desenvolver, pelo menos, cinco hipóteses importantes em Ciências Cognitivas, em particular no que toca à Linguística:

(I) A Linguística é uma ciência subordinada à Psicologia – relação entre Linguística e Psicologia;

(II) A linguagem humana deve ser explicada com relação à herança biológica da espécie humana (hipótese do inatismo da linguagem) e não com relação às organizações sociais – relação entre Linguística e Biologia;

(III) A linguagem humana é constituída por um conjunto de algoritmos implementados (leia-se inatos) no nosso cérebro, de modo que ela funciona através da Gramática Universal (GU). Ela é responsável pelo fato de cada indivíduo ser capaz de gerar um número infinito de frases em sua língua vernácula a partir de um conjunto limitado de regras sintáticas (hipótese da autonomia da sintaxe), base da *competência linguística* (em vista disso, a teoria chomskyana é chamada de Gramática Gerativa) – relação entre Linguística, Neurociências e Matemática;

(IV) A Linguística deve se formalizar²² (Chomsky (1977) utiliza o termo “Linguística Matemática”) e propor a elaboração de programas que, ao mesmo tempo, devem

²² No âmbito da Fenomenologia, Merleau-Ponty (2012) faz críticas esclarecedoras a essa questão. A esse respeito, consultar, em especial, os capítulos “O fantasma da linguagem pura” e o “Algoritmo e o mistério da linguagem”.

explicar a aprendizagem humana e possibilitar teorizar sobre a Inteligência Artificial – relação entre Linguística, Filosofia Analítica e Inteligência Artificial;

(V) O racionalismo filosófico (fundado sobre o dualismo cartesiano) fundamenta a relação entre o corpo e os fenômenos mentais, sustentando que a estrutura representacional do pensamento humano é prévia a toda experiência do corpo.

Comentando sobre um debate realizado entre ele e Foucault em Amsterdã, na Holanda, no qual foram abordados temas como a “natureza humana” e o “aspecto político do saber”, Chomsky (1977) relembra o curioso fato de tanto ele quanto Foucault terem conseguido aproximar as suas opiniões acerca do primeiro tema, enquanto que o mesmo não ocorreu com relação ao segundo. A seu ver, isso pode ser explicado pela seguinte metáfora: “quanto ao conceito de natureza humana, pareceu-me que cavávamos a mesma montanha a partir de direções opostas” (CHOMSKY, 1977, p. 78-79).

Embora seja difícil supor um consenso entre o pesquisador norte-americano, defensor do inatismo da linguagem, e o filósofo francês, um dos principais nomes da empreitada filosófica de “dispersão do sujeito”, o primeiro supõe que, no fim das contas, isso é possível pelo fato de eles se deterem sobre as mesmas questões, embora partindo de pontos diferentes. Para Chomsky (1977), a pesquisa científica é devedora de dois aspectos: 1) as propriedades constituintes do espírito (“um dos lados da montanha”); e 2) as condições sociais e intelectuais que possibilitam a emergência e a consolidação dos saberes em um dado período histórico. Não se trataria de escolher entre um ou outro, pois ambos estão relacionados. Ele se deteria sobre o primeiro, abordando os processos de aquisição e de desenvolvimento da linguagem nos indivíduos, enquanto Foucault priorizaria a análise das grades históricas que possibilitam a conformação social do conhecimento em meio às relações de saber-poder em um dado período histórico (CHOMSKY, 1977).

Para nós, o problema do argumento de Chomsky (1977) está em não atentar para o fato de que os lados da montanha não podem ser separados de forma estanque, pondo indivíduo-sujeito (na sua perspectiva, cérebro e mente se reduzem entre si tanto quanto indivíduo e sujeito), de um lado, e as grades históricas do saber, de outro. Aproveitando-nos do seu raciocínio, seria interessante, então, nos perguntar: de que forma as grades históricas do saber possibilitam a constituição e a emergência das propriedades constituintes do sujeito em um dado indivíduo? Como vimos, a filosofia foucaultiana, a qual influencia sobremaneira

tanto os estudos de Pêcheux (2009) quanto os de Maingueneau (2007), busca tratar também do espírito humano, mas na forma de razão prática e histórica, isto é, como prática discursiva.

Não obstante, embora discordemos da explicação chomskyana, pois o pensamento não pode ser separado da constituição histórica dos saberes, consideramos que o seu foco de análise é legítimo ao abordar um dos aspectos mais importantes da linguagem humana, a cognição. Se assumimos parte de sua proposta teórica, ou seja, a necessidade de se teorizar sobre a formação do “espírito humano”, é porque corroboramos Pêcheux (2009) quando o autor afirma que o analista deve atentar permanentemente para o fato de que não se pode destruir algo sem colocar outro algo em seu lugar. Ademais, Gadet e Pêcheux (2010) reconhecem dois avanços importantes trazidos pelo Gerativismo chomskyano, quais sejam:

I) A gramática tal como proposta por Chomsky avança na superação da dicotomia estanque entre os conceitos de língua e fala, de modo que a *performance* (a língua em uso) seria regulada pela competência (estrutura universal da língua). Nesse sentido, a fala não seria a pura subjetividade materializada na forma da língua, mas a efetivação do sistema enquanto regulador das possibilidades enunciativas (os infinitos ditos estão em relação de recursividade com as finitas regras – os algoritmos). Pode-se notar certa semelhança entre esse raciocínio e o desenvolvido por Foucault (2008) acerca da raridade dos sistemas enunciativos (FDs), reapropriado tanto por Pêcheux (2009), ao tratar da relação entre formações discursivas e memória, quanto por Maingueneau (2007), ao propor a existência de uma “competência discursiva”;

II) O Gerativismo teria percebido a relação de *continuum* existente entre o agramatical e o gramatical na formação de proposições computáveis como corretas ou válidas em uma dada língua natural. Neste viés, uma frase gramatical obtém o seu sentido pela sua possibilidade de agramaticalidade, definida como a construção sintática “ilógica” em uma dada língua. A semelhança entre os raciocínios decorre da forma como a perspectiva de historicidade radical põe em relação o sentido ao sem-sentido (*non-sense*): o que significa o faz em oposição ao vazio de sentido; o dito se apresenta em relação ao não-dito²³; o dizível é possível pelo não-dizível.

²³ Segundo Pêcheux e Gadet (2011a, p. 103. Grifos dos autores): “a principal descoberta de Chomsky é sua compreensão entre a relação do gramatical e do não-gramatical como um *continuum* ou uma consistência natural – não como *língua* versus o seu exterior, o normal versus o patológico, a regra versus o desvio. Nada revela uma

É interessante notar ainda o quanto Pêcheux (2009) considera importantes as contribuições saussurianas para os estudos da linguagem. Se, por um lado, o linguista suíço organiza o seu arcabouço teórico propondo as suas famosas dicotomias conceituais, por outro, o mesmo reconhece a importância de se compreender a língua enquanto sistema, no qual o sentido não estaria presente nos componentes em si, mas nas relações que eles estabelecem entre si como entidades linguísticas discretas e descritíveis. A superação da análise da língua pelo subjetivismo solipsista seria, portanto, a principal contribuição de Saussure às Ciências da Linguagem. Retomada por Chomsky, ela recebe um tratamento anti-estruturalista²⁴.

Como crítica a Saussure e a Chomsky, Pêcheux (2009) e Gadet e Pêcheux (2010) opõem um sistema que não é totalizável nem inato, pois socialmente criado e compartilhado através das relações materiais institucionalizadas. Para os analistas do discurso, a língua, como sistema, é fragmentada e representável pelo ideológico, na medida em que a história (o real da história) atravessa a língua (real da língua). Não se deve, todavia, cair na tentação equivocada de interpretar a língua no âmbito da superestrutura das sociedades (estrutura ideológica), em oposição à infraestrutura (estrutura socioeconômica)²⁵. Se ela não é apartada da história, do mesmo modo, não se reduz a ela, pois se organiza por outra lógica. Língua e história tornam-se possíveis mutuamente na composição da linguagem humana. As regularidades se devem aos sistemas enunciativos, e estes são submetidos às contradições ideológicas decorrentes das distintas formas de organização dos homens em sociedade²⁶. Nesse viés, a “origem” do sentido não é acessível aos sujeitos, na medida em que tanto a história quanto a língua estão em relação de (relativa) opacidade com os mesmos.

Em oposição a Saussure, Pêcheux (2009) sustenta que propor uma análise da fala (linguística da fala) não se contrapõe à análise da língua (linguística da língua). Ao contrário disso, deve-se aproximá-las, entendendo-as na sua interface com os processos históricos, responsáveis por definir os dizíveis e os sentidos como campos de possibilidades restritos. O todo da língua é uma idealização. Em oposição a Chomsky, o autor afirma que a competência não é inata, mas determinada pelas FDs, assim como as regras não são algorítmicas, mas históricas. A sintaxe, embora tendo uma ordem própria, não é autônoma em relação à história,

seqüência como sendo excluída, exceto o fato de que ela é excluída. Portanto, não há fronteira ou ponto assinalável de mudança linguística entre o gramatical e o não-gramatical. Há somente trabalho *na* língua, em que o significado é definido em relação ao que não faz sentido, o sem-sentido”.

²⁴ A respeito da crítica do autor ao empreendimento linguístico-estrutural europeu, consultar Chomsky (1977; 1994).

²⁵ Para uma crítica ao Marrismo e à abordagem stalinista da linguagem, consultar Gadet e Pêcheux (2010).

²⁶ Para Pêcheux (2009), as contradições sociais são instituídas pelas relações desiguais de produção e apropriação econômicas, fundamento da luta de classes, segundo o Materialismo Histórico.

pois a forma da língua só se materializa em uma dada prática discursiva, constringida por possibilidades que não são da sua própria ordem. Contra ambos, a forma deve ceder espaço ao funcionamento.

2.3 O indivíduo e a história: crítica à tradição soviética dos estudos da linguagem

No princípio era a Ação. A palavra não foi o princípio – a ação já existia antes dela; a palavra é o final do desenvolvimento, o coroamento da ação.

Lev Vigotski

Segundo Vigotski (2008), os sujeitos não existem sem suas relações em sociedade e como tal aprendem a partir delas. Na sua perspectiva, para se avaliar o processo de constituição da linguagem humana deve-se atentar para as distintas relações intersubjetivas, tais como as relações familiares e as relações interpessoais. De forma mais ampla, isso condiz com as diferenças pelas quais os indivíduos se expõem ao saber, no sentido de que este engloba (I) os métodos de ensino-aprendizagem em instituições escolares, (II) as diferentes vivências institucionais e (III) a sua existência em meio aos processos econômicos, políticos e sociais. Nesse sentido, o psicólogo russo avança na proposta de um socioconstrutivismo, opondo-se, para tanto, ao construtivismo piagetiano.

Diferentemente de Piaget (2003), Vigotski (2008) investe em uma “teoria histórica da fala interior”, a qual seria responsável por lançar luzes sobre a complexa relação existente entre pensamento e palavra. No seu dizer, tais instâncias não são conectadas por um elo primário, dado *a priori*, sendo, antes, um produto do desenvolvimento filio e ontogenético da consciência humana, haja vista que nas primeiras fases do desenvolvimento humano existe tanto um “período pré-linguístico do pensamento” quanto um “período pré-intelectual da fala”. Apenas com o desenvolvimento das crianças, a fala e o pensamento podem se unir e tornar possível a instauração de uma dada zona de intersecção, a do “pensamento verbal”. Deve-se atentar, no entanto, para o fato de que essa zona mantém sempre espaços de não-coincidência entre ambos, de modo que as relações entre pensamento e palavra continuam a coexistir com relativa independência, mantendo-se através de um processo contínuo de desenvolvimento ao longo da vida.

A reinterpretação das falas egocêntricas (falas monológicas) nas crianças como uma extensão do pensamento está entre as principais críticas de Vigotski (2008) a Piaget. Para aquele, este não haveria percebido que o desaparecimento de tais falas não representa sua extinção em si, mas sua internalização progressiva entre os três e os setes anos de idade. Isso significa que, na primeira infância, as falas monológicas manifestam, inconscientemente, a expressão externalizada dos pensamentos das crianças na interação com o mundo, realizada através das suas relações tanto com artefatos físicos, tais como brinquedos, quanto com os demais seres humanos (relações intersubjetivas).

Essa fala interior possui três propriedades semânticas principais: (i) o *sentido* (“formas puras”), em oposição aos *significados* (formas contextuais); (ii) a *aglutinação/cominação* de palavras, de modo que apenas uma palavra é capaz de “designar todos os elementos isolados contidos nessa ideia” (VIGOTSKI, 2008, p. 182). Isso pode ser demonstrado pelo modo como a aproximação das falas egocêntricas da fala interior acaba por potencializar cada vez mais os usos da aglutinação nas crianças, nos quais as palavras compostas passam a expressar crescentemente ideias complexas; (iii) o *influxo de sentido*, o qual se refere à forma pela qual o aumento das inter-relações entre as palavras e as ideias possibilitam que os sentidos de diferentes palavras surjam uns dentro dos outros. Para Vigotski (2008, p. 183): “na fala interior, o fenômeno atinge o seu máximo. Uma única palavra está tão saturada de sentido, que seriam necessárias muitas palavras para explicá-la na fala exterior”.

Assim, fala interior e fala exterior estão em relação de autonomia entre si, na qual podemos considerar que a primeira funciona como um “plano específico do pensamento verbal” (VIGOTSKI, p. 184). Do interior para o exterior, não ocorre uma simples transposição ou tradução entre linguagens. Nesse processo, as estruturas predicativas e idiomáticas se alteram. Como o falante sempre conhece o sujeito da frase enunciada por si próprio, torna-se “desnecessária” a presença constante do sujeito gramatical no pensamento verbal, o qual passa a se organizar basicamente pela predicação, o que, por motivos opostos, não ocorre nos processos de comunicação intersubjetivo, no qual a fala precisa, dadas as condições contextuais, sempre expressar de forma sintaticamente organizada, segmentada e inteligível o conteúdo (pensamento) tencionado. Cada fala externalizada pressupõe um *subtexto* presente no pensamento, movido por motivações, desejos, necessidades, interesses e emoções nem sempre expressos ou reconhecidos tanto por aquele que fala quanto por aquele que ouve.

“Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último ‘por que’ de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva”, afirma Vigotski (2008, p. 187). Há ainda um plano anterior à própria fala interior, o do pensamento em si. Ainda segundo o psicólogo soviético: “Todos os pensamentos criam uma conexão, preenchem uma função, resolvem um problema. [...] O pensamento tem a sua própria estrutura, e a transição dele para a fala não é uma coisa fácil” (VIGOTSKI, 2008, p. 185). A análise psicológica da linguagem pressupõe, portanto, o entendimento de uma camada subposta à fala exterior daquele que fala. Esse subtexto é o próprio pensamento verbal interior, caracterizado por ser puro, predicativo e passível de coerência latente entre as próprias diferenças entre os significados e os significantes, que possuem previamente as potencialidades semânticas que assumirão externamente nos usos intersubjetivos da linguagem.

Enfim, consoante Vigotski (2008), no decorrer da primeira infância, as falas monologais/egocêntricas sofrem um processo de internalização contínuo, o qual desembocará na formação do próprio pensamento humano. Desse modo, avaliar as suas características e as suas transformações antes de ser internalizado possibilita ao psicólogo ter contato direto com aquilo que se tornará as estruturas cognitivas internas, cada vez mais assemelhadas às estruturas cerebrais. Essa internalização é fundamental para que a criança consiga estabelecer a imagem de um “eu” e de um “outro” e, portanto, aumentar:

- a) A capacidade de entendimento da linguagem como instrumento de interação com o ambiente externo e consigo mesmo;
- b) A compreensão de determinadas coações nos usos da linguagem em dadas situações de interação²⁷;
- c) A avaliação das estruturas funcionais do mundo ao redor, isto é, dos usos dos objetos e das pessoas para determinados fins ou mesmo o entendimento das relações entre as pessoas em situações nas quais o próprio sujeito não desempenha um papel ativo;

²⁷ No âmbito da AD, essas coações podem ser consideradas análogas às instituídas pelos gêneros discursivos, tal como discutidos em Pêcheux, Haroche, Henry (1971) e em Maingueneau (2008; 2011).

d) A capacidade de abstração em atividades cada vez mais complexas (o nível simbólico superior). Ao fim desse processo, o “raciocínio privado” aproximaria o pensamento das estruturas internas do cérebro.

Segundo Del Ré (2006), de forma análoga a Piaget, Vigotski (2008) propõe que as crianças passam por quatro estágios de desenvolvimento, a saber: *fase natural ou primitiva*, relacionada à fala pré-intelectual e ao pensamento pré-verbal; *fase da psicologia ingênua*, relacionada à inteligência prática; *fase dos signos exteriores*, relacionada à fala egocêntrica; por fim, a *fase do crescimento interior*, relacionada à internalização das operações externas. Para Gadet e Pêcheux (2010), apesar de o socioconstrutivismo vigotskiano representar avanços no quesito incorporação das influências sociais (do “outro”) na conformação do “eu”, esse escopo teórico é ainda devedor de certo humanismo, proposta filosófica antagônica aos estudos discursivos franceses, os quais se constituem, notadamente, como anti-humanistas. Podemos compará-lo, por exemplo, à definição de análise do discurso por Foucault (2008, p. 31):

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que se pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro.

Se se pode estabelecer diferenças entre a teoria da história em Pêcheux (2009) e em Foucault (2008), haja vista que o primeiro se ancora no Materialismo Histórico para avançar sobre as contradições ideológicas da história, o que não ocorre no segundo, que prescindiu das discussões sobre a ideologia²⁸ em prol da temática do corpo, podemos opor a perspectiva de ambos os autores àquela proposta por Vigotski (2008), que parece desconsiderar as contradições constituintes tanto da história quanto da linguagem, pressupostos que aproximam Pêcheux (2009) de Foucault (2008). No que diz respeito ao excerto acima, os filósofos franceses também compartilham a ideia de acontecimento discursivo, segundo a qual os efeitos de sentido são produzidos no momento da sua materialidade, e em nenhum outro

²⁸ Acerca de Foucault (2008), Pêcheux (2009, p. 230) afirma: “Em sua *Arqueologia do saber* que, por muitos aspectos, apresenta um extraordinário interesse para a teoria do discurso, M. Foucault ‘retrocede’ sobre o que ele mesmo avança, volta à sociologia das instituições e dos papéis, por não reconhecer a existência da luta (ideológica) de classes”.

lugar. Acontecem como efeito de linguagem próprio e que trazem em si a tessitura da sua complexidade significativa. É da análise do singular que o analista do discurso poderá construir o seu percurso interpretativo, e não pela busca daquilo que lhe é anterior, mais profundo, o Sentido.

Para Gadet e Pêcheux (2010), no viés humanista, o pensamento ainda parece ser decorrente da intencionalidade e do controle por parte dos sujeitos sobre as suas ações e os seus papéis no mundo, em detrimento do que consideram ser uma perspectiva epistemológica que apresenta a história, a língua e o inconsciente como estruturas alheias à compreensão plena dos sujeitos (relação de opacidade), como é o caso da AD. Ademais, o etapismo vigotskiano parece se fundar na dicotomia (tendencialmente) estanque entre interior e exterior no funcionamento e desenvolvimento da linguagem (GADET; PÊCHEUX 2010). É também no âmbito da intersubjetividade pragmática que esses autores criticam Mikhail Bakhtin, outro importante pesquisador soviético do século XX, o qual tem influenciado de forma marcante os estudos da linguagem desde a década de 1970. A respeito do desenvolvimento da linguagem nas crianças, Bakhtin (1992, p. 385. Grifos nossos) salienta:

As influências extratextuais têm uma importância muito especial nas primeiras etapas do desenvolvimento do homem. Estas influências estão revestidas de palavras (ou outros signos), e estas palavras pertencem a outras pessoas; antes de mais nada, trata-se das palavras da mãe. Depois, estas “palavras alheias” se reelaboram dialogicamente em “palavras-próprias-alheias” com a ajuda de outras palavras alheias (escutadas anteriormente) e logo se tornam palavras próprias (com a perda das aspas, falando metaforicamente) que já possuem um caráter criativo.

Para Bakhtin (1992), desde as primeiras experiências, os seres humanos realizam contatos intersubjetivos (a relação eu-outro), momento no qual as palavras da mãe funcionariam como as principais fontes de contato com o mundo. Estas seriam as fontes primárias do “outro” na conformação de nossas primeiras palavras. Desse modo, quando nos “utilizamos” da linguagem, mesmo em um monólogo, o “outro” está necessariamente presente nas nossas palavras, aquelas atribuídas a um “eu”, embora decorrentes das constantes retomadas das “palavras-alheias” na forma de “palavras-próprias-alheias”. A perspectiva dialógica, como proposta pelo estudioso soviético, difere da dialogal pelo fato de a primeira ser essencialmente contraditória, dividida, atravessada pela história. Assim, na prática, nenhum ser humano se engaja na criação verbal desprovido da fala do “outro” (BAKHTIN, 1992).

Esse estudioso aponta ainda para a importância de se considerar a linguagem em uso (a fala) na análise dos signos (a língua). A *língua*, nesse sentido, não seria um sistema abstrato

que se impõe aos sujeitos, mas realizada como prática de linguagem em cada sociedade e carregada de distintas ideologias, decorrentes das influências extratextuais do/no texto. Apesar disso, a *fala* não pode ser desprovida de certa estabilidade formal-semântica, pois se a língua se inventasse a cada novo uso, ela seria inacessível aos sujeitos e, portanto, impossibilitaria a comunicação. Se assim fosse, a compreensão do signo seria impossibilitada pelo sentido individualizado, ou seja, não partilhado por ser gerido na essência de um “eu”, anterior a qualquer outro, e, como tal, inapreensível a qualquer “outro” que não o próprio “eu” que o inventou. Seria o triunfo do solipsismo na linguagem: o “eu” sem o “outro”. Nesse viés, o sentido se torna uma possibilidade histórica trazida na enunciação, possível quando os interlocutores dispõem de conhecimentos de mundo partilhados pelas vivências em sociedade. Logo, as interações na linguagem são responsáveis por, a um só tempo, estabilizar e movimentar a língua enquanto estrutura nem hermética, nem caótica (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1990).

Segundo Gregolin (2004), a recepção das obras de Bakhtin e Voloshinov no contexto francês é devedora da conjuntura política na qual elas foram traduzidas, a qual influenciou diretamente sobre a forma como Pêcheux e seguidores da AD as criticaram nesse primeiro momento. Cabe lembrar que, nas décadas de 1960 e 1970, o contexto acadêmico francês vivia o auge do que se define por período estruturalista. Para Pêcheux, Haroche e Henry (1971) e Gadet e Pêcheux (2010), apesar das limitações teóricas do *Curso de Linguística Geral*, o “corte saussuriano”, ao propor uma análise semântica que trate das relações estabelecidas no sistema, havia contribuído para superar a concepção subjetivista da linguagem.

Gadet e Pêcheux (2010) sustentam que a crítica de Bakhtin e Voloshinov (1990) aos dogmas saussurianos, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*²⁹, fez com que parte dos linguistas marxistas da primeira metade do século XX se alinhasse ao que chamam de sociolinguística marxista soviética, a principal responsável pelo duplo movimento teórico na Linguística europeia: a) o de afastar o idealismo estruturalista de Saussure; b) firmar o Materialismo Histórico como método eficaz no campo da Linguística. Não obstante, segundo os analistas do discurso, apenas se consideradas as limitações do Marxismo, outro movimento teórico soviético, tal obra pode representar avanços para a problematização da linguagem, haja vista que boa parte dos raciocínios desenvolvidos por Bakhtin e Voloshinov (1990) é

²⁹ Lançado em 1929 na URSS, foi traduzido apenas na década de 1970 para o francês.

oriunda da Psicologia do Corpo Social³⁰ apresentada por Plekhanov (2008), no seu *O papel do indivíduo na História*.

Segundo Gadet e Pêcheux (2010), os estudos de Plekhanov (2008) teriam adiantado, com certa precocidade, alguns dos conceitos e raciocínios que se firmariam posteriormente entre os mais produtivos para os estudos linguísticos em instituições acadêmicas ocidentais, tais como: a concepção de *atos de fala*, a abordagem da *enunciação* como *interação verbal*, o posicionamento de que o *diálogo* representa a fala viva, em oposição ao *monólogo* como expressão do fechamento na linguagem, e, por fim, a proposta de uma *tipologia linguageira e discursiva*. Segundo os autores, a psicossociologia da comunicação verbal³¹ de Plekhanov acabara por firmar uma tradição de crítica da subjetividade em relação à história na Linguística soviética, na qual a história é definida como os processos materiais oriundos das relações de produção e da estrutura sociopolítica de cada sociedade, sendo responsável por condicionar tanto os contatos verbais realizados entre os indivíduos quanto as demais formas e meios de comunicação verbais (tais como o trabalho, a vida política e a criação ideológica). Nesse raciocínio, cada ato de fala se revelaria como condição, forma e tipo de comunicação verbal (GADET; PÊCHEUX 2010).

Ainda para os estudiosos franceses, o humanismo teórico tem suas raízes nos estudos realizados por Humboldt nos séculos XVIII e XIX (uma das principais influências de Chomsky (1959)), e teria sido retomado no contexto soviético pelos estudos plekhanovianos, em especial, no que concerne às suas definições de indivíduo e de sociedade. Adquirindo ares de tradição, o humanismo soviético se estende aos estudos não-pavlovianos de psicólogos como Vigostki e Luria, atravessando ainda as abordagens teóricas de linguistas como Marr, Voloshinov e Bakhtin³². Além disso, essa mesma tradição fundamentará a oposição teórica da Psicologia de Léontiev e Sève (este último, na França) ao Behaviorismo clássico³³. Segundo Bakhtin e Voloshinov (1990, p. 147-148. Grifos dos autores):

Toda essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no *discurso interior*. Aquele

³⁰ Termo retirado de Gadet e Pêcheux (2010).

³¹ Outro termo utilizado por Gadet e Pêcheux (2010).

³² Gadet e Pêcheux (2010) discutem especialmente as obras de Voloshinov, a quem atribuem Marxismo e filosofia da linguagem e Freudismo. Há uma discussão antiga no Brasil acerca da autoria dessas e de algumas outras obras do contexto da linguística soviética na primeira metade do século XX, em específico, no que toca à dúvida se elas foram escritas por Bakhtin ou por Voloshinov. Ao que parece, a repressão do regime stalinista a alguns dos círculos intelectuais está diretamente vinculada a essa confusão. Para mais detalhes acerca desse debate, consultar também Cazarin (2005), Grigoletto (2005) e Indurski (2005).

³³ Gadet e Pêcheux (2010) utilizam o termo Behaviorismo reflexológico.

que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavra, mas ao contrário um ser cheio de *palavras interiores*. Toda a sua *atividade mental*, o que se pode chamar de ‘fundo perceptível’, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. *A palavra vai à palavra*. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante.

Segundo Gadet e Pêcheux (2010), a ausência de uma teorização sobre o inconsciente no tratamento do “discurso interior” e das “palavras interiores”, tanto em Vigostki (2008) quanto em Bakhtin e Voloshinov (1990) e em Bakhtin (1992), é a principal responsável pela manutenção da tradição humanista plekhanoviana nos seus estudos. Em decorrência do regime stalinista, na década de 1930, a Psicanálise desaparece quase por completo do contexto intelectual soviético, pois era tida como teoria perigosa ao desconstruir a concepção de homem tal como havia se firmado desde o iluminismo europeu. Ao demonstrar as falhas nas abordagens que avaliam a subjetividade humana pelo controle pleno da consciência, os estudos freudianos poderiam gerar feridas narcísicas na concepção de homem justamente em um regime que se considerava representante dos *Novos Homens*. Tendo-se mantido alheio à subversão freudiana da Psicologia, o livro *Freudismo*, de Voloshinov, teria representado uma tentativa de incursão pontual e que acabara por demonstrar a incompreensão do empreendimento teórico psicanalítico na URSS (GADET; PÊCHEUX, 2010).

Segundo Gregolin (2008), a tradução tardia e a falta de acesso a um conjunto mais extenso das obras produzidas pelo Círculo de Bakhtin³⁴ podem ter sido os responsáveis pelas críticas dos autores franceses aos estudos de Bakhtin e Voloshinov. Entretanto, a autora aponta para o fato de Michel Pêcheux ter incorporado o conceito de heterogeneidade constituinte em seus últimos trabalhos, o que tornou possível realizar um diálogo profícuo entre a AD e os estudos de Bakhtin e Voloshinov (1990) e de Bakhtin (1992). Esse diálogo se mostrou fundamental para o avanço nas discussões acerca do interdiscurso, releitura da heterogeneidade constitutiva sob o viés de uma epistemologia discursiva fundada na opacidade da linguagem e de suas instâncias constituintes, quais sejam, a língua, a história e o inconsciente.

No que diz respeito à retomada da intencionalidade no quadro da AD, atualmente, Paveau (2013) pretende fomentar análises das produções discursivas por meio da integração

³⁴ De acordo com Porto e Sampaio (2013, p. 12): “O Círculo de Bakhtin é a expressão utilizada para designar o grupo de intelectuais russos de diversas formações (da Literatura, do Jornalismo, da Música etc.) que se reuniu entre 1919 e 1929, nas cidades de Nevel, Vibesbsk e São Petersburgo (rebatizada de Leningrado), para debater questões filosóficas, entre elas, a linguagem”.

entre a dimensão filosófica e a análise linguística, entendendo que a primeira possui um alinhamento necessário com os estudos do Pragmatismo, em especial, no que diz respeito ao *externalismo* e à sua proposta de cognição distribuída. Para tanto, segundo a autora, é imprescindível que se incorpore a concepção de intencionalidade nessa epistemologia, sem a qual não seria possível refletir sobre como os locutores conseguem se tornar agentes na/pela linguagem.

Assim como Pêcheux incorporou a categoria de heterogeneidade discursiva à sua teoria da contradição constituinte da realidade discursiva, a qual é condizente com o modo pelo qual Maingueneau (2007) discorre sobre o interdiscurso, de modo que a heterogeneidade constitutiva se refere à organização dialógica da linguagem, entendemos ser possível produzir um diálogo da AD com os problemas teóricos concernentes ao “discurso interior” e à “intencionalidade”, uma vez que os mesmos podem ser trabalhados sob a ótica da memória discursiva e da necessidade pensada.

O socioconstrutivismo vigotskiano e a intersubjetividade bakhtiniana têm trazido avanços a importantes estudos no quadro da aquisição da linguagem. Tomasello (2003) está entre os mais influentes teóricos da atualidade nos estudos que relacionam os processos culturais aos processos de aquisição da linguagem. No âmbito da Linguística, tem contribuído, especialmente, com o domínio da Linguística Cognitiva³⁵, apresentando uma perspectiva evolutiva do homem diferente daquela apresentada pelo Gerativismo. Segundo o pesquisador, exatamente por se considerar os pressupostos evolutivos, não é possível sustentar a existência de um módulo inato específico para a linguagem no cérebro humano, haja vista que seria necessário muito mais tempo do que o vivenciado por nossa espécie (aproximadamente 200 mil anos) para que, pelo processo de evolução natural, surgisse cada uma das habilidades cognitivas componentes dos modernos seres humanos, responsáveis pela sua capacidade para criar e conservar complexas tecnologias, ferramentas, formas de comunicação, representação simbólica, organizações e instituições sociais.

Na sua ótica, há apenas uma solução possível para esse problema, o *mecanismo biológico da transmissão social ou cultural*, pois a escala de tempo de seu funcionamento é significativamente mais rápida se comparada à evolução orgânica. Através dela os organismos economizam bastante esforço e riscos para explorar o conhecimento sociogenético gerado por seus coespecíficos. Essa forma de transmissão social/cultural é particular à nossa espécie, na medida em que funciona cumulativamente. Em vista disso, o investigador a define por

³⁵ Para uma visão geral sobre o campo da Linguística Cognitiva e suas principais influências, consultar Silva (1997).

evolução cultural cumulativa. Sua hipótese sustenta que a especificidade humana frente às demais espécies decorre:

(I) Da capacidade humana de se identificar com os seus coespecíficos, possibilitando não apenas a identificação de um evento ou fenômeno ocorrente, mas que os indivíduos possam perceber as intenções de seus coespecíficos em uma ação presenciada e, posteriormente, imitá-la (aprendizagem por imitação), assumindo o papel de sujeito da ação;

(II) Do fato de os processos históricos serem determinantes para particularizar os seres humanos, responsáveis por submetê-los à aprendizagem cultural (dialógicas – a partir das interações com o outro) e à sociogênese (criações coletivas que seriam impossíveis de serem realizadas por apenas um indivíduo);

(III) Da ontogênese, através dela pode-se explicar o modo como as crianças se (a) beneficiam dos conhecimentos e habilidades dos grupos sociais nos quais se desenvolve, (b) a maneira como elas adquirem e usam as representações cognitivas perspectivadas na forma de símbolos linguísticos, e, por último, (c) a internalização das interações discursivas que vivencia.

Conforme Tomasello (2003), o seu *Cognitivismo Sociopragmático* se contrapõe às vertentes inatistas do desenvolvimento humano por entender que a aquisição ocorre necessariamente por relações de intersubjetividade, em que o “eu” é uma constituição dialética processual que percorre o caminho de um *self ecológico* (característica herdada e partilhada com os primatas não-humanos) para um *self social* (ou, em linguagem vigotskiana, de uma linha individual para uma linha cultural). A ontogênese, portanto, ocorre em decorrência da inserção do ser em um *habitus* (termo herdado de Bourdieu (2007)). Este funciona como a matéria-prima da aprendizagem humana e proporciona (i) a aquisição de símbolos (convenções sociais partilhadas, linguísticas ou não), (ii) os tipos de interações sociais a serem internalizadas, (iii) os objetos físicos acessíveis aos indivíduos, (iv) as experiências de aprendizagem possíveis e, por fim, (v) os tipos de inferências prováveis no meio no qual os indivíduos estão inseridos.

Destarte, sua perspectiva cultural da aquisição do conhecimento humano sugere que os processos sociais e culturais (leia-se discursivos) integram uma parte significativa das vias

ontogenéticas normais, sobretudo das habilidades exclusivas ao Homem. Nela estão englobadas a compreensão (a) da *autoria dos atos sociais e morais* de si mesmo e dos outros (internalização de grandes sistemas de explicação oriundos da língua e da cultura a que a criança está exposta), (b) das *relações causais e quantitativas* (internalização de descrições constantes de eventos específicos em termos causais que seriam impossíveis de ser construídos individualmente), (c) do *metadiscurso reflexivo* (internalização dos discursos dos adultos com o fito de instruir e regular os comportamentos das crianças. Eles são a base avaliativa das ideias e crenças manifestas por si e pelos outros) e (d) a *perspectivação* (internalização de diferentes perspectivas sobre um dado assunto). Apesar disso, os processos sociais e culturais não são responsáveis por criar as capacidades cognitivas básicas dos seres humanos. Seu funcionamento se restringe a transformar aptidões básicas em habilidades sofisticadas de interação social. De forma semelhante a Bakhtin e Voloshinov (1990) e a Bakhtin (1992), Tomasello (2003, p. 81) sustenta:

Pouco depois de nascerem, os bebês humanos entabulam “protoconversas” com quem cuida deles. Protoconversas são interações sociais nas quais o pai e o filho concentram um no outro atenção. (...) Mas, a meu ver, elas não podem ser intersubjetivas antes que a criança entenda os outros como sujeitos da experiência – o que não fará antes dos nove meses de idade. No entanto, essas interações são profundamente sociais pelo fato de terem conteúdo emocional e estrutura alternada.

A principal semelhança entre os autores soviéticos e o psicólogo norte-americano é que os três reconhecem o papel fundamental das interações sociais para o desenvolvimento da linguagem na primeira infância. Já nesse estágio, portanto, reconhece-se a inserção do ser humano em um “nicho cultural”, termo retirado de Tomasello (2003). Devido às restritas sociabilidades do bebê, os pais se tornam peças bastante valiosas para os primeiros ensinamentos. A atenção destinada às crianças estabelece as primeiras relações simbólicas, em que, para Bakhtin (1992), o discurso das mães lhes “empresta” as primeiras “palavras alheias”, e, para Tomasello (2003), as primeiras “protoconversas” lhes são entabuladas. Essa aproximação é importante porque manifesta que ambos os autores assumem o “eu” como instância em processo, efeito das interações sociais experienciadas, pois é na relação “eu-outro” que ocorre a identificação de si e do outro. Abre-se, com isso, uma alternativa à postura inatista, que considera os aprendizados como ganhos já previstos pela estrutura biológica dos seres humanos³⁶.

³⁶ A esse respeito, consultar Chomsky (2010).

O reconhecimento do papel do “outro” na conformação do “eu” tem, portanto, aproximado diferentes vertentes da Linguística, seja entre as que se baseiam no descentramento dos sujeitos, seja entre as que propõem desenvolver uma perspectiva cognitivo-cultural para o desenvolvimento das capacidades humanas. Assim, ao reconhecer a importância do dialogismo para a sua construção teórica, acreditamos que Tomasello (2003) confere valiosas, embora limitadas no que diz respeito à “teoria histórica da fala interior”, contribuições à aproximação da cognição dos processos culturais (cognição cultural).

Enquanto analistas do discurso, reconhecemos a validade de sua visão cognitivista para produzir resultados plausíveis para a questão da aquisição cultural do conhecimento e das habilidades humanas. Entretanto, percebemos as limitações existentes para um diálogo maior entre as vertentes apontadas. Se a AD se ancora numa perspectiva histórica do sujeito definida pela “intersubjetividade descentrada”, a perspectiva cognitiva, com forte base biológica, se fundamenta prioritariamente em uma “intersubjetividade psicologicamente centrada”. Na citação, Tomasello (2003, p. 81) afirma que as relações intersubjetivas surgem apenas a partir do momento em que a criança vivencia o que ele intitula de “revolução dos nove meses”³⁷. De acordo com o autor, por motivos ainda não muito claros para a Ciência, somente a partir desse período os seres humanos se tornam capazes de identificar os seus coespecíficos como seres de intencionalidade iguais a si e aptos a se engajarem em situações de atenção conjunta. Em vista disso, a intersubjetividade inexistente enquanto as crianças não possuem consciência suficiente para entender os outros como “sujeitos da experiência”.

Temos aí pelo menos três problemas em relação aos estudos desenvolvidos por Foucault (2008), por Pêcheux (2009) e por Maingueneau (2007). Primeiro, nesse viés, a posição-sujeito não se define, necessariamente, pela consciência dos atos simbólicos; segundo, a linguagem e a história são opacas em relação aos sujeitos, a ponto de os ditos/signos não poderem se esgotar em si mesmos pela intencionalidade de um sujeito-consciência; terceiro, desconsidera-se a presença do “Outro” da psicanálise lacaniana. Em última instância, esquece-se das fraturas/clivagens constitutivas aos sujeitos, fundamentos pelos quais se pôde fazer a releitura da heterogeneidade constitutiva sob a forma de interdiscurso.

³⁷ Curioso notar que na mesma passagem de que retiramos a citação de Tomasello (2003, p. 81), o autor discorda das conclusões de Trevarthen (1993), para quem é possível considerar a intersubjetividade anteriormente à revolução dos nove meses, logo, prévias ao estabelecimento, por parte do bebê, de uma consciência da intencionalidade do outro, compreendo-o como sujeito da experiência.

Após Galileu, Darwin, Marx e Freud, Saussure teria sido o responsável por causar a mais recente ferida narcísica na acepção pós-iluminista de Homem, decorrente da forma como o linguista suíço define a língua como um sistema não-hermético existente fora de todo e qualquer sujeito, embora funcione como estrutura representável³⁸ (GADET; PÊCHEUX, 2010). A nosso ver, considerar o representável da língua, conforme supõem Gadet e Pêcheux (2010), revela a necessidade de se refletir sobre a linguagem no âmbito do ordinário, como prática cotidiana que supõe que o real da língua deve estar em relação necessária com o real da história, ambas tidas como processos materiais.

Se, para Tomasello (2003), a consciência da intencionalidade dos coespecíficos aponta para a principal transformação evolutiva na filogênese do ser humano, quais novas questões podem ser suscitadas a partir da consideração da clivagem do sujeito, ser fraturado entre o consciente, o pré-consciente e o inconsciente³⁹? Estudos nesse sentido podem apontar para uma complexidade a mais no entendimento das capacidades e habilidades da nossa espécie. Nesse sentido, deve-se entender que Teoria da Evolução e Materialismo Histórico não são contraditórios entre si. Como revela Althusser (2002, p. 58):

O materialismo histórico tem por objeto a natureza das formas de existência próprias à espécie humana: a saber, a estrutura das formações sociais, como condição da produção e da reprodução das condições de produção dos meios materiais da existência dos homens.

Tomasello (2003) afirma que não se engaja no embate teórico entre inato e adquirido, pois, para ele, essa discussão representa as velhas dicotomias do século XIX. Apesar de corroborarmos a sua posição sobre a necessidade de superá-las, acreditamos que ainda são necessárias muitas pesquisas a respeito da interface natureza-cultura na composição humana para torná-la um problema efetivamente passado. De forma semelhante, delimitar o anterior do pensamento à “pureza” do sentido e à latência das formas de significados possíveis em relação àqueles assumidos na fala exterior parece ser fundamentalmente diferente de perspectiva discursiva dos sujeitos nos termos da AD.

³⁸ A questão da língua como sistema representável pelos sujeitos (apesar de exterior aos mesmos) toca no problema teórico do presente trabalho, que se propõe a refletir sobre como os sujeitos conseguem ter um relativo domínio sobre os discursos. Enveredamos, em vista disso, na relação entre a tradição da historicidade radical e os estudos externalistas da cognição.

³⁹ O pré-consciente e o consciente não são negados na AD. Pêcheux (2009, p. 163) relaciona inconsciente, pré-consciente e consciente da seguinte forma: “Para os nossos propósitos, diremos, então, que o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente”.

Nesse viés, conforme destacamos anteriormente, deslegitima-se o sujeito enquanto ser centrado que adquire de forma cumulativa conhecimentos a serem estocados no cérebro, responsável pela homogeneização e coerência interna dos conteúdos, passíveis de serem sacados em momentos de interação. No entanto, devemos reconhecer que, se definirmos a língua na interface entre os mecanismos de produção do discurso⁴⁰ e as necessidades práticas do real vivido como experiência imaginada, as estruturas discursivas, quando internalizadas, possuem certo apartamento, no sentido de anterioridade, do “mundo externo” (Pêcheux (2009) fala em “leis internas”). Contudo, face às críticas recebidas pela filosofia althusseriana e, por consequência, pela AD, sustentamos que as estruturas andam nas ruas, sim⁴¹. Não como abstrações, mas como “já-ditos” semi-estáveis, sempre processados, retomados e atualizados pela interação entre os sujeitos.

2.4 Justapor liberdade e coação, discurso e comunicação: crítica à tendência pragmática dos Estudos do Discurso

O mundo em si existe, mas não significa.

Patrick Charaudeau

Na atualidade, quando se menciona a geração da Análise do Discurso de fins da década de 1960, por vezes, há a sua redução à polêmica questão do assujeitamento do sujeito, como se o uso desse conceito, por si só, explicitasse toda a sua complexidade epistemológica. Naquele período, como vimos, estava em jogo um intenso embate entre as correntes

⁴⁰ Pêcheux (2010a, p. 77 - 78. Grifos do autor) define mecanismos de condição de produção da seguinte forma: “Enunciaremos a título de proposição geral que *os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de ‘condições de produção’ do discurso”.

⁴¹ Nesse sentido, corroboramos o raciocínio de Zizek (2008, p. 1. Grifos nossos) quando o autor destaca: “Um dos grafites mais conhecidos dos muros de Paris em 1968 era: ‘*As estruturas não andam pelas ruas!*’. Isto é, não se podem explicar as grandes manifestações de estudantes e trabalhadores do Maio de 68 como determinadas pelas mudanças estruturais na sociedade. Mas, segundo [o psicanalista] Jacques Lacan, foi exatamente isso o que aconteceu em 1968: *as estruturas saíram às ruas*. Os eventos explosivos visíveis foram, em última instância, o resultado de um desequilíbrio estrutural - a passagem de uma forma de dominação para outra; nos termos de Lacan, do discurso do mestre para o discurso da universidade. Os protestos anticapitalistas dos anos 60 suplementaram a crítica padrão da exploração socioeconômica pelos temas da crítica social: a alienação da vida cotidiana, a ‘mercadorização’ do consumo, a inautenticidade de uma sociedade de massa em que ‘usamos máscaras’ e sofremos opressão sexual e outras etc”.

humanistas, tais como a fenomenologia sartreana, e as anti-humanistas, como é o caso da AD, fortemente influenciada pelas considerações filosóficas althusserianas (GREGOLIN, 2004), fundamentais para consolidar a perspectiva estruturalista na produção acadêmica francesa.

Para se ter uma ideia da importância desse autor, Dumézil, Barthes, Braudel, Canguilhem eram integrantes assíduos dos grupos de estudo conduzidos por Althusser, nos quais se lia avidamente Nietzsche e Spinoza. Entre os colaboradores de trabalhos, mais ou menos próximos, podemos citar: Balibar (o mais próximo), Estabiet, Rancière, Pêcheux, Fichant, Badiou, Poulantzas, Debray e Lecourt. Dentre seus alunos estão autores como Foucault, Derrida, Bourdieu, Deleuze, Bouveresse e Comte-Sponville. Por fim, Lacan inicia sua carreira através do apoio desse filósofo (GREGOLIN, 2004).

Nesse momento, buscava-se abandonar radicalmente a perspectiva essencialista do sujeito, bastante presente em áreas como a Filosofia, a História (especialmente, a História das ideias), a Literatura, a Psicologia e a Antropologia⁴². Dessa ótica, assumir a existência de uma zona de controle absoluto do/no ser humano, decorrente da sua natureza, seria coadunar com uma ruptura brusca entre o ser e a história, em que o espaço do indivíduo seria, antes de qualquer coisa, o lugar da inovação, da intencionalidade, do controle e, por fim, do a-histórico. Na contramão desse raciocínio, conforme já explicitado, os anti-humanistas supunham analisar um conjunto de formações estruturais (a língua, a história e o inconsciente) prévias ao próprio sujeito, sendo este fruto dos seus atravessamentos, constituído, portanto, na malha de suas redes, que, em última instância, o determinariam enquanto ser de possibilidades externas a si próprio. Mesmo no cotidiano, supostamente íntimo demais para que não pudessem ser controlados por instituições sociais mais amplas, os indivíduos seriam, consciente ou inconscientemente, atravessados por estruturas que lhe são anteriores (fonte dos ditos e dos sentidos), possibilitando-os dizerem de forma diferente aquilo que já havia sido dito em outro lugar, em outro contexto de enunciação.

Pautando-nos no raciocínio de Hall (2003), aceitamos a necessidade de se rever essa perspectiva de assujeitamento radical na medida em que consideramos ser preciso avançar sobre os aspectos da experiência e da intencionalidade na AD como manifestações práticas das estruturas reais, simbólicas e imaginárias anteriores aos sujeitos, entendendo que tratar de

⁴² Para uma crítica apurada da concepção essencialista de sujeito e de sua presença nas Ciências Humanas, consultar Foucault (1981; 2002; 2004).

ambas as categorias não se configura, necessariamente, como negação da opacidade do mundo vivenciado e redução da história à perspectiva dos indivíduos⁴³.

Escapando às questões filosóficas atinentes ao conceito de liberdade, alguns trabalhos se restringem a sugerir uma espécie de justaposição entre os conceitos de liberdade e coação na constituição do sujeito, as quais parecem funcionar como causas distintas sobre uma instância única, o sujeito. Em Charaudeau (2008a), para citar um exemplo, afirma-se a necessidade de se pensar o sujeito entre a sobredeterminação (leia-se assujeitamento) e a liberdade, pois este, embora imerso em diversas coações sociais (ligadas ao gênero discursivo, à sua classe social, ao contexto social, etc.), é capaz de uma margem de manobra que lhe possibilita uma relativa liberdade.

Segundo Charaudeau (2008b), “todo ato de comunicação, sendo um ato de troca entre dois ou mais parceiros, cria um elo social que parte de normas de comportamentos e estabelece representações necessariamente partilhadas” (CHARAUDEAU, 2008b, p. 195). Isso nos leva a entender que: primeiro, todo ato comunicativo se dirige a alguém; segundo, antes de o próprio ato ser materializado, ele já é constituído pelo outro, pois se ancora em representações partilhadas pelo(s) grupo(s) do(s) qual(uais) faz parte; terceiro, se o ato linguageiro já parte de representações adquiridas e compartilhadas durante a existência dos indivíduos, a linguagem, tornada discurso, pois se manifesta como prática social de simbolização e significação da realidade vivida pelos sujeitos, não aponta para o mundo em si, mas para o mundo construído, simbolizado e significado socialmente.

O sujeito, portanto, se constrói historicamente, ou seja, através de representações sociais partilhadas por meio da linguagem enquanto materialidade simbólica e significante (CHARAUDEAU, 2008b). No tocante às identidades, o pesquisador aponta para a necessidade de se perceber como elas se constroem de acordo com as diferentes instâncias de manifestação das subjetividades. Para ele, o espaço externo à fala é o lugar dos seres de identidade social, ou seja, o Euc (sujeito comunicante) e o Tui (sujeito interpretante), os quais se configuram como parceiros de um dado ato de linguagem executado e são definidos por um número restrito de traços identitários relativos a esse mesmo ato. No que concerne ao ambiente interno à fala, o Eue (sujeito enunciador) e o Tud (sujeito destinatário), diferentemente dos anteriores, assumem identidades propriamente discursivas, definindo por

⁴³ A respeito da crítica althusseriana à perspectiva liberal-marxista que considera os indivíduos como motores da história, consultar Althusser (1978a).

elas os seus papéis linguageiros. Ademais, o Tud é fruto da construção do Eue⁴⁴ (CHARAUDEAU, 2008a).

Para conformar a Teoria Semiolinguística (TS), Charaudeau (2008a; 2008b) propõe a aproximação entre os estudos da Argumentação, o aparelho formal de Benveniste (2006) e as representações sociais da Psicologia Social. Nesse viés, a Semiolinguística parece tomar como foco a organização de uma abordagem discursiva condizente com os avanços da Pragmática, da Retórica e da Argumentação. Contudo, pressupondo o descentramento do sujeito, Charaudeau (2008a) não adentra em uma descrição mais clara de como essa “instância” se conforma entre a “liberdade” e a “coação”, como podemos observar na seguinte passagem:

Nessa perspectiva, podemos dizer que um ato de linguagem participa sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUc). Assim o EUc deve organizar o que está disponível no conjunto de suas competências, levando em conta a *margem de liberdade* e de *restrições de ordem relacional* de que dispõe (CHARAUDEAU, 2008a, p. 56. Grifos nossos).

Diferentemente do que propõe Hall (2003), ao retomar as categorias de contradição e sobredeterminação de Althusser (1969) no quadro dos Sistemas Complexos, Charaudeau (2008a) não avança no sentido de teorizar sobre o processo de sobredeterminação, modo pelo qual se possibilitaria manter o *continuum* entre liberdade e coação (e não a oposição). Com isso, poder-se-ia tornar mais claro o que se entende por “margem de liberdade” e “margem de restrição”.

Se recuperarmos as críticas feitas à tradição soviética dos estudos da linguagem, podemos afirmar que, caso não descrita sobre um mesmo fundamento, a oposição entre esses conceitos pode sugerir a existência da liberdade interna do pensamento como instância contrária à manifestação externa da fala. Isso significaria supor que, diferentemente do espaço interior, o exterior é constrangido pelos rigores institucionais que regem as possibilidades do dizer e do como dizer em decorrência dos gêneros discursivos nos quais/a partir dos quais os sujeitos são chamados a enunciar. Ao longo do trabalho, Charaudeau (2008a) retoma essa perspectiva seja como “margem de liberdade”, seja como “margem de manobra”. Em outro escrito, Charaudeau (2008b, p. 458. Grifos do autor) destaca:

Para Charaudeau, no quadro de uma problemática da alteridade, o sujeito do discurso é, ao mesmo tempo, *sobredeterminado – mas somente em partes* – pelos condicionamentos de ordens diversas, e *livre* para operar suas escolhas no momento

⁴⁴ Para mais detalhes acerca do contrato sócio-comunicacional semiolinguístico, consultar Charaudeau (2008a, p. 46-53).

de focalizar o seu discurso. Ele é, ao mesmo tempo, *coagido* pelos dados da situação de comunicação (contrato) que o conduzem a se comportar discursivamente de uma certa maneira, e *livre* de se *individuar*, o que o leva a usar estratégias.

Concordamos com o pesquisador que existe essa “margem de manobra”, mas como explicá-la? E mais, pressupondo que essa “margem de liberdade” figure no âmbito do não-sobredeterminado, qual a ordem desse *a priori*? Onde ele está alocado, como se constitui e qual a sua relação com o exterior? Por analogia à reflexão desenvolvida por Pêcheux (2008), qual a relação entre estrutura e acontecimento nessa margem de liberdade? No seu trabalho, o autor não define o que entende por liberdade, não explicando onde ela surge (se é que se pode ser definido por uma questão de zoneamento) e o que a possibilita. A dificuldade existe porque, se não bem delineada, sugerir a (margem de) liberdade aponta para uma transição do/no sujeito a-histórico (livre) para o histórico (coagido). O estudioso deixa claro que essa não é a sua perspectiva, sem, contudo, se deter especificamente sobre os significados de tal proposta.

De forma semelhante a Maingueneau (2002), Charaudeau (2008a; 2008b) parece supor a necessidade de superar o assujeitamento, sem que, com isso, retome as questões epistemológicas que estavam em jogo para autores como Pêcheux (2009) e Henry (1992). Escamoteando os problemas, aparentemente, tais autores os teriam resolvido para uma nova geração de analistas do discurso, que passaram a produzir diálogos mais estreitos com a Pragmática⁴⁵ e a enquadrar a abordagem pêcheutiana no âmbito do anacronismo.

O diálogo com a filosofia foucaultiana em ambos parece suprir, de certa forma, os limites dessa não retomada das questões da geração anterior, de modo que esse “esquecimento” parece funcionar como um efeito de (re)fundação de uma nova epistemologia

⁴⁵ Na sua entrevista, Courtine (*apud* NUGARA, 2010, p. 5) salienta: “Havia então uma direção, um projeto, uma perspectiva política, um engajamento. Hoje, parece que não há mais nada daquilo, salvo algumas ambições acadêmicas e disciplinares. Eu falo assim, sem querer fazer polêmica, mas, quando eu abro o Dicionário de Análise do Discurso que foi produzido não faz muito tempo, quando vejo nele as referências e os desenvolvimentos, há várias coisas que me chocam: o abandono, primeiramente, de toda a perspectiva teórica ou histórica e o retorno, em segundo lugar, a problemáticas antigas ou mais recentes - retórica, semiologia, comunicação, pragmática - das quais a AD precisamente tentou se desfazer durante sua constituição. Há, em todos os casos, um retrocesso, uma grande confusão. Ou seja, depois dessa espécie de momento brilhante de teorização inicial, a análise do discurso se re-disciplinarizou. Ela, de certa forma, se re-territorializou: reencontrou, assim, formas antigas como a retórica ou a semiologia, e tende a se confundir com as problemáticas contemporâneas da comunicação. Se nós colocarmos lado a lado um dicionário de retórica moderna, um dicionário de comunicação, outro de semiótica e esse dicionário de AD, nós vemos que eles se assemelham profundamente. Como consequência, eu tenho medo que os elementos básicos da matéria conceitual que ainda sustenta a AD (formações discursivas, pré-construído, discurso transversal ou interdiscurso, enunciado no sentido discursivo e não no sentido linguístico do termo, memória discursiva etc.), mesmo quando se apresentem travestidos, datem apenas dessa época de fundação da AD. Eu digo tudo isso sem nenhuma nostalgia, mas esse foi um momento de produção teórica intensa, e é o que promoveu a AD como disciplina, que a fez existir, e continua a fazê-la existir intelectualmente.”

discursiva. Nela tanto as problemáticas referentes à relação entre sujeito e ideologia quanto aquelas atinentes ao diálogo entre a constituição das subjetividades e o inconsciente freudolacaniano, incorporados por autores como Pêcheux (2009) e Henry (1992), foram abandonadas.

Cumpre-nos destacar que Maingueneau (2002; 2007) não se enquadra no escopo teórico da Teoria Semiológica (TS) de Charaudeau (2008a; 2008b). Apesar disso, refletiremos sobre alguns problemas teóricos encontrados na sua abordagem, tendo por intuito avaliar, de forma geral, a presença cada vez mais forte da Pragmática nos estudos discursivos e o, conseqüente, abandono de algumas questões filosóficas presentes na AD pêcheutiana. Assim, faremos aqui uma discussão geral sobre duas das abordagens discursivas mais conhecidas na atualidade, tendo em mente que elas se aproximam pelo distanciamento relativo que fazem das questões postas na conformação da AD em fins da década de 1960.

Em uma primeira fase de seus trabalhos, Maingueneau (2007) avalia a possibilidade de se desenvolver, de forma coerente com a epistemologia da AD, a questão da competência. Contudo, curiosamente, em obra mais recente, a forma como o problema é tratado em Maingueneau (2002) parece se vincular a outra tradição teórica. Discorrendo sobre a competência comunicativa dos sujeitos, Maingueneau (2002) utiliza termos como interpretação (p. 45), *savoir-faire* (p. 42), memória (p. 43), raciocínio (p. 49), imaginação (p. 41/44), aprendizagem (p. 41/44) e *scripts* (p. 43), sem descrever, entretanto, como eles se enquadram em sua proposta de competência discursiva calcada na historicidade radical, conforme indicado em Maingueneau (2007).

Maingueneau (1998, p. 27 - 28) remete o conceito de competência comunicativa à etnografia da comunicação. No mesmo verbete, o autor discorre sobre a competência discursiva, o que nos sugere a diferenciação entre ambas. Seguindo o seu raciocínio, isso ocorre porque aquela provém do quadro teórico da etnografia da comunicação e esta da vertente francesa de análise do discurso. Ressalvamos, então, que a mudança nos usos dos termos relacionados à competência em Maingueneau (2007) – competência (inter)discursiva – e em Maingueneau (2002) – competência comunicativa – parece se relacionar à sua mudança de postura teórica, representada pela pragmatização da sua abordagem discursiva neste último trabalho.

Com isso, surge o problema de como transitar de seus estudos de historicidade radical – competência (inter)discursiva – para seus estudos pragmáticos, uma vez que estes se relacionam com a etnografia da comunicação. Essa indefinição pode dificultar o trabalho com outros conceitos desenvolvidos pelo pesquisador à luz de uma perspectiva anti-humanista,

como são os casos das categorias de gênero discursivo, *ethos* (MAINGUENEAU, 2008) e autor (MAINGUENEAU, 2010). Para ilustrar essa questão, logo abaixo, lançaremos mão de um conjunto de passagens retiradas de Maingueneau (2002), nas quais ele se utiliza da categoria de competência, sem definir, no entanto, o que possibilita aos sujeitos a aptidão para dominar, apre(e)nder, receber, produzir, estocar e impregnar discursos.

1. O *domínio* das leis do discurso e dos gêneros do discurso (a **competência genérica**) são os componentes essenciais de nossa **competência comunicativa**, ou seja, de nossa *aptidão* para produzir e interpretar os enunciados de maneira adequada às múltiplas situações de nossa existência. *Essa aptidão não requer uma aprendizagem explícita; nós a adquirimos por impregnação*, ao mesmo tempo em que *aprendemos* a nos conduzir na sociedade (MAINGUENEAU, 2002, p. 41. Os itálicos são nossos).
2. Esse conjunto virtualmente ilimitado de *conhecimentos*, o saber enciclopédico, varia evidentemente em função da sociedade em que se vive e da *experiência* de cada um. Ele se *enriquece* ao longo da atividade verbal, uma vez que tudo que se *aprende* no seu curso fica *armazenado* no *estoque de conhecimentos* e se torna um ponto de apoio para a *produção* e a *compreensão* de enunciados posteriores (MAINGUENEAU, 2002, p. 42. Grifos nossos).
3. Certos papéis exigem uma *aprendizagem mais profunda*, e outros, uma *aprendizagem mínima*: o papel do leitor de um folheto publicitário requer um aprendizado mínimo, se comparado ao papel de autor de um doutorado em física nuclear (MAINGUENEAU, 2002, p. 44. Grifos nossos).
4. Na verdade, para compreendê-lo [exemplo analisado], não basta *conhecer apenas a língua*, é necessário também *ativar na memória dois scripts* [...] (MAINGUENEAU, 2002, p. 43. Grifos nossos).

Retiramos o conjunto de passagens acima de Maingueneau (2002), em específico, do capítulo destinado à abordagem da competência comunicativa (englobando a genérica, a linguística e a cognitiva). No primeiro excerto, o autor define a competência genérica em relação à competência comunicativa. Nele interessa-nos notar como o pesquisador, ao se deter sobre o conceito em questão, utiliza os seguintes termos: domínio, aptidão e aprendizagem. Tanto em Maingueneau (2007) como em Maingueneau (2002), não é possível encontrar ponderações sobre as características cognitivas do *processo de impregnação*, o que dificulta uma reflexão específica que possa esclarecer como a experiência dos sujeitos possibilita o domínio/aptidão/aprendizagem dos diferentes discursos na forma de pensamento. Além disso, em Maingueneau (2002), não temos como avaliar o que ele entende por “aprendizagem explícita” em relação à “impregnação” e à “aprendizagem”.

Na segunda passagem, destaca-se a relação entre a “competência enciclopédica”, o “enriquecimento do conhecimento pela experiência e pela atividade verbal” e o “armazenamento no estoque de conhecimentos dos aprendizados obtidos”. De forma

semelhante, na penúltima passagem, novamente, o autor menciona a existência de um processo de aprendizagem, propondo uma complexidade a mais, pois divide a aprendizagem em duas modalidades: a “aprendizagem mais profunda” e a “aprendizagem mínima”. Apesar de, na primeira citação, o conceito de “impregnação” se opor à “aprendizagem explícita”, nessas passagens, o termo aprendizagem é utilizado com bastante frequência, o que sugere a ausência de uma definição clara sobre em que medida esses termos podem se excluir ou se aproximar (há uma zona de intersecção?).

No último excerto, Maingueneau (2002) emprega os termos conhecer, memória e *scripts*. Focalizar-nos-emos na passagem “ativar na memória dois *scripts*”. Se considerarmos Maingueneau (2007), poderemos depreender que, devido ao atravessamento do outro, constitutivo a qualquer discurso, a competência discursiva é, na verdade, uma competência interdiscursiva, não sendo possível apontar uma cisão brusca entre a enunciação dos sujeitos (o acontecimento discursivo) e a presença dos “já ditos” em outro lugar.

Contudo, ao analisar um exemplo, Maingueneau (2002) sugere a existência da ativação necessária da memória para o entendimento dos sentidos envolvidos, possibilitando-nos inferir o uso do termo memória como centro de estocagem de informações acessadas (conforme a segunda citação), consciente ou inconscientemente, na produção ou recepção de sentidos dos sujeitos. Essa interpretação se fortalece se somarmos a “ativar na memória”, os “*scripts*”, categoria costumeiramente utilizada na Psicolinguística e na Linguística Cognitiva para definir a esquematização dos roteiros vivenciados socialmente (DE RÉ, 2006; SILVA, 1997).

A nosso ver, Maingueneau (2002) não explica em qual perspectiva cognitiva se baseia para discutir a relação entre competência, memória e *scripts* nos sujeitos em interação. Interessa-nos saber como sua perspectiva de cognição nesse trabalho, ainda que não explicitada, se relaciona com sua perspectiva anti-humanista em Maingueneau (2007). Estendendo a questão, baseando-se na perspectiva de sujeito desenvolvida pela AD, o que o possibilita conhecer? Como ele consegue armazenar e estocar conhecimentos? Enfim, como associar competência, cognição e discurso, seja em Maingueneau (2007), seja em Maingueneau (2002)?

Tanto Charaudeau (2008a; 2008b) quanto Maingueneau (2002) parecem pretender avançar sobre a questão do sujeito sem retomar os problemas teóricos que fundamentam a própria epistemologia da tradição discursiva na qual dizem se engajar. A respeito da relação entre criatividade e justaposição liberdade-coação, tal como posta em Charaudeau (2008a; 2008b), Pêcheux e Gadet (2011a, p. 100. Grifos nossos) destacam:

Não entendo “criatividade” como a possibilidade geral de criação de linguagem, uma característica comum a todas as línguas, mais especificamente a característica do próprio sistema linguístico de permitir deslocamentos históricos dentro do campo de formulações possíveis. *Em vez disso, quero questionar aqui uma concepção do senso comum que aborda o problema da criatividade relacionando duas formas de oposição: primeiro, a oposição entre palavra e frase; segundo, a oposição entre liberdade e coerção.*

Visto dessa forma, o tema da “criatividade” não parece representar um obstáculo aos avanços da AD no sentido de trabalhar a questão do sujeito nos seus aspectos cognitivo-discursivos. É tentador definir a criatividade pelo meio termo, isto é, pela margem de manobra dos sujeitos, mas é preciso também explicar os conceitos envolvidos. A simples justaposição entre coação e liberdade não esgota a complexidade do problema. Após décadas de pesquisas sobre as limitações do sujeito nos usos da linguagem, seja no que se refere à linguagem ordinária ou não, podemos apontar com clareza o que significa um sujeito coagido pela história, à vista dos mecanismos que restringem suas possibilidades enunciativas. Atualmente, por sinal, há um relativo consenso sobre a existência de estruturas de coerção ao ato enunciativo, mas o problema está em definir o que é liberdade. Todo conceito precisa ser delimitado, pois, caso contrário, torna-se “espontâneo” e “superficial”. Segundo Pêcheux e Fuchs (1968, p. 32. Tradução nossa):

O funcionamento da linguagem em seus múltiplos níveis impede a *dicotomia simplificadora entre a língua* (conhecida como sistema necessário) *e a fala* (noção batizando, sem explicá-la, a distância entre esta necessidade do sistema e a famosa “liberdade do locutor”): *na verdade, importa reconhecer que esses níveis de funcionamento da linguagem são eles mesmos submetidos a regras*, mas que a apreensão dessas regras escapa (parcialmente) ao linguista, na medida em que as determinações não linguísticas (por exemplo, os efeitos institucionais ligados às propriedades de uma formação social) entram necessariamente em jogo. Não se trata de forma alguma de recolocar em causa a ideia segundo a qual “a língua não é uma superestrutura” (no sentido marxista dessa palavra), mas de avançar no sentido de que *as formações discursivas são, elas mesmas, fundamentalmente ligadas às superestruturas, a um só tempo como efeitos e como causas*. Uma teoria do “efeito de discurso” não pode ignorar esse ponto, qualquer que seja a maneira pela qual ela formule o seu objeto (sob a forma de uma ‘pragmática’, de uma retórica ou de uma estratégia de argumentação)⁴⁶.

⁴⁶ Le fonctionnement du langage a ses multiples niveaux interdit la dichotomie simplificatrice entre la langue (conçue comme système nécessaire) et la parole (notion baptisant, sans l’expliquer, la distance entre cette nécessité du système et la fameuse « liberté du locuteur ») : en fait il importe de reconnaître que ces niveaux de fonctionnement du langage sont eux-mêmes soumis à des règles, mais que l’appréhension de ces règles échappe (partiellement) au linguiste, dans la mesure ou des déterminations non linguistiques (par exemple des effets institutionnels liés aux propriétés d’une formation sociale) entrent nécessairement en jeu. Il ne s’agit nullement de remettre en cause l’idée selon laquelle ‘la langue n’est pas une superstructure’ (au sens marxiste de ce mot) mais d’avancer que les formations discursives sont, elles, fondamentalement liées aux superstructures, à la fois comme effets et comme causes. Une théorie de « l’effet de discours » ne peut ignorer ce point, quelle que soit

Desse modo, podemos entender que, nos termos de uma epistemologia do discurso coerente com o pressuposto da historicidade radical, por mais “interno” que possa ser o “nível da linguagem”, uma “teoria do efeito discursivo” deve levar em consideração as regras através das quais essa liberdade pode emergir. Sendo o sujeito uma instância produzida na linguagem, e sendo a linguagem uma produção discursiva, na medida em que a língua é atravessada constitutivamente pela história para que possa emergir como forma-em-uso, o nível da “liberdade do locutor” não prescinde da organização da língua enquanto sistema necessário.

Deve-se atentar ainda para o que assevera Foucault (2008, p. 143) quando afirma que: “O tempo dos discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento”. Assim, a determinação histórico-linguística do pensamento o fundaria como espaço cognitivo interno atravessado pela falha, pelas clivagens e pelas não-coincidências entre língua e história, entre pensamento e palavra e entre o querer dizer e o dito. As “leis internas” do pensamento humano são inconscientes, inapreensíveis e indeterminadas, haja vista a impossibilidade seja de descrevê-las em notações lógicas transparentes, seja de apreendê-las em sua completude como estoque de conhecimentos. O pensamento não é anterior ao pensável, o que significa que, no âmbito de uma teoria discursiva, ele deve ser tratado enquanto *a priori* histórico, logo, possível pela sua própria remissão à exterioridade dos sujeitos.

2.5 Experiência e discurso: o indivíduo não é o sujeito

O discurso propriamente não é individual. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual.

Francine Mazière

“Meu método analítico não parte do homem, mas do período social economicamente dado. [...] A sociedade não é composta de indivíduos”, afirma Marx (*apud* PÊCHEUX, 2009, p. 168). À primeira vista, pode parecer estranho considerar a diferença entre sujeito e indivíduo. Tendo-se em mente que as pessoas com as quais temos contatos são concretas,

par ailleurs la manière dont elle formule son objet (sous la forme d'une 'pragmatique' d'une 'rhétorique ou d'une « stratégie de la argumentation ») (PÊCHEUX; FUCHS, 1968, p. 32)

objetivamente existentes por meio de um “corpo” capaz de elaborar raciocínios, aprender conteúdos e demonstrar intencionalidades, propor a inexistência de indivíduos nas sociedades humanas pode figurar como contra-intuitivo, teoricista e não-científico. Os avanços marcantes em diversos domínios das Ciências da Natureza têm contribuído para disseminar a ideia de que o desvendamento do pensamento e dos mecanismos de organização das sociedades humanas é questão de tempo, em consonância com a tentativa de desvendamento da própria mecânica do universo e da natureza. Ao que parece, a busca do “todo” reflete a utopia cientificista do século XXI, a qual supõe necessário reduzir a complexidade do mundo ao funcionamento de alguns mecanismos restritos, descritos por “modelos teóricos científicos”.

Neste trabalho, não é o nosso intento negar alguns desses avanços no âmbito das ciências ditas “duras”. De forma ampla, perguntamo-nos apenas em que medida tais avanços podem desembocar em uma “teoria do todo” e, de forma específica, em que medida as descrições dos fenômenos físico-químico e biológicos dos seres humanos refletem a descrição dos seus processos culturais? Em outras palavras, a descrição dos aspectos naturais dos indivíduos, em especial, no que concerne ao cérebro, implica o desvendamento dos seus estados mentais, base dos processos de subjetividade?

Em consonância com o pensamento marxista desenvolvido acima, a perspectiva discursiva na qual nos engajamos busca desconstruir a redução do sujeito (ser da/na linguagem) ao indivíduo (ser orgânico). Isso significa que a subjetividade humana é constituída historicamente, logo, não pode ser descrita por meio de descrições físico-químicas ou biológicas, da mesma forma que a história não pode ser descrita por leis, tal como supõe a abordagem positivista em Ciências Humanas. Se não é possível separar por completo o pensamento do cérebro, pois só há o primeiro se houver o segundo (condição necessária), a redução entre ambos nos parece insustentável, o que significa que a existência do cérebro não é suficiente para existência do pensamento (condição suficiente).

Segundo Henry (1992, p. 170), o fato de a língua se manifestar pela fala, isto é, pela *atividade individual*, não implica que a língua se reduza ao indivíduo. Enquanto estrutura unificadora da linguagem, ela pode ser analisada independentemente do falante, embora necessite dele para que possa existir. Isso significa que a língua é algo mais do que a fala de um dado indivíduo, de modo que nunca coincide com este. Cada dito é permeado de “já-ditos” e “já-escutados” em outro(s) lugar(es). Diferentemente do que supõe Chomsky (2010), quando sustenta que a criatividade dos sujeitos se deve à recursividade que cada uma das suas infinitas enunciações (*performance*) estabelece com o sistema sintático finito, autônomo e inato (*competência*) de cada falante, Henry (1992) postula que cada enunciação aponta para o

inconsciente (constituído na inter-relação necessária entre língua e história), sem que haja o controle do próprio sujeito sobre o seu imaginário. No dizer deste autor:

Tudo que se passa no registro do imaginário é *assujeitado* ao inconsciente. No indivíduo, *Isso pensa fora dele*. Ele é apenas o suporte de um *sujeito* do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que ele só pode *conhecer* através de uma *experiência intersubjetiva*, que é necessariamente uma *experiência de discurso*. Pois o sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo (HENRY, 1992, p. 170. Grifos nossos).

Algumas questões apontadas por Henry (1992) são bastante interessantes para a interpretação que temos tentado desenvolver acerca da relação entre discurso e cognição, em especial: (a) o assujeitamento do imaginário ao inconsciente; (b) o indivíduo como suporte do sujeito; (c) a relação entre sujeito, conhecimento, experiência intersubjetiva e experiência do discurso. No que diz respeito à negação do sujeito enquanto “unidade de uma interioridade”, ela parece estar em consonância tanto com a abordagem de Pêcheux (2009), já que ambos os autores compõem a mesma “Escola de Análise do Discurso”, quanto com o viés do Empirismo Cognitivo de Auroux (1998).

Com relação ao primeiro ponto, o assujeitamento do imaginário ao inconsciente, as relações que os homens estabelecem entre si e com as suas condições reais⁴⁷ de vida são constitutivamente imaginárias, de modo que não se percebe o mundo em si, pois as experiências com ele ocorrem por meio da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos. Nos termos da AD, na/pela tomada da palavra (formação discursiva), os sujeitos materializam as distintas ideologias (formações ideológicas) presentes em uma dada sociedade, de modo que apenas por meio da ideologia há sujeitos e apenas por meio dos sujeitos há ideologia. A relação é constitutiva. O imaginário possibilita atribuir sentidos às relações existentes entre os homens e as suas condições reais de vida. Segundo pensamos, o assujeitamento, nesse caso, não se refere à ausência de uma intencionalidade em si, mas à determinação dessa intencionalidade a um imaginário e a desse imaginário a um inconsciente, de modo que nem os sentidos manifestos/percebidos, nem a “fonte” inconsciente desses sentidos (FDs) são transparentes aos sujeitos nos momentos de uso. Nos termos de Pêcheux (2009), quando falamos, o real necessário se transforma em real pensado.

A nosso ver, o esvaziamento epistemológico da questão do assujeitamento decorre da forma como se passou a postular que a determinação do sujeito pela história pode afetar o seu

⁴⁷ Althusser (1980a, p. 81): “a natureza imaginária (da relação entre os homens e as suas condições reais de vida) que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia”.

“livre-arbítrio”, de modo que nos tornaríamos “máquinas sem consciência”. Não defendemos essa abordagem. Tentaremos responder a essas críticas por meio das seguintes reflexões: considerando que o sujeito é livre, em que consiste essa liberdade? Significa que ele pode criar algo novo, ou seja, não previsto pelas condições históricas de sua existência? Caso sim, ele seria capaz de realizar uma espécie de *creatio ex nihilo*, isto é, criar algo (pensar e/ou falar, por exemplo) a partir do nada. Seria aquele que causa o mundo, sem que seja causado pelo mesmo? A questão posta por Pêcheux (2009) é que se nós considerarmos que o sujeito é causa de si mesmo, estaremos nos valendo de uma perspectiva idealista de sujeito, segundo a qual há uma instância transcendente, um *a priori*, enfim, uma essência que preexiste a tudo e que não pode ser explicada através de conceitos materialistas (no sentido do Materialismo Histórico, e não no do materialismo científico das Ciências da Natureza), o que significaria transformar a AD, em última instância, em uma abordagem metafísica.

O assujeitamento do sujeito ao mundo imaginário significa que sua existência pressupõe a emergência de uma instância simbólica fruto do compartilhamento social de sentidos decorrente da organização material da linguagem em uma dada sociedade. Considerando que essa instância emerge necessariamente como forma histórica, ela irrompe como posição possível de/por uma prática social, logo, ideológica. A determinação desse imaginário ao inconsciente significa que as relações imaginárias que desenvolvemos com o mundo ocorrem fora de nós mesmos (retomamos, por outros termos, o princípio da exterioridade desenvolvido por Aurox (1998)), sem que consigamos ter acesso ao todo das relações de significantes que possibilitam a emergência dos significados imaginados por nós nos momentos de uso da língua. Em vista disso, Henry (1992) aponta: “No *indivíduo*, Isso [o imaginário assujeitado ao inconsciente] pensa fora dele”. Ademais, de forma ainda mais detida sobre a relação entre o imaginário e o inconsciente, Henry (1992, p. 169-170. Os negritos são nossos) sustenta:

O imaginário no homem é originalmente marcado no canto do simbólico. É o que faz com que o desejo inconsciente seja irreduzível às necessidades e que a função do imaginário no homem não seja nunca totalmente adequada ao seu objeto. Se é exatamente aí o ponto em que a **subjetividade** articula-se com a **individualidade orgânica**, é preciso acrescentar, logo, que é também aí que elas se separam, pois suas vias divergem, mesmo considerando que a subjetividade humana supõe uma certa **organização cerebral**. O “erro central” da psicologia não é tanto o de deixar o terreno do materialismo, do qual ninguém está definitivamente ao abrigo, mas justamente o de estar ao lado desse terreno – fazendo coincidir em tudo *indivíduo* e *sujeito* -, de deduzir a materialidade do pensamento (enquanto distinta do real pensado) da organização cerebral e de uma materialidade que nela se inscreveria pelo entroncamento dos órgãos sensorio-motores, pelo desenvolvimento genético ou aprendizagem condicionada. O que aqui está em questão é a própria ideia da *individualidade dos processos de pensamento*, da sua conexão. **A sede do**

pensamento não está mais na cabeça do que o sentido está nas palavras, mesmo se as palavras têm alguma coisa a ver com o sentido, como a organização cerebral com o pensamento. De uma certa maneira, pode-se dizer que a psicologia só faz retomar para ela a função de não-conhecimento do imaginário no homem, que é não-conhecimento do real do desejo inconsciente, como também do real em geral, pelo fato do efeito (des)realizante e (des)locação devido à irrupção necessária do simbólico. **A relação do imaginário com o real no homem passa sempre pelo simbólico. Se é verdade que somos apenas corpo, esses corpos são atravessados pela linguagem. Ora, a ordem da linguagem, enquanto materialidade, e não enquanto noção, não é redutível nem ao individual nem ao coletivo.** Essa é ainda uma lição de Saussure. Ele atribui à língua uma atividade de classificação e associação – que se exerce segundo dois eixos indissociáveis (relações paradigmáticas e associativas em Saussure, eixos da metáfora e da metonímia em Jakobson) – e que não é a atividade de sujeito algum, individual ou coletivo. Para Saussure, a língua é uma instituição social *diversa das outras* (o importante é o *diversa das outras*). Isso supõe uma faculdade de linguagem que é uma faculdade mental *diversa das outras* já que sua lei é a da instituição.

Ora, fica claro nessa extensa passagem que a AD nunca se furtou a dialogar com as teorias da cognição. Para nós, ao contrário disso, o viés cognitivista foi sempre o outro necessário para a construção do escopo teórico da AD. Sem ele, não teria como ter se desenvolvido uma perspectiva que buscasse desconstruí-lo. Esse diálogo torna possível avançar no sentido de uma abordagem discursiva da cognição, tendo por objetivo desconstruir a redução do indivíduo ao sujeito, mantendo, ainda assim, a necessidade de se refletir sobre a aprendizagem humana através da proposta de historicidade radical da subjetividade. Assim como as palavras possuem relação necessária com o sentido, a organização cerebral é fundamental para a existência do pensamento humano, logo, para a linguagem e para a própria história.

Isso não significa, no entanto, que essas categorias possam ser redutíveis entre si. Tal raciocínio pode ser sustentado caso incorporem algumas reflexões desenvolvidas pela Teoria dos Sistemas Complexos, através da qual podemos considerar que o pensamento humano funciona como propriedade emergente em relação ao cérebro, o qual funciona como condição necessária, mas nunca suficiente para o estabelecimento dos estados mentais. Se o sistema neurofisiológico da nossa espécie possibilita a emergência de outro sistema, isso não significa que ele possa determiná-lo, pois são de ordens diferentes. Em síntese, o todo é mais do que as partes, haja vista que é composto não apenas por partes estáticas, mas pela relação singular entre elas.

Ademais, ao defender que a cabeça não é o *locus* do pensamento, o raciocínio de Henry (1992) condiz com a abordagem externalista de Aurox (1998), para quem o signo (registro do simbólico) aponta necessariamente para o seu exterior, para o outro. A autossuficiência do signo seria a “morte do sentido”, pois representaria o fim da relação entre

o dado e novo, a qual funciona como fonte do sentido na/da linguagem. A “ilusão” da possibilidade de autossuficiência sígnica, explica Aurox (1998), decorre do fato de o registro simbólico possuir certa autonomia de representação – capacidade autonímica⁴⁸ – em relação aos seus usos, de modo que pode funcionar como seu próprio signo e circular em diferentes situações de interação (ou condições de produção, para nos aproximar tanto de Henry (1992) quanto de Pêcheux (2009)). Essa mesma característica, no entanto, torna possível a relação entre os diferentes signos e o seu exterior, corroborando a “natureza” dinâmica da linguagem. A recursividade da linguagem proposta por Chomsky (2010), defende Aurox (1998), representa, ao contrário do que pensa aquele autor, a não-criatividade, pois seria o eterno retorno ao mesmo, incapaz de reajustar o pensamento às diferentes condições externas a que o sistema simbólico se submete e (re)cria.

A relativa independência da língua em relação às condições de uso é também proposta pelos autores da AD, tais como Henry (1992)⁴⁹, Pêcheux (2009), Orlandi (2009) e Maingueneau (2007). Língua e gramática estão em relação de não-biunivocidade, de modo que o mesmo discurso pode ser materializado por meio de/atraves de distintas formas linguísticas. A linguagem, portanto, está em algum lugar entre o individuado e o social, na tensão constitutiva que a mantém na dinâmica semi-estável entre o mesmo e o outro, entre a paráfrase e a polissemia, como nos ensina Orlandi (2009). Nesses termos, ela é não apenas externalizada, mas parece funcionar como um sistema dinâmico complexo, indeterminado pela sua constante fluidez.

Isso nos leva à questão inicial trazida por Marx (*apud* Pêcheux, 2009, p. 168), na qual se desconstrói a ideia de indivíduo nas sociedades. Considerando que os indivíduos não podem ser anteriores aos próprios sistemas nos quais/a partir dos quais emergem, como é o caso das sociedades, organizadas pela contradição material entre distintas instâncias, tais como sociais, políticas e econômicas, seria errôneo pensar que os indivíduos são os pontos

⁴⁸ A esse respeito, Aurox (1998, p. 63. Grifos do autor) destaca: « A continuidade expressa por [20b] [gramática – formalização → entidade real formal (os elementos linguísticos) corresponde a uma propriedade fundamental da linguagem humana, que é a de que todo elemento pode ser utilizado como seu próprio signo (*autonímia*), ser sua própria representação. Citação original: « La continuité exprimée par [20b] [grammaire - formalisation → entité « réelle-formelle » (les éléments linguistiques)] correspond à une propriété fondamentale du langage humain qui est que tout élément peut être utilisé comme son propre signe (*autonymie*), être sa propre représentation ».

⁴⁹ A esse respeito, o autor assinala: “[...] Pela sua intervenção ideológica, o Estado reproduz ‘igualmente’ trabalhadores e não-trabalhadores como sujeitos ideológicos, mesmo em matéria de linguagem, mas uma das condições de possibilidade e, simultaneamente, um dos limites dessa intervenção é a autonomia relativa da língua, o fato de a língua não ser uma superestrutura. Já o dissemos, mas nunca é demais repetir, essa autonomia relativa é uma das condições de produção do efeito sujeito e como tal ela é necessária para compreender o processo pelo qual os homens, enquanto suportos biológicos, são produzidos como sujeitos da Ideologia e do Estado” (HENRY, 1992, p. 95).

fixos dos quais emergem a sociedade e a cultura. Não há nada fixo no sistema, a fluidez e a dinamicidade são as suas características fundamentais.

Nesse sentido, os indivíduos não podem ser considerados os pontos que causam sem serem causados, haja vista que são causados na mesma medida em que causam. Em vez de indivíduo, podemos falar em agentes, pois são corpos concretos (no sentido em que Henry (1992, p. 169-170) aponta acima: “Se é verdade que somos apenas corpo, esses corpos são atravessados pela linguagem”), que só podem perceber a si mesmos enquanto tais por já serem atravessados pelo campo do simbólico, daquilo que significa (também no sentido que Henry (1992, p. 169-170) destaca acima: “A relação do imaginário com o real no homem passa sempre pelo simbólico”). Sem a cadeia de significantes que possibilita o deslizamento do significado, não é possível emergir nem sentido, nem sujeito.

Desse modo, esses agentes (corpos significados como corpos concretos, reais no mundo), não sendo os indivíduos em si, funcionam como uma espécie de “subestruturas” relativamente estáveis na linguagem que são individuadas pelas experiências intersubjetivas, isto é, discursivas. Não existe indivíduo, existe individuação. A singularidade desses corpos-agentes decorre do modo como os mesmos emergem em práticas sociais reais vivenciadas pelas suas capacidades de experiência, de mirar-se no exterior a si mesmo em relação ao outro e nunca coincidir consigo mesmo em um dado ponto, como seria o caso do próprio cérebro. Para pensar (real pensado), esses corpos-agentes necessitam sair de si mesmos pela remissão ao real do mundo (real necessário), ou seja, imaginado como real e assujeitado ao simbólico, ao inconsciente.

Assim, quando se fala em assujeitamento do sujeito na AD, refere-se, especialmente, ao fato de que o sujeito não pode surgir do nada, causar sem ser causado, ele necessita se utilizar de algo que preexiste a si próprio (um *a priori* histórico, e não, necessariamente um *a priori* formal, como nos ensina Foucault (2008)), pela distribuição social da linguagem, para poder emergir como uma instância de ação que se relaciona com o outro para poder produzir sentidos⁵⁰. É nessa acepção que entendemos ser possível tratar de um sujeito-estrutura, como

⁵⁰ As menções aos conceitos de “emergência” e “complexidade” estão tão presentes nos textos canônicos da AD quanto àquelas relacionadas à aprendizagem, competência e pensamento. Vejamos uma passagem de Foucault (2008, p. 50. Grifos nossos), na qual ele trata da relação entre sujeito, objeto e emergência do sentido no que chama de um “feixe complexo de relações”: “Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz

irrupção simbólica em um corpo individuado pelas suas experiências discursivas, as quais o possibilitam se individuar na/pela linguagem. Isso nos leva à segunda questão, a do indivíduo como suporte do sujeito. Para desenvolvê-la, utilizar-nos-emos de outra passagem do autor, na qual Henry (1992) discorre sobre a relação entre a produção dos conhecimentos, o sujeito da ciência e a ideologia:

A prática científica é primeiro, como toda prática, uma prática social, secundariamente é uma prática específica. *Ora, como em toda prática social, os indivíduos humanos concretos que, se não são os sujeitos, são pelo menos os agentes, “agem na e sob a determinação das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução (processo de trabalho, divisão e organização do trabalho, processo de produção e reprodução, luta de classes etc.)”. Dizer que esses agentes agem na e sob a determinação das formas históricas de existência é dizer que eles são constituídos em sujeitos nas práticas sociais e por elas.* No que concerne aos agentes do processo de produção dos conhecimentos, eles se constituem na prática científica e por essa prática como sujeitos, cientistas, pesquisadores, pensadores, que descobrem, sabem, pensam etc...*Ora, precisamente, são formações ideológicas que instituem indivíduos concretos, agentes de práticas sociais, em sujeitos: “só há prática através de uma ideologia” e “só há ideologia por e para sujeitos”.* Pode-se agora compreender duas coisas: (a) que a apropriação de uma contradição, que como tal escapa à categoria de sujeito, possa realizar-se concretamente em uma prática, e (b) que, quando direta ou indiretamente levanta-se a questão da relação entre objeto do conhecimento e objeto real em uma ciência, encontra-se necessariamente, de um modo ou de outro, a categoria de sujeito. [...] *Aqui depreende-se uma definição positiva da Ideologia, definição que suspende toda concepção desta como erro, ilusão, fantasmagoria etc..., alguma coisa puramente ideal, sem relação com a realidade: ela aparece como um dos elementos necessários ao processo de produção de conhecimento. Além do mais, se se admite que praticar uma ciência é trabalhar sua contradição específica, a Ideologia é nesse processo elemento primordial (HENRY, 1992, p. 23. Grifos nossos).*

Esse longo excerto reforça os raciocínios que desenvolvemos logo acima, tratando, em especial, da questão do sujeito da ciência. Na sociedade contemporânea, o discurso científico parece buscar para si o último reduto metafísico, fruto do desejo de instituir um lugar no qual a linguagem conseguiria se apartar das suas condições práticas de existência, ou seja, das práticas sociais nas quais o saber científico consegue se organizar enquanto tal para se tornar uma narrativa privilegiada de acesso às verdades do mundo⁵¹.

Fundamentalmente, o que nos interessa nessa passagem é reforçar a relação de implicatura estabelecida na relação entre indivíduo e sujeito. Cumpre-nos destacar que evidenciaremos tais implicações por meio de setas bidirecionais, as quais, é importante dizer,

objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um *feixe complexo de relações*”.

⁵¹ Por questões de foco, não adentraremos essa questão com profundidade. Essa é uma discussão bastante conhecida no âmbito da teoria discursiva adotada e pode ser melhor compreendida pelas contribuições não apenas de Henry (1992), mas também de Pêcheux (2009), de Foucault (1981; 1996; 2004; 2008), Maingueneau (2007) e Orlandi (2009).

não representam a biunivocidade entre as instâncias descritas (relação de transparência entre elas, ou seja, causação suficiente), mas as relações necessárias entre as mesmas, de modo que podemos chegar ao mesmo raciocínio através do reordenamento das “variáveis” apresentadas. Segundo pensamos, tal implicatura se apresenta da seguinte maneira: as “formações ideológicas [...] instituem indivíduos concretos, agentes de práticas sociais, em sujeitos” = indivíduos concretos humanos ↔ prática social ↔ agentes ↔ constituídos em sujeitos nas/pelas práticas sociais ↔ sujeitos ↔ “agem na e sob a determinação das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução” ↔ definição positiva⁵² da ideologia.

A positividade da ideologia funciona como uma interessante releitura de Marx (2001), para quem a ideologia é definida como a falsa visão do mundo decorrente da inversão do real pelas classes opressoras, que, para reproduzir as relações de produção e exploração, organizam e dominam o olhar das classes oprimidas sobre o próprio mundo. Logo, para Marx (2001), a ideologia funciona como um instrumento de mascaramento do real por parte da burguesia de modo a manter a alienação do trabalho alheio. A partir de Althusser (1978a; 1980a; 1980b), e da retomada da sua filosofia por autores como Henry (1992), Pêcheux (2009) e Orlandi (2009), o conceito de ideologia adentra o campo de problematização da linguagem como categoria material constitutiva do imaginário e do simbólico humanos.

Isso significa que não só não é possível aos sujeitos fugirem à ideologia, como também os mesmos se constituem enquanto tal através da interpelação produtiva da ideologia, “meio” pelo qual os indivíduos concretos se transformam em sujeitos nas/pelas experiências que vivenciam em distintas práticas sociais. Passamos, então, à última questão apontada, qual seja: a da relação entre sujeito, conhecimento, experiência intersubjetiva e experiência do discurso.

⁵² É interessante notar que a ressignificação do termo positividade no âmbito das abordagens discursivas calcadas na historicidade radical é bastante presente. Em geral, ela se relaciona à produtividade e eficiência dos mecanismos sociais fundamentais à interpelação dos indivíduos em sujeitos. Se em Henry (1992), podemos ver uma reorientação do conceito para a “positividade” ideológica, em Foucault (2004) - que foi aluno de Althusser - podemos ver essa mesma reorientação a respeito dos conceitos de discurso e poder. Segundo Machado (2004, p. XV): “A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele [Foucault] opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão. O que suas análises querem mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Sabemos que não existe em Foucault uma pesquisa específica sobre a ação do Estado nas sociedades modernas. Mas o que a consideração dos micropoderes mostra, em todo caso, é que o aspecto negativo do poder – sua força destrutiva – não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador. [...] O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo”.

De imediato, é interessante ressaltar o uso do termo experiência, quando Henry (1992, p. 170. Grifos nossos) ressalta que: “Ele [o indivíduo] é apenas o suporte de um *sujeito* do qual uma parte *lhe* é invisível para sempre e que ele só pode *conhecer* através de uma *experiência intersubjetiva*, que é necessariamente uma *experiência de discurso*”. Raciocínios como esse demonstram que as questões relacionadas tanto à cognição quanto à experiência (geralmente tidas como restritas à Fenomenologia) estão presentes entre os principais autores da AD. A problemática do “como conseguimos conhecer o mundo?”, típica da Filosofia do Conhecimento, está presente em todos os autores da AD citados até então. O curioso nessa passagem é que, sem a devida reflexão, ela pode aprofundar os problemas que temos tentado resolver, o da diferença entre indivíduo e sujeito.

Da forma como está, parece existir, para além desses dois, mais um, o agente social. Podemos nos perguntar, então: qual a diferença entre indivíduo, agente social e sujeito? Quando o autor menciona uma parte do sujeito que é invisível para sempre ao sujeito, ele quer dizer que há algo que *lhe* é visível (“Ele [o indivíduo] é apenas o suporte de um sujeito do qual uma parte *lhe* é invisível para sempre” (HENRY, 1992, p. 170))? Se assim for, o indivíduo continua existindo, sendo ainda que ele consegue conhecer uma parte do sujeito, e outra não. Tentaremos clarificar esse imbróglio. Para tanto, continuamos sustentando que o indivíduo em si remete ao ser orgânico e que, portanto, ele é inacessível ao sujeito, assim como o mundo em si nos é inacessível através da linguagem.

Se não há nada no indivíduo que possa determinar diretamente as relações estabelecidas na linguagem, pois natureza e cultura são duas ordens distintas de realidade, o que acontece é que há um agente social ou indivíduo concreto que já é fruto de uma construção social (fazendo jus ao raciocínio que Henry (1992, p. 28) explicita da seguinte maneira: “Ora, como em toda prática social, os indivíduos humanos concretos que, se não são os sujeitos, são pelo menos os agentes”. Como podemos ver, “indivíduos humanos concretos” estão em relação de igualdade com “os agentes”). Concreto, nesse sentido, se refere à sua imersão nas relações sociais, o que implica que ele já está imerso às relações simbólicas e imaginárias que fundam a linguagem humana.

Desse modo, retomamos a dicotomia postulada nos seguintes termos: agentes sociais (indivíduos humanos concretos) e sujeito. Uma das principais acusações que se têm feito à AD seria o seu fomento epistemológico a um certo *niilismo*, decorrente da relatividade absoluta de todas as suas categorias. É importante dizer que se, por um lado, o sujeito não é determinado por uma instância biológica inata, por outro, a fluidez da sua emergência não é aleatória. Nesse sentido, corroboramos tanto Auroux (1998) quanto Paveau (2006) que não é

possível negar algumas das características biológicas humanas, tais como a nossa capacidade para categorizar, esquematizar e memorizar saberes e conhecimentos socialmente produzidos. Há, portanto, um aspecto da internalidade do ser que não é possível negar. Todavia, nenhum dos analistas do discurso que temos discutido nega a existência de uma espécie de “leis internas” aos sujeitos. Apenas as submetem à determinação da exterioridade, como demonstra Pêcheux (2009, p. 234), quando trata de “leis internas, cujo funcionamento remete a um exterior”.

É precisamente nesse ponto que entendemos se manifestar a diferença entre os agentes sociais e os sujeitos, na parcial aquisição de conhecimentos decorrentes das experiências intersubjetivas/discursivas de cada agente social ao se transformar em sujeito na/por meio de uma dada prática social/discursiva. A linha é tênue e a diferença é mais didática do que real, mas ela serve para explicar a relativa anterioridade do conhecimento e a relativa estabilidade de uma personalidade incorporada a esse corpo. Há experiências corpóreas que tangenciam nossa aprendizagem do mundo enquanto real (e não enquanto realidade). Nossas condições de existência, apesar de imaginárias, são reais. Ou melhor, apenas por serem imaginárias é que podem ser reais, passíveis de sentido pela perspectivação da nossa relação com o mundo e com os outros. O fato de categorizarmos o mundo não significa que as categorias sejam naturais, apenas que possuímos uma capacidade para categorizar formas históricas passíveis de representação. O mesmo se aplica à memória. De um lado, temos a capacidade de memorizar, de outro, a memória em si, sempre fluida e histórica. Como nos mostra Orlandi (2009, p. 188-189. Os negritos são nossos), a cada nova situação, não há um novo sujeito em si, mas uma *modulação* decorrente da tensão entre o mesmo e o outro na/pela linguagem:

De forma geral, podemos dizer que o sujeito da linguagem não é um sujeito-em-si, mas tal como existe socialmente e, além disso, **a apropriação da linguagem é um ato social, isto é, não é o indivíduo enquanto tal que se apropria da linguagem uma vez que há uma forma social dessa apropriação**. Essas afirmações, em relação à noção de sujeito, podem nos levar a algumas consequências em vista da noção de autor e de leitor. De um lado, em relação ao autor, podemos fazer duas observações que representam o exagero para mais, e o exagero para menos, respectivamente. Ambos os exageros são interpretações pessimistas: a) Há um sujeito para cada situação; b) não há sujeito nenhum, por causa da determinação social. Ou seja, tanto em *a* como em *b* está em causa a identidade do autor. [...] não mudamos completamente nosso discurso nem nos transformamos em outros, ou seja, não perdemos nossa identidade em cada relação de linguagem diferente. O que há é uma *modulação* do nosso discurso e da nossa identidade nas diferentes relações. Essa modulação se faz em direção ao *para quem* do discurso e a contraditoriedade, então, é a seguinte: o sujeito é o *mesmo* e é *diferente* simultaneamente. É ainda essa contraditoriedade que pode nos servir para compreendermos e refutarmos a observação *b*. **A relação de linguagem é interação; não há apagamento na**

constituição do sujeito de tal modo que, o que lhe é mais próprio, desapareça. Ao contrário, há uma tensão constante nesta constituição: o sujeito de linguagem é ele mesmo e o complemento do outro, ao mesmo tempo. Resumiríamos essas objeções dizendo que a relatividade da noção de sujeito não é absoluta. Não se deve enrijecê-la em nenhum dos pólos: nem no pólo individual, nem no social. Daí não se poder afirmar, segundo o que cremos, nem um sujeito absolutamente dono de si, nem um sujeito totalmente determinado pelo que lhe vem de fora. O espaço da subjetividade na linguagem é tenso.

Como vemos, é preciso evitar o relativismo absoluto no âmbito da AD, e as categorias de contradição e sobredeterminação trazidas por Althusser (1969) permitem conjecturar, como salienta Hall (2003), sobre a possibilidade da “contradição na unidade” e da “diferença no mesmo”. Isso poderá ser estendido ao sujeito caso enveredemos pelas questões colocadas pelas teorias cognitivas, que buscam atualizar, no âmbito do saber científico, questões antigas colocadas pela Filosofia do Conhecimento. Ancorando-nos no raciocínio de Orlandi (2009, p. 188-189), reforçamos que:

- (I) A aprendizagem é sempre um ato social, pois necessariamente põe em jogo uma prática histórica de intersubjetividade descentrada e as formas sociais do conhecimento, organizadas pelos distintos saberes sociais;

- (II) Os agentes sociais representam as formas objetivas individuadas que um dado indivíduo biológico assumiu em sociedade, as quais são retomadas constantemente ao se transformarem em sujeitos pelo real pensado;

- (III) Os agentes sociais são frutos da constituição de um “eu-outro” em um dado indivíduo e tendem à estabilidade e à identidade decorrente dos processos de naturalização da sua própria imagem;

- (IV) A naturalização da imagem de si (“*o que lhe é mais próprio*”) passa por diferentes discursos, os quais adquirem maior importância para a mesma de acordo com as ideologias (formações ideológicas) mais fundamentais em uma dada sociedade. No caso das ocidentais, retomando os raciocínios trazidos por Pêcheux (2009), elas parecem ser a da Ideologia da Vida⁵³ e do Direito⁵⁴;

⁵³ Referente ao “mito continuísta empírico subjetivista, que pretende que, a partir do sujeito concreto individual ‘em situação’ (ligado a seus preceitos e noções) se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leve diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos (PÊCHEUX, 2009, p.117). “Trata-se da *evidência do sujeito* como único, insubstituível e idêntico a si

(V) Tais ideologias se apresentam por/através de diferentes discursos (formações discursivas), notadamente através dos que definem o ser pela sua associação mais fundamental aos aspectos político, social e econômico, estabelecendo uma suposta relação direta entre os sentidos do próprio corpo e os sentidos do “corpo social”;

(VI) A modulação decorrente da relação entre um dado agente social e uma dada posição-sujeito é fruto da forma pela qual uma dada prática discursiva/social torna necessário (real necessário) ao agente pensar sobre as suas situações contingentes (ao “*para quem?*”), materializando um sujeito (sempre eu-outro) que se constitui a par e passo com o outro a quem se destina.

Para finalizar, além de contribuir para evitar uma espécie de relativismo extremado, considerar a relação existente entre o agente social e o sujeito possibilita explicar melhor a manutenção de certos padrões de identificação entre um dado indivíduo concreto/corpo e uma imagem/personalidade. Evidentemente, essa imagem depende das relações estabelecidas entre esse agente e os grupos nos quais se engaja em sociedade, de modo que ele não possui controle pleno sobre a imagem percebida pelo seu interlocutor. De toda forma, não podemos negar que as suas formas de pensar e de agir adquirem certa estabilidade, garantindo certa personalidade ao agente. Talvez isso possa ser explicado pelas leis internas a que Pêcheux (2009) se refere, que, embora determinadas pela exterioridade, parecem adquirir certa organicidade e “enraizamento” no corpo humano.

Assim como a linguagem, não nos transformamos por completo a cada emergência. Caso assim fosse, tanto quanto a linguagem, seria impossível a existência dos sujeitos. Isso significa que os *a priori* necessários à emergência dos sujeitos foram “internalizados” ao longo/através das distintas experiências discursivas que cada agente social obteve enquanto sujeito, mantendo certa estabilidade. Do mesmo modo que os *a priori*, esse agente é histórico, pois só se pode aprender algo a partir do momento em que o corpo humano consegue estabelecer uma relação social por meio da linguagem, isto é, tornar-se capaz de, a um só

mesmo: a resposta, absurda e natural; ‘sou eu!’ à questão ‘quem é?’ faz eco à observação que fizemos acima – a saber, que ‘é evidente’ que eu sou a única pessoa que poderia dizer ‘eu’ ao falar de mim mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 141. Grifos do autor)

⁵⁴ Segundo Pêcheux (2009, p. 140): “aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais”. Na relação com o sujeito ideológico, Pêcheux (2009, p. 145. Grifos do autor) destaca: “[...] sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções, meus compromissos) há o processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que...’, isto é, X, o quidam que se *achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas relações sociais jurídico-ideológicas”.

tempo, “produzir” e “receber” enunciados pela apropriação da contradição histórica que possibilita o sentido pela transformação do real necessário em real pensado.

CAPÍTULO III: (RE)LER PARA (RE)VER: POSSIBILIDADES NA TRADIÇÃO DISCURSIVA

3.1 O pensamento humano como necessidade pensada

O pensamento é uma forma particular de real e, como tal, é parte integrante do movimento objetivo e necessário das determinações de desigualdade-contradição-subordinação que constituem o real como processo sem sujeito.

Michel Pêcheux

Não há a história de um lado e as instituições históricas do outro. Estabelecer essa dicotomia é corroborar uma perspectiva idealista da realidade, na qual o “tempo histórico” seria avaliado como abstração amorfa desvinculada dos processos materiais decorrentes do contínuo reorganizar humano em sociedade, envolvendo, por exemplo: as condições de produção econômicas, as instituições e grupos sociais (como universidades, escolas, congressos, tribunais, igrejas, mídias, partidos, forças armadas), as identidades culturais, etc. As relações contraditórias são estabelecidas pelas diferentes posições que os grupos assumem no sistema de produção econômico em cada sociedade, definindo, a partir disso, sua importância política, cultural e social. Para Althusser (1980a), a história deve ser vista como processo material decorrente das diferentes práticas humanas de transformação e organização da sua realidade imaginada.

Nas relações de poder estabelecidas em cada sociedade, nem todos têm autoridade para dizer, assim como nem todos os dizeres têm autoridade de verdade. Se percebido como verdade, o dizer, institucionalizado, adquiriu ares de efeito de verdade que lhe possibilitou se deslocar do particular para o universal. Não há dito apartado daquele que diz, não há sentido apartado das suas condições de emergência e não há enunciado sem condições de enunciação, pois o lugar e o tempo do dito são constituintes do próprio dito (PÊCHEUX, 2009). Se o tempo da história não é absoluto, destacado das condições materiais nas quais ele se desenvolve, o próprio tempo só assume sentido por ser histórico, simbolizado, partilhado e apreendido coletivamente. Como conceito, engloba sentidos que se tornaram evidentes depois de naturalizados pela autoridade de um dado discurso. Falar, por exemplo, em Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna ou mesmo Contemporânea não é descrever um período em si,

mas associar tal conceito a um referente, o qual o discurso da História busca definir como objeto.

Mutatis mutandis pode-se analisar a categoria de espaço, a qual também funciona como construção simbólica. Sua demarcação é fruto de um processo histórico que lhe possibilitou assumir a forma/sentido que assumiu (FOUCAULT, 2004). A Europa nem sempre foi Europa, o Brasil nem sempre foi Brasil. Tempo e espaço também são textos (na acepção discursiva, o texto engloba as diferentes semioses, tais como os escritos, os sons e as imagens), de modo que o tempo pode assumir “ares de concreto”, como seria o caso do dêitico “agora”, e o espaço pode assumir “ares de abstrato”, como seria o caso de “posição social”, ambos sempre se referem à construção de sentidos em um dado discurso. O dito está em relação com o não-dito, e a palavra presente está em relação com a palavra ausente (fundamento metafórico da produção do sentidos) (PÊCHEUX, 2009).

As relações humanas se desenvolvem na/pela distribuição de sentidos na/pela linguagem, que possibilita e é possibilitada pelos textos. Na relação entre linguagem e texto (visto como materialidade do discurso), inexistente o ponto de origem semântico (no sentido de ponto fixo), pois um depende do outro, embora a forma textual e o sentido estejam em relação de não-biunivocidade, ou seja, ambos não se reduzem entre si. Por um lado, o real da língua possibilita a emergência do texto enquanto estrutura material do sentido, mas todo texto extrapola a própria língua, pois vinculado aos processos sócio-materiais (real da história) de cada situação de enunciação. Não se trata, evidentemente, de uma hierarquia entre os reais, mas da inter-relação necessária entre ambos. Se, por um lado, eles estão necessariamente vinculados, por outro, eles não são redutíveis entre si, haja vista serem de ordens diferentes (PÊCHEUX, 2009). Logo, se o mundo existe para além da linguagem humana, ele, no entanto, não significa, haja vista só adquirir sentido quando categorizado pelo pensamento humano. Mas como definir o pensamento humano nessa perspectiva?

Para Pêcheux (2009), o pensamento não pode ser separado do real da história. Nas suas palavras: “o real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (PÊCHEUX, 2009, p. 232). Pensar só se torna possível porque pensamos sobre algo e para algo, “tornado necessário” pelas *condições de produção do discurso*. Isso significa que há uma necessidade real, “isto é, necessidade cega na medida em que não é pensada” (PÊCHEUX, 2009, p. 256), que fundamenta a nossa necessidade de pensar (necessidade-pensada). A relação é de dissimetria, como destaca Pêcheux (2009), porque o real é independente do sujeito, embora o contrário não seja verdadeiro. Além disso, o real subordina

o pensamento humano, fazendo com que a relação entre ambos seja de dissimetria-subordinada.

No que diz respeito à relação entre “mundo” e “história”, entendendo que as relações entre ambos se dão pelo imaginário, e que este último é definido pela contradição das diferentes zonas de poder-saber das/nas sociedades, arregimentadas em diferentes formações ideológicas (FIs) e regionalizadas em diferentes formações discursivas (FDs), o pensamento deve ser compreendido não apenas pela situação de dissimetria e subordinação ao real, mas também de contradição. Conclui-se, então, que, para Pêcheux (2009), o pensamento humano deve ser estudado pela relação de dissimetria-subordinação-contradição da necessidade real transformada em necessidade pensada, o que quer dizer que não existe a experiência do pensamento e a do mundo, no sentido de mundo interior e exterior, mas a necessidade do real subjetivada pelas condições práticas nas quais os sujeitos se envolvem ao longo da sua vida. Segundo o autor:

Destacamos, na verdade, que esses dois “mecanismos” colocavam necessariamente em jogo relações entre os “domínios de pensamento”, relações de discrepância que tomam forma: 1) da *exterioridade-anterioridade* (pré-construído); ou a 2) do “retorno do saber no pensamento” que produz uma evocação sobre a qual se apoia a tomada de posição do sujeito. São essas relações, no interior das quais se constitui o *pensável*, que formam o terceiro elemento, do qual dissemos, há pouco, ser mascarado pela concepção (exclusivamente) lógico-linguística desses mecanismos. Esse terceiro elemento constitui, estritamente falando, o objeto do presente trabalho, sob a forma de uma *abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos*. Isso supõe, como veremos, o *exame da relação do sujeito com aquilo que o representa*; portanto, uma *teoria da identificação e da eficácia material do imaginário* (PÊCHEUX, 2009, p. 114-115. Grifos nossos).

Embora Pêcheux (2009) não se utilize explicitamente do termo cognição no excerto acima, não quer dizer que esse tema não esteja sendo tratado. Se tomarmos, *grosso modo*, a aprendizagem como o processo pelo qual os seres humanos são capazes de internalizar conhecimentos que o habilitam a representar o mundo, e as representações de mundo como estados/eventos mentais, podemos perceber que Pêcheux (2009) propõe uma resposta discursiva às abordagens que tomam a aquisição/aprendizagem como fenômenos de linguagem herméticos à organicidade do corpo, as quais separam o sujeito do conhecimento do objeto do conhecimento. Recuperando as palavras do autor na citação acima, ele afirma que: “[o pensável] constitui [...] o objeto do presente trabalho, sob a forma de uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos”.

Ora, com essa postura teórica, não se trata de negar a capacidade biológica que cada indivíduo possui para desenvolver a linguagem, ou seja, as capacidades cerebrais herdadas pela espécie para o desenvolvimento da mesma. Fosse essa a proposta, não seria possível explicar nem a capacidade desse autor nem a nossa para que possamos escrever textos e interpretá-los. Diferentemente disso, o teórico propõe avaliar o funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos, isto é, nem as representações, nem o pensamento são herdados filogeneticamente. Como tal, os conceitos, bem como qualquer entidade de ordem simbólica, são construções sociais, avaliadas, segundo o seu dizer, a partir de uma abordagem materialista, na qual os sujeitos são seres de linguagem possíveis pela forma como os seres humanos se organizam a partir das relações imaginárias que estabelecem entre si na realidade histórica. Dito isso, do excerto acima, destacamos os termos utilizados no desenvolvimento da sua proposta de “teoria da identificação e da eficácia material do imaginário”: (a) os domínios de pensamento; (b) os pré-construídos; (c) a posição-sujeito; (d) o retorno do saber no pensamento e (d) o pensável.

Almejando desmistificar o “mito da origem”, que põe o sujeito como causa de si, Pêcheux (2009) sustenta que o pensamento não funciona como sistema autônomo completo, mas como *domínios de pensamento*, regiões do simbólico descontínuas em oposição à ideia do todo harmônico do pensamento (isto é, à contínua estocagem coerente e transparente de conhecimentos), marcadas linguisticamente pela forma como os pronomes relativos (pré-construídos) predicam um dado referente (nomes próprios ou comuns) num dado enunciado. Os *pré-construídos* funcionam como mecanismos de recuperação de “já-ditos” em outros lugares no momento da enunciação por “alguém”. Este “alguém” não se refere ao indivíduo, que possui a estrutura fonológica e cerebral que o possibilita expressar sons, ele é a *posição-sujeito*⁵⁵ imaginada como entidade que representa o mundo. Ela existe, pois, pela identificação entre uma dada posição imaginária e o representável⁵⁶. Desse modo, não se trata de falar do pensamento humano, mas do *pensável* no humano, fruto do *retorno do saber no pensamento*. A esse respeito, Pêcheux (2009, p. 232. Grifos do autor) salienta ainda:

⁵⁵ Em uma passagem específica a esse respeito, Pêcheux afirma: “Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “discurso de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

⁵⁶ Em uma abordagem psicanalítica, ele é o significante tornado corpo (HENRY, 1992).

A não-simetria que liga, desse modo, real e pensamento indica, de saída, que não estamos diante de duas “regiões”, o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões “contém” a outra e em que condições (e em que espaço) se pode tentá-las fazer coincidir. Essa não-simetria designa na verdade “o primado do ser sobre o pensamento”, na medida em que o *real como necessário* (a “necessidade-real) *determina o real como pensamento* (a necessidade-pensada) e isso como se tratasse da mesma necessidade.

A concepção lógico-linguística de matriz filosófica idealista mitigaria esse problema ao propor a língua como código exterior ao pensamento, instituindo os papéis de emissor e receptor das mensagens, emitidas e decodificadas a depender da posição em que se encontrem na relação de comunicação⁵⁷. O pensamento seria conformado, nesse viés, por conhecimentos adquiridos por um dado indivíduo, tornando-os capazes de gerar a transparência entre o “querer dizer” e o “dito” através da língua.

Em interação, os sujeitos não se veem em si, mas as imagens possíveis construídas pela interpelação discursiva⁵⁸ que define um “eu” e um “outro” (sujeitos/enunciadores) como entidades psicológicas discretas. Um jogo de perguntas imaginárias possibilita o diálogo entre os interlocutores: quem sou eu para que eu lhe fale assim? Quem ele é para que eu lhe fale assim? Quem ele pensa que eu sou para que ele me fale assim? Quem ele pensa que ele é para que me fale assim?⁵⁹ A ilusão dos sujeitos de serem donos do sentido decorre da forma como as formações ideológicas os interpelam em sujeitos. Segundo Pêcheux (2009), cada formação ideológica comporta uma ou várias formações discursivas interligadas, responsáveis por restringir o que pode ou deve ser dito em uma dada interação. Esta não ocorre como forma abstrata, mas por situações “convencionadas” socialmente⁶⁰, que apresentam os papéis possíveis de serem desempenhados por cada um dos interlocutores em uma dada posição

⁵⁷ Segundo Pêcheux (2010a *apud* PORTO; SAMPAIO, 2013, p. 94. Grifos nossos): “[...] A teoria da informação, subjacente a este esquema [o esquema emissor-mensagem-receptor], leva a falar de mensagem como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um efeito de sentidos ‘entre os pontos A e B’”.

⁵⁸ Althusser (1980a), Pêcheux (2009) e Orlandi (2009) propõem o termo interpelação ideológica, já Foucault (2008) e Maingueneau (2007) se aproximam mais de uma perspectiva de posicionamento discursivo. Feitas as considerações na primeira seção deste capítulo sobre a historicidade radical, tomamos a liberdade aqui de falar em *interpelação discursiva*, no sentido de que, por analogia a Althusser (1980a), o sujeito só existe através de sua interpelação em discurso e o discurso só existe como materialidade de um sujeito.

⁵⁹ Sobre o esquema das imagens, consultar Pêcheux (2010a, p. 79-87).

⁶⁰ Em termos cognitivistas, poderíamos nos remeter aos esquemas cognitivos que os sujeitos introjetam, tornando-se aptos a reconhecerem as diferentes situações nas quais se engajam e quais seriam as expectativas relacionadas ao seu papel e ao do(s) outro(s).

enunciativa, a qual pode se materializar de distintas maneiras, por exemplo, como arenga, sermão, panfleto, exposição, programa⁶¹, etc. (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 1971).

Em síntese, para Pêcheux (2009), o real percebido (pensado) pelo sujeito é o real possibilitado pela ideologia, que o transforma em sujeito em uma dada FD. Como tal, o pensamento deve ser analisado na sua relação com o exterior, ele é determinado na medida em que as leis do exterior (da necessidade cega ou real) subordinam as leis internas do pensamento, numa relação, como dissemos acima, de dissimetria-contradição-subordinação. Para o filósofo e analista do discurso, o pensamento nunca assume uma forma absoluta, opondo-se à abordagem idealista do conceito, que define os processos mentais como interioridade subjetiva da “consciência”.

3.2 A competência como sistema de restrição do discurso

Toda análise do discurso implica uma perda de controle por parte dos Sujeitos, ela coloca em questão a própria categoria de Sujeito, que se encontra dispersa numa pluralidade de práticas discursivas reguladas e dominadas por um interdiscurso.

Dominique Maingueneau

Desde fins da década de 1980, a incorporação das discussões bakhtinianas acerca da “heterogeneidade constitutiva” (princípio dialógico) na/da linguagem tem sido uma das principais responsáveis por deslocar o foco epistemológico das análises discursivas do “mesmo” (FD) em direção ao tratamento do “outro” que lhe é constitutivo. Por meio do conceito de interdiscurso, a AD se reordena no que Pêcheux (2010a) define como terceira fase da Análise do Discurso. A partir de então, a realidade interdiscursiva passa a ser o *locus* da constituição dos sujeitos e da produção de sentidos, haja vista que ambos emergem na/da contradição imanente ao processo enunciativo (MALDIDIER, 2003; 2011; MAZIÈRE, 2007). Maingueneau (2007) se engaja nesse contexto teórico incorporando o conceito de “interdiscurso” como o ponto organizador das sete hipóteses fundamentais do seu trabalho, quais sejam:

⁶¹ Essa abordagem se assemelha à reflexão feita por Maingueneau (2007; 2008; 2011) acerca dos gêneros discursivos.

(I) O discurso é constituído na *interdiscursividade*, de modo que este é o espaço constituinte daquele;

(II) A interação semântica entre os discursos é decorrente de um processo de *tradução de interincompreensão mútua regrada*;

(III) O interdiscurso funciona por meio de um *sistema de restrições semânticas globais*;

(IV) O sistema de restrições semânticas globais é concebido como um modelo de *competência interdiscursiva*;

(V) A categoria de discurso não deve ser vista apenas como um conjunto de textos, mas como uma *prática discursiva* manifesta textualmente;

(VI) A prática discursiva funciona como *prática intersemiótica*, integrando, portanto, semioses como a pintura e a música;

(VII) Cada formação discursiva funciona como uma espécie de *esquema de correspondência* com os outros campos de seu ambiente sócio-histórico, tidos, inicialmente, como heterônimos.

Tais hipóteses estão intrinsecamente relacionadas, o que significa que, ao explorarmos qualquer uma delas, direta ou indiretamente, estamos nos detendo sobre as demais. Tendo isso por pressuposto, a seguinte ordem reflete de forma mais adequada o modo pelo qual almejamos reler a proposta de Maingueneau (2007) no presente trabalho, a saber: (I) competência (inter)discursiva → (II) sistemas de restrição do discurso (sistemas de restrição semânticas globais) → (III) prática discursiva → (IV) esquemas de correspondência → (V) tradução de interincompreensão mútua regrada → (VI) interdiscursividade. Organizando-as dessa forma, temos por intuito refletir sobre a possibilidade de cada indivíduo estar apto a “dominar”, tanto sucessiva quanto simultaneamente, diferentes competências discursivas.

Segundo Maingueneau (2007), no âmbito do senso comum, imagina-se que cada indivíduo possua apenas uma competência, pois, em geral, infere-se que, para cada corpo, exista apenas um sujeito. Para o autor, essa estabilidade pode até ser considerada (imaginada) verdadeira para algumas personalidades públicas, quando identificadas completamente a um

certo discurso. Não obstante, ela é facilmente contornada se postularmos a existência de competências que funcionam por meio de regras simples. Não se trata, contudo, de propor modelos de propriedades de “objetos empíricos” para os “saberes”, subvertendo a perspectiva foucaultiana que trata do sujeito na interface entre as regras históricas e as práticas discursivas.

Diferentemente disso, trata-se de teorizar sobre as infinitas variações possíveis de esquemas semânticos elementares, numa tentativa de discursivização da proposta chomskyana de competência, para quem a linguagem funcionaria como um módulo cerebral. Se os conteúdos dos conhecimentos, isto é, as categorias semânticas consideradas através dos sistemas que as articula, são historicamente determinados e os sujeitos não escolhem “livremente” os seus discursos, deve-se explicar ainda como cada discurso manifesta uma estrutura una em meio à sua constituição na diversidade (MAINGUENEAU, 2007). Embora assuma a necessidade de renegar a naturalização da linguagem, tal como posta pelo Gerativismo, consoante Maingueneau, a AD precisa explicar ainda como cada indivíduo consegue produzir, de forma singular, inúmeros enunciados inéditos a partir de uma mesma FD. Nos termos de Hall (2003), resta à tradição estruturalista solucionar o problema dos processos de subjetivação da ideologia e dos discursos.

Nesse intento, Maingueneau (2007) retoma os raciocínios da externalidade, da descontinuidade e da raridade das regras discursivas em relação aos indivíduos, tal como desenvolvidos por Foucault (2008), para supor que, embora haja variação nos enunciados, torna-se possível sustentar que a maior parte deles não se modifica, o que corresponderia a levar ao extremo o “princípio de raridade” da filosofia foucaultiana. Tratar da competência na AD não significaria, portanto, subverter os postulados da discursividade historicizada. Ao contrário disso, representaria o avanço radical sobre o pensamento arque-genealógico dessa filosofia, de modo que a “raridade” mais extrema com a qual podemos contar, segundo Maingueneau (2007), é justamente a de propor sistemas de competência discursiva pautados na máxima restrição entre forma e sentido.

De tão pobres, esses sistemas de restrição (inter)discursivos (sistema de restrições semânticas globais) seriam passíveis de ser dominados pelos indivíduos, enquanto sujeitos, pois só agem e existem concretamente em decorrência das distintas práticas discursivas nas quais se engajam socialmente na/pela linguagem. Caso contrário, a completa opacidade da linguagem impossibilitaria a produção, interpretação e enunciação por parte dos interlocutores envolvidos em cada situação enunciativa.

Concordamos com Maingueneau (2007) que desconsiderar o relativo domínio da linguagem de cada sujeito no processo produção de sentidos é marginalizar as questões que busquem avaliar a complexa realidade vivida pelos sujeitos no âmbito da linguagem ordinária. Ao sustentar o conceito de “competência discursiva” e criticar uma espécie de “impregnação misteriosa para explicar a sua aquisição” (MAINGUENEAU, 2007, p. 54), o pesquisador reconhece a necessidade de se problematizar, em alguma medida, a “aquisição da linguagem” no quadro teórico da AD. Por um lado, cada enunciado carrega consigo a possibilidade de assumir um sentido-outro⁶², considerando que o tempo e o espaço (condições de enunciação) nunca são os mesmos e que cada emergência traz consigo a possibilidade do erro e do equívoco⁶³, por outro, a associação histórica entre a forma do enunciado e o seu funcionamento⁶⁴ semântico representam os “ditos” cristalizados como “já-ditos” por diferentes instituições sociais, trazendo consigo a possibilidade tanto de repetição quanto de transformação (MAINGUENEAU, 2007).

Assim, deve-se fazer uma distinção entre o possível e o certo a respeito do que se considera adquirir competências discursivas. O *certo* demanda simetria entre o significante e o significado, a total criação e controle do sentido, de modo que, paradoxalmente, o criador poderia causar a si mesmo enquanto criatura. Como se fosse possível criar algo a partir do nada, o sujeito criaria a linguagem e a colocaria em movimento, entre a emissão⁶⁵ e a recepção. Diferentemente disso, o *possível* existe no campo do potencial, à medida que o sujeito, na “ilusão” da criação do sentido, em uma dada situação de interação, constitui as formas imaginadas de si e do outro. Utiliza-se, para tanto, de alguns sistemas de restrição discursivos adquiridos ao longo das suas vivências concretas, os quais os tornam competentes

⁶² A ambiguidade na linguagem é constitutiva das línguas naturais, como nos ensina Pêcheux (2009).

⁶³ Intencionalmente, fazemos aqui uma espécie de leitura pècheutiana da proposta trazida por Maingueneau (2007). Entendemos que ela não é incoerente, pois ambos compactuam de uma mesma epistemologia discursiva anti-humanista.

⁶⁴ Courtine (1981) desenvolve um interessante raciocínio acerca das sequências discursivas de referência (SDR) e a memória discursiva. O autor retoma, para tanto, a contribuição saussuriana acerca das relações paradigmáticas e sintagmáticas da língua para propor um eixo vertical e horizontal nos estudos da memória discursiva.

⁶⁵ De forma semelhante, Orlandi (2009, p. 33. Grifos da autora) ressalta: “Como considero que a apropriação da linguagem é constituída socialmente, esse sujeito do qual falo não é, pois, o sujeito-em-si, abstrato e ideal, mas o sujeito mergulhado no social que o envolve, e preso, pois, da contradição que o constitui. Por isso, prefiro a noção de processo, de interlocução. Desse ponto de vista, diria que considero inadequada a terminologia que distingue condições de *produção* e condições de recepção, pois acredito que a noção de condições de produção abrange, como um todo, a emissão e a recepção. Se distinguimos emissão e recepção é por uma questão de fato e não de direito. Isto é, tanto emissor quanto receptor são, de direito, produtores da instância de interlocução, ambos interagem simultaneamente, embora, de fato, cada um tenha o seu tempo de atuação”.

à apreensão e distribuição parcial dos sentidos ao reconhecerem e falarem de acordo com as distintas FDs, as quais são capazes de transformar o possível em provável.

Assim, conforme Maingueneau (2007), um enunciador possui uma dupla característica: (I) ser capaz de reconhecer enunciados como “bem formados”⁶⁶ a partir da formação discursiva da qual emerge; (II) ser capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos a partir dessa mesma formação discursiva. Cada sujeito está apto a agir em uma dada situação interacional, bem como a jogar, parcialmente, com as regras de um jogo no qual ele é efeito de identificação de uma posição-sujeito a uma dada posição discursiva⁶⁷, a qual se define como: a) *interdiscursiva*, logo, não-hermética, fragmentada, descontínua; b) *restrita*, ou seja, rara, submetida a uma espécie de “princípio de pobreza” que a simplifica frente ao todo das suas relações (o interdiscurso é uma idealização, isto é, inapreensível); c) *prática*, isto é, materializada em uma dada situação de interação específica; d) *esquematizada por correspondência*, não-natural, não-arbitrária e não-biunívoca, o que quer dizer que não há transparência entre o dito e a FD na/da qual emerge; e) *traduzível*, representável⁶⁸, simbolizada intersubjetivamente por regras que compõem a enunciação; f) *plurisemiótica*, pois pode ser linguística, imagética e sonora.

As reflexões de Maingueneau (2007) acerca das competências discursivas dos sujeitos nos usos da linguagem demonstram a necessidade de se retomarem as problemáticas que envolvem o sujeito e a cognição, abrindo possibilidades para se pesquisar suas capacidades de aprendizagem sem propor um retorno ao sujeito como mestre de si. Apesar disso, curiosamente, o autor não retoma tal discussão em seus textos subsequentes, de modo que as suas investigações não desenvolveram uma perspectiva discursiva que possa dar conta dos processos mentais em relação aos processos histórico-linguísticos.

Nesse sentido, os avanços trazidos por Maingueneau (2007) a respeito da relação entre os sistemas de restrição dos discursos e as competências discursivas não foram sentidos na mesma medida no esclarecimento de como os sujeitos conseguem “adquirir” discursos, quais mecanismos cognitivos estão envolvidos e como se organizam no pensamento humano. Na seção seguinte, analisaremos a manifestação do verbo ser como metalinguagem, em especial, através da forma “X é”, tal como proposta por Orlandi (2009), a qual, segundo

⁶⁶ Por analogia à competência chomskyana, definida pela capacidade intuitiva de cada indivíduo reconhecer quais proposições são gramaticais ou agramaticais na sua língua natural (CHOMSKY, 2010).

⁶⁷ Esse conceito será relido por Maingueneau em trabalhos posteriores como “posicionamento”. Consultar o verbete “Formação Discursiva”, em Maingueneau (2004a).

⁶⁸ Fazemos menção ao raciocínio de Pêcheux (2009), conforme apresentado na seção anterior, acerca do sistema da língua enquanto sistema representável.

pensamos, pode funcionar tanto como mecanismo linguístico de restrição discursivo/semântico, no sentido de Maingueneau (2007), quanto como metáfora ontológica, no sentido de Lakoff e Johnson (1985).

3.3 O verbo “ser” como metalinguagem

Através da metalinguagem, o que se visa é a construção da via científica do saber que se opõe ao senso comum.

Eni Orlandi

Na história do pensamento ocidental, há uma discussão milenar acerca da relação entre as palavras e as coisas, na qual se problematiza se o vínculo estabelecido entre a linguagem e o mundo ocorre de forma direta ou se a essência deste seria inapreensível aos nossos sentidos e/ou razão. Independentemente da perspectiva adotada, pode-se considerar que os processos de referenciação e de predicação estão entre as funções mais básicas da linguagem humana. Através deles pode-se atribuir características ao ente (nome) ao qual nos referimos, modo pelo qual conseguimos substantivá-lo (nominalizá-lo), tornando-o passível de discrição (definível, categorizável) e de descrição (ARAÚJO, 2004). Em nossa perspectiva, entendemos que essas atividades ocorrem na e pela linguagem.

Consoante Orlandi (2007b, p. 11. Grifos nossos), “a linguagem é *categorização* dos sentidos do silêncio, modo de procurar domesticá-los”. Consideramos que a constituição do mundo simbólico humano ocorre por meio de um processo circular, no qual não é possível sair da linguagem para que possamos falar do mundo, pois a significação do mundo já é produto da linguagem. Dito de outro modo, a linguagem aponta para a própria linguagem, e não para o mundo em si (WITTGENSTEIN, 1999). Ao dizermos que “X é P” (verbo ser/estar no português), por exemplo, geramos um (efeito de) sentido calcado na atribuição de uma característica essencial (P) ao referente (X), expressa pela maneira como o verbo “ser” cria a evidência de que uma forma da língua(gem) aponta para o exterior dela mesma, como uma espécie de “etiqueta” para as coisas do mundo.

O verbo “ser” funciona, então, como uma marca da linguagem que expressa o “para além da linguagem” que “retorna” ao mundo para descrevê-lo, designando suas características em si (ORLANDI, 2009). Em certa medida, essa ilusão designativa se aproxima do raciocínio

desenvolvido por Authier-Revuz (1998) acerca das *modalizações autonímicas*, isto é, quando os sujeitos se utilizam de marcas textuais reflexivas sobre o próprio enunciado manifesto no intuito de controlarem o sentido do que dizem ou supõem querer dizer. Elas são produtos da ilusão de si, a qual é responsável por colocar o sujeito como origem do seu dizer, decorrente, em última instância, da busca do sentido último do homem através da linguagem.

Dessa ótica, a metalinguagem ocorre como um efeito e não como uma possibilidade real da língua, na medida em que o verbo “ser” se caracteriza fundamentalmente pelo efeito de apagamento do referente pela enunciação, apresentando-se como neutro e objetivo (ORLANDI, 2009). A enunciação supõe um posicionamento do sujeito em relação a si mesmo, aos outros e ao próprio mundo. Assim, em uma dada situação enunciativa, põe-se em prática imaginários associados à nossa posição enunciativa, evidenciando um “eu-outro” que é percebido como “eu” (“eu sou P”), um “outro” imaginado como instância apartada do “eu” (“ele é Q”) e um “lugar” imaginado como espaço apartado do “eu” e do “outro” (“nós estamos em Z”). Incorporando a perspectiva de Bourdieu (2007, p. 14), pode-se considerar que os discursos agem como uma estrutura estruturante e estruturada da realidade humana, ou seja, como um *poder simbólico*, que, segundo o sociólogo francês, pode ser definido “como [o] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”.

Segundo Travaglia (1991), os verbos podem atuar de distintas maneiras, tornando-se difícil reduzi-los a um padrão de uso sintático, semântico ou discursivo. Para ele, a variedade de possibilidades de suas ocorrências dificulta o trabalho do pesquisador, que, em última instância, só poderá classificá-los ao observar o seu funcionamento no texto analisado. O verbo “ser”, por exemplo, pode aparecer: como auxiliar de voz (ser + particípio), assumindo a voz passiva de ação, de estado e de mudança de estado (p. 61); na forma de expressões, funcionando como verbo de ligação, verbo “ser” acompanhado de nome (hegemonicamente adjetivos) (p. 61); indicando modalidade (ser (é, foi, era) + possível, provável, necessário, etc.) ou assumindo a forma expletiva, assinalando a relevância de uma dada informação (é, era, foi + importante, significante, essencial, etc.) (p. 62); acompanhando, na forma do indicativo do presente, palavras que se transformam em adjetivos pelo uso sufixo “-vel” (ex: é audível) (p. 70); e, por fim, na descrição de comentários, atuando como verbos estáticos com aspecto indeterminado ou como verbos dinâmicos com aspecto indeterminado ou habitual. Dentre essas possibilidades de ocorrência, uma nos interessa em especial, os usos do verbo “ser” como verbo de ligação, através dos quais se privilegia os usos de adjetivos para atribuir sentidos aos seres ou coisas.

Quando dizemos que “X” é “bom” ou “ruim”, “feio” ou “belo”, “racional” ou “irracional”, por exemplo, tais definições parecem estar tão arraigadas em nosso pensamento que imaginamos que o enunciado produzido não só é fruto de uma expressão da nossa “alma” como também imaginamos se referir à “alma” de quem/daquilo a que nos referimos. Esse sentimento de evidência sobre o “algo experienciado” é fundamental para qualquer das interações que estabelecemos, seja conosco mesmo, seja com os outros, seja com o mundo. Sem essa simplicidade, ou “hipótese da pobreza discursiva”, como sugere Maingueneau (2007), não conseguiríamos enunciar, “escolher” imaginariamente um sentido a ser expresso. De acordo com Travaglia (1991, p. 74 - 75), as condições que manifestam a natureza textual-discursiva dos verbos são:

- 1) Constituição do texto enquanto tal:
 - a) A construção do texto para além da frase;
 - b) A estruturação do texto enquanto tal, independentemente de sua dimensão;

- 2) Relação e interação entre os interlocutores (produtores e receptores dos textos) em uma situação de comunicação, podendo o fato textual-discursivo no uso do verbo resultar:
 - a) De determinações sócio-históricas em formações discursivas que podem ou não ser explicitadas em regras e convenções de comportamento e relacionamento social no uso da língua;
 - b) Das intenções dos usuários da língua, o que resulta em todos os fatos da argumentação;
 - c) Das imagens que os interlocutores fazem de si, do outro, do assunto, do objeto do dizer; e das imagens que eles julgam que os outros fazem de si, do outro, do assunto, do objeto do dizer;
 - d) Da relação pessoal entre produtor e receptor do texto.

A análise de cada texto subtende, então, considerar suas dependências, regulações ou determinações a fatores como: a) a constituição do texto enquanto tal e b) a relação e interação entre os interlocutores (produtores e receptores dos textos) em uma situação de comunicação. No que diz respeito às considerações do ponto 2, 2a e 2c são especialmente interessantes para os nossos propósitos. Podemos entender que, para o primeiro, deve-se considerar que, apesar da variedade de possibilidades dos usos da língua, enquadradas, necessariamente, no plano discursivo, Travaglia (1991) se refere às regularidades decorrentes da convenção das ações humanas por sua institucionalização, configurando regras para os dizeres e instituindo os poderes de se dizer, definidos, pelo autor, no quadro das formações discursivas (FDs). Elas são as responsáveis pela limitação das possibilidades de se agir na/sobre/pela linguagem, cristalizando/sedimentando os acontecimentos enunciativos pelos papéis sociais assumidos por aquele que fala. Assim, as FDs regem as possibilidades do que o sujeito consegue dizer dentro do todo do dizível.

Nesse viés, os usos da língua (2c) podem manifestar as imagens dos interlocutores, definindo a si e o outro, do assunto ou do objeto do dizer a que se referem, bem como as que se especula que estão sendo construídas pelo outro sobre si, sobre o outro e sobre o seu assunto ou objeto do dizer. É por meio da metalinguagem que o Discurso Pedagógico (DP), por exemplo, demonstra textualmente o seu *ethos* de cientificidade frente ao senso comum, afirmando-se imparcial ao excluir os fatos e firmar as definições. Isso se demonstra pelo uso de traços formais em sua organização, a saber, o verbo “ser” na forma “X é...”, os quais são responsáveis por se estipular que se está falando de algo que nem é verdadeiro nem é falso, pois se remete ao “é-porque-é”, ao que se define por essência (ORLANDI, 2009).

Ao avaliar os usos do verbo “ser” como *marcas*, Orlandi (2009) sustenta que está abordando o seu funcionamento linguístico-discursivo dentro do DP, por oposição às suas *propriedades*, que representam um aspecto mais global do funcionamento do mesmo, apontando prioritariamente para o exterior discursivo. As características principais desse discurso são: (a) está em relação de circularidade com a instituição escolar; (b) sua emergência, manutenção e transformação dependem da forma como a sociedade na qual se apresenta se organiza social, política e economicamente; (c) funciona como um tipo discursivo e, como tal, se configura pela associação de traços formais a um dado efeito de sentido, estabelecendo as características das atitudes do locutor frente ao seu próprio discurso e frente ao seu destinatário; (d) os efeitos de sentido gerados pelo DP o colocam como um discurso neutro, uma vez que o mesmo busca apagar os problemas da enunciação (discurso autoritário⁶⁹) ao se fundamentar no discurso científico; (e) suas marcas de enunciação se caracterizam pela presença do verbo “ser” no processo de nominalização (atribuir uma característica a um ente, transformando-o em nome), típico das definições; (f) o referente é apresentado como sendo puramente cognitivo, informacional.

No que diz respeito à definição das coisas dentro de uma sistematicidade caracterizada por efeitos de verdade/neutralidade, Orlandi (2009) ressalta que, na instituição escolar, o pré- e o extra-escolar assumem importância secundária enquanto verdades e, como

⁶⁹ De acordo com a autora, a relação do discurso com o seu referente tornaria possível três tipos de discursos: “o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de *polissemia aberta* (o exagero é o *non-sense*). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma *direção*, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na *polissemia controlada* (o exagero é a injúria). No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na *polissemia contida* (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento do comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 15-16).

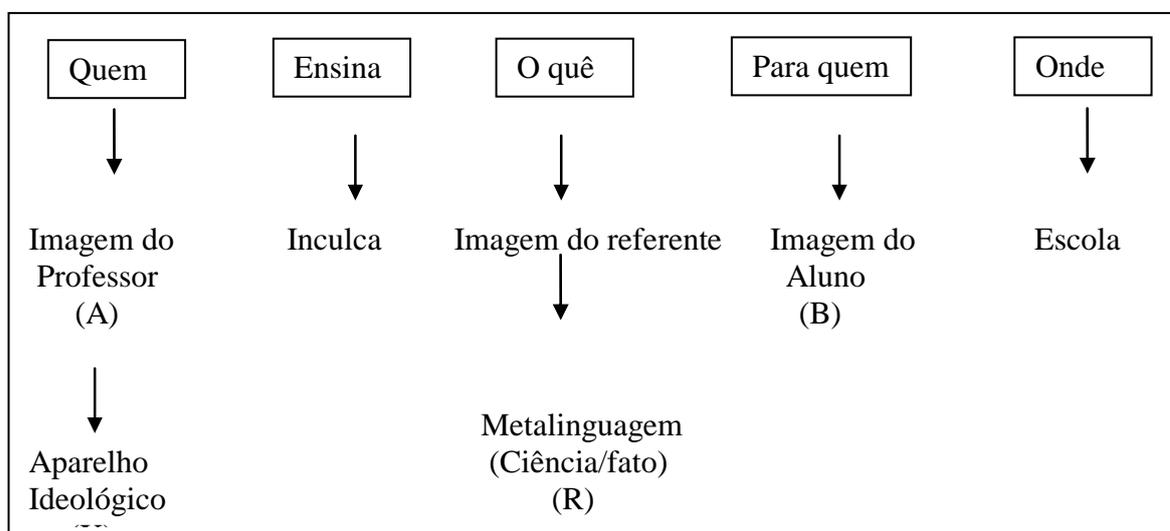
tal, são submetidos às provações da reflexão e da explicação científicas. Nela opera-se a divisão entre o que seria conhecimento e o que seria crença, definindo-se a partir daí os imaginários sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Devido à importância social dessa instituição, o “processo de escolarização”, de certa forma, seria também um “processo de cidadanização”. Nesse contexto, o papel da Escola é institucionalizar e reproduzir o saber, conformando cidadãos letrados para o exercício dos seus papéis em sociedade.

Assim, podemos afirmar que seria impossível pensar a dinâmica das sociedades contemporâneas sem levar em consideração o papel da Escola nesse processo. Ela é fundamental para a manutenção de inúmeras organizações sociais, com diferentes funcionalidades, tais como: midiáticas, militares, políticas, jurídicas, etc (ALTHUSSER, 1980a). Segundo Althusser (1980a), a Escola, tal qual as mídias, as religiões e os partidos políticos, funciona como organização fundamental para a reprodução ideológica dos imaginários na sociedade capitalista. Percebendo a lacuna dos estudos marxistas clássicos, o filósofo francês/argelino defende que, além dos Aparelhos Repressores de Estado (ARE), que se utilizam de mecanismos de coação predominantemente físicos para manter a ordem⁷⁰, existem os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), destinados ao controle ideológico das mentalidades.

A organização dos saberes produz diferentes efeitos de real e, no caso da Ciência e da Escola, os efeitos de verdade tencionados são no sentido de apagamento da composição ideológica da linguagem e do saber no/do qual eles emergem. No dizer desse filósofo, é preciso reconsiderar o conceito de ideologia no quadro de uma teoria da linguagem que leve em consideração a institucionalização do saber. *Grosso modo*, podemos dizer que o “processo de escolarização” funciona como um dos marcos divisórios da divisão social. Para além da divisão entre “escolarizados” e “não-escolarizados”, existem os diferentes níveis de “escolarização” e as diferentes áreas do “saber escolarizado”. A forma pela qual cada indivíduo participa desse processo, qualitativa e quantitativamente, define, em geral, as possibilidades do seu “encaixe” na sociedade de consumo, projetando os caminhos possíveis para sua inserção no mundo do trabalho e na vida em sociedade (LUCKESI, 1990; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2006).

⁷⁰ Segundo o autor, os Aparelhos Repressores de Estado também são responsáveis pela reprodução dos imaginários de exploração da sociedade capitalista, assim como os Aparelhos Ideológicos também possuem mecanismos físicos de repressão. No entanto, pode-se dizer que a razão que define um ou outro se dá por predominância, em que os ARE são predominantemente responsáveis pela coação e reprodução física e os AIE pela ideológica (ALTHUSSER, 1980a).

Logo, a metalinguagem é responsável por privilegiar a forma em detrimento do conteúdo, o fato em detrimento da sua construção, o produto em detrimento do processo. Isto é, ao apresentar o saber independentemente do seu referente, apagando as questões e colocando-o como saber objetivo, transforma-se o *conteúdo* em fato secundário em relação ao seu *procedimento* de elaboração. Como ressalta Orlandi (2009, p. 30), deve-se atentar para o fato de que: “O problema da metalinguagem se funda no tratamento do referente, isto é, o conhecimento do fato fica subsumido, no DP, pelo conhecimento de uma certa metalinguagem: fixam-se as definições e excluem-se os fatos”. De forma esquemática, a autora sintetiza o funcionamento do DP através do seguinte quadro:



Quadro 1: Processo de funcionamento do Discurso Pedagógico
 Fonte: Orlandi (2009, p. 16)

Mais uma vez, realizaremos uma reorganização dos dados apresentados pelos autores para reconstruí-los no âmbito da nossa proposta, de modo a privilegiar a nossa discussão acerca da relação entre discurso e cognição. A relação entre os conceitos assume, então, a seguinte ordem: inculcação → metalinguagem (ciência/fato) → imagem do referente → imagem do professor → aparelho ideológico → Escola → imagem do aluno. Começamos pela inculcação por ser a atividade de linguagem que possibilita o processo de internalização da metalinguagem, logo, do DP. Na outra ponta, temos a imagem do aluno, fundamental para a definição dos sujeitos com quem se dialoga e dos lugares sociais com os quais se tem contato. Entre elas, a imagem do lugar do professor, e, por conseguinte, a imagem da Escola enquanto aparelho ideológico, as quais funcionam como parâmetros para que o aluno, no seu processo de escolarização, possa compreender o seu *dever fazer*, ou seja, é por meio dessas

imagens que os alunos passam a constituir a imagem de si, do outro e do mundo. Segundo Pêcheux (2009, p. 131. Grifos do autor):

O que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a *prática política* e, igualmente, a *prática de produção dos conhecimentos* (assim como, por outro lado, a *prática pedagógica*), ou seja, precisamente, as diferentes formas sob as quais a “necessidade cega” (Engels) se torna *necessidade pensada e modelada como necessidade*.

Segundo esse raciocínio, uma análise materialista da produção humana do conhecimento, incluindo a da prática pedagógica, deve compreender a seguinte relação: prática política → prática de produção dos conhecimentos → prática pedagógica → “necessidade cega” se torna necessidade pensada → necessidade pensada como necessidade. No entanto, o próprio autor adverte que, como qualquer outra prática, a pedagógica surge por atravessamentos contraditórios, de modo que ela se apresenta duplamente como possibilidade de reprodução e de transformação. Se por um lado, sua estrutura (relativamente estável) aponta para a reprodução, por outro, sua própria existência permite e possibilita sua transformação. Como aponta Orlandi (2009), o sentido de todo enunciado surge na relação conflituosa entre o parafrástico e o polissêmico, na qual o primeiro aponta para a manutenção do mesmo, com relação aos já-ditos, e o segundo para os possíveis semânticos, “pressionados” pelas novas condições de enunciação a que se submete a cada “uso”.

Ademais, conforme afirma Orlandi (2009, p. 30), “a citação de outros discursos pode ser ou não explicitada no DP, o que torna mais difícil decidir sobre os limites dele e as vozes que falam nele”. A nosso ver, a autoridade das suas marcas de metalinguagem é mantida através de um duplo movimento: a) do apagamento dos discursos que lhe são constituintes; b) da sua fundamentação em *discursos constituintes*.

Segundo Maingueneau (2000), mesmo com a diversidade de discursos em cada sociedade, é possível perceber a recorrência de um conjunto de categorias que podem ser transferíveis de um discurso a outro. No seu dizer, há um domínio específico no todo da produção verbal de cada sociedade chamado de *discursos constituintes*, os quais se assemelham pelas suas condições de emergência, de funcionamento e de circulação. Tais discursos, como o religioso, o científico, o filosófico e o literário, se fundam no que o autor chama de *archéion* da produção verbal de cada sociedade, responsável pela atribuição de um dado *lugar* a um corpo de enunciadores consagrados, bem como pela conformação de uma dada *memória*, através de operações discursivas de recorte dos saberes.

Para avaliá-los, deve-se considerar a interface entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, ou seja, o modo como se institui uma relação circular entre uma representação de mundo e uma atividade enunciativa, entre a sua enunciação e à forma pela qual a atividade enunciativa organiza a emergência do próprio enunciado. Os ditos ancorados nos discursos constituintes, apesar de serem produzidos localmente, se remetem ao todo da sociedade, sendo, portanto, (pretensamente) globais. Nesse caso, o enunciador materializa uma espécie de corpo imaginário, que condiz com uma certa adesão “física” a um certo universo de sentido, de modo que a forma do “dizer” deve representar a forma do “ser”. A diferença existente entre os discursos constituintes e os demais discursos, como é o caso dos discursos ditos “ordinários”, decorre da maneira pela qual estes se ancoram naqueles para fundamentar os seus ditos. Esse *archéion* se apresenta como transcendental, pois autoriza os demais apagando as fontes da sua própria autoridade, a qual é fundamental para que os discursos ordinários invistam de autoridade os seus enunciados (MAINGUENEAU, 2000).

Assim, as imagens associadas àquilo que se toma por essência se compõem de diferentes discursos, organizados socialmente em diferentes saberes acerca de diferentes aspectos da sociedade. Segundo Pêcheux (2009), é necessário se pôr como origem do enunciado e do sentido para que se possa dizer. Sem essa ilusão de coincidência do dizer, para nos aproveitarmos do raciocínio desenvolvido por Authier-Revuz (1998), o locutor não transformaria a “necessidade real” em “necessidade pensada”, isto é, o pensamento não surgiria como materialidade discursiva. Para o autor, as principais ideologias responsáveis pela definição dos sujeitos nas sociedades ocidentais, incluindo a forma pela qual eles buscam se definir, são as ideologias da vida e do direito.

A primeira é marcada principalmente pela forma como o enunciador tenta criar a naturalidade do indivíduo e da sua universalidade. O efeito de evidência possibilita uma espécie de encontro entre o dizer e a essência daquele que diz, sem que, contudo, se atente para a complexidade que envolve as possibilidades de emergência desses enunciados. Atravessados pelo discurso naturalizante, o sujeito se vê como indivíduo definido pelas características universais trazidas pela espécie. De forma análoga, há a ideologia do direito, que postula a transparência do sujeito com relação às posições ou características sociais regulamentadas no âmbito jurídico de cada sociedade. Conforme Pêcheux (2009), tanto quanto qualquer outro enunciado, as evidências criadas por esses dizeres decorrem da atividade discursiva que possibilita tais dizeres.

Destarte, pode-se dizer que o DP possui uma grande ingerência no que chamaremos aqui de *discursos do senso comum*, que tomaremos como os conhecimentos sociais que são

transmitidos e organizados de forma não institucionalizada, ou seja, aqueles dizeres que não estão atrelados a nenhuma instituição social em específico, pois são produtos das relações cotidianas em sociedade. Dessa forma, ele não possui um ritual argumentativo rígido e, embora seja atravessado por inúmeros discursos marcadamente institucionais, não se define, em última instância, por eles (MAINGUENEAU, 2000).

A nosso ver, o DP funciona como um dos principais mecanismos sociais responsáveis por sedimentar e expandir os usos das suas marcas formais nos sujeitos, notadamente, no que toca à nominalização através do verbo “ser” (“X é...”). Com isso, queremos dizer que a imersão no ambiente escolar reforça os efeitos de verdade, consciente ou inconscientemente, atribuídos pelos alunos aos enunciados de que se utilizam para argumentar sobre diversos temas no seu dia-a-dia. É nesse ambiente onde os saberes do senso comum e as experiências sociais mais básicas e esparsas começam a ser organizados na forma de um saber caracterizado pela lógica e pela argumentação científica (ORLANDI, 2009; PÊCHEUX, 2009).

Não obstante, para nós, interessa expandir a análise da metalinguagem para além do DP em si, de modo que a análise dos seus usos, conforme aponta Travaglia (1991), podem contribuir para se refletir sobre os processos de naturalização dos sentidos em distintas práticas discursivas. Isso está em consonância com a afirmação de Orlandi (2009) a respeito das definições ontológicas, as quais não representam o mundo em si, mas a forma como elas geram um efeito de espelhamento entre a definição linguístico-discursiva e o mundo. Entendendo que nem todos os usos do verbo “ser” são pertencentes ao DP, podemos afirmar que a circulação de tais marcas é fundamental para a conformação de distintos imaginários acerca do próprio sujeito da enunciação, do outro e de uma dada perspectiva sobre o mundo.

Avaliar, portanto, o uso das marcas de metalinguagem torna possível, a um só passo, analisar a relação entre (I) Escola/Discurso Pedagógico e aluno/sujeito, entre (II) aluno/sujeito e usos do verbo ser e (III) entre aluno/sujeito e imagens de si, do outro e do assunto ou objeto. Deter-nos-emos, prioritariamente, sobre os dois últimos, em especial, no que concerne às competências discursivas dos sujeitos sobre os usos das *marcas de metalinguagem*, através das quais podemos avaliar o funcionamento dessas marcas em distintas práticas discursivas, realizando, para tanto, o processo inverso ao proposto pelo DP, isto é, priorizando o funcionamento em detrimento da forma. Nesse intuito, operamos o seguinte deslocamento em relação a Orlandi (2009): das marcas de metalinguagem como naturalizadoras do mundo quando o sujeito enuncia no/pelo DP para o funcionamento das marcas de metalinguagem como sistema de restrição discursivo responsável por gerar efeitos de evidência acerca de si,

do outro e do mundo, ultrapassando os muros da escola e espreado-se no meio social mais amplo.

3.4 Pensamento, metalinguagem e sistemas de restrição do discurso

É inútil procurar, além das análises estruturais, formais, ou interpretativas da linguagem, um domínio finalmente liberto de qualquer positividade, onde se poderiam desdobrar a liberdade do sujeito, o labor do ser humano ou a abertura de uma destinação transcendental.

Michel Foucault

Após termos avaliado os efeitos de verdade/objetividade da forma “X é...”, nesta seção pretendemos aproximá-la das contribuições teóricas de Pêcheux (2009) acerca do pensamento e de Maingueneau (2007) acerca dos sistemas de restrição semântica. Com isso, propomos avançar na relação entre *a(s) aquisição(ões) de competência(s) discursiva(s)* e a *inculcação de imaginários sociais*. De forma específica, propomos associar as marcas de metalinguagem tanto à possibilidade de um dado sujeito “adquirir” competências quanto à forma pela qual os sujeitos estariam aptos a se posicionarem a respeito das propriedades gerais dos discursos. Dito isso, sustentamos que os usos do verbo “ser” como metalinguagem apontam para eixos de restrições semânticas passíveis de ser internalizados pelos sujeitos, conformando, com isso, as imagens de si, do outro e de seus papéis sociais.

Propomos, então, um deslocamento conceitual que expande as marcas de metalinguagem de Orlandi (2009) do âmbito específico do DP para retomá-las no quadro do funcionamento geral da linguagem⁷¹. Segundo Maingueneau (2007), os sistemas de restrições discursivos não visam engendrar frases gramaticais, mas definir quais são os operadores de individuação discursivos, que têm por função “filtrar” os critérios em virtude dos quais alguns textos conseguem se diferenciar do conjunto de textos possíveis em uma mesma formação discursiva. Baseando-se nas contribuições de Granger (1974), o autor define a língua como

⁷¹ Devemos esse termo a Pêcheux e Gadet (2011a), que defendem a existência de um “processo geral de linguagem” para explicar o processo de aprendizagem dos sujeitos.

uma estrutura prévia que se impõe ao discurso, uma espécie de “código *a priori*”. A esse respeito, Possenti (2004, p. 20) salienta:

Um certo discurso, uma determinada ideologia se materializa ou é veiculada pela *seleção sistemática de uma ou de outra estrutura sintática*, conforme os “fatos” de que se trata. Ou seja: o discurso que se veicula neste texto se veicula exatamente pela *seleção de determinados recursos da sintaxe*. O mesmo discurso (a mesma posição ideológica) poderia, é certo, ser materializado/veiculado de outra forma, porque *não há relação biunívoca entre discurso e gramática, assim como, evidentemente, as mesmas manobras sintáticas podem servir a outros discursos*. Num certo sentido, cada caso é um caso, demandando, por isso, uma interpretação.

No caso de Maingueneau (2007), que analisa o discurso dos cristãos devotos, a *seleção de determinados recursos da sintaxe* ou *filtragem* funciona por meio de dois dispositivos: (I) o universo intertextual católico, tido como o espaço onde circulam os interlocutores, as relações, as axiologias e as narrativas; (II) os múltiplos dispositivos retóricos acessíveis à enunciação religiosa (gêneros literários, modos de argumentação, etc.). A hipótese do autor é de que o modo como esses dois dispositivos são tratados por um dado discurso são governados por um mesmo sistema de restrições: o da semântica global que remete à competência (inter)discursiva (MAINGUENEAU, 2007).

Hall (2003), por sua vez, analisa as diferenças étnicas em distintas sociedades no âmbito do senso comum, a “ideologia sem inventário” gramsciana. Partindo das suas vivências como negro em dois diferentes sistemas culturais, como é o caso da Jamaica (seu país de origem) e da Inglaterra (país no qual viveu a vida adulta), o autor assevera que a atribuição dos adjetivos “negro” ou “branco” para os sujeitos é responsável por inscrevê-los em distintas cadeias de significantes, associando-os, com isso, a diferentes *status* sociais de acordo com cada sociedade. As diferentes formas de categorizar negros e brancos nessas sociedades são marcadas, principalmente, pelo fato de, na Inglaterra, a oposição branco/não-branco ser mais evidente, revelando *status* sociais/étnicos diametralmente opostos e bem definidos. Diferentemente, na Jamaica, ser negro, apesar de consistir no mesmo significante, se relaciona com uma categoria a mais, a dos “de cor”, que gozam de maior *status* frente aos “negros”.

Logo, segundo o sociólogo, se a sua cor negra era “evidente” na sociedade inglesa, não apenas pela forma como percebia a si mesmo, mas também pela forma como era percebido (há uma relação intrínseca entre ambas), na Jamaica, entre os seus familiares, ele não era considerado negro, pois a sua família era oriunda de uma classe social mais abastada no sistema social do seu país. Assim, ser negro na Jamaica, tanto quanto na Inglaterra,

“impõe” uma marcação negativa, embora as cadeias de significantes “mobilizadas” sejam diferentes. A associação entre os “de cor” e os herdeiros do sistema colonial inglês no que diz respeito às classes dominantes jamaicanas eleva o seu *status*, diferentemente, dos negros, associados aos trabalhadores braçais colonizados. Na Inglaterra, essa variação inexistente, entre o branco e o negro não há uma categoria intermediária, portanto, os (herdeiros dos) colonizadores e (herdeiros dos) colonizados são marcados por uma dualidade radical.

As possibilidades de individuação dos discursos são diferentes, pois, como afirma Hall (2003, p. 177), “é a posição dentro das distintas cadeias de significantes que ‘significa’, e não a correspondência fixa, literal entre um termo isolado e uma posição qualquer denotada no espectro de cor”. No caso jamaicano, há ainda algo mais interessante, a forma como nos tempos atuais, em uma sociedade tipicamente capitalista, duas cadeias de significados diferentes parecem se aproximar para conformar uma nova sobredeterminação sobre o ser negro em uma nova cadeia, quais sejam: (I) negro -preguiçoso - invejoso- traiçoeiro, conformada no período da escravidão e responsável pelos sentidos expressos acima, no comparativo com a sociedade inglesa; e (II) negro - escuridão ou “negrume” - inferno - diabo - pecado - condenação, conformada no discurso religioso evangélico. Ambas reforçam os aspectos negativos da negritude e têm se associado na atual sociedade de classes jamaicana como forma de manutenção da exclusão desses grupos étnicos em detrimento dos demais. A esse respeito, Hall (2003, p. 211) salienta:

Somos obrigados a dizer que há um conjunto complexo de articulação entre os dois sistemas de articulações entre os dois sistemas de discurso. A relação de equivalência entre eles não é fixa, mas tem se alterado historicamente. Tampouco é “determinada” por uma causa única, mas resulta de uma “sobredeterminação”. Na articulação entre os discursos de classe e raça-cor-etnia (e o deslocamento efetuado entre elas que possibilita isso), este último é constituído como o “discurso dominante”, as categorias pelas quais as formas predominantes de consciência são geradas, o terreno dentro do qual os seres humanos “se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1971, p. 377), os sistemas de representação pelos quais as pessoas “vivem a relação imaginária com suas reais condições de existência”.

Diferentemente de Foucault (2008), que considera o conceito de ideologia subjetivista, haja vista que o mesmo pressupõe a existência de um sujeito que a adquira, Hall (2003) propõe, a partir da releitura da ideologia althusseriana, que ele funciona como meio representante e representado do mundo, não sendo possível a ninguém ter acesso a este sem estar imerso em uma visão ideológica. Cada pensamento está necessariamente vinculado a uma prática social e cada prática se refere a uma formação social específica. Ademais, para o sociólogo, os sentidos variam de acordo com a forma pela qual os diferentes sistemas de

representação se relacionam com os sistemas ideológicos em uma dada sociedade, estes não mais tidos como ideias falsas do mundo, como se faz presente no marxismo ortodoxo, mas como uma forma, dentre outras, de representar o mundo.

Esses sistemas são complexos e comportam cadeias discursivas, campos semânticos e formações discursivas, envolvendo diferentes séries de conotações, isto é, de cadeias discursivas. Assim, para o autor, discurso, sentido e ideologia se entrelaçam inseparavelmente nas disputas sociais que envolvem a afirmação das identidades, ou seja, nos embates em torno da legitimação de uma dada identidade frente à outra (o que eu *sou* o que o outro *é*), haja vista que o simples fato de um discurso enunciar (ser enunciado) mobiliza uma dada cadeia de significantes, responsável por definir a si e ao outro, atestando, com ela, a luta ideológica no campo da linguagem (HALL, 2003).

Não obstante, se estabelecermos correlações entre os estudos de Hall (2003) com os de Foucault (2008), torna-se possível ponderar que as diferentes identidades ocasionam, por meio da/na linguagem e de acordo com cada sociedade, uma maior ou menor inclusão no sistema político, econômico e cultural. O não-dito é tão importante quanto o dito quando nos referimos à inflexão dos significados nos discursos, pois o “ausente” é essencial para que o dito possa existir. Sendo cada enunciado descontínuo e singular, torna-se necessário avaliar qual o motivo de sua emergência e não de outro em seu lugar dentro de uma mesma condição de enunciação (FOUCAULT, 2008)⁷². Na citação a seguir, como podemos notar, Hall (2003, p. 169) se utiliza do termo formações discursivas (FDs), atestando a sua proximidade com a filosofia foucaultiana.

O importante sobre os *sistemas de representação* é que eles não são únicos. Existem diversos deles em qualquer formação social. Eles são plurais. As ideologias não operam através de ideias isoladas; mas em *cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas*. Ao *ingressarmos* em um campo ideológico e *escolhermos* qualquer ideia ou representação nodal, imediatamente acionamos uma *cadeia inteira de associações conotativas*. As representações ideológicas conotam- convocam- umas as outras (sic).

Dito isso, se aproximarmos a problemática da ideologia, tal como pretende Hall (2003), do pensamento em Pêcheux (2009) e do corpo como dispositivo construído nas/pelas práticas discursivas de saber e poder (isto é, pelas experiências discursivas, de acordo com o

⁷² Em consonância com Pêcheux (2009), Hall (2003, p. 178) assinala: “[...] termos positivamente marcados ‘significam’ por causa de sua posição em relação àquilo que está ausente, não marcado, não dito, que é impronunciável. O significado é relacional dentro de um sistema ideológico de presenças e ausências [...]” (HALL, 2003, p. 178).

raciocínio de Henry (1992)), como pretende Foucault (2004), torna-se possível propor a seguinte relação conceitual, tomando por base a citação acima: qualquer formação social → ingressarmos/escolhermos [experiência discursiva] → ideia ou representação nodal → sistemas de representação → cadeias discursivas → agrupamentos → campos semânticos → formações discursivas → cadeia inteira de associações conotativas.

Pode-se entender, então, que, em qualquer formação social, ao escolhermos uma ideia ou representação nodal entre as múltiplas existentes, estaremos apontando, necessariamente, para um sistema de representação social pensável em uma dada sociedade, sendo este definido pelas cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas que mobilizam a cadeia inteira de associações conotativas. Essa escolha não ocorre por um sujeito separado do mundo em si, mas pela forma pela qual ele está apto a representar parcialmente alguns sentidos possíveis pela associação entre essas marcas linguístico-discursivas/sistemas de restrição do discurso/ideia ou representação nodal e os sistemas de representação nos quais elas se encaixam em uma dada sociedade e em uma dada condição de enunciação.

Se metaforizarmos o interdiscurso (o conjunto total dos discursos em uma dada sociedade em um dado período histórico) na imagem de uma rede, seria possível supor que, independentemente do signo ou discurso enunciado, ele sempre estará em relação com o restante da rede, pois há uma conexidade externa constituinte entre a parte e o todo, de modo que seria impossível pensar a rede sem os pontos e os pontos sem a rede. Direta ou indiretamente, todos os discursos estão em relação, seja por oposição, seja por simples diferenciação, embora uns possam estar em relação mais privilegiada do que outros na constituição de um desses pontos em específico.

Seja na posição do sujeito que se percebe como enunciador, seja na do sujeito que se percebe como destinatário, o “discurso escolhido” não é coincidente consigo mesmo, de modo que o sentido desejado, materializado como prática de uma posição-sujeito, não condiz com uma posição fixa da formação discursiva. Retomando os termos de Maingueneau (2007), a tradução semântica opera na forma de tradução de *interincompreensão* mútua regrada e sua “interpretabilidade” seria possibilitada pelos esquemas de correspondência semântica. No caso da nossa investigação, o verbo “ser” marca a objetivação subjetivada do sujeito com o mundo, como se fosse possível perceber algo independente do real pensado (PÊCHEUX, 2009). Logo, conforme já foi exposto, tal verbo, ao funcionar como um marcador do

apagamento da subjetividade, possibilita a objetivação imaginada das identidades⁷³. Ao “internalizá-las”, o fazemos por meio de vivências que delimitam o nosso campo do poder, do dizer e, acrescentamos, do compreender. Vejamos a citação a seguir:

O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe: a isso se chama escolarização [...] Enquanto ele for aluno “alguém” resolve por ele, ele ainda não sabe o que *verdadeiramente* lhe interessa, etc. Isso é a inculcação. As mediações, nesse jogo ideológico, se transformam em fins em si mesmas e as imagens que o aluno vai fazer de si mesmo, do seu interlocutor e do objeto de conhecimento vão estar dominadas pela imagem que ele deve fazer do lugar do professor (ORLANDI, 2009, p. 31. Os sublinhados são nossos).

Desse excerto, interessa-nos, especialmente, a menção de Orlandi (2009) à *aquisição da metalinguagem*. A nosso ver, o uso do termo aquisição pela pesquisadora indica a necessidade de a AD enveredar por trabalhos que tratem da aprendizagem e da aquisição. Se a AD, no período de sua emergência, privilegiava os trabalhos de caráter estritamente político, entendemos, no entanto, que, atualmente, se coloca a necessidade de ela enveredar por outras questões, como é o caso da cognição. Para tanto, atrelamos o “como se diz” (como se está escrevendo ou falando), referente à organização conceitual dos sujeitos sobre os seus conhecimentos (manifestação das imagens construídas/internalizadas), ao funcionamento discursivo do pensamento através de marcas linguístico-discursivas, tais como as *marcas de metalinguagem*.

Avaliaremos no capítulo a seguir como a produção de sentidos está diretamente vinculada à organização metafórica da linguagem, de modo que definir algo é colocá-lo não só em relação com o que não está dito, mas também valorá-lo de acordo com um esquema metafórico internalizado.

⁷³ Sobre o papel da história na naturalização dos sentidos e sua relação com a ideologia, consultar Robin (1977) e Gadet e Pêcheux (2010).

CAPÍTULO IV - A METÁFORA INATINGÍVEL: ANÁLISE DO DISCURSO, REALISMO EXPERENCIAL E SISTEMAS COMPLEXOS

4.1 Metáfora e metonímia

O conceito é estruturado metaforicamente, bem como a atividade e por consequência a linguagem são também estruturados metaforicamente.

George Lakoff e Mark Johnson⁷⁴

Para Lakoff e Johnson (1985), ao categorizar, esquematizar, associar, produzir sentidos, dos mais simples aos mais complexos, nos usos da/na linguagem, os seres humanos tomariam por base organizações metafóricas oriundas da experiência corporificada. Ao tratarem a mente como incorporada, projetam uma relação constituinte para o entendimento de ambos, o que significa que a concepção de mente deixa de estar atrelada à descrição da realidade pura para se diluir em meio às práticas culturais que a criam. Somente a partir das percepções de mundo perspectivadas pelo corpo humano, o pensamento tornar-se-ia passível de “atribuir” sentidos, bem como de “adquirir” novos conhecimentos.

No dizer dos autores, as atividades da vida cotidiana são regidas metaforicamente, organizando nossas percepções, pensamentos e o modo como entramos em relação com os outros. Isso não significa, no entanto, que tenhamos consciência disso, haja vista o limitado acesso ou controle que os humanos possuem da maior parte dos seus conhecimentos e atividades intelectivas. Dito de outro modo, a maior parte das ações executadas no dia a dia é realizada, inconscientemente (caso contrário, não seria possível que a linguagem pudesse se organizar enquanto sistema de pensamento), por saberes internalizados ao longo da vida através das relações dos sujeitos consigo mesmos, com os outros e com as situações nas quais ocorrem os contatos com esses saberes.

O corpo, da mesma forma, não se constitui como uma realidade concreta autônoma em relação à mente, ele só existe porque é compreendido enquanto tal, ajustado por metáforas que o descrevem e o tornam (mentalmente) discreto. As palavras e os conceitos mudam de acordo com a cultura e com a sociedade que os criam. As verdades das ciências, por vezes,

⁷⁴ Citação em francês : « Le concept est structuré métaphoriquement, de même que l'activité et par conséquent le langage sont aussi structurés métaphoriquement » (LAKOFF ; JOHNSON, 1985, p. 17).

tidas como naturais, são possíveis pelos mesmos fenômenos que possibilitam a linguagem ordinária, isto é, pelas metáforas, pelos esquemas de ação e pelas organizações conceituais historicizadas.

Assim, Lakoff e Johnson (1985) sustentam que os sistemas conceituais humanos, responsáveis pela organização do nosso pensamento, são conformados pela relação entre pensamento e ação, entre razão e experiência, de modo que eles não possuem uma natureza nem puramente intelectual (como no racionalismo), nem puramente corporal (como no empirismo). A estruturação desses sistemas se dá pela metáfora, sendo esta considerada a forma pela qual as experiências se organizam em/através de conceitos e adquirem sistematicidade na interface entre o nosso sistema conceitual e o nosso sistema linguístico. Para que se possa analisar o primeiro, deve-se se deter também sobre os segundos, visto que estes podem revelar o modo como os conhecimentos humanos se organizam.

Os conhecimentos adquiridos funcionam como base para a aquisição de novos. Não apenas o “antigo” possibilita o “novo”, como também o “novo” é categorizado a partir das estruturas prévias a si mesmo. Desse modo, o “novo” não deve ser compreendido como uma criação a partir do nada, desprovido de relações com os conhecimentos previamente adquiridos. No dizer dos próprios autores: “a essência de uma metáfora é que ela permite compreender alguma coisa (e experienciá-la) em termos de alguma outra coisa”⁷⁵ (LAKOFF e JOHNSON, 1985, p. 15).

Conforme Lakoff e Johnson (1985), a metáfora não está localizada apenas nas palavras, haja vista ela ser o próprio fundamento que organiza a língua em uso. A forma como podemos defini-la, enquanto pesquisadores, já supõe o modo pelo qual nos utilizamos de esquemas conceituais para descrevê-la no âmbito da linguagem, almejando torná-la uma entidade discreta: a metáfora. As experiências vividas sócio, política, econômica e culturalmente em cada sociedade a partir de grupos específicos nos dá parâmetros linguístico-conceituais para categorizá-la.

Assim como em Gadet e Pêcheux (2010), os autores norte-americanos não definem a metáfora como uma figura de linguagem, um modo pelo qual podemos gerar determinados sentidos poéticos ou imaginativos para um dado enunciado. Nesse viés, a metáfora é o mecanismo pelo qual conseguimos dar sentido ao mundo cotidiano, de modo que não há, em última instância, a literalidade, pois, se ela adquirisse a característica de totalidade, não se

⁷⁵ Segue a citação em francês: « L'essence d'une métaphore est qu'elle permet de comprendre quelque chose (et d'en faire l'expérience) en termes de quelque chose d'autre » (LAKOFF e JOHNSON, 1985, p. 15. Tradução nossa)

trataria da compreensão de uma palavra pela outra, de uma estrutura pela outra, mas da sobreposição da estrutura-dita-metáforica pela própria-estrutura-outra. Caso isso ocorresse, aconteceria a “morte da metáfora”, decorrente do apagamento da relação entre as partes que geram um dado sentido, o sentido-relação. Lakoff e Johnson (1985) propõem três tipos de metáfora, a saber: as *metáforas estruturais*, as *metáforas de orientação* e as *metáforas ontológicas*, definidas da seguinte forma:

A) *Metáforas estruturais*: estas assumiriam a definição mais conhecida a respeito do conceito, seriam então “um conceito que é metafóricamente estruturado em termos de outro conceito”⁷⁶. Se retomarmos a definição de Pêcheux (2010a), ela ocorre quando um termo X adquire o sentido de um termo Y. Os principais exemplos dados pelos autores são: *discussão é guerra; tempo é dinheiro; a felicidade está no alto; a sociedade é uma pessoa; compreender é adquirir; a inflação é uma entidade*⁷⁷.

B) *Metáforas de orientação*: neste caso, os autores se referem às metáforas que se organizam de modo a estabelecer um parâmetro espacial para dar valores a determinados conceitos. Em geral, associam o “mais”, o “maior”, o “no alto” a valores positivos, em detrimento dos seus opostos, o “menos”, o “menor” e o “embaixo”, que assumem valoração negativa. Os principais exemplos trazidos pelos autores: *a felicidade está no alto, a tristeza está embaixo; o bom está no alto, o mau está embaixo; a virtude está no alto, o vício está embaixo; o racional está no alto, o afetivo está embaixo; o mais está no alto, o menos está embaixo; constranger ou dominar está no alto, ser constrangido ou dominado está embaixo; o consciente está no alto, o inconsciente está embaixo; a elite está no alto, a massa está embaixo; a autoridade está no alto*⁷⁸.

⁷⁶ Segue a citação em francês : « Un concept est métaphoriquement structuré en termes d'un autre concept » (LAKOFF; JOHNSON, 1985, p. 25)

⁷⁷ Segue a citação em francês : « La discussion, c'est la guerre » (p. 14) ; « Le temps, c'est de l'argent » (p. 18) ; « Le bonheur est en haut » (p. 24) ; « La société est une personne » (p. 27) ; « Comprendre, c'est saisir » (p. 31) ; « L'inflation est une entité » (p. 36) (Tradução nossa).

⁷⁸ « Le bonheur est en haut, la tristesse est en bas » ; « Le bon est en haut, le mauvais est en bas » ; « La vertu est en haut, le vice est en bas » ; « Le rationnel est en haut, l'affectif est en bas » ; « Le plus est en haut, le moins est en bas » ; « Constrindre ou dominer est en haut, être contraint ou dominé est en bas » ; « Le conscient est en haut, l'inconscient est en bas » ; « L'élite est en haut, la masse est en bas » ; « L'autorité est en haut » (Tradução nossa).

C) *Metáforas ontológicas*: nesse caso, os processos metafóricos são mais fundamentais do que as metáforas de orientação. Com isso queremos dizer que são elas que nos permitem nominalizar as entidades, as emoções e as substâncias, possibilitando-nos compreendê-las em termos de categorias discretas e permitindo-nos categorizar, fazer referências, agrupar e quantificar. Assim, retomando os exemplos citados acima, acerca das metáforas de orientação, podemos entender que, quando se fala de “elite”, há a personificação de um grupo através de um nome, que passa a agrupar diferentes indivíduos sob a aparente homogeneidade de um conjunto. Ao nominalizarmos algo, conseguimos, então, nos referir a esse algo de diferentes maneiras, atribuindo-lhe características e quantificando-o. O mesmo se aplica quando falamos do “bem”, do “mal”, da “razão”, da “emoção” e assim por diante. Segundo os autores, as metáforas ontológicas mais comuns são as que tratam os objetos físicos como pessoas, em que entidades não-humanas são compreendidas em termos de motivações, de particularidades e de atividades humanas.

Evidentemente, os três tipos estão interligados, embora possam assumir diferentes funcionamentos. De forma sucinta, podemos dizer que, para representar o mundo, tornando-o compreensível, os homens impõem na pela/linguagem, aos fenômenos físicos e sociais, limites conceituais (imaginários, nos termos da AD) que os tornam perceptíveis, inclusive a nós mesmos. Sem isso, a aprendizagem seria impossível, pois, para que ela ocorra, a um só tempo, precisamos dar sentido ao que aprendemos e organizar a linguagem por entidades discretas, atribuindo relações entre elas. As experiências mais elementares obtidas no trato com o nosso próprio corpo e com a vida em sociedade nos possibilita perspectivar as coisas a partir das suas relações com as demais (*metáforas estruturais*). Definindo-se valores através dessa correspondência (*metáforas de orientação*), pode-se atribuir coerência às coisas do mundo, tornando possível que estas se tornem discretas e descritas (*metáforas ontológicas*).

É na relação que se cria as valorações por orientação, através das quais algumas dicotomias são formadas por oposição. Assim, “no alto” se opõe a “embaixo”, o “mais” se opõe a “menos”, de modo que se supõe, em geral, que os primeiros sejam marcados positivamente em relação aos últimos. No caso das metáforas ontológicas, elas são tão primordiais ao nosso conhecimento que, por vezes, elas são tidas como naturais, como se fossem anteriores ao nosso aprendizado e gozassem de transparência entre a palavra e o objeto. Discutindo a questão, os investigadores sugerem que estes seriam os casos, por exemplo, de metáforas como “o espírito é uma máquina” e “o espírito é um objeto frágil”. De

tão arraigadas, a sensação de evidência as faz aparentarem aos próprios fenômenos mentais (LAKOFF; JOHNSON, 1985).

Segundo Lakoff e Johnson (1985), de forma semelhante à metáfora, as metonímias organizam os nossos pensamentos e ações, não se restringindo à estruturação da linguagem. Também organizadas pela nossa experiência, em certa medida, podem ser consideradas mais imediatas do que os processos metafóricos, haja vista que, em geral, se manifestam pelas associações físicas ou causais diretas. Entretanto, diferentemente da primeira, a metonímia, embora também indispensável à compreensão comunicativa, possui como função primordial a referencial, permitindo-nos utilizar uma entidade/conceito no lugar de outra(o). A diferença é sutil, mas fundamental para entender seus funcionamentos distintos: elas se diferenciam pelo fato de a metonímia se deter de forma mais específica sobre alguns dos aspectos da entidade/conceito à(ao) qual nos referimos. Em especial, os autores tratam do caso da *sinédoque*, definida como o processo pelo qual os seres humanos conseguem tomar a parte pelo todo, sendo os principais casos apontados: *o produtor pelo produto; o objeto utilizado pelo usuário; o responsável pelo executante; a instituição pelas pessoas responsáveis; o lugar pela instituição; e, por fim, o lugar pelo evento* (LAKOFF; JOHNSON, 1985, p. 46 - 47).

Pêcheux (2009) também se detém sobre o fenômeno, caracterizando-o, de modo análogo, pelo funcionamento discursivo “da relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (PÊCHEUX, 2009, p. 153). Contudo, em decorrência da epistemologia discursiva utilizada, tal abordagem se diferencia daquela desenvolvida pelos autores norte-americanos. Segundo o filósofo francês, tal fenômeno decorre do funcionamento do “discurso-transverso” (organização interdiscursiva) em relação à articulação intradiscursiva do texto, sendo o primeiro o meio pelo qual os discursos se remetem ao seu exterior para se articular na forma do segundo, isto é, pela linearização. Retoma-se, com isso, a ideia dos eixos associativos (paradigmáticos) e sintagmáticos de Saussure (2006) no âmbito da AD.

Ademais, alguns problemas persistem na Teoria da Metáfora Conceitual de Lakoff e Johnson (1985), pois, ao se proporem a analisar as influências culturais na formação e organização das metáforas, ainda organizam seus argumentos de maneira dualista, dividindo as suas análises em *fundamentos físicos* e *fundamentos sociais*. Ora, se a metáfora e a metonímia são tanto cognitivas quanto sociais, como explicá-las por seções separadas, como se houvesse um âmbito da experiência que pudesse ser explicado pelos pressupostos da natureza humana e outro pela organização simbólica da cultura de cada sujeito? Se a realidade física é inatingível como forma de verdade, o fundamento físico de análise, em oposição ao

fundamento cultural, tal como posto pelos autores, é também uma metáfora, responsável por organizar conceitualmente a teoria na forma de um novo dualismo.

É preciso tentar fugir às dicotomias estanques no âmbito dos conceitos de análise. Entendemos, portanto, que se deve partir de uma matriz explicativa única para o entendimento de ambos os fenômenos enquanto organizadores do pensamento dos sujeitos em sociedade, isto é, da forma como os sujeitos partilham na memória estruturas metafóricas e metonímicas semi-estáveis (na auto-organização entre a paráfrase e a polissemia) para significar o mundo (imaginado). Assim, sustentamos que a experiência funciona como o real imaginado metafórico e metonimicamente em situações concretas, vivenciadas na relação dos sujeitos em meio às práticas sócio-políticas e econômicas (globalmente, tidas como culturais) das quais fazem parte. Isso quer dizer que os sujeitos já significam as potencialidades (limitações e possibilidades) dos seus corpos por meio de sistemas simbólicos adquiridos previamente. Antes de finalizar, cumpre-nos destacar que neste trabalho priorizaremos a análise dos processos metafóricos. Passaremos, então, ao diálogo do fenômeno com a Teoria dos Sistemas Complexos.

4.2 Metáfora e emergência

*Linguagem metafórica e pensamento metafórico
são interdependentes, cada um afetando o outro
no processo dinâmico e dialógico do falar-e-
pensar.*

Lynne Cameron e Alice Deignan

Segundo Cameron e Deignan (2009), na década de 1980, os estudos de Lakoff e Johnson (1985) rompem com a abordagem clássica da metáfora, a qual estava fundamentada nos estudos de Aristóteles na Antiguidade e foi retomada no século XX por autores como Ricoeur e Black. De acordo com as pesquisadoras, se o viés clássico define os processos metafóricos como decorrentes de habilidades retóricas altamente desenvolvidas dos falantes, Lakoff e Johnson (1985) são os responsáveis por deslocá-los da retórica em direção aos processos mentais. Isso significa que todas as atividades de linguagem são atravessadas por processos metafóricos, na medida em que a própria mente humana se organizaria de acordo com esses padrões.

Não obstante, se, por um lado, a virada cognitiva dos estudos da metáfora possibilitou a aproximação entre as expressões linguísticas e as representações cognitivas, por outro, ela parece ter marginalizado as questões históricas e experienciais existentes na construção de novas expressões metafóricas. No que concerne à associação entre metáfora e pensamento, para Cameron e Deignan (2009), embora a metáfora conceitual de Lakoff e Johnson (1985) tenha trazido avanços marcantes no que diz respeito à incorporação dos processos metafóricos como base da produção de sentidos na linguagem, sua abordagem conceitualista ainda parece estar vinculada a certa dicotomia que põe as explicações históricas em separado das explicações físicas, dando prioridade às segundas em detrimento das primeiras. Nesse viés, Cameron e Deignan (2009) e Cameron e Larsen-Freeman (2007) propõem superar essa abordagem por meio da metáfora emergencial, vista como produção processual intersubjetiva.

Elas se propõem a avaliar a constituição de metáforas novas ou criativas a partir da interação entre diversos falantes, com o fito de superar o que chamam de metáforas “mortas” ou “convencionais”, tal como estão presentes nas análises de Lakoff e Johnson (1985). Consoante as estudiosas, a perspectiva conceitualista desses autores acabou por definir as metáforas como espécies de mapeamentos conceituais homogêneos, os quais possibilitariam novas extensões criativas de acordo com cada cultura. Além disso, elas defendem a necessidade de avançar na análise da metáfora para além dos textos estritamente literários, privilegiando, para tanto, seus usos no discurso oral por meio da análise de *corpus*. Apesar das críticas, as autoras confirmam a sua proximidade com a Teoria Cognitiva da Metáfora de Lakoff e Johnson (1985), na qual já se discute, em certa medida, a relação entre causalidade, metáfora e emergência e se consolida a categoria de metáfora como fenômeno passível de ser avaliado pela relação entre o conceitual e o linguístico. Cameron e Deignan (2009, p. 145) retomam essas questões para tratar dos seguintes problemas:

- 1) Por que as metáforas linguísticas parecem estar sujeitas a restrições gramaticais e lexicais?
- 2) Se as metáforas linguísticas são a expressão de mapeamentos conceituais amplos, por que elas se encontram distribuídas de maneira tão inconsistente e desigual?
- 3) Por que línguas e culturas diferentes fazem usos distintos dos domínios fonte?

Almejando respondê-los, as investigadoras estipulam: a) a existência do que chamam de “metaforemas”, que podem ser definidos como as estruturas responsáveis por associar, a um só tempo, uma forma gramatical/lexical, um conteúdo conceitual, um pragmático e um valor afetivo; b) os processos metafóricos deixam de ser analisados como uma espécie de “rede sistemática de conexões mentais realizadas através da linguagem, por meio de uma relação unidirecional [do domínio fonte para o domínio alvo]” (CAMERON; DEIGNAM, 2009, p. 145), para serem avaliados no âmbito de uma dinâmica bidirecional entre a linguagem e o pensamento, de modo que eles são tanto conceituais quanto linguísticos. Por conseguinte, as formas-em-uso são variadas e não delimitadas previamente; c) as pesquisadoras sustentam a necessidade de aproximar os aspectos conceituais, os linguísticos, os socioculturais e os afetivos (estes últimos ocupam um papel central para o estabelecimento de uma dada interação, embora sejam costumeiramente marginalizados nos estudos desse campo).

Produtos emergentes das interações em diversas culturas, as quais prescindem de mapeamentos conceituais “fonte” que funcionariam como pontos de partida unidirecionais em relação aos domínios “alvo”, e ancoradas, primordialmente, no funcionamento das línguas maternas dos interactantes, as metáforas podem assumir inúmeras formas de acordo com cada cultura e língua vernácula. Dessa maneira, as línguas maternas seriam a fonte do nosso “repertório de recursos linguísticos”, entre os quais, as expressões metafóricas emergentes, frutos das diversas situações de interação dos sujeitos em sociedade. Segundo afirmam, um dos deslocamentos fundamentais dessa abordagem emergencial da metáfora decorre da possibilidade de se expandir “a ideia do pensar para falar para ‘falando-e-pensando-na-interação’, com o propósito de descrever o sistema complexo dinâmico do discurso falado on-line, no qual linguagem e pensamento são interdependentes” (CAMERON; DEIGNAM, 2009, p. 148).

É através do que chamam de “uso e reuso dialógico” que se torna possível convencionar os diferentes aspectos envolvidos na conformação dinâmico-interativa *on line* de novas metáforas, quais sejam: conteúdos ideacionais (isto é, a expressão pela/atraves da/na linguagem de conteúdos oriundos das experiências concretas dos falantes, incluindo-se os conteúdos referentes à interioridade subjetiva dos mesmos), valores, formas gramaticais, pragmáticas e afetos. Isso implica que a metáfora evolui por meio da contínua adaptação local dos (re)usos, adquirindo estágios de relativa estabilidade em um dado grupo de falantes. Mais uma vez, ressaltamos que essas formas semi-estáveis englobantes desses diversos aspectos

envolvidos na “maturação” de uma nova metáfora são denominadas de “metaforemas”. Dito isso, voltaremos à relação entre discurso e Sistemas Complexos através da seguinte passagem:

O discurso é tido como resultante da interação de múltiplos sistemas complexos dinâmicos que operam em vários níveis e escalas cronológicas [...]. Os sistemas complexos incluem mentes/cérebros, linguagem e recursos conceptuais (CAMERON, 2003). Sistemas dinâmicos complexos são sistemas de elementos conectados e interagentes que se encontram em constante fluxo. *Em tais sistemas não são apenas os elementos que se modificam com o tempo, mas também as relações entre eles e é isso que define um sistema como “não-linear”*. Como resultado da dinâmica não-linear, algumas modificações no sistema se dão de maneira abrupta e drástica, à medida que o sistema passa pela assim chamada “*mudança de fase*” para um padrão de atividade diferente (esses padrões de atividade às vezes são denominados “*atratores*”). Outras vezes, o sistema se modifica continuamente, sem mudança de fase. Ao passar por mudanças de fase, o sistema parece se “auto-organizar”, com novos padrões ou atratores se desenvolvendo, se estabilizando por algum tempo e, em seguida, se modificando novamente. *Abordagens emergentistas dão destaque à mudança não-linear e ao comportamento auto-organizacional dos sistemas complexos e focalizam a “emergência” de novos padrões de atividade do sistema após uma mudança de fase*. O processo de emergência através da interação não-linear dos elementos do sistema é muito diferente de uma modificação que pode ser explicada com base na interação de elementos tidos como fixos em relação uns aos outros (CAMERON; DEIGNAM, 2009, p. 148. Grifos nossos)

Há três questões principais a serem avaliadas de acordo com esse excerto: primeira, considerar o discurso como propriedade emergente não seria matematizar a história através de um retorno à recursividade da linguagem enquanto sistema apenas simbólico? Segunda, a visão interacionista do discurso em Cameron e Deignam (2009) é condizente com a perspectiva de intersubjetividade tal como postulada na epistemologia de uma abordagem discursiva calcada na historicidade radical? Terceira, a relação entre cognição e linguagem em Cameron e Deignam (2009) é condizente com aquela defendida por Auroux (1998)? A partir delas, realizaremos a aproximação da Teoria da Metáfora Emergente de Cameron e Deignam (2009), constituída na interface entre o Realismo Experencial de Lakoff e Johnson (1985) e a Teoria dos Sistemas Complexos, com a perspectiva do Empirismo Cognitivo de Auroux (1998).

Passemos, então, à primeira questão. Em que medida, tratar o discurso como propriedade emergente (abordagem com viés matemático) é coerente com a definição do discurso na sua relação com as formações discursivas (abordagem com viés histórico)? Em um primeiro momento, levando-se em consideração a tradição discursiva na qual nos ancoramos, esse diálogo parece ser irrealizável, pois é, justamente, por meio da negação do raciocínio lógico-matemático que se constrói a perspectiva discursiva da AD. As críticas a Frege e Leibniz são, por exemplo, as que tangenciam os avanços tanto de Henry (1992)

quanto de Pêcheux (2009) no âmbito de uma teoria discursiva que trata da imperfeição da linguagem (real da língua) pelo atravessamento constituinte da história (real da história), responsável pelas fraturas, pelas ambiguidades, pelas não-coincidências, enfim, pelos processos metafóricos de qualquer sistema linguístico ou semiótico. Foucault (2008, p. 116. Grifos do autor), por sua vez, é categórico ao afirmar que:

[...] ao tomar o estabelecimento do discurso matemático como protótipo do nascimento e do devir de todas as outras ciências, corre-se o risco de homogeneizar todas as formas singulares de historicidade, reconduzir à instância de um único corte todos os limiares diferentes que uma prática discursiva pode transpor, e reproduzir, indefinidamente, em todos os momentos, a problemática da *origem*: assim se achariam renovados os direitos da análise histórico-transcendental. A matemática foi seguramente modelo para a maioria dos discursos científicos em seu esforço de alcançar o rigor formal e a demonstratividade; mas, para o historiador que interroga o devir efetivo das ciências, ela é um mau exemplo - um exemplo que não se poderia, de forma alguma, generalizar.

A ruptura do saber histórico com o saber matemático foi fundamental para a (re)definição das Ciências Humanas. A perspectiva de cumulatividade do conhecimento humano e de continuidade dos modelos do saber são duas das principais críticas tecidas tanto à História das Ideias quanto ao construtivismo piagetiano. Como diz Foucault (2008), não se trata de negar a existência de instâncias *a priori*, mas de diferenciar entre os *a priori* históricos e os *a priori* formais. No caso do primeiro, o filósofo defende que eles não são apartados da realidade histórica, como uma espécie de “universo inalterável” ou “estrutura intemporal”. Suas regras estão em relação de imanência com a própria realidade discursiva, composta por diferentes zonas de organização do saber, sendo, portanto, alteráveis de acordo a dinâmica histórica. Com isso, tal estudioso se refere à própria fluidez das fronteiras de uma dada prática discursiva. No caso do segundo, os *a priori* formais são aqueles comumente associados aos axiomas das leis da natureza ou dos sistemas lógico-matemáticos, isto é, passíveis de serem estendidos de forma não-contingente.

Se, por um lado, não se pode explicar a história por *a priori* formais (abordagem matemática), como leis que regem a organização social humana e a produção de sentidos, por outro, a estrutura abstrata formulada por determinadas áreas da Ciência que se ancoram em métodos hipotético-dedutivos não pode ser completamente explicada pela história (abordagem histórica). Não obstante, seria errôneo considerá-las no quadro de uma completa separação, assim como é o caso da própria relação entre língua e história. Apesar de possuírem “níveis” e “ordens” diferentes, é pelo atravessamento entre ambos que podemos perceber as possibilidades de irrupção dos *a priori* formais em diferentes domínios do saber, bem como

“compreender como a história pode ser não uma contingência absolutamente extrínseca, não uma necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética, mas uma regularidade específica” (FOUCAULT, 2008, p. 145). Ao nos propormos a aproximar a AD dos Sistemas Complexos devemos evitar reduzir os *a priori* históricos, ou seja, as FDs, aos *a priori* formais.

Dito isso, retomaremos a citação de Cameron e Deignam (2009, p. 116. Grifos nossos) da seguinte forma: “O discurso é tido como resultante da interação de múltiplos sistemas complexos dinâmicos” → “Sistemas dinâmicos complexos são sistemas de elementos conectados e interagentes que se encontram em *constante fluxo* [...] e é isso que define um *sistema como ‘não-linear’*” → “algumas modificações no sistema se dão de maneira abrupta e drástica, à medida que o sistema passa pela assim chamada ‘*mudança de fase*’ para um padrão de atividade diferente (‘*atratores*’)” → “[...] o sistema parece se ‘auto-organizar’, com novos padrões ou atratores se desenvolvendo, se estabilizando por algum tempo e, em seguida, se modificando novamente” → “[...] destaque à *mudança não-linear* e ao *comportamento auto-organizacional* dos sistemas complexos e focalizam a ‘emergência’ de *novos padrões de atividade* do sistema após uma mudança de fase”.

Recuperando tais raciocínios no âmbito da nossa epistemologia, para Hall (2003), a filosofia althusseriana teria sido a responsável por demonstrar que a “totalidade” de Marx (fatores econômicos, sociais e políticos) funciona não como estrutura simples, a qual daria uma conotação mecânica de causa-efeito (sistema linear) ao Materialismo Histórico, mas como uma estrutura complexa, na qual tais fatores estão em relação necessária, mas não suficiente. Os sistemas de representação humanos estariam, assim, em relação de recursividade com os próprios sistemas econômicos, sociais e políticos, e não com uma realidade exterior a eles mesmos (o mundo em si, por exemplo). Por serem dinâmicos, eles são necessariamente indeterminados, pois nunca retornam ao mesmo (sistema não-linear). O transitório funciona como característica fundamental e a manutenção ou transformação sistêmica decorre da forma como a história possibilita que uma estrutura em dominância emerja como prática contingente e vivenciada imaginariamente. Logo, a linguagem retorna sempre sobre a interface entre o real da língua e o real da história, garantindo a sua singularidade de sistema real, simbólico e imaginário.

Podemos enveredar, então, pela segunda questão apontada: a relação entre sistemas complexos e historicidade radical. A esse respeito, entendemos que o diálogo é possível caso afirmemos que os discursos não são criações da ordem do sujeito, mas da história. Há diferentes níveis discursivos na medida em que historicamente os discursos se atravessam, se

retomam e se reorganizam para constituir novas práticas discursivas. Tal prerrogativa é condizente com a hipótese do “interdiscurso”, tal como defendida por Maingueneau (2007) e por Pêcheux (2010a). A cada nova emergência em uma dada prática discursiva é impossível definir qual é o processo causal que a desencadeou (em consonância com o raciocínio desenvolvido por Wittgenstein (1999)), haja vista que há uma indeterminação da causa em relação aos processos consequentes e que as interações discursivas se desenvolvem numa espécie de semi-estabilidade (sem fixidez). Trata-se, portanto, de uma causa ausente⁷⁹.

Considerando o “impasse” entre a possibilidade de manutenção ou de ruptura semântica com relação às regras que possibilitam essa dada prática (daí a semi-estabilidade), podemos afirmar que este é um raciocínio semelhante ao que Fuchs (1994) e Orlandi (2009)⁸⁰ desenvolvem acerca da tensão existente entre a paráfrase (manutenção semântica) e a polissemia (ruptura semântica), de modo que a produção de sentidos na linguagem se limita e se regula pela relação entre esses fenômenos. No dizer de Maingueneau (2007), se a realidade mudasse constantemente, ela não seria analisável; se fosse fixa, não seria histórica. Apropriando-nos de um raciocínio desenvolvido por Foucault (2008, p. 146), “temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)”.

Com isso, pode-se afirmar que o discurso, na ótica da AD, parece funcionar como uma espécie de “sistema não-linear”, no qual não apenas se pode alterar os elementos componentes de um dado discurso (signos), mas a própria relação que estabelece suas regras de enunciação. As rupturas bruscas na história, marcadoras da descontinuidade de um novo sistema de organização do saber, com novas regras discursivas, acabam por se assemelhar às “mudanças de fase”, tais como descritas por Cameron e Deignam (2009). Essas rupturas decorrem da emergência de uma nova relação na cadeia lexical, na qual os componentes semióticos mobilizados funcionam como uma espécie de “atrator”, isto é, metaforema para Cameron e Deignam (2009), acontecimento discursivo para Foucault (2008), Maingueneau

⁷⁹ No dizer de Althusser (1978b, p. 98): “‘causa ausente’ significa portanto, no Materialismo Histórico, que a ‘contradição em última instância’ *não está nunca pessoalmente presente* na cena da história (‘a hora da determinação em última instância não soa jamais’) e não se pode submetê-la diretamente a ‘uma pessoa presente’. Ela é ‘causa’, mas no sentido dialético, que determina *qual* é, na cena da luta de classes, ‘o elo decisivo’ ao qual foi submetida”.

⁸⁰ Segundo Orlandi (2009, p. 189-190. Grifos nossos): “O jogo entre a *paráfrase* – que nesse caso seria a reprodução do que o autor quis dizer, o reconhecimento do sentido dado pelo autor – e a *polissemia* – que seria a atribuição, pelo leitor, de outros sentidos ao texto – é articulado, isto é, a relação existente entre paráfrase e polissemia se coloca como *autolimitativa*, uma dá os limites da outra”.

(2007), Pêcheux (2009) e Orlandi (2009) e sobredeterminação⁸¹ para Hall (2003), de modo que o novo emerge do antigo por meio da dupla articulação entre evento (prática) e sistema (estrutura), ainda que tal articulação seja incapaz de anular as contradições internas que mantêm tanto a fluidez quanto a indeterminação do próprio sistema.

Em síntese, esse “atrator” (i) emerge na/pela tensão entre a paráfrase e a polissemia, (ii) é semi-estável e (iii) é determinado pela forma como o sistema se abre para o seu exterior, isto é, para a história, de modo que as interações em um dado ambiente estão necessariamente em relação com aquelas estabelecidas por grupos ou instituições na forma de dissimetria-subordinação-contradição. A causalidade tende à opacidade e as regras do sistema são inacessíveis pela sua constante movimentação e pelas diferentes possibilidades que cada acontecimento histórico pode desencadear no todo (a causa é imaginada assim como o interdiscurso).

Essa auto-organização não é recursivamente linear no sentido chomskyano e nem lógico-transcendente no sentido piagetiano, mas possibilitada pelas determinações históricas que condicionam as possibilidades de reorganização do sistema, logo, dos dizeres. Nem as regras, nem os componentes são fixos, haja vista que são formadas por um sistema constitutivamente orientado para o exterior, para o real da história. Isso garante a sua não-fixidez absoluta. O sentido não surge inteiramente a cada nova prática, pois pré-existe historicamente (*a priori* histórico) e tangencia as possibilidades de ação e sentido. Isso garante a sua não-aleatoriedade. Nesse entremeio, surgem os “novos padrões” de atividade do sistema. Esses raciocínios são semelhantes aos de Auroux (1998, p. 116)⁸² ao definir sua concepção de “hiperlíngua” e podem nos ajudar a responder a terceira questão: a da relação entre os Sistemas Complexos e o Empirismo Cognitivo de Auroux (1998). Vejamos o referido excerto:

Considerando a hiperlíngua como um sistema dinâmico, a subdeterminação das atividades linguísticas pelas gramáticas pode ser aproximada de um resultado matemático bem conhecido. Não há em geral projeção “canônica” de uma dinâmica sobre um sub-espaço, dito de outro modo não há a aplicação de uma dinâmica de um espaço multidimensional sobre dois espaços suplementares, tal que os dados de duas dinâmicas obtidas possa permitir reconstruir a dinâmica inicial. Há, então,

⁸¹ Como estrutura em dominância emergente, a um só tempo, como estrutura prática e prática estruturada.

⁸² Citação em francês: « L’hyperlangue étant un système dynamique, la sous-détermination des activités linguistiques par les grammaires peut être rapprochée d’un résultat mathématique bien connu. Il n’y a pas en général de projection « canonique » d’une dynamique sur un sous-espace, autrement dit il n’y a pas d’application d’une dynamique d’un espace multidimensionnel sur deux sous-espaces supplémentaires, telle que la donnée des deux dynamiques obtenues puisse permettre de reconstruire la dynamique initiale. Il y a donc forcément perte d’information quand on étudie un phénomène de ce type sur des sous-espaces de dimension inférieure, même si on combine les résultats obtenues sur chaque sous-espace » (AUROUX, 1998, p. 116).

necessariamente, perda de informação quando se estuda um fenômeno desse tipo sobre dois espaços de dimensão inferior, mesmo se se combinam os resultados obtidos sobre cada sub-espaço.

Nesse sentido, por um lado, o equívoco de Piaget (PIATELLI-PALMARINI, 1979), segundo a nossa perspectiva, é supor que os seres humanos são capazes de recriar internamente a mesma complexidade do mundo que lhe é externo. Para ele, tanto o mundo como os sujeitos avançariam por meio de sequências de sistemas mais complexos que transformariam os anteriores em subsistemas. Essa continuidade teleológica e a transcendentalidade dos sistemas são irreconciliáveis com o viés da historicidade radical, para o qual o *a priori* que irrompe como sujeito é histórico, e não universal. Do mesmo modo, Cameron e Deignam (2009) parecem supor uma plena consciência dos sujeitos no processo de construção das metáforas, como se os seus contributos nascessem na própria intenção dos agentes e não em estruturas históricas que lhe são anteriores, como é o caso das formações discursivas.

Paveau (2006) discorda das abordagens emergentistas ao sustentar que elas acabam por se ancorar em uma perspectiva de intersubjetividade essencialmente pragmática e psicológica, dando primazia à interação em detrimento das teorizações discursivas que deslocam os sentidos para a memória discursiva. Em consonância com a autora, reconhecemos a necessidade de se avançar na relação entre discurso e cognição e entre sujeito e intencionalidade sem que, com isso, se possa perder de vista a necessidade de deslocar tais questões por meio de uma crítica da historicidade radical.

Ao tentarmos fundamentar a relação entre a epistemologia discursiva e a perspectiva dos sistemas dinâmicos, não queremos, com isso: a) matematizar a história; b) reduzir a AD à Pragmática; c) supor um sujeito transcendente capaz de internalizar por completo as complexidades da língua e da história. Diferentemente disso, sustentamos que as formas linguístico-discursivas apontam para sentidos possíveis, semi-estáveis de acordo com as condições e com os imaginários que entram em jogo nos momentos de interação entre os sujeitos. Em certa medida, os movimentos da/na linguagem parecem se assemelhar aos pressupostos da auto-organização, de modo que a sua recursividade é sempre imanente e contingente e a opacidade plena cede espaço à indeterminação, garantindo a relativa compreensão de algumas das regras sistêmicas em decorrência da existência concreta dos sujeitos.

4.3 Metáfora e memória

O acontecimento, ponto de encontro de uma atualidade e uma memória.

Michel Pêcheux

Gadet e Pêcheux (2010) sustentam que, assim como a poesia, a metáfora é ilocalizável, não pelo fato de ela não existir em si, mas, pelo contrário, em decorrência de estar distribuída por toda a língua, em toda e qualquer produção de sentidos. Dessa maneira, a metáfora passaria a ser a estrutura organizadora da própria realidade ordinária percebida, pois ela seria a responsável por movimentar e desconstruir as evidências do mundo normal. Para os autores, a metáfora não é destacada da linguagem ordinária, como se fosse uma figura de linguagem efeito da maestria de escritores e poetas para “dominar” e “inventar” novas formas e novos sentidos por analogias não evidentes entre as palavras. A poesia, tão quanto a prosa, emerge das línguas naturais e, como tal, obedece aos mesmos dispositivos de produção do sentido. Logo, a forma poética se submete aos mesmos padrões de analogias presentes na linguagem ordinária, de modo que, de figura de linguagem, a metáfora passa a ser fenômeno básico da composição semântica das línguas naturais.

É da porosidade das línguas naturais que surgem as possibilidades de superposição (parcial) dos sentidos, possibilitando que o mesmo significante possa jogar entre duas cadeias semânticas diferentes. Em oposição às línguas artificiais (formais), nas quais o sentido é disposto previamente, as línguas naturais são necessariamente tecidas por falhas, demonstradas pelos equívocos e pelos atos falhos. Isto é, a ambiguidade é gerada pela língua como sistema necessariamente não-hermético, estruturada pela presença, desejada ou indesejada, do outro e do Outro⁸³ no fio do discurso. O sentido manifesto está necessariamente vinculado à irrupção de um “outro” (interdiscurso) no mesmo, ou seja, o sentido surge da remissão do discurso, materializado na forma de texto (intradiscurso), ao seu exterior. Segundo Pêcheux (2010a, p. 96. Grifos nossos): “Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno *semântico* produzido por uma *substituição contextual* para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Logo, é na relação do não-dito com o dito, do *non-sense* com o sentido, que surge o sentido percebido pelo “eu”.

⁸³ Com relação ao Outro, com “O” maiúsculo, ele remete ao inconsciente laciano. Como o nosso trabalho se detém, principalmente, na relação da língua com o outro, com “o” minúsculo, não desenvolveremos reflexões aprofundadas sobre a questão do Outro psicanalítico. Sobre a questão, consultar Althusser (1980b) e Henry (1992).

Estudar a metáfora implica, em certa medida, estudar a própria organização da língua enquanto fenômeno discursivo, pois as possibilidades metafóricas existem na mesma proporção das possibilidades de relação entre o simbólico e a história nas diferentes zonas de saber intituladas de FDs. Dado um contexto específico, é possível tratar de efeitos metafóricos gerados pela organização da língua, sendo, contudo, impossível, isolar, classificar e estudar todas as suas formas sob a proposta de formalização normativa dos mesmos. Assim, a dicotomia literal/metafórico cede espaço aos efeitos de literalidade e aos efeitos de metaforicidade gerados a cada enunciação. Os termos circulam por diferentes zonas do saber (FDs) e, de acordo com elas, adquirem sentidos passíveis de serem interpretados como mais ou menos evidentes (PÊCHEUX, 2009). A esse respeito, Orlandi⁸⁴ (2005, p. 11) afirma:

Segundo Michel Pêcheux, as palavras não têm um sentido ligado a sua *literalidade*, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de *metáfora* (transferência) acontecendo nas *formações discursivas* que são seu lugar histórico provisório. De tal maneira que, em consequência, toda descrição “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro” (PÊCHEUX, 1983, p. 53). Indo mais além, podemos dizer com o autor que todo enunciado, toda sequência de enunciado é linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Esse deslize entre o mesmo e o outro funciona como a base explicativa do fenômeno da metáfora em Gadet e Pêcheux (2010). Em Pêcheux (2009), os chistes são qualificados como fenômenos privilegiados para que se possa entender a duplicidade do sentido na linguagem. Somente pelo entendimento do “jogo” realizado entre as palavras, pela compreensão da remissão do que foi posto ao seu outro possível, é que se pode produzir uma interpretação adequada dos efeitos de ambiguidade, e, por consequência, dos efeitos de ironia, de sarcasmo, de anedotas.

As reflexões de Lakoff e Johnson (1985) acerca da metáfora como uma pré-construção geral ocorrida em outro lugar possibilitam um diálogo profícuo para o avanço do cognitivismo em direção aos aspectos históricos e para o avanço da AD em direção aos estudos da cognição, em especial, no que toca à *cognição distribuída*. Se considerarmos a abordagem de Gadet e Pêcheux (2010), torna-se possível considerar que a própria concepção de sujeito é metaforizada quando percebido como *locus* onde teoricamente ocorreria a gênese do sentido do mundo. Essa ilusão da unicidade parece ser necessária para os usos da

⁸⁴ Pêcheux (1983, p. 53) em Orlandi (2005, p. 11) se refere a Pêcheux (2008) no nosso trabalho.

linguagem, pois sem ela seria impossibilitada a ação do/no mundo na/pela linguagem. A noção de transgressão sintática tal como os autores defendem, tida como o deslocamento ilocalizável de uma fronteira, aponta para o fenômeno da metáfora não como um desvio, mas como *o lugar mesmo da constituição do sentido*, ou seja, como efeito sintático situado no ponto em que o intradiscorso encontra o interdiscorso.

De forma semelhante, Lakoff e Johnson (1985) defendem que os processos cognitivos devem ser avaliados a partir das experiências do corpo com o mundo, nas quais o próprio corpo funciona como parâmetro limitante da interação da mente humana com a realidade experienciada. Para os pesquisadores, a verdade possível seria aquela oriunda da corporificação subjetiva de cada corpo na sua relação com o mundo, que, como tal, é organizada metaforicamente na forma de esquemas e *scripts*. O “eu”, portanto, não preexiste à experiência metaforizada de um “eu”.

Se dizer é retomar “já-ditos” nesse mesmo lugar imaginado (imaginário), falar é falar de novo sobre algo já recortado, estabelecendo novamente uma referência que já estava posta anteriormente e que torna possível que se continue a estabelecer as relações associativas entre uma posição, um dizer e um referente que parecem estar “sempre-já-lá”⁸⁵. Tanto quanto a metáfora, a paráfrase é responsável pelos efeitos de sentido. Ela atualiza em novas condições o que já foi dito em outro lugar, de modo que ela é responsável pelo movimento de (re)dizer da/na linguagem. É nesse sentido que Orlandi (2009) propõe que os efeitos de sentido se dão entre o parafrástico e o polissêmico. Em outro trabalho, a pesquisadora salienta:

Paralelamente, faz parte destas reflexões a consideração de que a constituição dos *sentidos*, e dos *sujeitos*, tem na base a *metáfora*. Como diz Pêcheux (1975), a metáfora está na base da significação, e eu estendo: *a metáfora está na base da constituição dos sujeitos*. Os sentidos só existem nas relações de metáfora de que certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório (PÊCHEUX, 1975). A formação discursiva, lembremos, se constitui na relação com o *interdiscorso*, representando no dizer as formações ideológicas. Assim, o lugar do sentido, e do sujeito, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia (ORLANDI, 1996). *Considerando que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ocupa-me o fato de que, por outro lado, sujeitos e sentidos não coincidem em si, não coincidem entre si* (ORLANDI, 2012a). Metáfora, inexactidão, não transparência, movimento, não acabamento (ORLANDI, 2013, p. 6. Grifos nossos)⁸⁶.

⁸⁵ Citamos aqui um raciocínio esclarecedor de Pêcheux (2009, p. 163): “Essa identificação simbólica domina as identificações imaginárias através das quais toda representação verbal, portanto toda ‘palavra’, ‘expressão’, ou ‘enunciado’, se reveste de um sentido próprio, ‘absolutamente evidente’, que lhe pertence”.

⁸⁶ Orlandi (2012a) se refere a Orlandi (2012) em nosso trabalho. Há um desencontro de datas no trabalho a respeito de qual seria a obra concernente a Orlandi (1996). Por isso, não a explicitamos aqui. Pêcheux (1975) se refere a Pêcheux (1994) em nosso trabalho.

Consoante Orlandi (2013), a base de conformação dos sujeitos e dos sentidos está na metáfora. Este fenômeno passa, assim, a ocupar espaço central na teoria do discurso adotada, uma vez que é incorporado como fundamento instituidor das relações entre as formações discursivas e responsável por operar a ligação entre a identidade do dizer do sujeito e a formação ideológica que lhe permite dizer. Uma FD não possui um lugar por excelência, ela está sujeita às transformações do tempo e do espaço históricos, bem como às disputas de poder existentes para que se associe uma formação a um lugar do dizer. Nesse sentido, a metáfora possibilita a emergência do sujeito sem se reduzir a ele. Ao possibilitar a constituição do sentido, ela possibilita a do próprio sujeito. De acordo com Pêcheux (2009, p. 123. Grifos do autor):

A concepção do processo de *metáfora* como processo sócio-histórico que serve como fundamento da “*apresentação*” (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primário, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado “natural”, literalmente *pré-social* e *pré-histórico*.

A questão que se impõe, então, é: como tratar a relação entre metáfora e memória? Como afirma Orlandi (2013), se, por um lado, a metáfora está na base da constituição dos sentidos e dos sujeitos, por outro, tais fenômenos não coincidem entre si, de modo que o sujeito não deve ser avaliado enquanto categoria una e espaço de coincidência do sentido, o que implica que ele não se reduz à própria metáfora. A emergência do sujeito ocorre enquanto posição-interpretação no/do mundo, processo pelo qual atribui sentido às suas experiências como posição enunciativa dividida, para nos utilizarmos dos termos de Courtine (1981). Como, então, trabalhar essa questão?

De acordo com Pêcheux (2010c), na AD, não se deve compreender a memória como individual/psicologista. Se o processo de conhecimento ocorre na/pela constante retomada do exterior ao sujeito (real necessário) na forma de regras e conhecimentos necessários (real pensado) à interação, conjecturamos que tratar da *competência discursiva* traz consigo a possibilidade de tratar de uma espécie de *competência metafórica*. Ao terem um relativo domínio dos enunciados utilizados, os sujeitos conseguem perceber parcialmente a forma como os enunciados manifestos dialogam com outros “já-ditos” a partir da posição imaginada da/na qual os enunciam e os valoram por esquemas discursivos metafóricos internalizados. Esse relativo domínio engloba a capacidade de se perceber como o dito pode jogar com o não-dito que poderia assumir o seu lugar, extraindo daí os sentidos possíveis, sendo sempre o sentido-relação-dito-não-dito. No dizer de Pêcheux (2010c, p. 53. Grifos nossos):

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: um jogo de força que visa manter uma *regularização* pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a *integração* do acontecimento, até *absorvê-lo* e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “*desregulação*” que vem perturbar a rede dos “implícitos”.

Valendo-se dessa perspectiva, Courtine (1981) retoma a filosofia foucaultiana para propor a *memória discursiva*. Conforme o investigador, no processo relativamente estável de se redizer, os enunciados reaparecem como *sequências discursivas* no universo discursivo, as quais atualizam “já ditos” e antecipam possíveis dizeres. Como não há uma relação biunívoca entre língua e discurso, o autor pondera sobre a impossibilidade de se estabelecerem regras fixas para a identificação (e recorte, no caso da montagem do *corpus*) dessas sequências. Os objetivos de cada trabalho incidem diretamente sobre os diferentes recortes realizados por cada pesquisador. É importante, em vista disso, que o analista investigue o seu objeto de modo a assegurar constantes idas e vindas metodológicas sobre as sequências selecionadas.

Não sendo possível defini-las por um recorte esquemático, normatizado e tipologizado como forma discursiva universal, Courtine (1981) revela apenas que tais sequências são estruturas orais ou escritas que possuem dimensão superior à frase. Cada sequência representa uma (re)formulação dentre as infinitas possibilidades de se redizer um enunciado, funcionando como “nós” que se estabelecem nos discursos e que são responsáveis por interligar o interdiscurso ao intradiscurso.

Quando sujeitas às mesmas condições de produção, as sequências discursivas representam um mesmo posicionamento enunciativo, possuindo uma espécie de estrutura linguístico-discursiva relativamente estável, podendo, portanto, serem reditas tanto em uma estrutura mais ampla como em uma mais exígua. Os “já-ditos” se redizem em diferentes momentos ao longo da história, adquirindo novas conotações semânticas em vista das suas novas condições de enunciação e circulação, contudo, preservam de maneira significativa os seus sentidos ao serem constrangidos pelas mesmas FDs. Para o autor, há a distinção entre dois planos discursivos de análise, o *nível do enunciado* e o *nível da formulação*. O primeiro deles remete ao nível da verticalidade ou interdiscursivo; o segundo, ao nível da horizontalidade ou do intradiscurso (COURTINE, 1981).

Assim, o primeiro nível representa o sistema das formações discursivas e pode ser considerado como a matriz dos sentidos, enquanto o segundo se refere ao plano em que o enunciado pode se reformular infinitamente, assumindo diversas formas na concretude do discurso, isto é, do fazer-se dinâmico da/na linguagem. Há uma intrínseca relação entre a

materialidade linguística - o intradiscurso, e os já-ditos do discurso - o interdiscurso ou memória discursiva. É preciso que se leve em consideração ambos os planos em qualquer processo interpretativo, seja no que diz respeito ao enunciador - *sequências discursivas*, seja no que diz respeito à montagem do *corpus* pelo pesquisador por meio da seleção e análise – *sequências discursivas de referência* (SDR). Acerca dessa questão, Courtine (1981, p. 52 - 53. Grifos nossos. Tradução nossa) pondera:

A noção de *memória discursiva* concerne à existência histórica do enunciado no seio de *práticas discursivas* regradas pelos aparelhos ideológicos, ela visa aquilo que Foucault (1971, p. 24) revela a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, de falas que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação, são ditos, continuam ditos e estão ainda a dizer⁸⁷”.

Fuchs (1994) define a paráfrase como estratégia cognitivo-lingueira dos sujeitos. Para a pesquisadora, a atividade de interpretação de um enunciado parafraseado ocorre não somente quando os enunciados são reconhecidos pelo coenunciador, mas também quando o próprio enunciador os produz. Cada enunciado carrega consigo um conjunto de possibilidades semânticas, pois são constitutivamente *plurívocos*, isso quer dizer que eles possuem *plasticidade semântica*, decorrente dos seus operadores de enunciação. Ainda para a autora, a paráfrase linguística entre dois ou mais enunciados ocorre quando há a existência de uma espécie de parentesco semântico entre eles.

Tal parentesco se constrói dinamicamente pela interpretação do jogo mútuo dos marcadores em cotexto, e suas condições de possibilidade são ocasionadas por uma espécie de plasticidade ou *deformabilidade*, base da margem interpretativa dos enunciados. Quando um dado enunciado não é mais interpretável de acordo com os sentidos do(s) enunciado(s) com o(s) qual(is) está em relação de parentesco, tem-se a *ruptura interpretativa*, gerada pela descontinuidade sobre um fundo de deformação contínua. Todavia, de acordo com a autora, apenas os marcadores linguísticos não são suficientes para estabelecer uma “relação de paráfrase”.

⁸⁷ Citação em francês: « La notion de mémoire discursive concerne l'existence historique de l'énoncé au sein de pratiques discursives réglées par des appareils idéologiques, elle vise ce que Foucault (1971, p.24) relève à propos des textes religieux, juridiques, littéraires, scientifiques, 'discours qui sont à l'origine d'un certain nombre d'actes nouveaux, de paroles qui les reprennent, les transforment, ou parlent d'eux, bref, les discours qui, indéfiniment, par-delà leur formulation, sont dits, restent dits et sont encore à dire' » (COURTINE, 1981, p. 52 - 53). Foucault (1971) em Courtine (1981) se refere a Foucault (1996) em nosso trabalho.

Se, por um lado, o fenômeno da paráfrase está necessariamente fundado sobre a língua, recorrendo à sua estrutura como condição para que possa ser expresso, por outro, ele é resultado das estratégias cognitivo-linguísticas dos sujeitos em uma determinada situação discursiva, ou seja, em uma situação de reconhecimento ou de produção parafrástica. Tal estratégia se define pela identificação discursiva momentânea dos significados dos enunciados em relação de paráfrase, na qual são possíveis dois efeitos de identificação: I) *paráfrase linguística*, quando a identificação ocorre sobre a base de um parentesco semântico entre as formulações consideradas; II) inversamente à primeira, tem-se a *paráfrase pragmática*, quando a identificação de uma relação de paráfrase ocorre por um “ato de discurso” (FUCHS, 1994).

Concordamos com a autora que a paráfrase funciona como uma estratégia cognitivo-linguística. No entanto, buscamos nos desvencilhar da dicotomia posta entre *paráfrase linguística* e *paráfrase pragmática*, como se a primeira estivesse mais para o plano da língua e a segunda para o plano do discurso. Cada enunciado é composto por estruturas linguísticas que podem colocá-lo ou não em relação de retomada de outros “já-ditos”; contudo, a relação de proximidade semântica que eles estabelecem decorre das regras de enunciação que os possibilitam serem ditos a partir de uma dada posição-sujeito. Dessa maneira, retomá-las-emos como *estratégias cognitivo-discursivas*⁸⁸, entendendo que tanto cognição quanto discurso são determinados pelo exterior histórico e que os eventos mentais (pensamentos ou estados mentais) funcionam como leis internas do pensamento determinadas pelas formas históricas de organização da linguagem.

Esse raciocínio é semelhante ao desenvolvido por Paveau (2006) na definição do que intitula “pré-discursos”. Em Paveau (2006; 2007), o conceito de pré-discursos propõe dar conta das estruturas discursivas prévias ao discurso em si, ou seja, quando posto em prática. Aqueles seriam os produtos da percepção organizada do mundo e da acumulação das experiências sociais dos sujeitos. Por percepção organizada, deve-se entender que eles são pré-determinados pelas formas do discurso. Assim, o “pré” não se refere ao prévio à linguagem humana, mas ao prévio em relação a uma dada interação discursiva, devendo-se, com isso, evitar o retorno a um sujeito dualista típico do cartesianismo.

⁸⁸ Devemos esse termo a Paveau (2006). Segundo a pesquisadora francesa, “eu mantenho este papel da memória na produção e recepção das metáforas, que reencontra minha concepção de pré-discursos como quadros coletivos inscritos na *memória cognitivo-discursiva dos locutores*” (2008, p.195. Tradução nossa. Grifos nossos). No original: « Je retiens ce rôle de la mémoire dans la production et la réception des métaphores, qui rencontre ma conception des prédiscours comme cadres collectifs inscrits dans la *mémoire cognitivo-discursive des locuteurs* ».

Nessa ótica, os pré-discursos funcionam como um conjunto de saberes, crenças e práticas coletivas prévias à interação que funcionam como “instruções” para a produção e interpretação dos sentidos em discurso. Eles são dados que, embora não materialmente discursivos, não são totalmente estranhos à esfera do discurso. Corroborando a perspectiva pêncheutiana, a autora propõe que a estabilização das formas discursivas indica uma anterioridade (pré-construídos), responsável por estabelecer uma espécie de estoque, o qual possibilita a reprodutibilidade, exata ou aproximativa, no locutor e no receptor, do fenômeno do reconhecimento.

Tanto o conhecimento quanto as verdades científicas, afirma Paveau (2006), estão submetidos à mobilização de esquemas cognitivos (e sociais) previamente constituídos. A concepção do senso comum que toma o conhecimento nos termos do absoluto se ancora nos mesmos preceitos daqueles que sustentam, ingenuamente, que a verdade é absoluta, ancorada em teorias que sugerem a possibilidade de se encontrar apenas uma maneira de se compreender uma dada situação. O fracasso epistemológico dessas teorias (ingênuas) frente à diversidade de maneiras possíveis para se compreender ou estruturar uma dada situação (*framing*) transforma a própria perspectiva acerca do conhecimento e da verdade. Reconhecer os saberes e a verdade nesses parâmetros não os diminuem enquanto realidades, ou seja, enquanto existências materiais reguladoras das relações. Pelo contrário, eles são tão reais como qualquer outro conhecimento humano (PAVEAU, 2006). Nos termos da nossa pesquisa, o verbo “ser” como metalinguagem, seja no discurso do senso comum, seja no discurso científico, trata sempre de um efeito de sentido ontologizante do real.

Com os avanços recentes das Ciências Cognitivas em direção às abordagens sociológicas e filosóficas, não é mais possível reduzir o real a uma construção do pensamento ou do discurso, afirma Paveau (2006). O que não implica adotar uma perspectiva excessivamente naturalista, na qual se nega a existência dos esquemas e representações no intuito de propor uma relação *direta* entre os agentes cognitivos e os ambientes nos quais se relacionam⁸⁹. Sua proposta teórica, salienta, se situa no quadro de um construtivismo moderado, entendendo por este conceito a ideia de que os mundos são construídos na mesma medida em que são encontrados, ou seja, os sujeitos levam em consideração os ambientes reais mediados por representações distribuídas externamente. Mas como aproximar as reflexões desse realismo dito moderado com a perspectiva de discurso que adotamos aqui?

⁸⁹ Segundo Paveau (2006), caso um analista do discurso avalie com honestidade e seriedade, ele perceberá que esse naturalismo na forma clássica não é mais encontrado nas principais abordagens teóricas das Ciências Cognitivas.

A esse respeito, Paveau (2006) expressa que, apesar de partilhar globalmente dos princípios da Teoria Cognitiva da Metáfora, os estudos de Lakoff e Johnson (1985) são insuficientes no que diz respeito às considerações dos parâmetros sociais e históricos nas suas análises. Todavia, segundo a autora francesa, embora pouco trabalhados, há uma margem para o desenvolvimento de análises que deem maior relevância aos aspectos sócio-históricos da organização metafórica do pensamento, haja vista que o termo “incorporado” procura englobar a totalidade da experiência humana, compreendendo, portanto, também a organização em sociedade. Segundo Paveau (2006), a metáfora organiza o discurso nas suas mais diversas instâncias, considerando-se, para tanto, os aspectos cognitivos e discursivos integrados, quais sejam: a) organizador psíquico, a partir de esquemas partilhados; b) organizador cognitivo, a partir de conhecimentos e crenças; c) organizador discursivo, a partir de culturas de um dado período e de uma dada comunidade; d) organizador textual, mobilizando procedimentos de encadeamento transfrástico⁹⁰.

Para a autora, a tese da *mente incorporada* é fundamental para a superação do problema filosófico da dualidade corpo/mente, tal como posto na tradição da filosofia ocidental, abrindo espaço para repensar ambas as instâncias sob o prisma do pós-dualismo. As estruturas cognitivas metaforizadas são os meios necessários para que possamos existir, entender e perceber a nós mesmos como seres. Segundo sua proposta, o *a priori* possível é o da percepção organizada da experiência pelo discurso (hipótese dos pré-discursos). Ele não pré-existe ao mundo experienciado, como essência de natureza não-material, mas subsiste a ele como realidade material histórica. Ainda no seu dizer, as acepções de “competência discursiva” e de “competência situacional” descritas por Maingueneau (2004b), apenas indiretamente fazem alusão aos conhecimentos, crenças e discursos anteriores tal como estão colocados nos pré-discursos, de modo que somente a noção de “competência enciclopédica”, conforme desenvolvida por Kerbrat-Orecchioni (1986), é capaz de dar conta do conceito proposto pela pesquisadora.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 162-163 *apud* PAVEAU, 2006, p. 41), a competência enciclopédica se define por quatro características específicas, atribuídas às informações prévias, a saber: 1) mais ou menos gerais ou específicas; 2) relativas ao mundo (em geral ou em particular: fala-se então de informações situacionais); 3) neutras ou

⁹⁰ No original: « La métaphore est un véritable organisateur du discours à tous ses niveaux d'élaboration: « organisateur psychique » (Kaës, 2000) faisant appel à des schèmes partagés, organisateur cognitif mettant en forme connaissances et croyances, organisateur discursif mettant en oeuvre des cultures d'époque et de communautés, et enfin organisateur textuel mobilisant des procédés d'enchaînement transphrastique » (PAVEAU, 2006, p. 196).

avaliativas; 4) partilhadas ou não pelos interactantes. De forma geral, dois grandes temas se apresentam: a) os conteúdos necessários à/na interação conversacional (tratar-se-ia, portanto, mais de uma competência cultural) e b) aqueles necessários às construções de representações, imagens do universo de referência (seria mais próximo do que se entende por “competência ideológica”). Segundo Paveau (2006), os temas concernentes ao ponto (b), embora intrinsecamente vinculados aos do ponto (a), são mais importantes para tratar da relação existente entre a cultura e a ideologia grupais⁹¹ no âmbito do que ela propõe por pré-discursos, que possuem seis características fundamentais:

I) *Coletividade*: os pré-discursos são produtos de uma co-elaboração entre o indivíduo e a sociedade, a partir da qual o indivíduo cria a ilusão de si como sujeito ao imaginar construir versões individuais e originais do mundo (hipótese pècheutiana da ilusão constitutiva do sujeito enquanto ser de origem da linguagem e do sentido);

II) *Imaterialidade*: os pré-discursos não se apresentam materialmente em um dado enunciado, como se fosse possível recuperá-los em sua totalidade. Diferentemente disso, eles se apresentam na forma de marcas indiretas, ou seja, não se configuram enquanto estruturas conceituais conexas e homogêneas;

III) *Transmissibilidade*: os pré-discursos são transmissíveis coletivamente a partir de dois eixos: primeiro, o eixo horizontal sincrônico, que consiste na comunicabilidade enciclopédica, consistindo “na construção, difusão e circulação dos quadros de saber e de crença pré-discursivos na comunidade de locutores e na sociedade em geral” (PAVEAU, 2006, p. 122); segundo, o eixo vertical diacrônico, referente à transmissão dos saberes no tempo. A memória é o principal agente transmissor desses conhecimentos, não uma memória tida no sentido tradicional de armazenagem e estocagem de informações, mas uma *memória cognitivo-discursiva* (baseada na proposta de Courtine (1981)), portadora do que a autora chama de “linhagens discursivas”, ou seja, das configurações semânticas trazidas pelos discursos transmitidos;

⁹¹ Segundo a autora, o acesso à articulação entre as informações enciclopédicas e a elaboração da materialidade linguageira, se não impossível, é extremamente difícil de se revelar ao pesquisador.

IV) *Experencialidade*: os quadros pré-discursivos coletivos são responsáveis por organizarem a experiência, que, por sua vez, constrói e pré-constrói simultaneamente a percepção individual do mundo, possibilitando aos indivíduos preverem e se tornarem competentes nas situações de interação discursivas;

V) *Intersubjetividade*: nesse caso, busca-se superar a concepção ontológica objetiva da verdade, na qual os indivíduos conseguiriam chegar a critérios verdadeiros ou falsos do mundo, como proposto pelas pesquisas no âmbito da Lógica, que consideram a possibilidade de verdade através da verificação e da demonstração. Contrariamente a isso, tratar-se-ia, de uma verdade aproximada e relativa à relação que os atores cognitivos estabelecem em um dado ambiente cognitivo de interação, pois envolve os mundos possíveis dos sentidos e os universos de crenças nos quais os interactantes se encontram;

VI) *Manifestações languageiras*: os pré-discursos, apesar de imateriais, ou seja, de não possuírem uma estrutura fechada que os tornariam conceitos estáticos, eles são reais, pois possuem materialidade histórica e são manifestos durante as interações concretas entre os seres humanos, que, constantemente, organizam perceptualmente a sua realidade vivida em formas discursivas esquematizadas e categorizadas cognitivamente. Segundo a autora, tal como os pré-construídos de Pêcheux (2008) e de Henry (1992) na primeira versão da “Semântica discursiva”, os pré-discursos são linguisticamente analisáveis.

No que diz respeito à retomada da AD por Paveau (2006), esta se utiliza da categoria de pré-construídos de Pêcheux (2009), da concepção de metáfora em Gadet e Pêcheux (2010) e da definição de memória discursiva de Courtine (1981), as quais são fundamentais para o nosso trabalho. Essa releitura da tradição discursiva torna coerente a hipótese de Paveau (2006) em relação à AD, sobretudo se considerarmos a sua afirmação de impossibilidade de se chegar às formas em si dos pré-discursos. Da mesma forma, o diálogo da pesquisadora com o Realismo Experencial de Lakoff e Johnson (1985) e com o externalismo cognitivo em Aurox (1998) nos mostra caminhos promissores para o diálogo com as abordagens cognitivas.

Apesar disso, o nosso trabalho segue um caminho diferente do da autora em decorrência do seu distanciamento das influências do Materialismo Histórico e da sua releitura pela filosofia althusseriana no desenvolvimento da questão ideológica do discurso,

conforme presente em Pêcheux (2009), em Gadet e Pêcheux (2010) e na memória discursiva em Courtine (1981), bem como da proposta de Pêcheux (2009) na qual trata o pensamento por meio dos domínios de pensamento, os quais se configuram como instância própria do real emergente na relação de dissimetria-contradição-subordinação existente entre a necessidade real e a necessidade pensada.

Ademais, a nosso ver, a noção de competência discursiva de Maingueneau (2007) traz consigo uma relação de coerência com os pressupostos da historicidade radical em detrimento daquela proposta por Kerbrat-Orecchioni (1986), base dos pré-discursos de Paveau (2006; 2013). Assim, a nossa aproximação com as formações discursivas e com a prática discursiva em Foucault (2008), com a abordagem do pensamento em Henry (1992) e em Pêcheux (2009), com as reflexões de Maingueneau (2007) acerca da competência discursiva e com a proposta de marcas de metalinguagem em Orlandi (2009) nos orienta para um caminho diverso do percorrido por Paveau (2006), em especial, no que concerne à noção de competência. A nossa aproximação desses autores nos impele a considerar que o conhecimento enciclopédico deve ser tratado no que concerne às apropriações discursivas das informações, ou seja, pela relação entre os sujeitos e as FDs.

Somando-se a isso, diferentemente de Paveau (2006; 2013), dialogamos com os Sistemas Complexos, meio pelo qual consideramos ser possível avançar na sobredeterminação do sujeito em relação ao indivíduo e na indeterminação da linguagem e dos sentidos. Para a pesquisadora, os Sistemas Complexos dariam uma conotação por demais pragmática aos sujeitos em interação. Em discordância com o seu raciocínio, incorporamos esse arcabouço teórico, operando, para tanto, um deslocamento discursivo da Teoria dos Sistemas Complexos por meio da releitura althusseriana realizada por Hall (2003). Com ele, trazemos a perspectiva das propriedades emergenciais para explicar a produção dos sentidos na/pela linguagem e a emergência dos sujeitos na AD.

4.4 Metáfora e axiologias

*Efetivamente, os enunciados não são morais, e a língua não conhece marcadores éticos*⁹².

Marie-Anne Paveau

Uma das experiências mais básicas das relações humanas é a atribuição de sentidos a si e ao outro. Ao enunciarmos, colocamos em prática uma imagem que nos identifica enquanto sujeito de consciência, como o “eu” que pensa e que possui capacidade para interpretar os enunciados expressos por “si” e pelo “outro”. Em uma abordagem naturalista, os sentidos parecem claros e a linguagem transparente, decorrentes da coerência interna do ser em relação à organização externa do mundo. Tanto quanto parece ser evidente que uma coisa/um ente inumano existe e é portador de certas características, os entes humanos também o parecem. Trata-se da evidência ideológica fundante das relações sociais: é claro que “eu sou eu”, “ele é ele” e “o mundo é o mundo” (PÊCHEUX, 2009).

Nos termos de Pêcheux (2009), como já afirmamos, a ilusão do sujeito como origem do sentido é necessária à própria produção do sujeito na linguagem. Em termos cognitivos, como é o caso de Lakoff e Johnson (1985), nossas estruturas conceituais são formadas pela prática exercida no/pelo mundo. Ao experienciá-lo, aprendemos e categorizamos de uma forma específica, associando determinadas características a determinados conceitos a partir de estruturas metafóricas construídas. Em sua grande maioria, não acessíveis aos sujeitos nos momentos de uso.

Dito isso, podemos entender que a linguagem se organiza, majoritariamente, para além da nossa consciência, sendo a sua materialização linguística uma das formas privilegiadas pela qual podemos avaliar o seu funcionamento. Aproximando ambas as teorias, a AD e o Realismo Experencial, mantém-se a ideia de que o todo da língua(em) é impossível aos sujeitos. Quando apreendemos o mundo, o apreendemos por regionalizações da/na linguagem, com as quais tomamos contato a partir das nossas experiências em sociedade. Para a primeira, a conformação do sujeito se dá na historicidade. Para a segunda, esse sujeito constrói experencialmente os seus sistemas conceituais através de categorizações e esquematizações. Apesar das diferenças relacionadas ao trato dos aspectos biológicos do ser,

⁹² Citação no original : « Effectivement, les énoncés ne *sont* pas moraux, et la langue ne connaît pas de marqueurs éthiques » (PAVEAU, 2013, p. 86).

pode-se dizer que a metáfora funciona como categoria fundante da linguagem e da produção de sentido para ambas.

Ainda de acordo com essa aproximação, afirmamos que, em toda e qualquer situação interativa, os sujeitos percebem o mundo através de imagens criadas pela organização regionalizada do pensamento da/na linguagem. Sendo assim, tanto quanto a metáfora, os estereótipos devem ser considerados como categoria determinante das construções semânticas que fazemos de nós mesmos, dos outros e do mundo. Pode-se entender, então, que os estereótipos são fundamentais à metaforização de si ou daquele de quem falamos a partir de determinados esquemas cognitivo-discursivos. Através deles associamos sentidos não-naturalizados aos interlocutores no intuito de individualizá-los como seres a quem se destinam as falas, adjetivados pelas relações de autoridade (imagens institucionalizadas) percebidas, seguindo o raciocínio de Pêcheux (2009). Nesse sentido, quando definimos alguém (ou algo) em uma dada situação, predicamo-lo pela forma como aprendemos a “vê-lo” através da sua associação a determinado significante, possível pelo nosso processo de regularização da/na memória humana (cognitivo-discursiva). No dizer de Pêcheux (2010c, p. 52. Grifos nossos):

Haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os *implícitos*, sob a forma de remissões, de retomadas e de *efeitos de paráfrase* (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos). Mas, sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a *memória*: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira [...]. O acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

A associação entre regularização, paráfrase, memória e acontecimento são fundamentais para a construção das imagens dos sujeitos em interação, as quais se constituem enquanto estereótipos (no sentido positivo, assim como a ideologia em Henry (1992) e o poder em Foucault (2004)). Seguindo esse raciocínio, os *estigmas*, as *imagens*, os *rótulos* (termos que podemos associar à estereotipia) são retomados nos processos de identificação produzidos pelas interações sociais em práticas discursivas específicas. Cada prática acontece pela retomada parafrástica, pela remissão explícita ou implícita, de imaginários constituídos anteriormente e atualizados na tensão entre o mesmo e o outro na memória dos coenunciadores. Ademais, a analogia entre memória, série matemática (aproximação parcial) e acontecimento discursivo parece se assemelhar às reflexões que realizamos a respeito dos

sistemas não-lineares. Cada acontecimento é absorvido ao recriar pela sua emergência a série de implícitos e paráfrases⁹³ que podem manter ou interromper a regularidade prévia, reconstruindo de forma contingente uma série sobre outra. O acontecimento em relação à memória, portanto, “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2010c, p. 52).

No caso da nossa pesquisa, entenderemos se tratar de um *estereótipo positivo* quando ele supõe o seu interlocutor numa “relação de igualdade”, autorizando a voz do outro e valorizando a sua imagem em decorrência da forma como o “eu” se identifica com o lugar do “outro”. Quando se trata de uma “relação de inferioridade”, isto é, da desautorização do “outro” em relação à imagem do próprio enunciador, entenderemos se tratar de um *estereótipo negativo*. Curiosamente, estamos realizando aqui um duplo processo metafórico: primeiro, o gerado por nós, como pesquisadores, pois associamos o termo positivo à valorização e o negativo à inferiorização; e, segundo, o dos sujeitos analisados, que são analisados pela forma como os seus ditos estão dispostos de acordo com o nosso dispositivo teórico.

Rego e Pinzani (2013), por exemplo, analisam os estereótipos acerca da pobreza no Brasil a partir da situação social das mulheres contempladas com o Programa Bolsa Família do Governo Federal brasileiro. Segundo os autores, o *rótulo* de membros perigosos e inúteis dado aos pobres no Brasil é responsável pela manutenção das estruturas de exclusão, não apenas através das condições materiais concretas da pobreza – ou seja, econômicas, mas também das simbólicas, na qual os pobres – ou excluídos, de forma geral – são responsabilizados e culpabilizados pela sua própria situação. A forma como os imaginários sociais veiculados reforçam ou atenuam o *status quo* é fundamental para a manutenção ou transformação da situação da pobreza no Brasil. Nesse sentido, os pobres vivem uma situação paradoxal: de um lado, são excluídos e humilhados pelo sistema econômico e jurídico do qual fazem parte; de outro, são “chamados” a se identificarem com o sistema que os exclui, sendo avaliados de acordo com o respeito às regras e às normas sociais que instituem a sua própria exclusão (REGO; PINZANI, 2013). A respeito da ausência de uma maior organização social em prol dos interesses dos pobres, os autores afirmam:

⁹³ No dizer de Pêcheux (2009, p. 165. Grifos do autor): “o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar da constituição do que chamamos *imaginário linguístico* (corpo verbal)”.

Uma das razões principais disso consiste na *interiorização da imagem negativa* que o resto da sociedade, ou sua parte mais poderosa do *ponto de vista ideológico*, constrói da *pobreza* e dos *pobres*. Negatividade que passa pela atribuição aos *indivíduos* da responsabilidade pela sua situação (como se eles tivessem *escolhido* ser pobres, nascer em uma família pobre, ou que não cuida deles) a uma espécie de racismo que os vê como indivíduos antropológicamente ou – em termos mais “modernos” – geneticamente diferentes do resto da população. No melhor dos casos, *a pobreza é estigmatizada como uma situação humilhante* que – quaisquer que sejam as suas causas – impõe silêncio e vergonha aos que nela se encontram. [...] A *privação de voz* equivale à falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam ou não querem ouvi-lo ou até não querem vê-lo, como se além do *silêncio* lhe fosse imposta a *invisibilidade* [...] (REGO; PINZANI, 2013, p. 35. Grifos nossos).

Desse excerto, interessa-nos destacar três questões inter-relacionadas, a saber: (I) a interiorização da imagem negativa acerca da pobreza e dos pobres; (II) a relação entre as escolhas dos indivíduos e a sua responsabilidade pela própria situação na qual se encontram; por último, (III) a relação entre voz, silêncio e invisibilidade. No que diz respeito ao primeiro, gostaríamos de retomar os argumentos que vimos defendendo até o presente momento. As imagens não são oriundas das estruturas naturais – inatas – dos indivíduos. Elas são interiorizadas, adquiridas na/pela linguagem pela forma como os sujeitos se relacionam em sociedade e aprendem a categorizar pessoas, grupos e coisas através das experiências vividas, sejam elas escolares, profissionais, familiares, etc.

Com relação à segunda questão, o imaginário hegemônico presente na sociedade brasileira incorre sobre uma perspectiva individualista de sociedade, típica dos sistemas político-econômicos liberais, que incutem nos indivíduos o imaginário de que são esses mesmos indivíduos os responsáveis pelos seus próprios méritos ou fracassos (pressuposto do sistema de meritocracia). Nesse sentido, independentemente das situações desiguais entre os indivíduos, eles são julgados pelo seu esforço para se incluir no sistema (de trabalho), sustentado pela ótica do trabalho produtivo (intelectual ou laboral) como impulsionador da lógica do sistema econômico (POCHMANN, 2003; 2004).

De acordo com Pochmann (2004), a marginalização social exclui os indivíduos das mais variadas formas de apropriação dos produtos sociais, dentre estes, o próprio conhecimento. No sentido contrário, a inclusão no sistema escolar de alguns grupos marginalizados economicamente não garante necessariamente a inclusão no sistema de produção, haja vista este se sustentar por uma lógica econômica, necessariamente, excludente. Essa lógica gera uma espécie de paradoxo entre inclusão e exclusão nas sociedades capitalistas: o da inclusão excludente.

No Brasil atual, a exclusão de parte da população brasileira do espaço escolar fundamenta a conformação de discursos como o da inclusão social. Dentre outros objetivos, esse discurso propõe a inclusão na escola para uma (possível) melhor inclusão no mercado. Sem a Escola, logo sem os conhecimentos técnicos, os indivíduos estariam desprovidos da capacidade técnica e das habilidades necessárias para a sua boa inclusão na sociedade de mercado, na qual o “ser” se associa ao “ter”, logo, o “ser cidadão” se associa à “capacidade de consumo” (POCHMANN, 2003; 2004). Assim, dispositivo fundamental de reprodução e difusão dos saberes nas sociedades ocidentais, tal instituição assumiu um papel de extrema importância na regulamentação, organização e legitimação dos imaginários sociais dominantes (ORLANDI, 2009).

Segundo Bauman (2008), quando nos remetemos à globalização, detemo-nos sobre uma *sociedade individualizada*, para a qual “a incompletude da identidade e a responsabilidade individual para a sua conclusão estão intimamente relacionadas a todos os outros aspectos da condição moderna” (BAUMAN, 2008, p. 183). E mais, “a ‘individualização’ consiste em transformar a ‘identidade’ humana de uma ‘coisa dada’ em uma ‘tarefa’ – e encarregar os atores com a responsabilidade de desempenhar essa tarefa e de arcar com as conseqüências [...] de seu desempenho” (BAUMAN, 2008, p.183). Em suma, “a modernidade substitui a *determinação* da posição social por uma *autodeterminação* compulsiva e obrigatória” (BAUMAN, 2008, p.184).

Destarte, na atualidade, o indivíduo se reforça como o “ser” transcendente, assemelhando-se, metonimicamente, à célula básica do corpo maior do sistema econômico, o qual parece assumir a lógica do *a priori* formal, pois as suas causas parecem ser imutáveis. Semelhante à determinação dos sujeitos pelas estruturas nos termos do estruturalismo⁹⁴, no qual o social se sobrepõe ao individual – típico de alguns modelos teóricos marxistas, aqui há a determinação paradoxal dos indivíduos pelas estruturas de uma sociedade que sobrepõe o indivíduo ao social – típico dos modelos teóricos liberais no período da *Globalização*.

A sociedade em geral tem se interessado pouco em refletir sobre os fundamentos organizacionais da própria sociedade, como a inclusão excludente necessária ao sistema produtivo, seja pelo *status* que se pode adquirir na hierarquia de trabalho (mão-de-obra braçal ou intelectual), seja pela ausência de possibilidades de adquirir o *status* mínimo (desemprego – necessário à manutenção dos baixos custos de produção). Há, portanto, uma associação

⁹⁴ Para uma análise comparada da perspectiva estruturalista nos diversos domínios da matemática, da biologia e da linguística, consultar Piaget (2003).

entre mérito ↔ responsabilidade do indivíduo ↔ escolha do indivíduo ↔ esforço produtivo ou improdutivo ↔ posição social inferior ou superior ↔ status social inferior ou superior. Nesse viés, a inclusão significa a adaptação às estruturas imutáveis do sistema econômico vigente, tidas como naturais. No que diz respeito às contradições simbólicas no âmbito da linguagem, Bourdieu (2013, p. 28. Grifos do autor. Tradução livre) sustenta que:

A visão do mundo social, e, muito especialmente, a *percepção dos outros*, da sua hexis corporal, da forma e do volume do corpo, e especialmente do seu rosto, e também da sua voz, da sua pronúncia e do seu vocabulário, se organiza, com efeito, segundo oposições interconectadas e parcialmente independentes das quais podemos ter ideia identificando os recursos expressivos arquivados e conservados na língua, especialmente no *sistema de pares de adjetivos* que os usuários da linguagem legítima empregam para classificar os outros e julgar suas qualidades e nos quais o termo que designa as propriedades imputadas aos dominantes representa sempre o valor positivo⁹⁵.

O excerto acima é clarificador no que concerne à relação entre linguagem, axiologia e sociedade. Para Bourdieu (2013), todos os aspectos da percepção dos outros, incluindo a forma como o “eu” valora o “outro” de acordo com a própria significação que este dá à sua existência social (no sentido de valor social atribuído a si mesmo - *hexis* corporal) e o modo como o “eu” atribui sentido ao corpo, ao rosto, à voz, à pronúncia e ao vocabulário deste “outro”, são definidos por uma espécie de paridade adjetiva que valora o “outro” negativamente sempre que este passa a ser simbolizado como oposição aos valores dos grupos sociais dominantes em uma dada sociedade. O poder de evidência (simbólico) surgiria, portanto, da internalização de valores dicotômicos que opõem os identificados como dominantes (não necessariamente possuem essa posição real no mundo, pois a posição é essencialmente imaginária e contraditória) àqueles posicionados como dominados (BOURDIEU, 2007).

Isso nos leva ao terceiro ponto, se a imagem não decorre da natureza dos indivíduos em si, pois interiorizada, tampouco está no objeto imaginado em si, o pobre e a pobreza. Estes são silenciados e invisibilizados pela forma como lhe cassam a voz. Sem voz, sem perspectiva do outro possível, há a dominância de um imaginário sobre o outro. O apagamento da voz do outro possibilita a sua dominação, pois tendendo ao mesmo, ao parafrástico, diminui-se a

⁹⁵ La vision du monde social, et, tout spécialement, la *perception des autres*, de leur hexis corporelle, de la forme et du volume de leur corps, et spécialement de leur visage, et aussi de leur voix, de leur prononciation et de leur vocabulaire, s’organise en effet selon des oppositions interconnectées et partiellement indépendantes dont on peut se faire une idée en recensant les ressources expressives déposées et conservées dans la langue, spécialement dans le *système des couples d’adjectifs* que les usagers du langage légitime emploient pour classer les autres et juger de leur qualité et dans lesquels le terme désignant les propriétés imputées aux dominants représentent toujours la valeur positive (BOURDIEU, 2013, p. 28).

possibilidade de ressignificá-lo, ou seja, de privilegiar a abertura do referente ao polissêmico, às imagens-outras possíveis, no sentido em que aponta Orlandi (2009).

O ser sem voz e invisível é, portanto, um ser tornado “mudo” e “sem visibilidade”, fruto de um processo social ativo, e não decorrente da natureza passiva de um indivíduo ou grupo, da constatação genética ou antropológica da sua inferioridade. Não há identidade, há identificação. Logo, estereotipia é estereotipação, decorrente dos processos materiais de construção do “eu” e do “outro” na/pela linguagem em cada sociedade (REGO; PINZANI, 2013, p. 35). Ainda segundo os autores:

O sofrimento social é naturalizado, ou remetendo-se à natureza individual (as características do indivíduo em questão o levam a ser pobre: ele é fraco, é uma criança, é um idoso, é doente, tem deficiências etc.), ou apelando-se para leis econômicas que são apresentadas como sendo leis naturais, imutáveis e independentes da ação humana. [...] Às vezes as causas sociais do sofrimento humano não são observáveis e identificáveis imediatamente. Elas podem encontrar-se num passado longínquo, a tal ponto que a questão da responsabilidade pelo sofrimento fica sem resposta. Ou podem estar profundamente enraizadas na estrutura de uma sociedade (como no caso da escravidão no Brasil). Nesses casos se pode afirmar que o sofrimento foi institucionalizado. Quem provoca não são já os indivíduos por meio dos seus atos, mas instituições (REGO; PINZANI, 2013, p. 44. Grifos nossos).

Asseveramos que não se trata de considerar o certo e o errado no âmbito do verdadeiro ou do falso. Ao se propor que “a raiz da pobreza é a preguiça”, por exemplo, ancora-se num sistema de verdades (e de crenças) que adquire coerência axiológica em uma dada perspectiva de mundo; a qual é ideológica, pois se constitui através da forma como os grupos sociais organizam, dispersam e hegemonomizam os seus imaginários sociais. Ela é real na medida em que é a forma pela qual determinados grupos constroem um real imaginado e experienciado como real, partindo das relações concretas de submissão e opressão de uma classe sobre a outra, bem como da dominância dos sentidos vinculados às classes mais abastadas, os quais se dispersam como tendencialmente hegemônicos.

Interessa-nos destacar que a valoração interpretativa (podendo ser *positiva* ou *negativa*) tanto ocorre por parâmetros sociais internalizados por aquele que “estereotipa”, na dependência das suas posições sociais, quanto por aquele que é “estereotipado”. Enunciar, portanto, significa também atualizar axiologias na memória discursiva em uma dada situação de enunciação, uma vez que a interpretação está sujeita à atribuição de valores sociais a cada imaginário na tensão entre a paráfrase e a polissemia, os quais incorrem sobre qualquer processo enunciativo.

Se considerarmos tal raciocínio nos termos de Pêcheux (2009), a verdade é fruto do trabalho dos sujeitos no/sobre o real necessário transformado em real pensado e construído como real necessário (efeito de evidência e naturalização dos sentidos). Para Maingueneau (2007), é a forma pela qual uma dada FD possibilita a identidade entre o sujeito e a forma enunciativa. Orlandi (2009) fala em aquisição da metalinguagem, a qual poderia explicar a seguinte imagem “pobre é preguiçoso”. Assim, se o enunciado “a raiz da pobreza é a preguiça” é real, ele não representa a realidade como o real-em-si. É como se fosse um real buscando se tornar o real pelo trabalho dado na/pela linguagem, no/pelos sujeitos e grupos sociais.

De acordo com Orlandi (2009), é preciso supor a relativa estabilidade da/na linguagem para que possamos significar. Se o sentido jamais é inteiramente o mesmo, tampouco ele é inteiramente novo. As condições de enunciação pressionam para o novo enquanto a forma do enunciado o liga ao passado. O sentido é sempre uma possibilidade, mas uma possibilidade dentro de condições que não são aleatórias. Segundo Maingueneau (2008), o *gênero discursivo* funciona como um inibidor dos possíveis semânticos, estabelecendo as imagens possíveis para os enunciadores e, por consequência, restringendo as possibilidades do *dizer* e do *fazer*, isto é, daquilo que irrompe, consciente ou inconscientemente, em relação constituinte com o que poderia ser o outro.

Do entrecruzamento entre essas considerações, pondo em relação o pensamento, conforme desenvolvido por Pêcheux (2009), a memória discursiva, como discutida em Courtine (1981), a competência discursiva, tal como sugerida por Maingueneau (2007), a paráfrase e a metalinguagem, nos sentidos apontados por Orlandi (2009), as axiologias metafóricas, nos termos de Lakoff e Johnson (1985), e os valores sociais tidos como positivos ou negativos, de acordo com Rego e Pinzani (2013) e Bourdieu (2013), consideramos interessante refletir sobre a internalização do discurso e, com ele, de axiologias no que concerne ao domínio de uma memória discursiva relativamente estável que os sujeitos possuem de determinadas marcas linguístico-discursivas (que se impõem ao cognitivo), tornando-os aptos a produzirem inúmeros enunciados a partir de uma mesma ou várias formações discursivas em um dado momento.

A identidade que cada sujeito possui de si mesmo e dos outros, bem como os gêneros discursivos, tendem a certa estabilidade que lhe possibilita o reconhecimento das posições que cada um deve exercer em uma dada situação, bem como dos dizeres que identificam a própria situação. Os conhecimentos adquiridos, certamente, possibilitam a eficiência no uso das informações, mas esses mesmos conhecimentos não estão arquivados/estocados na mente

como um reservatório hermético de informações. Eles são retomados frequentemente, pois a memória é discursiva (COURTINE, 1981), logo, aberta ao exterior, e as informações estão distribuídas e acumuladas em diversos instrumentos e ferramentas criados pelos seres humanos no processo histórico (AUROUX, 1998).

CAPÍTULO V – SUPERAR O SUJEITO CARTESIANO, RECUPERAR A COGNIÇÃO: ANÁLISE DO DISCURSO E COGNIÇÃO DISTRIBUÍDA

5.1 Não há interior sem interiorização: os fundamentos da cognição distribuída

*Um indivíduo isolado não saberia ser inteligente, não apenas porque sua inteligência necessitaria ser desenvolvida (o que é uma trivialidade), mas mais fundamentalmente porque ele não teria acesso à maquinaria da inteligência*⁹⁶.

Sylvain Auroux

De acordo com Paveau (2006), durante a década de 1990, as Ciências Cognitivas passaram por uma espécie de “reviravolta social”, a qual foi responsável por possibilitar a conformação de distintos modelos teóricos sociais da cognição, tais como a cognição situada, a partilhada e a distribuída, que incorporaram questões epistemológicas desenvolvidas no âmbito das Ciências Humanas. Em decorrência disso, as pesquisas cognitivistas começaram a levar, cada vez mais, em consideração a construção e transmissão das representações, saberes, crenças e informações entre agentes humanos e não humanos nas sociedades. Por conseguinte, segundo pensa a autora, não é mais possível que tais domínios sejam, honestamente, acusados de não terem incorporado aos seus modelos teórico-explicativos questões referentes à relação entre a cognição e o discurso (evidentemente, nenhum desses conceitos é transparente, sendo necessário, por parte dos investigadores, definir adequadamente os seus sentidos).

Nesse viés, é cada vez mais improvável que se possa considerar o pensamento humano como um processo individual, autônomo e preexistente à vida social humana (ao que parece, as pesquisas desenvolvidas por Katz, Fodor e pelos herdeiros do Gerativismo chomskyano no âmbito do minimalismo estão entre as poucas exceções notáveis (CHOMSKY, 2010)). Como aponta Flahault: “a vida em sociedade precede à emergência dos indivíduos” (2005, p. 25 *apud* PAVEAU, 2006, p. 12) e a “coexistência precede à existência de si” (2005, p. 60 *apud* PAVEAU, 2006, p. 12)⁹⁷.

⁹⁶ Citação no original : «Un individu isolé ne saurait être intelligent, non pas simplement que son intelligence manquerait à être développée (ce qui est une trivialité), mais plus fondamentalement parce qu’il n’aurait accès à la machinerie de l’intelligence » (AUROUX, 1998, p. 7).

⁹⁷ Citações em francês : « la vie en société précède l’émergence des individus » (2005, p. 25 *apud* PAVEAU, 2006, p. 12) ; « la coexistence précède l’existence de soi » (2005, p. 60 *apud* PAVEAU, 2006, p. 12).

Esses avanços no âmbito dos estudos da cognição, consoante Paveau (2006), tornam necessário que a AD se mobilize no sentido de incorporar tais resultados no desenvolvimento dos seus trabalhos, de forma semelhante ao que ela tem feito desde as últimas décadas do século XX ao revisar seus pressupostos teórico-metodológicos e ao abandonar os *corpora* ideológicos e fechados para passar a se deter sobre praticamente todos os tipos de discursos sociais.

Dito isso, a “reviravolta social e cultural” nos domínios da cognição social parecem ter aberto amplas possibilidades para se incorporarem aos estudos discursivos algumas questões referentes aos processos cognitivos, em especial, no que concerne às discussões acerca da memória. Logo, se as Ciências Cognitivas parecem ter percebido o quão necessário é revisar os seus pressupostos teóricos, evitando reducionismos que ponham as complexas relações sociais como meros fenômenos externos aos sujeitos, relegando os processos cognitivos à ordem do biológico, parece ser cada vez mais desejável que as abordagens discursivas possam tratar dos fenômenos psíquicos na constituição das subjetividades. Em geral, no que toca as abordagens discursivas, essa tarefa tem sido assumida pelos Estudos Críticos do Discurso (VAN DIJK, 2008), comumente definida como pertencente à tradição anglo-saxã da AD, e pela Linguística Textual de Adam (2008).

Segundo Paveau (2006), o termo cognição distribuída passou a ser utilizado por Hutchins ao avaliar o funcionamento humano em um *cockpit* de avião. Nessa situação, as informações se apresentam não apenas por uma espécie de cooperação e de colaboração entre os recursos cognitivos, mas pela sua distribuição, de modo que elas não estão armazenadas por completo em nenhuma das instâncias em interação. Isso significa que o processo de construção e de transmissão de informações é fruto da complexa relação que supera o mero reconhecimento dos saberes e das competências presentes no “cérebro” dos indivíduos e daqueles presentes no seu ambiente sociocultural. Para além deles, é preciso levar em consideração as ferramentas cognitivas presentes e utilizadas em uma dada situação interativa, englobando tanto os componentes humanos como os não-humanos. Entre essas ferramentas, podemos destacar, por exemplo, artefatos como o bloco de notas, local onde está armazenado um conjunto de informações que vão além da capacidade humana de memorização e que pode ser utilizado de acordo com as necessidades específicas do piloto no *cockpit* do avião.

Auroux (1998) propõe uma abordagem específica da cognição distribuída, definida como Empirismo Cognitivo, o qual partilha do pressuposto do externalismo cognitivo. Para ele, a hipótese de que existem estruturas cognitivas externas aos indivíduos é uma das

principais responsáveis pela superação do modelo explicativo racionalista no âmbito das Ciências Cognitivas.

Avaliando o desenvolvimento da linguagem humana em paralelo ao desenvolvimento da metalinguagem que institui o campo das Ciências da Linguagem, o autor sugere que o desenvolvimento dessas estruturas cognitivas externas foi potencializado pelo que intitula de “tecnologia intelectual da escrita”, a qual depende tanto do desenvolvimento de instrumentos externos como livros, bibliotecas, instrumentos de cálculo e de observação, como das estruturas sociais de produção e acumulação de conhecimentos, compostas por enciclopédias, sociedades do saber e redes culturais de produção e reprodução do saber. Nesse sentido, o autor aponta que: “o processo cognitivo depende da estruturação social da mesma forma que a produção de riquezas” (AUROUX, 1998, p. 6)⁹⁸. No seu dizer:

O homem é antes de tudo uma estrutura biológica (um corpo) que interage com um ambiente e outros corpos. O fenômeno fundamental é a constituição de ferramentas, o que implica a instrumentalização tanto ambiente como do próprio corpo. É bastante equivocado conceder demais à interioridade. É provável que a capacidade de calcular não tenha começado simplesmente na cabeça das pessoas e que ela não teria nascido sem a manipulação de objetos externos (seixos, ábacos, etc.)⁹⁹.

Desse modo, sua perspectiva externalista supõe o entendimento de que a inteligência se origina como um artifício e que as suas manifestações dependem de instrumentos externos. Isso implica considerar que a inteligência humana funciona através de uma espécie de organização do mundo, no qual os próprios homens preenchem apenas uma parcela. Cumpre-nos destacar, contudo, que tais pressupostos não representam a negação da capacidade humana para internalizar certos procedimentos, meio pelo qual podemos adquirir alguns sistemas simbólicos, como são os casos do cálculo mental e da própria língua. Para Auroux (1998), deve-se entender apenas que nem tudo está alocado na mente humana, embora ela possa armazenar muitas informações.

Assim, segundo o pesquisador, parte das estruturas cognitivas humanas estão distribuídas em diferentes tecnologias e dispositivos artificiais de produção e acumulação do saber, (re)utilizados nas interações cotidianas entre os sujeitos e o ambiente. Diferentemente

⁹⁸ Citação no original : « Le processus cognitif dépend de la structuration sociale tout comme en dépend la production des richesses » (AUROUX, 1998, p. 6).

⁹⁹ Citação no original : « L’homme est avant tout une structure biologique (un corps) qui interagit avec un environnement et d’autres corps. Le phénomène fondamental est la constitution d’outils, ce qui implique l’instrumentalisation autant de l’environnement que du corps propre. On a tort de trop concéder à l’intériorité. Il est vraisemblable que la capacité de calculer n’a pas commencé simplement dans la tête des gens et qu’elle ne serait pas née sans des manipulations d’objets externes (cailloux, abaque, etc.) » (AUROUX, 1998, p. 7).

das perspectivas substancialistas da linguagem, que se ancoram no pressuposto de que a linguagem seria herdada filogeneticamente pela espécie humana (ou seja, seria inata), a história das ideias linguísticas, com foco na análise dos mecanismos de padronização dos saberes linguísticos decorrentes da gramatização das sociedades, aponta para o fato de que as regras, assim como quaisquer outros conceitos nos sistemas simbólicos humanos, são adquiridas empiricamente.

O acúmulo de saberes em diferentes dispositivos artificiais possibilita que estes funcionem também como estruturas cognitivas, de modo que a cognição estaria distribuída nas relações que os sujeitos estabelecem entre si e com as ferramentas linguísticas em um dado ambiente social. Dessa ótica, gramáticas, dicionários e outras ferramentas modificam a própria ecologia da comunicação humana.

O fato de os sistemas simbólicos humanos possuírem estruturas próprias não subverte a possibilidade de se conjecturar sobre a linguagem como fruto de um processo histórico e social “adquirido/interiorizado” pelas experiências sociais dos indivíduos, que, sendo aptos a representar, são capazes também de pensar (historicamente). Isso significa que a singularidade do sujeito decorre seja das experiências sociais idiossincráticas dos mesmos, que lhe possibilitaram “adentrar” no mundo da linguagem, seja da não-repetitividade de cada situação de enunciação na qual é “chamado” a enunciar. A esse respeito Aurox (1998, p. 297. Grifos nossos) destaca:

Não há nenhuma razão para se pensar que a linguagem não nasce na instrumentalização do próprio corpo e do ambiente. Ainda que a *emergência* da linguagem humana suponha sistemas simbólicos possuindo estruturas próprias, nada impõe de pensar que devamos imaginar que a realização dessas estruturas depende de uma representação prévia na interioridade. *A possibilidade do pensamento simbólico provém mais provavelmente da capacidade de se representar essas estruturas*¹⁰⁰. *Não há interioridade sem interiorização. A tese última do externalismo é que o próprio pensamento é de essência histórica e empírica.*

Nesse sentido, um sujeito individuado (sujeito com tendências ao singular) não é o mesmo que sujeito individualizado (sujeito reduzido ao indivíduo). Essa não-determinação é fundamental para o entendimento de que a linguagem é histórica. Se o primeiro é uma posição

¹⁰⁰ Passagem no original : « Il n’y a aucune raison de penser que le langage ne naît pas dans l’instrumentalisation du corps propre et de l’environnement. Quand bien même l’émergence du langage humain suppose des systèmes symboliques possédant des structures propres, rien n’impose de penser qu’il faille imaginer que la réalisation de ces structures dépende d’une représentation préalable dans l’intériorité. *La possibilité de la pensée symbolique provient plus probablement de la capacité de se représenter ces structures. Il n’y a pas d’intériorité sans intériorisation. La thèse ultime de l’externalisme, c’est que l’esprit lui-même est d’essence historique et empirique* » (1998, p. 297. Grifos nossos).

emergente em uma dada situação de interação, tendo por funcionamento uma causalidade imanente à própria linguagem, o segundo se configura como o ser orgânico/biológico formado por parte das capacidades cognitivas oriundas da história evolutiva humana. Se a relação entre ambos nos parece indiscutível, a redução de um ao outro se apresenta como insustentável. Tendo isso por pressuposto, Auroux (1998) organiza a sua proposta teórica a partir dos seguintes fundamentos: i) as ferramentas linguísticas; ii) a subdeterminação gramatical; iii) a hipótese da história; iv) a conjectura sociológica.

5.2 Ferramentas linguísticas e subdeterminação gramatical

A hipótese das ferramentas linguísticas tem a vantagem de colocar a aparição das gramáticas e outras ferramentas linguísticas entre as grandes revoluções tecnológicas da humanidade¹⁰¹.

Sylvain Auroux

De acordo com Auroux (1998), a perspectiva externalista é irreconciliável com as hipóteses da “língua” e do “cálculo”. No que diz respeito à primeira, considera-se a possibilidade de existência de uma língua interna em todos os sujeitos que seja única e homogênea (como seria o caso da competência chomskyana). Isso significaria que a língua é composta por um conjunto de representações comuns/universais aos indivíduos. No tocante à segunda hipótese, Auroux (1998) sustenta que ela é definida como um conjunto consistente de axiomas que possibilitam descrever, explicar e engendrar as propriedades de todas as frases possíveis em uma dada língua, isto é, um conjunto de regras delimitadas capazes de prever o conjunto possível das frases bem-formadas de acordo com essa mesma língua (L_i).

Tais hipóteses funcionariam como a base de sustentação das abordagens que consideram possível que o conhecimento de uma representação coletiva em uma dada ocorrência linguística possa se efetuar pela competência linguística de apenas um indivíduo, da mesma forma em que fundamentam o vínculo existente entre uma representação coletiva e a hereditariedade biológica desse mesmo indivíduo.

¹⁰¹ Citação no original : « l’hypothèse des OL [outils linguistiques] a l’avantage de compter l’apparition des grammaires et autres outils linguistiques parmi les grandes révolutions technologiques de l’humanité (AUROUX, 1998, p. 266).

Curiosamente, a conformação histórica dos Estados Nacionais catalisou o aumento da manifestação empírica da “hipótese da língua”, haja vista que a unificação de extensos territórios e a pluralidade de povos sob as mesmas “bandeiras” foi um dos principais fatores para a generalização da comunicação, a introdução da escolaridade, a aparição das gramáticas normativas (com o fito de estabelecer os bons e os maus usos das línguas) e a criação dos dicionários vernáculos, que aumentaram significativamente o número de dispositivos artificiais capazes de funcionar como uma espécie de memória externa. Segundo o autor, esses dispositivos artificiais podem ser considerados instrumentos, os quais são definidos como “uma instância material que serve de mediação durante as atividades cognitivas entre o(s) sujeito(s) do conhecimento e seu (seus) objeto(s), conhecido(s) como uma realidade ou realidades do mundo” (AUROUX, 1998, p. 166)¹⁰². Retrabalhando essa perspectiva de instrumentalização da linguagem, Auroux (1998, p. 265) sustenta:

HIPÓTESE DAS FERRAMENTAS LINGÜÍSTICAS: Uma gramática, um dicionário, e os outros objetos desse tipo, tais como nós os encontramos, em particular, na sociedade ocidental, são objetos técnicos que prolongam o comportamento “natural” humano e o transformam de maneira análoga ao que produzem os objetos técnicos materiais comuns.

COROLÁRIO: As práticas languageiras observáveis não são as mesmas haja vista que em uma dada cultura existem ou não ferramentas linguísticas; elas variam igualmente em função da natureza dessa ferramentas.¹⁰³

Assim, se a proposta de subdeterminação gramatical defende que nenhum sistema de regras é capaz de engendrar todo o conjunto de enunciados emitidos pelos locutores de uma dada língua, as ferramentas linguísticas são compostas por instrumentos artificiais, tais como gramáticas e dicionários, que são capazes de modificar a própria organização da comunicação humana. Sendo as tendências homogeneizantes dos usos linguísticos decorrentes das ordenações políticas, históricas, geográficas, jurídicas e econômicas no âmbito da constituição dos Estados-nação, elas possibilitam o aumento extensional da semelhança entre as interações languageiras e as regras (históricas) que regem a boa formação das frases em uma dada língua

¹⁰² Citação original: “Un instrument est une instance matérielle qui sert de médiation lors des activité(s) cognitives entre le(s) sujet(s) connaissant et son (ses) objet(s), conçu(s) comme une (des) réalité(s) du monde (AUROUX, 1998, p. 166).

¹⁰³ Citação original: « HYPOTHÈSE DES OUTILS LINGUISTIQUES: Une grammaire, un dictionnaire, et les autres objets de ce type, tels qu'on les rencontre, en particulier, dans la société occidentale, sont des objets techniques qui prolongent le comportement « naturel » humain et le transforment de manière analogue à ce que produisent les objets techniques courants.

COROLLAIRE : Les pratiques langagières observables ne sont pas les mêmes selon que dans une culture donnée existent ou non des outils linguistiques ; elles varient également en fonction de la nature de ces outils » (AUROUX, 1998, p. 265).

(produto da unificação idealizada da língua pelos Estados nos pressupostos da homogeneidade e da unicidade).

Não obstante, o aumento das semelhanças entre as frases proferidas pelos falantes em uma dada “língua” (racionalização da comunicação) não significa que elas façam parte da essência dessa língua. Como esclarece Auroux (1998), Chomsky cometeu o erro de reduzir estruturas gerais a estruturas inatas¹⁰⁴. Em outras palavras, a existência de estruturas que possam ser utilizadas por todos os humanos não implica que elas estejam presentes nos seus genes e alocada nos seus cérebros. Outro erro comum do Gerativismo é confundir retrodição com predição. Por exemplo, o fato de ser possível “reconstituir” os percursos de uma palavra do português do século XXI em direção ao latim antigo não garante que o contrário seria possível, ou seja, reconstituir na época do latim antigo as possibilidades de se chegar a uma palavra do português atual. Retroagir nos possibilita, minimamente, reconstituir os eventos históricos (não-predizíveis) envolvidos no processo diacrônico de retomar a formação de uma dada palavra, pois dispomos de dados empíricos que possam nos ajudar nesse intento, o contrário não é verdadeiro, pois, caso estivéssemos na época do latim antigo, seria impossível prever os usos e percursos históricos desse léxico.

Essa dissimetria é decorrente da história e institui a impossibilidade de realizar um reducionismo funcional da língua em relação ao próprio sistema e às representações mentais inatas. Semelhante ao modo como a AD avalia a relação entre língua e história, a perspectiva de língua em Auroux (1998) aponta para o fato de que a língua (enquanto fenômeno empírico) não possui existência autônoma. Isso poderia explicar, por exemplo, porque uma máquina, por mais que consiga gerar infinitas frases bem-formadas de acordo com um dado sistema representacional (simbólico) artificial formado por um número restrito de regras/algoritmos/axiomas (como é o caso das línguas artificiais/computadores), não consegue pensar. Falta a ela um dos dispositivos exclusivos das línguas naturais: o imaginário.

Ao que parece, as atividades concretas dos usuários das línguas, sejam elas de produção ou emissão, raramente podem ser associadas a uma produção normativa típica de uma gramática, seja ela a tradicional ou mesmo a gramática chomskyana. Isso nos permitiria explicar com muito mais propriedade a existência das “invenções” nas línguas. Todos os dias, inúmeras frases ou léxicos são materializados subvertendo as variadas regras gramaticais de uma dada língua, no entanto, aquelas que serão incorporadas ou não ao léxico ou sintaxe dessa língua dependerão da autorização de ferramentas linguísticas tais como os dicionários e

¹⁰⁴ Essa mesma crítica é feita por Piaget a Chomsky nos debates de Royamont (PIATELLI-PALMARINI, 1979).

gramáticas. É por meio destas que uma dada variação do uso pode se transformar em regra ou ser excluída dos padrões da boa fala (AUROUX, 1998).

Isso nos levaria a um segundo deslocamento de dissimetria na língua. Assim como no caso da análise diacrônica de um determinado léxico, na qual retrodição e predição são mutuamente excludentes, a interpretação não parece ser um processo necessariamente reversível com relação à produção. No dia-a-dia, é possível que nos utilizemos de expressões das quais não temos certeza sobre a sua significação. Podemos tê-las aprendido em uma aula acadêmica, em um filme ou mesmo em uma interação corriqueira com algum amigo. Isso não nos impede de “memorizá-la globalmente” e, mesmo, de utilizá-la em outros contextos. Durante um período, ela poderá funcionar como uma espécie de “caixa preta”, haja vista que a incorporaremos sem ter certeza dos seus usos, até o momento em que sejamos ou corrigidos por alguém que “dominaria o bom-uso” do termo ou que passemos a analisá-la de acordo com as ferramentas linguísticas que regem a sua significação (dicionários) e o seu bom uso (gramáticas). Esse processo compõe o que Auroux (1998) chama de “controle social (consciente) das atividades languageiras humanas”. Segundo o autor:

Na medida em que a diversidade é o modo de existência das línguas humanas, a capacidade linguística dos homens é raramente observável do exterior e sem mediação. [...] As capacidades linguísticas próprias a uma dada língua podem constituir um observatório para uma outra língua. [...] Nas trocas languageiras os fatos da língua ocorrem de forma dispersa e desigual. Suas homogeneizações e reuniões – que necessitam sempre de tempo e de investimentos – se efetuam nas gramáticas e dicionários, que se tornam *ipso facto* observatórios (AUROUX, 1998, p. 168)¹⁰⁵.

Para nós, enquanto analistas do discurso, a produção de significados decorre da forma como os sujeitos emergem em uma dada posição discursiva (formação discursiva) para poder dizer e ser bem-interpretado. Essa (relativa) opacidade lexical, tal como trabalhada por Auroux (1998), parece sustentar a hipótese de Maingueneau (2007) acerca das competências discursivas, as quais seriam internalizadas pelos indivíduos por meio das suas vivências em sociedade e se manteriam semi-estáveis de acordo com as possibilidades de uso e interpretação de um dado léxico, expressão ou frase, os quais seriam entendidos como enunciados. No caso de Auroux (1998), essa opacidade diminuiria à medida que um dado

¹⁰⁵ Citação original: « Dans la mesure où la diversité est le mode d’existence des langues humaines, la capacité linguistique des hommes est rarement observable de l’extérieur et sans médiation. [...] Les capacités linguistiques propres à une langue donnée peuvent constituer un observatoire pour une autre langue. [...] Dans les échanges langagiers les faits de langue se donnent de façon dispersée et disparate. Leur homogénéisation et leur rassemblement – qui demandent toujours du temps et des investissements – s’effectuent dans les grammaires et les dictionnaires, qui deviennent *ipso facto* des observatoires » (AUROUX, 1998, p. 168).

sujeito conseguisse experimentar os usos enunciativos em uma dada prática linguageira, sem, contudo, jamais dominar as relações que o sustentam (hiper)linguisticamente.

O Empirismo Cognitivo parece avançar na teorização sobre as diversas ferramentas construídas socialmente para armazenar e distribuir conhecimentos sobre um dado objeto, nesse caso, sobre a própria língua. Paveau (2006) vai além e incorpora toda e qualquer produção humana no quadro das ferramentas cognitivo-discursivas, incluindo monumentos históricos, textos, cinema, ambientes virtuais, etc. Aproximando-se das discussões historiográficas que põem a relação entre memória e história no âmbito dos documentos-monumentos e dos lugares de memória, a investigadora segue em direção às pesquisas mais contemporâneas no campo da História. Nessa perspectiva, todo documento é monumento e toda prática humana é memória. Aproximando tal discussão da memória discursiva de Courtine (1981) e da metáfora enquanto fenômeno cognitivo-discursivo, a proposta da autora incorpora tanto o termo cognitivo quanto o discursivo às ferramentas linguísticas de Aroux (1998), passando a defini-las como ferramentas cognitivo-discursivas.

Llosa (2013), avaliando os fenômenos contemporâneos da espetacularização da vida social, produz uma curiosa análise da internet em nossos tempos. Ainda que não tenha sido a pretensão do autor, ele dá um relato coerente de como a internet poderia funcionar como uma ferramenta cognitiva nas sociedades virtualizadas de hoje. Para o literato, a necessidade de espetáculo seria a principal responsável pelo esvaziamento de sentidos dos diversos dispositivos artísticos humanos, tais como o cinema, a literatura, as artes plásticas, etc. O espetáculo é definido como a superficialidade da produção e da análise cultural contemporânea, a qual parece prescindir, cada vez mais, das habilidades técnicas necessárias à produção artística e da capacidade interpretativa e analítica especializada dos leitores e produtores. Nesse contexto, Llosa (2013) tece comentários críticos à internet enquanto ferramenta de leitura e de acumulação de conhecimentos, os quais são semelhantes à análise que temos feito aqui. Nas palavras do autor:

Não é verdade que a internet é apenas uma ferramenta. É um utensílio que passa a ser o prolongamento do nosso próprio corpo, de nosso próprio cérebro, que, também de maneira discreta, vai se adaptando pouco a pouco a esse novo sistema de informar-se e de pensar, renunciando devagar às funções que esse sistema desempenha por ele e, às vezes, melhor que ele. Não é uma metáfora poética dizer que a “inteligência artificial” que está a seu serviço suborna e sensualiza nossos órgãos pensantes, que, de maneira paulatina, vão se tornando dependentes dessas ferramentas e, por fim, seus escravos (LLOSA, 2013, p. 191).

Llosa (2013) não pretende discutir o pensamento na forma como o fazemos aqui. Sua abordagem liberal preza pela concepção do indivíduo e sua visão teórica se opõe às discussões estruturalistas e pós-estruturalistas presentes na tradição intelectual francesa a partir da década de 1960. Entretanto, sua análise demonstra com clareza a forma como a invenção de novos artefatos acaba por incidir sobre a própria organização cognitiva humana. Não se trata de uma ferramenta que é externa ao pensamento, mas de uma ferramenta que estende o próprio pensamento, tanto no sentido funcional como no sentido de base de acúmulo de dados.

Em consonância com Auroux (1998) e Paveau (2006), consideramos que todas as ferramentas humanas passam a funcionar como extensões cognitivas, sem as quais as próprias práticas históricas de transformação do meio social e (significado como) natural seriam modificadas. Em conformidade com Pêcheux (2009, p. 138), o homem se exerce enquanto posição na linguagem pela forma como organiza o próprio trabalho no mundo na/pela através da linguagem, de modo que pensar o “conceito de *Ideologia em geral* permite pensar o homem como ‘animal ideológico’, isto é, pensar sua especificidade enquanto *parte da natureza*”.

Auroux (1998) se aproxima da perspectiva institucional da linguagem, tal como discutida na AD, ao se aproximar da proposta de Guilhamou (1989). Do lado inverso, se a AD conseguiu avanços significativos a respeito da regulamentação e da estabilização dos sentidos na língua por meio da institucionalização social decorrente das relações de saber e poder em uma dada sociedade, entendemos que ela carece de uma teorização mais específica sobre a forma como diversos mecanismos artificiais (tais como livros, gramáticas, jornais, documentos de Estado, panfletos, vídeos, internet, entre outros) acabam por funcionar como instrumentos de acúmulo discursivo, tão necessários às práticas discursivas quanto os próprios seres humanos.

Essa categorização possibilitaria, portanto, dar maior concretude aos estudos desse campo, não apenas pela problematização de novos documentos e *corpora*, mas também pela atribuição de características cognitivas aos objetos inanimados. Dentre eles, as ferramentas linguísticas associadas ao que Auroux (1992) define por “revolução tecnológica da gramatização”, composta pelos estudos da linguagem e da língua e que acabaram se institucionalizando por meio de um saber metalinguístico que tinha por função normatizar a comunicação humana pelo estabelecimento de regras sintáticas e morfológicas, e, por consequência, dos padrões de “correto” e “errado”.

A hipótese das ferramentas linguísticas é um dos pilares da hipótese da subdeterminação gramatical de Auroux (1998), sendo aquela a forma pela qual se pode explicar a conformação instrumental dos grandes universos linguísticos. Para ele, o essencial das práticas humanas parece ser a tendência para que se busquem transformar e melhorar os mecanismos mais fundamentais e espontâneos da sua existência, de modo que a técnica passa a ser a própria essência da razão. Nessa acepção, não há que se temer a automatização da comunicação humana, ela é legítima e condizente com a característica culturalmente transformadora das nossas sociedades por meio da criação de novos instrumentos. Isso significa que a invenção de novos artefatos não põe a própria história em xeque. Antes, é parte constituinte dela.

5.3 Criatividade histórica e conjectura sociológica

Um racionalismo consistente não pode abolir a contingência da história e da interação social, pelos quais evoluem e se constroem as línguas reais¹⁰⁶.

Sylvain Auroux

Auroux (1998) defende que todos os sistemas linguísticos são subdeterminados gramaticalmente. Isso quer dizer que, segundo a sua perspectiva, não há nenhum sistema simbólico passível de dar conta de todas as produções languageiras em uma dada língua. Sendo as frases gramaticais abstrações produzidas institucionalmente por um saber metalinguístico com finalidade normativa, não é possível deduzi-las a partir daquelas realizadas em uma dada situação de troca languageira. Cotidianamente, são inúmeras as produções sintáticas, morfossintáticas ou morfológicas “defeituosas”, sendo que a maior parte delas acaba por ser enquadrada nos “barbarismos” definidos pelos padrões normativos da língua, frutos de um saber metalinguístico gramatizado responsável por “autorizar” os bons e os maus usos languageiros.

Se considerarmos que a “língua” é uma criação histórica, sujeita às variações de uso por grupos e pela temporalidade, nenhuma regra gramatical seria capaz de encerrar todas suas

¹⁰⁶ Citação no original : « un rationalisme consistant ne peut abolir la contingence de l’histoire et de l’interaction sociale, par quoi évoluent et se construisent les langues réelles » (AUROUX, 1998, p. 100).

possibilidades de uso a *prioristicamente*. Nada no âmbito da linguagem parece impedir que todos os elementos linguísticos sejam provenientes, em última instância, de uma criação contingente. A criatividade, portanto, não estaria alocada na “natureza” do ser, mas na própria história, que tornaria possível os usos da linguagem pelos diferentes sujeitos (incluindo aqueles usos que possam ser considerados “incorretos”) e as estabilizações possíveis que, por ventura, venham a se tornar normas através do saber gramatical. Um ato do discurso, qualquer que seja, só é passível de ser interpretado, de obter eficiência comunicativa, quando avaliado no interior de uma sequência histórica totalmente contingente. O que significa que é a história/a temporalidade a instância criativa, e não os sujeitos em si (AUROUX, 1998).

Assim, Auroux (1998) defende duas hipóteses importantes para a sua perspectiva externalista, a *hipótese da história*, a qual supõe que a temporalidade é criativa, e a *conjectura sociológica*, a qual defende que os processos cognitivos não estão presentes nos indivíduos em si, mas nas interações existentes entre eles. Se somarmos as diferentes hipóteses aventadas pelo autor, quais sejam, as ferramentas linguísticas, a subdeterminação gramatical, a hipótese da história e a conjectura sociológica, podemos chegar à máxima que Auroux (1998, p. 112) define da seguinte forma:

Qualquer que seja a gramática que você construa para explicar as produções de um grupo de sujeitos, admitindo que você possa verificar o maior grau de adequação desejado entre os *outputs* da sua gramática e os fenômenos, então se produzirá em dado momento fenômenos para os quais ela será inadequada, sem que com isso seja impossível de encontrar uma outra gramática adequada ao mesmo grau concernente a esses fenômenos¹⁰⁷.

Isso não impede, no entanto, a possibilidade de uso do cálculo nas representações linguísticas, o que nos leva a duas conclusões importantes: primeira, o fato de se negar uma visão que coloque a criatividade no âmbito da recursividade linguística linear, como uma espécie de sistema lógico inato, não impede que os seres humanos sejam capazes de internalizarem raciocínios lógico-matemáticos para resolverem determinados problemas. Isso demonstra apenas que o cálculo não é inato, mas que pode ser internalizado como sistema simbólico, assim como é o caso da própria língua(gem). Curiosamente, sendo os algoritmos uma espécie de instrumento técnico (hipótese das ferramentas linguísticas), eles podem

¹⁰⁷ Citação em francês : « Quelle que soit la grammaire que vous construisez pour expliquer les productions d'un groupe de sujets, en admettant que vous puissiez vérifier le plus grand degré d'adéquation voulu entre les *outputs* de votre grammaire et les phénomènes, alors il se produira à un moment donné des phénomènes pour lesquels elle sera inadéquate, sans que pour autant il soit impossible de trouver une autre grammaire adéquate au même degré concernant ces phénomènes » (AUROUX, 1998, p. 112-113. Tradução nossa).

abandonar, em parte, a sua “natureza mental”, pois seriam artefatos humanos criados na/pela linguagem e institucionalizadas pelos diversos grupos do saber; segunda, desconsiderar que os modelos lógico-matemáticos possam dar conta da totalidade do funcionamento da linguagem, avaliada sob a perspectiva de regras, axiomas e algoritmos finitos que tornam possível a infinidade de produções, não implica que a Linguística deva abandonar as tentativas de formalização da linguagem por meio de modelos automatizados, apenas que esses modelos formais não podem ser reduzidos à forma da própria linguagem. Como destaca Auroux (1998), toda tentativa exitosa de formalização da linguagem é um avanço para o campo das Ciências da Linguagem, mas levar em consideração essa não-redução dos processos formais da Ciência ao funcionamento da linguagem nos possibilita abandonar uma série de raciocínios metafísicos, os quais podem mais atrapalhar do que ajudar.

Ao contrário do que postulam os racionalistas, as atividades de cálculo nas línguas naturais desempenham o oposto à criatividade humana. Elas não são, portanto, as responsáveis pela inovação das “formas”, mas, sim, pela manutenção delas, por aquilo que se fixa, se estabiliza e se convencionam. Mesmo que as convenções possibilitem que os enunciados proferidos possam prescindir de uma “certa dose” de passado. Em vez de postular a existência de regras homogêneas presentes em todos os falantes de uma dada língua, seria mais produtivo enveredar pela construção de modelos interativos que possam se deter sobre as diferentes competências dos sujeitos, haja vista que eles possuem histórias de vida diferentes. Cada sujeito, portanto, está submetido a uma espécie de confrontação com o tempo, de modo que está apto a desenvolver novas competências, a “apreender” novas regras e a se utilizar de novas estruturas linguísticas. Cada ato do discurso só pode ser compreendido, em última instância, a partir do seu enquadramento em uma sequência linguística historicamente materializada, logo, completamente contingente (AUROUX, 1998). Esse raciocínio é coerente com o de Orlandi (2009, p. 9) quando a pesquisadora afirma:

Para alguns, o já-dito é fechamento de mundo. Porque estabelece, delimita, imobiliza. No entanto, também se pode pensar que aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E *a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece.*

Nessa acepção, a história é a fonte das ambiguidades e permanências. Auroux (1998) vai ainda mais longe ao afirmar que, em uma perspectiva de longo prazo, toda e qualquer análise racionalista terminará por ceder a uma abordagem empirista, a qual leva em consideração a contingência histórica e as interações sociais, responsáveis por possibilitar a

construção das línguas reais. Sendo estas compostas por um conjunto indefinido de emissões linguísticas geradas pela interação de um conjunto de sujeitos (não-descritível por uma abordagem estritamente extensional) “aptos” a se comunicarem com um grau considerado de intercompreensão, embora jamais possa ser absoluto.

Se a criatividade não se reduz ao indivíduo, podemos afirmar, então, que a própria cognição não o faz. Isso nos levaria a uma releitura radical do conceito, que, por vezes, é reduzida às capacidades inatas dos seres humanos. A instrumentalização do mundo pelos humanos só é tornada possível pela própria relação que os sujeitos estabelecem com ele. Isso quer dizer que seria impossível, por exemplo, contar se não tivéssemos as coisas a serem contadas. É da relação que se estabelece entre os sujeitos entre si com o ambiente no qual eles interagem que emerge, se difunde e se interioriza o próprio conhecimento. Não haveria conhecimento se não houvesse o mundo a ser conhecido, categorizado e organizado, etc.

5.4 A linguagem humana como sistema real, simbólico e imaginário

*A linguagem pertence irredutivelmente à ordem das realidades; Ela é qualquer coisa que se passa entre o meu corpo, outros corpos e o mundo*¹⁰⁸.

Sylvain Auroux

Segundo Auroux (1998), nas *Investigações filosóficas*, Wittgenstein (1999) desenvolve dois argumentos no intuito de demonstrar as dificuldades em se comprovar que um sujeito segue uma dada regra ao agir. O primeiro deles aponta: tomemos uma dada regra R e o comportamento de um dado sujeito que age em consonância com essa regra. Em última instância, não será possível considerar que esse sujeito se comportou desse modo por ter seguido tal regra. Segundo Wittgenstein (1999)¹⁰⁹, é possível demonstrar que existem várias outras regras que dariam conta do mesmo comportamento desse sujeito, o que significa que um mesmo comportamento (entre eles, o linguístico) pode estar de acordo com um conjunto

¹⁰⁸ Citação no original : « Le langage appartient irréductiblement à l'ordre des **réalités**; il est quelque chose qui se passe entre mon corps, d'autres corps et le monde » (AUROUX, 1998, p. 294).

¹⁰⁹ Sobre os contributos da filosofia de Wittgenstein para a AD, Pêcheux (2008, p. 49) destaca: “eu sublinharia o extremo interesse de uma aproximação, teórica e de procedimentos, entre as práticas de ‘análise da linguagem ordinária’ (na perspectiva anti-positivista de Wittgenstein) e as práticas de ‘leitura’ de arranjos discursivo-textuais (oriundas das abordagens estruturais)”.

indefinido de regras, o que nos impediria de demonstrar qual delas seria aquela que, de fato, orienta esse sujeito na sua ação (AUROUX, 1998).

O segundo argumento seria uma espécie de versão introspectiva desse primeiro paradoxo. Digamos que um dado sujeito defina uma dada regra para produzir algo, tendo-se em conta que ele se utilizou dessa regra para produzir esse “algo”, não é possível saber se a regra formulada por esse mesmo sujeito nessa ação é a causa do seu próprio comportamento. Consoante Auroux (1998), Kripke (1982) se utilizou desse raciocínio de Wittgenstein (1999) para sustentar a impossibilidade de existência de uma linguagem privada, embora, segundo pensa, Wittgenstein (1999) tenha desenvolvido esses raciocínios no intuito de demonstrar o “hiato” incontornável entre a representação consciente que os sujeitos podem ter de uma dada regra e o processo causal existente na mente desses mesmos sujeitos no momento em que eles manifestam um dado comportamento.

Almejando desconstruir a versão introspectiva do argumento desenvolvido por Wittgenstein (1999), Auroux (1998) sustenta que os processos causais ocorrem de modo inconsciente, ainda que eles possam ser idênticos à regra tal como os sujeitos a definem conscientemente. Esse raciocínio vai de encontro àquele desenvolvido pelas perspectivas cognitivas substancialistas, haja vista que, tal como foi apontado no primeiro argumento, tais regras conscientes não podem, em última instância, definir de forma unívoca um dado processo causal. O raciocínio desenvolvido por Wittgenstein (1999) parece estar de acordo com o paradigma conexionista¹¹⁰ da cognição, o qual defende que as regras explícitas são passíveis (talvez) de apresentar uma representação geral de um dado processo, apesar de isso não significar que elas tenham um lugar no próprio mecanismo causal desse processo.

Dito isso, voltamos à questão do dualismo cartesiano, segundo o qual há uma descontinuidade entre a interioridade (*res cogitans*) e o real material (*res extensa*) (DUTRA,

¹¹⁰ Varela, Thompson e Rosch (2003) deram grandes contribuições a esse campo da Neurociência. Pautando-se, sobretudo, na relação entre cérebro, experiência e emergência, os autores desenvolvem uma abordagem diferente da chomskyana, postulando a inexistência de um *self* e a distribuição das características da linguagem nas relações totais do cérebro, e não pela modulação de subsistemas. Segundo os autores: “O insight central dessa orientação não-objetivista é a ideia de que o conhecimento é resultado de uma interpretação contínua que emerge de nossas capacidades de compreensão. Essas capacidades estão enraizadas nas estruturas de nossa incorporação biológica, mas são vividas e experienciadas em um domínio de ação consensual e de história cultural” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 157). Nesse sentido, “a **inteligência** deixa de ser a capacidade de resolver um problema e passa a ser a capacidade de entrar em um mundo de significados compartilhado” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 210 – 211. Grifos dos autores). Seguindo os parâmetros da Fenomenologia, os pesquisadores também incorporam a questão do eu-outro como constitutiva dos sujeitos, afirmando que: “A abordagem atenta e aberta da experiência mostra que a cada momento esse chamado *self* somente ocorre em relação ao outro. Pelo fato do *self* ser sempre co-dependente do outro, mesmo no nível geral que estamos agora discutindo, a força do interesse pessoal está sempre dirigida a outro na mesma proporção que é dirigida ao próprio *self*” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 249).

2013). Para Aurox (1998), não se pode negar que haja uma espécie de interioridade à qual apenas o próprio sujeito tenha acesso, como nos leva a crer a “mentira” enquanto fenômeno de linguagem. No entanto, isso não implica, e não há perspectiva substancialista que possa comprová-la em última instância, que haja descontinuidade entre esse “interno” e esse “externo”, menos ainda que os fenômenos internos, aqueles decorrentes dos processos mentais, sejam imateriais. Consoante Aurox (1998), a questão fundamental a ser feita não é sobre a existência ou não dos conhecimentos e da linguagem em si (em oposição às representações subjetivas dos processos mentais), mas o que possibilita a ilusão que as faz parecerem como instâncias em si, apartadas do “eu” que conhece¹¹¹.

A resposta do autor é bastante interessante e parece corroborar a perspectiva desenvolvida por Lakoff e Johnson (1985) quando tratam do funcionamento da metáfora no estabelecimento das categorias ontológicas e como reguladora das próprias estruturas do nosso pensamento, “através” do qual imaginamos estar definindo o mundo em si e suas diversas categorias, tais como grupos sociais, valores morais e éticos, positividade e negatividade desses valores, conceitos científicos, etc. Segundo Aurox (1998), a ilusão da existência de um “mundo dos conhecimentos e da linguagem” dessubjetivado decorre da nossa capacidade de tornar os sentidos “substâncias”. Dando-lhes materialidade, imaginamos atribuir-lhes também descrições discretas que parecem torná-los realidades apartadas do processo que os delimita como categorias.

Desconstruindo a abordagem representacional clássica, segundo a qual a linguagem externa representa o signo nos estados internos, Aurox (1998) defende que o ponto de partida deve ser sempre a exterioridade do próprio signo. Nesse viés, os comportamentos humanos podem ser instrumentalizados em signos pelo modo como estes se separam da realidade física na/através da/pela qual emergem. Isto é, o sentido existe pela capacidade que os signos possuem de, a um só tempo, serem partes do mundo, pois são materiais, e se destacarem da causalidade física (opaca) que lhes possibilita surgir. É desse destacamento das relações causais (as quais, como demonstra Wittgenstein (1999), não podem ser definidas em si) de sua emergência enquanto forma produtora de sentido que o signo pode produzir tanto a ritualização do comportamento simbólico quanto garantir a sua não-fixidez em nenhum lugar do mundo. Isso nos leva a concluir que qualquer que seja o fragmento linguístico, ele é

¹¹¹ Sobre a irredutibilidade da ontologia de primeira pessoa e a relação entre os intervalos cognitivos e a ilusão de livre-arbítrio no cérebro, consultar Searle (2007).

constitutiva e ontologicamente passível de se tornar outra coisa, de modo que a sua existência não se apresenta por um processo causal único e descritível.

Dito isso, a tese externalista de Auroux (1998) defende que a linguagem é um sistema composto por três características fundamentais: o Real, o Simbólico e o Imaginário¹¹². Entendendo-se que existe apenas um mundo (hipótese do reducionismo ontológico), isto é, que a linguagem pertence à ordem das realidades do próprio mundo ao se apresentar como realidade material desse mesmo mundo (isso se opõe à perspectiva cartesiana, para a qual a mente seria imaterial), e que ela é possível pela relação existente entre o corpo humano e o mundo, a linguagem é *Real*. No entanto, não se pode dizer que a linguagem faça parte do mundo como o faz um livro, uma cadeira ou qualquer outro objeto que possua materialidade física discreta decorrente do seu arranjo físico-químico ou mesmo bio-físico-químico (para o caso do corpo humano ou de outros animais). Embora não se configure como uma substância que, não sendo reduzida à realidade material, possa somar algo a mais ao real, ela possui uma ordem diferente. Podemos dizer, então, que a linguagem se apresenta como uma realidade com uma nova ordem de funcionalidades (AUROUX, 1998).

Fora dela, como explica Auroux (1998), não existem categorias como afixos, conjugações, declinações ou complementações, como pensavam os gramáticos racionalistas de Port-Royal (os quais influenciaram a perspectiva chomskyana). A linguagem define as categorias componentes da própria linguagem. Há, portanto, uma relação de circularidade nessa ordem, ponto de partida e de chegada para que possamos fazê-la funcionar como sistema composto por categorias representáveis. São essas categorias próprias da Linguística que demonstram a originalidade desse novo sistema ancorado em uma nova ordem, a do *Simbólico*. Auroux (1998, p. 295. Grifos nossos) exemplifica de forma curiosa o funcionamento simbólico da linguagem:

Eu posso escrever “A é signo de B”. Isso não é tão claro, pois B também é um signo, visto que eu o escrevi. Evidentemente, eu posso dizer que eu escrevi B para Pierre, que está sentado na minha frente. Mas, de uma parte, “Pierre” também é um signo e, de outra parte, aquilo que eu escrevi é que o signo de Pierre não é nem “Pierre”, nem B, mas A. Aquilo que eu escrevi tem por objetivo me representar como um signo que funciona como um signo; eu utilizei a linguagem para me representar e é isto

¹¹² Essa trilogia é oriunda dos estudos da psicanálise lacaniana. Segundo Elia (2007, p. 57. Grifos nossos): “O desejo, assim como o sujeito, é RSI: *real* no plano de sua causa, *simbólico* em sua articulação e *imaginário* em suas vias de realização, na medida em que ele se realiza sempre na direção dos objetos delimitados que constituem a realidade do sujeito, e que são regidos pela trama de sua fantasia [...]”. Para uma visão introdutória, consultar Elia (2007) e Zizek (2010).

que introduz a *circularidade*. O que eu queria dizer é que um símbolo só é um símbolo se ele é ligado a qualquer coisa que lhe é *exterior*¹¹³.

Em concordância com Auroux (1998), Pêcheux (2009) sustenta a inexistência de uma “interioridade subjetiva da ‘consciência’”, haja vista que existe uma espécie de “lei de disjunção” entre as diferentes regiões do pensamento. Não existe o pensamento em si, mas o pensável. Se o mundo existe sem o pensamento, o pensamento, certamente, não existe sem o mundo, afirma o autor. Este é determinado por uma espécie de “lei de exterioridade distribuída”, relacionada com a “exterioridade global do real”, contraditória pela forma como as próprias sociedades se organizam histórica e materialmente. Se a história não é uma, transparente e homogênea, tampouco esse é o caso do pensamento¹¹⁴, cujo funcionamento das suas “leis internas” remete não a si mesmo, mas à própria exterioridade que o determina.

O discurso também é do nível das realidades, como qualquer outra no mundo, mas possui outra ordem. Ele é Real, pois é material, capaz de transformar transformando-se, mas é também *Simbólico*, passível de ser representado como unidade discreta produtora de sentido. Assim, para ambos os autores, a linguagem humana é Real, pois funciona como um processo material de organização do mundo simbólico humano, sem que, com isso, possa se supor que ela se define como outra substância, apartada das práticas que tornam possível o próprio pensar. Se ela é representável pelos sujeitos, como sustenta Pêcheux (2009), é porque os processos causais de uma dada ação ou comportamento são, em última instância, inacessíveis aos sujeitos. Como vimos com os dois argumentos desenvolvidos por Wittgenstein (1999), não é possível determinar que o sujeito siga uma dada regra por uma relação causal simples e transparente, a qual seria passível de ser determinada tanto pelo sujeito quanto pelo pesquisador. Para cada comportamento, um conjunto de regras possíveis é adequado para descrevê-lo.

¹¹³ Citação em francês: « Je puis écrire « A est signe de B ». Ce n'est pas très clair, car B aussi est un signe, puisque je l'écris. Évidemment, je puis dire que j'ai écrit B, pour Pierre qui est assis en face de moi. Mais, d'une part, « Pierre » aussi est un signe et, d'autre part, ce que j'ai écrit c'est que le signe de Pierre ce n'est ni « Pierre », ni B, mais A. Ce que j'ai écrit a pour but de me représenter comment un signe fonctionne comme signe ; j'ai utilisé le langage pour me le représenter et c'est ce qui introduit la circularité. Ce que je voulais dire, c'est qu'un symbole n'est un signe que s'il est lié à quelque chose qui lui est extérieur » (AUROUX, 1998, p. 295).

¹¹⁴ O real do mundo em relação ao pensamento humano está posto da seguinte forma em Althusser (1978c, p. 155. Grifos do autor): “Se o processo de conhecimento não transforma o objeto real, mas somente sua intuição em conceitos, depois concreto-de-pensamento, e se todo esse processo se passa, como repisa Marx, “*no pensamento*”, e não no objeto real, é portanto em função do objeto real, e para conhecê-lo, que o “pensamento” trabalha sobre *uma outra matéria* que não é o objeto real. Ele trabalha sobre as formas transitórias que o designam no processo de transformação, para produzir finalmente seu conceito: o concreto-de-pensamento”.

Ademais, o que torna o símbolo um signo é a sua necessidade de apontar para o exterior de si mesmo. No caso de Pêcheux (2009), esse exterior é marcadamente o âmbito da história, fruto das relações imaginárias do homem com o Real percebido. Se o discurso (como instância semiótica) fosse explicável por uma relação hermética consigo mesmo, ele seria apenas um símbolo, capaz de representação e de ser representável pelos sujeitos, mas incapaz de “criatividade histórica”, de elasticidade que pudesse torná-lo algo que não a si mesmo, tal como um comportamento, um movimento, um som, uma imagem, etc (AUROUX, 1998). É da sua essência a abertura ao outro, de modo que não há como definir até onde ocorre a fronteira do mesmo e a do outro.

Como afirma Pêcheux (2009), a língua possui uma ordem própria com relação à história, embora não seja independente dela. Utilizando-nos do raciocínio foucaultiano, a linguagem é atravessada pela história, ao mesmo tempo em que a história é atravessada pela linguagem. Um enunciado emerge nessa interface, através da qual se estipula as possibilidades do dizer por meio de regras institucionalizadas chamadas formações discursivas. Tais regras, inacessíveis em sua essência, são “convencionadas” e “substancializadas” por meio da própria linguagem, que as cria e através das quais é criada.

Assim, a AD também se pauta na circularidade da ordem do simbólico, uma circularidade que nunca consegue se fechar em um processo causal único, pois aberta à exterioridade, ao Imaginário, ao âmbito da prática, aspecto dinâmico das relações que os sujeitos desenvolvem em sociedade. É nesse sentido que discutimos a metalinguagem em Orlandi (2009). As categorias da linguagem são criadas pela própria linguagem e não há nenhuma produção de sentidos que não seja decorrente de um efeito da própria linguagem. É da idiossincrasia desse sistema simbólico chamado linguagem humana que se torna possível que um componente seu, como é o caso do próprio signo, possa ser tomado com uma substância em si, pois, para que funcione como tal, ele deve se apartar da realidade da qual emerge, passando a circular enquanto forma ritualizada de produção de sentido que se equilibra entre o parafrástico, decorrente da sua institucionalização, e o polissêmico, decorrente das novas condições em que é chamado a dizer.

A circularidade e a exterioridade funcionam, portanto, como os princípios fundantes da relação que estabelecemos entre a perspectiva de pensamento na AD e a abordagem cognitivista do externalismo, a saber, a *exterioridade distribuída*. Nesse sentido, entendemos que há uma proximidade entre o “sujeito descentrado” da AD, tal como apresentado por Pêcheux (2009), e a perspectiva do Empirismo Cognitivo de Aurox (1998), como podemos ver na citação a seguir:

[...] o “*pensamento*” não tem, em absoluto, a homogeneidade, a continuidade conexas, a transparência – em suma, a interioridade subjetiva da “consciência” – que, sem trégua, todas as variedades do idealismo lhe atribuíram: na verdade, o pensamento só existe sob a forma de *regiões de pensamento*, disjuntas e submetidas entre si a uma lei de *exterioridade distribuída*, que está relacionada com a *exterioridade global do real* em relação ao “pensamento”; mais precisamente, é nessa lei de disjunção, de exterioridade contraditória imanente aos modos histórico-materiais de existência do “pensamento” que se exprime a dependência global deste em relação a uma *exterioridade* que o determina. Portanto, leis “internas”, cujo funcionamento remete a um exterior (PÊCHEUX, 2009, p. 234. Grifos nossos)

Podemos ainda nos perguntar: distribuída onde? Se, por um lado, a AD trabalhou exaustivamente a institucionalização da linguagem por meio dos grupos que regulamentam os dizeres, Auroux (1998) avançou nesse aspecto, ao incluir, para além das instituições e sociedades do saber, os diversos artefatos criados como forma de “memória artificial”, através dos quais conseguimos estocar e armazenar informações e pelos quais conseguimos ter acesso a produções sociais do conhecimento passíveis de uso. Não conseguiríamos ter acesso a grande parte das informações sem eles, bem como não dispomos de capacidade de memorização suficiente para armazenar o que está distribuído nessa memória externalizada.

Isso significa, portanto, que a AD não nega a existência da capacidade de aprendizagem dos sujeitos. Fosse esse o caso, não seria possível a comunicação humana. A nossa capacidade de representar nos/atraves dos sistemas simbólicos supõe a existência de algum grau de aprendizagem, embora esta não se restrinja à acumulação e estocagem de conhecimentos. Nesse aspecto, Auroux (1998) possibilita alguns avanços marcantes no âmbito de uma teoria discursiva, pois sustenta que a linguagem humana, bem como a sua história, não estão distribuídas apenas nos humanos, mas também em instrumentos não-humanos. Esse sistema RSI é o que garante que haja uma língua natural, em oposição às línguas artificiais.

Tomemos, novamente, o caso dos computadores. Eles possuem categorias simbólicas discretas que admitem a manutenção de certos padrões de organização internos e coerentes no enunciado produzido. No entanto, a diferença da linguagem computacional para a linguagem humana reside no fato de esta ser produzida por uma relação com o seu exterior, isto é, com o mundo. A linguagem artificial, ao contrário, tende à fixidez da recursividade às mesmas regras/axiomas/algoritmos de base, não adquirindo variação por ser um sistema hermético e incapaz de ser alimentado por *inputs* que já não estejam previstos de antemão para a conformação dos seus enunciados.

Em suma, tanto para a AD quanto para o Empirismo Cognitivo, a linguagem humana, além de instância simbólica e real, é também partilhada, isto é, imaginária. O

Imaginário emerge da relação entre os diferentes sujeitos e o mundo, tornando-os aptos a partilhar sistemas simbólicos não-absolutamente interpretáveis, capazes de conformar realidades como a do pensamento. Se a linguagem computacional é real e simbólica, no entanto, ela não é imaginária (AUROUX, 1998).

O sentido não surge, portanto, de uma representação fruto de relações causais e herméticas, na relação de si consigo mesmo. É da externalidade que surge a possibilidade de interpretá-lo. A mera composição (hipótese da composicionalidade fregeana) de formas mais complexas por unidades discretas mínimas não garante a produção semântica. O elemento linguístico, além de ser um símbolo, é um signo, o que significa que ele deve ser signo de qualquer coisa que não é ele mesmo. Essa “coisa” é o que o obriga a apontar para o seu exterior para que possa adquirir sentido (capacidade autonímica do signo). Apartados do Imaginário, o Real e o Simbólico se tornam fadados à fixidez, à mesmice, logo, à não-criatividade. A recursividade linear, diferentemente do que aponta Chomsky (2010), não é a matriz da criatividade, mas a impossibilidade desta, pois fadada à fixidez das formações previstas *a priori* (AUROUX, 1998). Como nos ensina Auroux (1998), qualquer tentativa de descrever a competência languageira dos homens desconsiderando uma dessas três instâncias estará fadada ao fracasso.

CAPÍTULO VI: O PENSAMENTO INATINGÍVEL

6.1 A metáfora como elo possível entre discurso e cognição

A metáfora não é localizável, como a poesia: como para a poesia, pode-se defender que a ideia de que ela não existe, se está em toda parte na produção de sentido. A metáfora também merece que se lute por ela.

Françoise Gadet e Michel Pêcheux

Avançar nos estudos da linguagem ordinária foi um grande passo na tentativa de se entender o ser humano em sua complexidade, ou seja, nas suas relações reais, envolvidas por diferentes influências de diversos setores da vida social, tais como: históricos, econômicos, políticos, sociais, cognitivos, linguísticos, etc. Esses fatores estão intrinsecamente vinculados na conformação do ser humano como ser de sentidos, e considerá-los em interação pode contribuir para a superação de algumas dicotomias, em especial, no que diz respeito à clássica dualidade corpo/mente.

Em nosso trabalho, buscamos privilegiar as reflexões produzidas no seio da tradição de historicidade radical, meio pelo qual entendemos possibilitar um diálogo mais consistente com as pesquisas que tratam da cognição. Avaliamos ainda que parte das possibilidades e conceituações trazidas pela aproximação com a Fenomenologia já estavam presentes na forma pela qual a tradição de historicidade radical francesa avaliava a construção do real pela experiência discursiva. Consoante Gadet e Pêcheux (2010, p. 70): “a consequência é que a língua domina o pensamento, impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo, da metáfora. É aí que a ciência da linguagem relaciona-se com o registro do inconsciente”.

A metáfora, nesse sentido, não pode ser mais considerada restrita a um ponto de ruptura com a linguagem ordinária, passando a ser considerada efeito fundante dos sentidos pelos deslocamentos que opera na linguagem. Como acontecimentos, pensamento, língua e metáfora surgem do encontro entre uma atualidade e uma memória. Somada aos avanços trazidos pelo funcionamento da metáfora como organizadora psíquica, cognitiva, discursiva e textual, em Paveau (2006), a relação entre língua, metáfora e pensamento, em Gadet e Pêcheux (2010), contribui para sustentar a nossa proposta de que o próprio pensamento é inatingível (no sentido de irreduzível), de modo que os eventos mentais se remetem a uma

exterioridade que os torna, inconscientemente, sistemáticos. Sujeito e metáfora emergem juntos através de fronteiras tênues e fluidas.

Considerando essa fratura constitutiva, língua, metáfora e pensamento não podem ser reduzidos à transparência lógica das análises linguísticas e suas pretensões científicas. Não coincidindo consigo mesmo, não coincidirão com as descrições reducionistas da Ciência. Na medida em que só se pensa sobre algo passível de ser pensado (o pensável/ domínios de pensamento), e esse algo é significado pelo seu transbordar em relação ao próprio simbólico nos/dos sujeitos, o real é impedido de ser duplicado, seja pela descrição objetivista da mente e da Ciência, seja pela criação subjetivista do ser todo poderoso. Se o real só adquire significado pela subjetividade, suas possibilidades lhe são exteriores, pois são da ordem do social, isto é, da confluência entre o simbólico, o imaginário e o real.

Entendendo, portanto, que o (I) pensamento humano é determinado e organizado externamente, como demonstram Pêcheux (2009) e Auroux (1998), (II) que o sujeito é capaz de internalizar formas discursivas simplificadas que o tornam competente para produzir e interpretar enunciados (MAINGUENEAU, 2007), (III) que o pensamento se organiza por meio de estruturas metafóricas, como afirmam Gadet e Pêcheux (2010) e Lakoff e Johnson (1985) e (IV) que a metáfora é uma propriedade emergente típica dos Sistemas Complexos, como nos ensinam Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignan (2009), propomos que o pensamento humano é determinado externamente pela internalização de sistemas de restrição do discurso (como é o caso das marcas de metalinguagem de Orlandi (2009)) emergentes das/nas interações entre os sujeitos e o ambiente e distribuídos externamente em ferramentas linguístico-cognitivas (documentos impressos, artefatos tecnológicos, imagens, etc). Chegamos, assim, aos pressupostos básicos do que temos chamado de “Pensamento inatingível”, quais sejam:

(I) A linguagem é um sistema emergente da relação necessária entre o Real, o Simbólico e o Imaginário;

(II) Os sistemas linguísticos/simbólicos são necessariamente subdeterminados, inatingíveis em sua essência;

(III) O pensamento funciona como ordem própria emergente (real pensado) em relação de dissimetria-contradição-subordinação com o exterior histórico (real necessário);

(IV) A metáfora funciona como efeito fundante tanto da língua quanto do pensamento, impondo-se a estes;

(V) A metáfora emerge como estrutura em dominância (sobredeterminação) necessariamente articulada às práticas discursivas (contradição) das/nas quais irrompem os sujeitos;

(VI) A memória funciona por meio da organização metafórica do pensamento, o qual se constitui pela internalização de formas cognitivo-discursivas mantidas na tensão entre a paráfrase e a polissemia;

(VII) As diferentes criações humanas, entre instrumentos e instituições, funcionam como lugares de memória;

(VIII) A criatividade é da ordem da história e não dos indivíduos;

(IX) Os processos cognitivos se passam, principalmente, entre os indivíduos e não em si mesmos;

(X) Os efeitos de metalinguagem revelam o apagamento fundamental das contradições que se impõem aos sujeitos no seu processo de conhecimento do mundo.

A nosso ver, esses raciocínios são possíveis tanto em decorrência dos pressupostos fundantes da AD quanto do seu remodelamento em decorrência das críticas recebidas ao longo das décadas de 1960 e 1970, o qual seguiu no sentido de abordar cada vez mais as práticas dos sujeitos e os sujeitos como práticas, como sugere o próprio conceito de prática discursiva¹¹⁵. O que fizemos aqui foi tentar aproximá-los das reflexões propostas por alguns domínios que estudam a cognição na atualidade, como são os casos do Realismo Experiencial e sua interface com os Sistemas Complexos e o Empirismo Cognitivo.

Por fim, entendendo que cada enunciação traz consigo imagens associadas a um “eu”, a um “outro” e ao “mundo” por meio de processos metafóricos que os definem e os

¹¹⁵ Percebendo a importância que o conceito de prática discursiva tem ganhado desde a década de 1990, Costa (2005) propõe que, para além das três fases de Pêcheux (2010b), seja incorporada uma quarta fase, a do *primado da prática discursiva*. Assim, consoante o autor, a AD poderia ser dividida em quatro fases: a do *primado do mesmo*, a do *primado do outro*; a do *primado do interdiscurso* e a do *primado da prática*.

valoram através de esquemas cognitivos históricos, entendemos que o verbo “ser” possui um papel privilegiado na atribuição de características aos mesmos, gerando sentidos através de efeitos de verdade sobre o mundo, os quais circulam tanto entre os saberes científicos quanto os do senso comum.

6.2 As metáforas emergentes distribuídas

Tendo por pressuposto que a metáfora é uma categoria emergente distribuída na relação entre os seres humanos e as diversas ferramentas cognitivas e, ao ser internalizada, funciona como estrutura organizadora do pensamento humano, esperamos avançar, a um só passo, na desconstrução da metáfora conceitual, conforme proposta por Lakoff e Johnson (1985), e da intersubjetividade psicologista da metáfora emergente em Cameron e Larsen-Freeman (2007) e Cameron e Deignam (2009).

Para tanto, propomos a categoria de “metáforas emergentes distribuídas”, as quais implicam, de forma específica, que: a) o pensamento humano se organiza metaforicamente e é determinado externamente pela transformação da necessidade real em necessidade pensada (PÊCHEUX, 2009); b) as marcas de metalinguagem “X é ...” (ORLANDI, 2009) funcionam como sistemas de restrição discursivos/semânticos não-biunívocos que tornam os indivíduos competentes para produzir e interpretar inúmeros enunciados dentro de uma mesma formação discursiva em situação reais de interação (MAINGUENEAU, 2007); c) a internalização das marcas de metalinguagem (ORLANDI, 2009) decorre da interação dos sujeitos entre si e destes com o ambiente (AUROUX, 1998), possibilitada pelo funcionamento de um “processo geral de linguagem” (PÊCHEUX; GADET 2011a) que internaliza o pensamento como necessidade determinada por estruturas discursivas externas aos sujeitos (PÊCHEUX, 2009); e d) a interação entre os sujeitos em uma dada prática discursiva (FOUCAULT, 2008; MAINGUENEAU, 2007; PÊCHEUX, 2009) ocorre por meio dos usos de distintas ferramentas cognitivo-discursivas (AUROUX, 1998; PAVEAU, 2006) e pela produção de metáforas emergentes (CAMERON e LARSEN-FREEMAN, 2007; CAMERON e DEIGNAM, 2009) materializadas na/pela linguagem como formas linguístico-discursivas ideológicas (HALL, 2003; ORLANDI, 2009; PÊCHEUX, 2009) que se (re)atualizam e (re)estabilizam na/pela memória discursiva (COURTINE, 1981; PÊCHEUX, 2010c). Isso significa que as “metáforas emergentes distribuídas” se caracterizam por serem:

(I) *Sociais/históricas*: emergem na/pela modulação entre sujeito e sociedade em uma dada experiência/prática discursiva, a qual se dá necessariamente pelos usos de sistemas de restrição discursivos que funcionam como *a priori* históricos;

(II) *Indeterminadas/Inatingíveis/Irredutíveis*: elas não existem como coisas em si, uma essência que possa ser dominada por completo e hermeticamente organizada como um sistema destacado da história, mas como formas representáveis como sistemas dinâmicos não-lineares;

(III) *Representáveis/internalizáveis*: são relativamente apreensíveis, pois se pautam pela pobreza e simplicidade de formas linguístico-discursivas que estão em relação com outros signos em um dado grupo ou sociedade. São determinadas pelo exterior histórico e funcionam como memória discursiva capaz de atualizar, consciente e/ou inconscientemente, “já-ditos” na forma de “agora-ditos” emergentes em uma dada prática discursiva;

(IV) *Semi-estáveis*: submetidas às inúmeras variações do sistema cultural do qual emergem, funcionando como estados semi-estáveis autolimitados pela relação entre paráfrase e polissemia e que, ao se alterarem, desencadeiam a reorganização do conjunto da própria competência dos sujeitos.

(V) *Contraditórias*: irrompem como estruturas em dominância divididas em decorrência do constante movimento interno que lhe é constitutivo, de modo que surgem como singularidades contingentes organizadas como “diferente no mesmo” e como “unidade na diferença”;

(VI) *Discursivamente experienciáveis*: são sensíveis na medida em que funcionam como sistemas de restrição dos discursos e emergem em uma dada experiência discursiva imaginada como real. A experiência não funciona como um *a priori* ao discurso, mas surge da dupla articulação entre estrutura e prática, na qual os discursos são indeterminados, internalizáveis e representáveis, passando a funcionar como competências cognitivo-discursivas na forma de *a priori* históricos que possibilitam pensar/agir na/pela linguagem;

(VII) *Intersubjetivas*: cada experiência discursiva possibilita a emergência de uma dada posição-sujeito em relação ao coenunciador, a qual é modulada de acordo com a interação entre os sistemas de restrição discursivos internalizados (memória cognitivo-discursiva) e o acontecimento histórico em uma dada condição de produção discursiva.

(VIII) *RSI*: são *reais* na medida em que são materialidades *simbólicas* produzidas na concretude das relações históricas contraditórias humanas, as quais possibilitam a emergência de formações *imaginárias*. Dessa relação, constitui-se sua natureza ideológica, na qual os sentidos emergem de acordo com as relações práticas que estabelecem com os imaginários dos grupos sociais;

(IX) *Distribuídas*: externalizadas em distintos lugares de memória, com os quais estão em constante inter-relação e interdependência, tais como a memória dos sujeitos, das instituições e dos diferentes artefatos humanos;

(X) *Tipológicas*: *estruturais*, pela relação constitutiva do atravessamento do outro, isto é, ocorre quando um termo X adquire o sentido de um termo Y; *ontológicas*, pela forma como atribuem aos signos um sentido supostamente transcendente que os torna substâncias discretas, descritas e com características humanas. Neste caso, há uma tendência a se apresentarem como metalinguagem e se vincularem aos discursos constituintes, emergindo como produto e apagando-se como processo; *de orientação*, pelo modo como atribuem axiologias socialmente positivas ou negativas aos signos a depender dos seus atrelamentos aos sentidos dominantes em uma dada sociedade ou grupo.

Para finalizar, a capacidade de generalização das metáforas decorre da singularidade autonímica da linguagem, através da qual os signos podem se constituir como representantes de si mesmos. Elas são representáveis pelos usos de determinadas formas, as quais trazem consigo uma relativa transparência da sua historicidade, ecoando, contudo, necessariamente não-ditos quando faladas. Essa relativa autonomia entre simbólico e imaginário garante (I) a possibilidade de formalização (contingente) da linguagem; (II) a não-fixidez das formas em relação aos sentidos, impedindo a emergência do sentido último de uma dada estrutura; (III) sua circulação relativamente autônoma entre distintos discursos, de modo que as formas

simbólicas podem ser atravessadas por distintos imaginários. Nos termos da AD, uma mesma formação ideológica pode se realizar através de distintas formações discursivas, possibilitando a emergência dos “já-ditos” como “agora-ditos”, sendo impossibilitada, em qualquer caso, a relação biunívoca entre língua e história.

6.3 A emergência do significante “Nordeste” como espaço imaginado no Brasil

“Nós, o povo” possui sempre por natureza um exterior, que o ‘nós’ não pode em nenhum caso representar a totalidade do povo, mesmo se ele se esforça de ser tão inclusivo quanto possível¹¹⁶.

Judith Butler

De acordo com Foucault (2004), a concepção de espaço não sofreu o mesmo avanço que a concepção de tempo no domínio das Ciências Humanas. Se, por um lado, o fortalecimento do olhar histórico contribuiu bastante para o entendimento do tempo como realidade simbólica, por outro, ao que parece, esse olhar não teceu, na mesma medida, contribuições para a perspectiva espacial. Consoante o autor, o fato de a Geografia ter surgido intimamente ligada ao olhar racionalista das Ciências Naturais, almejando, portanto, esquadrihar, inventariar, classificar, dividir e organizar o real naquilo que passara a se instituir como saber científico moderno, fez com que as problemáticas relacionadas à análise do espaço destoassem daquelas concernentes às reflexões sobre o tempo.

Nesse viés, se podemos perceber avanços no que diz respeito aos trabalhos focados na temporalidade, no sentido de associá-la à riqueza, à fecundidade, à vivacidade e à dialeticidade, no que concerne à espacialidade, parte significativa dos pesquisadores continuou a associá-la à imobilidade, à fixidez, à estática, à objetividade, à não-dialeticidade, à a-historicidade e à naturalização (FOUCAULT, 2004). O espaço, assim como qualquer outra categoria de análise, emerge como demarcação instituída pelo saber-poder. Isto significa que ele deve ser tomado como construção simbólica que se altera de acordo com o tempo histórico. Aquilo que entendemos por espaço hoje, certamente, não se identifica com a

¹¹⁶ Citação em francês : « « Nous, le peuple » a toujours par nature un extérieur, que le « nous » ne peut en aucun cas représenter la totalité du « peuple », même s’il s’efforce d’être aussi inclusif que possible » (BUTLER, 2013, p. 56).

maneira como os nossos ancestrais do medievo e da modernidade o entendiam, pois os discursos que fundamentavam os seus conhecimentos eram outros (FOUCAULT, 2001).

Destarte, como nos ensina Foucault (2004), se remeter à espacialidade implica se deter sobre as suas possibilidades históricas de existência como entidade simbólica, atentar para a definição de região, como uma subcategorização crescente do espaço, é se direcionar, antes de tudo, para uma delimitação no âmbito da linguagem que serve às técnicas de controle fiscal, administrativo e militar. Corroborando essa perspectiva, Muniz (2011, p. 36) aponta que a definição de região surge com as modernas demandas de eficiência no exercício do poder real:

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; [...] Ela remete, em última instância, a *regio* (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação.

Ancorados nesse raciocínio, como tratar, então, das identidades regionais? *Mutatis mutandis* as identidades não devem ser consideradas etiquetas fixas para aqueles que as carregam, de modo que o analista do discurso deve desconstruir a relação naturalizada (logo, não-natural) entre linguagem e realidade, desmistificando a evidência dos sentidos, que, na verdade, são construídos, percebidos e apreendidos historicamente. Como aponta Hall (2003), o significante é o responsável por inscrever o sujeito em diferentes cadeias semânticas, associando-o, com isso, a diferentes escalas de valores e *status* sociais. Bauman (2008) avalia ainda que, postulada a existência de um sujeito múltiplo, pois é variável pela posição que assume na linguagem, deve-se perceber a volatilidade do que chamamos de identidade, sendo preferível o uso do termo “identificação”, pois expressa melhor como os diferentes significantes definem dinamicamente os sujeitos por diferentes redes de sentido.

Assim, entendemos que analisar discursivamente as identidades regionais é desconfiar do óbvio, desconstruí-las para reconstruí-las em sua complexidade, buscando demonstrar, na medida do possível, como elas se concretizaram, e não outras em seu lugar, atentando para as “armadilhas da linguagem” e sua relação com o poder político tanto no que concerne às verdades da *doxa* quanto às do saber científico. Remeter à região do Nordeste brasileiro implica, necessariamente, tratar de uma construção histórica de efeitos de verdade, que fazem pressupor uma transparência da linguagem, a base do seu efeito de poder. Desse modo, pode-

se considerar que as diversas identidades possibilitam, por meio da linguagem e de acordo com cada sociedade, uma maior ou menor inclusão no sistema político, econômico, social e cultural, sejam elas étnicas, regionais, nacionais, de gênero, etc.

“O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem”, afirma Muniz (2011, p. 33). Segundo o autor, aquilo que se passa a definir por “Nordeste”, referente a uma dada área do território nacional, só começa a figurar nas diversas formações discursivas, tais como políticas, midiáticas, literárias e musicais, por volta da primeira década do século XX. A região Nordeste é, então, fruto de uma construção regionalizante do espaço brasileiro que se consolidou no século passado, o que significa que ela é relativamente recente se considerarmos o início da colonização europeia no século XVI. Juntamente com ela, apareceram os “nordestinos”, que passaram a incorporar as características discursivas imputadas à Região, criando um efeito de naturalização identitária e apagando as diferenças em prol de uma suposta homogeneidade das suas características físicas, mentais, sociais e econômicas.

Apesar de não existir uma definição específica para o “Nordeste” no século XIX, data desse período os primeiros delineamentos de uma singularização regional no país, em que as identidades em construção de um “Norte” e de um “Sul” figuravam como importantes instrumentos explicativos da incipiente nação brasileira (MUNIZ, 2010). De acordo com Schwarcz (1993), na segunda metade do século XIX, o paradigma naturalista funcionava como o principal explicador dos problemas nacionais, assim como apontava para as principais “soluções” dos mesmos. Nesse modelo teórico, as noções de “raça” e “meio” eram fundamentais para compreender o atraso e as dificuldades que a nação brasileira encontrava para seguir rumo à “civilização”, definida nos moldes eurocêntricos de Estado e de cultura. A presença marcante das etnias africanas e indígenas, bem como a ampla miscigenação no país, seriam os grandes obstáculos ao desenvolvimento psicológico, moral e político do “espírito brasileiro” (SCHWARCZ, 1993).

A ampla autoridade desse discurso científico nesse período foi responsável por instituir uma progressiva diferenciação entre o “Norte” do país, onde predominavam a mestiçagem e o clima tropical, e o “Sul”, hegemonicamente europeizado e de clima mais ameno. Avaliados sob o prisma do determinismo “geográfico” e “racial”, o Norte sediava os povos condenados à indolência, à inércia e à subserviência, contrariamente ao Sul, onde habitava o branco forte, dominador e empreendedor (SCHWARCZ, 1993).

Somando-se a isso, a seca de 1877 (também conhecida por “Grande Seca”) acabou por fundar o discurso regionalista das elites do Norte, que, a partir de então, “descobriram” as

secas como arma eficiente para se pleitear mais atenção do poder público central, que, nessa perspectiva, deveria aumentar o repasse de recursos financeiros à Região, bem como intensificar o financiamento de obras públicas e distribuir cargos de Estado. Nesse período, por conseguinte, surge o “discurso das secas” das elites do Norte, base daquilo que ficara conhecido, na história nacional, por “indústria das secas” (MUNIZ, 2011).

Destarte, da interface entre o “discurso naturalista” e o “discurso das secas”, passa-se a consolidar nacionalmente uma configuração imagético-discursiva daquilo que iria se constituir como região Nordeste no decorrer do século XX. Ademais, ao serem considerados frutos da degenerescência racial (miscigenação) e da inferioridade climatológica (clima tropical) do “Norte”, os fenômenos sociais do Cangaço (suposta prova da tendência natural do povo à violência) e do messianismo (suposta prova da tendência natural do povo à loucura) se tornaram importantes para a legitimação do discurso das elites da Região, que viram em ambos a possibilidade de assumirem a postura de vítima carente da atenção do poder público nacional e de prisioneira entre o seu próprio povo. Para elas, era preciso, portanto, a criação de uma “zona de solidariedade” estabelecida pelas demais regiões e pelo Governo Central (MUNIZ, 2011).

Nas três primeiras décadas do século XX, a crescente globalização das relações sociais e econômicas capitalistas, juntamente com a nacionalização das relações de poder, ensejou um enfraquecimento da elite nortista no âmbito nacional, que, em vista disso, viu a necessidade de constituir a região Nordeste como meio para manter os seus privilégios frente à crescente dissolução do seu espaço de poder. Nesse sentido, a realização do Congresso Regionalista, em 1926, funda uma segunda concepção de Nordeste, em que os intelectuais advindos da alta classe passaram a apresentar a Região como fruto de uma tradição até então pouco notada. Criou-se, com isso, uma concepção transcendental desse espaço, que estava sempre presente, embora ainda não tivesse sido “descoberto” dessa forma (MUNIZ, 2011).

Em seus textos, esses intelectuais contribuíram para materializar uma percepção emocionada de um passado glorificado, criado no âmbito da saudade e do lirismo¹¹⁷. Destarte, o folclore, o passado rural, as relações pré-capitalistas, os códigos culturais populares e os preceitos tradicionais dominantes (o aristocratismo) foram considerados o *locus* fundante dessa nova identificação, a do ser nordestino, que seria, por consequência, naturalmente

¹¹⁷ Apesar da variedade de autores, a sociologia freyreana pode ser considerada o marco simbólico de uma geração que contém escritores como José Lins do Rego e Ascenso Ferreira (décadas de vinte e trinta), o antropólogo Luís da Câmara Cascudo, os músicos Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira (década de quarenta), o teatrólogo Ariano Suassuna (década de 1950), os pintores Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres, o poeta Manuel Bandeira e os romancistas Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida (MUNIZ, 2011).

inclinado à tradição, oposto ao moderno. Não obstante, se, por um lado, essa geração abandonou o paradigma naturalista como modelo explicador das diferenças regionais, pois entende a “nordestinidade” em um quadro teórico histórico-culturalista, por outro, acabou por consolidar as estereotípias advindas do século XIX, calcadas, de maneira geral, na resistência natural de um povo à modernidade (MUNIZ, 2011).

Paralelamente à fundação romântica da “Nordestinidade”, um “terceiro Nordeste” é inventado, representado, sobretudo, por uma geração de classe média sem lugar político-econômico seguro na crescente nação brasileira¹¹⁸. A “Terra do Sol” passou a ser representada como o lugar da denúncia, principalmente do modelo capitalista, que seria o responsável por fortalecer as exclusões sociais e por relegar os cidadãos à fome, à miséria, às injustiças, ao abandono público, ao esquecimento social e à inferioridade estrutural. Em função disso, a Região seria o lugar por excelência para se intensificar as lutas de classes no Brasil. Nesse período, entra em cena o discurso marxista (MUNIZ, 2011).

Baseado nele, a região Nordeste é (re)criada como o lugar da utopia, da negação do passado calamitoso em prol da afirmação de um futuro de plena igualdade e identidade. Contudo, duas questões importantes se fazem notar. Primeiro, apesar da influência do Materialismo Histórico ser fundante para toda essa denúncia, a extrema estigmatização da Região pelo viés da pobreza acabou por consolidar ainda mais a perspectiva imagético-discursiva de um povo tendente à inferioridade e à vitimização. Segundo, contraditoriamente, há a reafirmação de uma perspectiva nacionalista das transformações, pois, a rigor, o viés marxista considera a luta de classes a partir de uma internacionalização das causas proletárias, haja vista que a própria nação é uma invenção burguesa. No entanto, o Nordeste da denúncia social se reconstrói a partir da luta no âmbito da nacionalidade, almejando, assim como os dois outros discursos, refundar a identidade nacional (MUNIZ, 2011).

Cada um ao seu modo, os diferentes discursos da nordestinidade acabaram por fixar uma concepção imagético-discursiva da Região pautada nos problemas raciais, sociais, culturais, econômicos e políticos (MUNIZ, 2010; 2011). No âmbito da AD, podemos afirmar que, desde o século XIX, um conjunto diferente de discursos concorreu para a fixação de uma identidade “nordestina” e de uma “não-nordestina”, mantendo certa coerência organizacional que permite agrupar enunciados diferentes através da semelhança semântica que possuem.

¹¹⁸ A partir da década de trinta, os teóricos Djacir Menezes e Josué de Castro, os romancistas Graciliano Ramos e Jorge Amado, o poeta João Cabral de Melo Neto e o Cinema Novo, já em fins da década de cinquenta e início de sessenta, são os principais responsáveis por esse Nordeste da denúncia social (MUNIZ, 2011).

Esses “dois brasis” se constituem no imaginário brasileiro de forma dicotomizada, um pela negação do outro. No Brasil do século XIX, as explicações raciais fundam um dado significado para o Nordeste e passam valorá-lo negativamente pela inferioridade da raça-cor-etnia, as quais consolidavam uma cadeia de significantes nos seguintes temas: inferioridade étnica (índios, negros e mestiços) → indolência → inércia → subserviência → fome → miséria → pobreza → atraso → rural/pré-capitalista → anti-moderno → popular → vitimização → inferioridade psicológica → inferioridade moral → inferioridade política → inferioridade econômica.

Pela associação entre esses significantes, irrompe um sentido específico para o Nordeste enquanto espaço imaginado. Ele se conforma por oposição ao espaço do branco civilizado do Sul, que teria consigo as características valoradas positivamente, às quais se devem à sua associação aos grupos tidos como dominantes, para nos ancorar no raciocínio desenvolvido por Bourdieu (2013). Como ocorreu na “geração romântica” do Nordeste, da mesma cadeia, podem surgir sentidos outros, pois não há uma determinação última dos seus sentidos, de modo que sua circulação pode apontar para rupturas internas que possam lhe valorar exatamente pela sua associação ao espaço idílico do sertanejo, como homem forte e miscigenado, e dos negros e índios, como etnias complexas que contribuíram para o surgimento da própria ideia de Brasil.

No Brasil do século XXI, parece haver a emergência de um quarto momento definidor da ideia de Nordeste, na qual os “já-ditos” sobre a inferioridade da raça-cor-etnia da Região irrompem pela sobredeterminação que o conceito de classe social tem operado em um Brasil cada vez mais neoliberal e maduro no sistema Capitalista. Não há, na verdade, uma ruptura com o ideário consolidado ao longo do século XX; trata-se mais de uma releitura dominante, na qual os sentidos econômicos passam a dominar os demais, garantindo a sua relativa independência. Metaforicamente, os olhares sobre o negro, sobre o índio e sobre o mestiço circulam em separado, mas a sua inferioridade passa, cada vez mais, a ser relida por meio do discurso econômico, que põe o indivíduo como figura central da sua própria ascensão e derrocada na sociedade do trabalho. Esse indivíduo se constitui como ser racional único de intenções e capacidades (ideologia da vida em Pêcheux (2009)) e de direitos legais (ideologia do direito em Pêcheux (2009)) na sociedade brasileira, constituindo o “outro Brasil” pela oposição que este pode assumir em relação à lógica (racional) produtiva.

Esse fenômeno de constituição identitária, que opõe diametralmente o “eu” e o “outro”, pautado na sobredeterminação do discurso econômico pode ser encontrado em outras práticas discursivas. Em Moraes (2010), por exemplo, avaliamos como os Manuais do

Educador e os Guias de Estudo do Projovem Urbano, bem como a Resolução nº 22 de 26 de maio de 2008, responsável por instituir juridicamente o próprio Programa, conformam o discurso da inclusão social do Projovem Urbano, o qual define o jovem excluído pela sua marginalidade em relação à sociedade de mercado. Nesse discurso, o público-alvo do Programa se apresenta pela cadeia sinonímica que o aloca da seguinte forma: Jovem excluído ↔ sujeito auto-excludente ↔ sem qualificação profissional ↔ sem educação básica ↔ sujeito a situações de risco ↔ sujeito às desigualdades ↔ sujeito à discriminação ↔ sujeito às vulnerabilidades sociais. Em que: ser autoexcludente ↔ não se sentir sujeito da história ↔ não acredita na sua capacidade de produzir algo → desvaloriza a cultura de sua comunidade → aceita como um dado natural a desigualdade social.

A associação entre empoderamento do indivíduo (dividido entre o auxílio do Estado e a capacidade deste de se autoempoderar), participação cidadã e sujeito da história é fundamental para o estabelecimento dessa cadeia semântica, que opõe o jovem excluído ao *status* desejado de jovem incluído. Tal *status* é valorado da seguinte forma: sujeito da história ↔ sujeito autoincludente ↔ sujeito capaz de produzir ↔ sujeito valorizador da sua própria cultura ↔ sujeito desnaturalizador das desigualdades. De modo que “*Se ser sujeito da história, autoincludente, crente na sua capacidade de produzir algo, valorizador da cultura de sua comunidade implica ser jovem incluído; então, ser jovem excluído é não ser autoincludente, não ser sujeito da história, não ser crente na sua capacidade de produzir algo*” (MORAIS, 2010, p. 82 – 83).

Disso tudo, importa destacar a forma argumentativa “se ser X implica ser Q, então, ser Y implica ser não-Q”, na qual $Y = \text{não-X}$. Por exemplo, se ser incluído implica ser produtivo economicamente, ser excluído significa ser não-produtivo economicamente. Essa fórmula é contingente e surgiu da nossa análise das repetições presentes em diferentes sequências discursivas analisadas (termo retirado de Courtine (1981)), podendo ser descrita formalmente da seguinte forma: $((X \rightarrow Q) \rightarrow (Y \rightarrow \sim Q))$.

Essas conclusões são semelhantes àquelas que Orlandi (2009) aponta em sua análise do Discurso Religioso. Para a autora, nesse discurso, a identificação dos planos temporal e espiritual ocorre por oposição, assim como o exemplo acima. Segundo pensa, a elaboração de formas gerais e abstratas de argumentação pode ser bastante produtiva caso elas sejam analisadas como composições históricas. Nesse sentido, propõe que “aquele que $\sim X$, Y” porque “aquele que X, $\sim Y$ ”, de modo que X representa o plano temporal e Y o plano espiritual, tendo por pressuposto a condição de que é necessário “ter fé para se salvar” (ORLANDI, 2009, p. 61).

A nosso ver, o verbo ser é fundamental para gerar os efeitos de evidência dessas fórmulas, nas quais o “eu” se constitui enquanto ser oposto ao “outro”: ser incluído é ser não-excluído, mobilizando como implícitos a cadeia de significantes apresentada, e ser do plano temporal se opõe a ser do plano espiritual, tomando por pressuposto a condição expressa logo acima: ter fé. No caso da oposição Nordeste (Norte) x Sul (Sudeste), o discurso liberal parece funcionar como o atual identificador dominante do ser e da sociedade, na sua relação de circularidade. Segundo Carcanholo (2002, p. 77. Grifos nossos):

Atualmente a propaganda oficial e os grandes meios de comunicação (escritos, televisivos etc.) fazem-nos acreditar que a política neoliberal e o rápido e aparente inexorável processo de globalização da economia, além de inevitáveis, respondem à *razão* e às *leis naturais*.

O discurso (neo)liberal parece se constituir como discurso constituinte, nos termos apresentados por Maingueneau (2000). No dizer de Carcanholo (2002), trata-se de um discurso pautado na “Síndrome da Imunidade Auto-Atribuída”, na qual o neoliberalismo apresenta a si mesmo como solução para os próprios problemas que gera enquanto sistema econômico e como meio para superar internamente suas próprias deficiências. Disso, interessa-nos avaliar como o discurso econômico parece figurar na atualidade como estrutura discursiva hegemônica na definição dos seres humanos em suas práticas cotidianas. Nos termos de Lakoff e Johnson (1985), tem-se fundado a metáfora ontológica o “mercado é humano”, possuindo medos, expectativas e desejos. A partir dela, valora-se positiva ou negativamente aqueles que se enquadram ou não nos pressupostos da sua reprodução enquanto discurso dominante (metáfora de orientação), conformado pelos implícitos possíveis que cada significante pode trazer sinonimicamente em seu lugar, tais como entender “cidadão” como “economicamente produtivo” (metáfora estrutural).

Dessa discussão, passaremos à análise de um conjunto de enunciados publicados nas redes sociais no período de 2010 a 2014 por usuários da internet, oriundos, hegemonicamente, das regiões Sul e Sudeste. Neles, os internautas parecem retomar a ideia de existência de “dois brasis” em novos acontecimentos discursivos. Para a análise, pautar-nos-emos na forma argumentativa “se ser X implica ser Q, então, ser Y implica ser não-Q”, na qual Y= não-X. Sua coerência decorre da identificação por oposição axiológica entre o “eu” e o “outro”.

6.4 “Ser nordestino é...”: metáforas emergentes distribuídas, redes sociais e estereotipia regional no Brasil

Entre outubro de 2010 e outubro de 2014 cinco episódios emblemáticos no Brasil revelaram a forte presença de discursos regionais no país: (I) o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, em 31 de outubro de 2010; (II) a eliminação da equipe de futebol do Flamengo pela equipe de futebol do Ceará, em 11 de maio de 2011; (III) o corte no fornecimento de energia em decorrência de problemas técnicos nas linhas de transmissão que atendem a região Nordeste, o “Apagão Elétrico”, em 25 de outubro de 2012; (IV) as “Manifestações de Junho de 2013”; e (V) o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, em 28 de outubro de 2014.

O que distintos acontecimentos têm em comum? A publicação de inúmeras mensagens de internautas das regiões Sul e Sudeste do Brasil nas redes sociais nas quais a região Nordeste é definida por meio do que chamamos de estereotipia negativa. Seleccionamos esses cinco casos em decorrência de serem aqueles que assumiram maior notoriedade no cenário nacional. Apesar da distância temporal entre os eventos citados, as numerosas postagens virtuais demonstram um padrão de coerência semântico no que diz respeito às caracterizações do “outro nordestino”, pois parecem mobilizar a mesma cadeia de significantes.

Se fizermos um experimento de pensamento e refletirmos sobre a palavra “Nordeste”, notaremos que esse signo mobilizará tanto imagens quanto palavras associadas ao conceito em nossa mente, decorrente da cadeia semântica construída a partir das nossas experiências discursivas. Independentemente dos signos mobilizados mentalmente, nós não nascemos com eles. Pensamos a partir da forma como “aprendemos a pensar”; aprendemos a pensar a partir da forma pela qual vivemos em sociedade; vivemos em sociedade a partir da nossa vivência em grupos específicos; nossa vivência em grupos específicos se define pela forma como a sociedade na qual nascemos e vivemos define as nossas possibilidades de inserção em cada um desses grupos, de modo que não há uma relação unidirecional nem do indivíduo em relação à sociedade, nem da sociedade em relação ao indivíduo, mas uma relação dinâmica entre ambas através da qual internalizamos sentidos possíveis socialmente distribuídos que nos habilitam a nos definirmos como tal.

Em poucas palavras, os aprendizados são históricos, logo, políticos, econômicos, sociais. Existem diferentes formas de pensar, pois há diferentes grupos, que possuem diferentes perspectivas de mundo, com diferentes interesses políticos, econômicos e sociais, o que significa que distintas cadeias semânticas podem ser mobilizadas para definir os conceitos

os quais atribuímos ao mundo em si, dependendo da produção material da história na/através de distintos grupos, classes, instituições e ferramentas cognitivo-discursivas. Em uma esfera ordinária, aprendemos o que aprendemos através das relações desenvolvidas com as famílias, com os amigos, com o trabalho, etc.; institucionalmente, escolas, livros, religiões e mídias representam organizações sociais mais complexas, menos pessoais e com saberes mais bem delimitados e rígidos.

No contexto da sucessão presidencial de 2010, a vitória relativamente apertada da presidenciável Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), gerou uma polêmica a respeito dos grupos sociais que teriam sido determinantes para esse resultado. Nesse contexto, surgiram inúmeros enunciados no *Facebook* e no *Twitter* culpando o “povo nordestino” pela derrota do candidato José Serra. Diferentemente das emoções que envolveram o “ganhamos” (*on a gagné*) descrito por Pêcheux (2008), eclodiu o sentimento de “perdemos” em parte da sociedade brasileira. Nesse contexto, uma estudante de Direito publica em seu perfil no *Facebook*:

E1. O *nordestista não é gente*, faça um favor a São Paulo mate um nordestino afogado (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2012. Grifos nossos).

E2. Queria dizer q não sou a favor da xenofobia. Na realidade sou contra *tudo que tem a ver com nordestino: fome, desemprego, miseria...* (REDAÇÃO VIOMUNDO, 2010. Grifos nossos)

E3. AFUNDA BRASIL. Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem *trabalhava* pra sustentar os *vagabundos* que fazem filhos pra ganhar o *bolsa 171* (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2012. Grifos nossos).

Esses três enunciados se referem a um mesmo internauta; no entanto, parecem ser representativos de um imaginário disperso nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Eles fazem parte de um mesmo acontecimento discursivo, a vitória da presidenciável Dilma Rousseff, o qual mobilizou milhares de internautas nas redes sociais com o intuito de expressarem e compartilharem os seus posicionamentos acerca do ocorrido. Nesse sentido, há uma espécie de diálogo no ambiente virtual no qual diferentes grupos interagem em torno de um único acontecimento, retomando raciocínios uns dos outros, bem como as interpretações disponíveis acerca desse acontecimento, para se posicionarem acerca do evento político em questão. Se

retomarmos os enunciados acima, podemos perceber que a marca de metalinguagem “X é Q” funciona como padrão argumentativo na definição de “X”, onde X é o “ser nordestino”, o verbo “ser” define a sua essência e Q se refere aos “atributos desse ser”. Como vimos, ao associarmos a marca de metalinguagem “X é Q” trabalhada por Orlandi (2009) aos sistemas de restrição do discurso, tal como apresentados por Maingueneau (2007), torna-se possível avaliar o modo como um dado significante expressa, organiza e evidencia, na relativa opacidade da linguagem, a compreensão de mundo dos grupos.

Somando os atributos dos três enunciados, podemos perceber que o Nordeste (aquele que é do Nordeste) é um ser *faminto, desempregado, miserável, vagabundo e não-gente (não-humano)*. Nesse entendimento, “deve-se matar um nordestino afogado”, haja vista que ele representa uma afronta às características pertencentes ao enunciador e a seus pares, aqueles que não são “nordestinos”, em especial, aqueles nascidos em São Paulo, espaço discursivo que surge como ameaçado, seja interna (pelos nordestinos já presentes em São Paulo), seja externamente (aqueles que ainda estão no Nordeste, mas que, pelo direito de votarem no representante nacional, acabam afetando outras regiões).

Pode-se notar, então, que o enunciador se define discursivamente como “sujeito não-nordestino”, o qual se direciona aos “brasileiros não-nordestinos” no intuito de gerar um efeito de identidade entre eles. Para tanto, opõe a si mesmo e os seus destinatários a um terceiro negado, os “nordestinos”. Nesse sentido, subsiste uma espécie de forma lógica argumentativa que permeia a construção da imagem de si (sujeito não-nordestino) e do outro (sujeito nordestino), podendo ser descrita da seguinte forma: Se X é Q, logo Y é não-Q; isto é, se nordestino é *faminto, desempregado, miserável, vagabundo e não-gente*, logo ser não-nordestino é ser *não-faminto, não-desempregado, não-miserável, não-vagabundo e não-não-gente (=gente)*. Em notação lógica, isso seria $((X \rightarrow Q) \rightarrow (Y \rightarrow \sim Q))$. A definição de si ocorre pela negação do outro. Dessa forma, mobiliza-se a cadeia de significantes em questão (da qual emerge o sentido), não se tratando, contudo, de uma forma lógica universal que tornam fixos tais sentidos para o “Nordeste/Nordestino” e seu oposto. Diferentemente disso, esse padrão argumentativo parece ser produtivo para organizar uma dada cadeia de significantes em torno desse signo nesse contexto de produção, atribuindo-lhe um sentido possível e restrito.

Retomando a fórmula apontada por Pêcheux (2010a), para que possamos localizar o efeito metafórico dos enunciados acima, é importante avaliar quais não-ditos podem assumir a posição de X para que se revelem os sentidos percebidos. No caso dessa formação discursiva, temos a cadeia nordestino-faminto-desempregado-miserável-vagabundo-não-gente, na qual o

significante “nordestino” se associa aos demais signos, podendo ser substituído, explícita ou implicitamente, por eles. Logo, “nordestino”, nesse imaginário internalizado, mobiliza mentalmente (interna e externamente) outros significantes que lhe estão associados, como “fome”, “desemprego”, “miséria”, “vagabundagem” e “inferioridade humana” ou mesmo “não-humanidade”.

A linguagem, enquanto real pensado, é ação, e as implicações realizadas por meio dos sentidos associados aos significantes são responsáveis pela forma como os seres humanos se relacionam entre si, manifestando, a um só passo, as formas pela qual esse imaginário é causa e efeito da própria sociedade que o organiza. Discurso e mundo estão em relação de circularidade, de forma que um emerge do outro sem que se reduzam entre si, funcionando como o que definimos por sistemas abertos no quadro teórico dos Sistemas Complexos. Os sentidos dominantes, para retomar o termo gramsciano (GRAMSCI, 1971 *apud* Hall, 2003), são aqueles que representam as forças hegemônicas nas relações de poder, para retomar a teoria do discurso nos termos de Pêcheux (2009), Foucault (2008), Maingueneau (2007) e Orlandi (2009). São as experiências discursivas, tidas como o real imaginado, que possibilitam a internalização dessas cadeias como pensamento no/do internauta acima.

A cadeia semântica supracitada traz consigo outras possibilidades de interpretação. Vejamos, por exemplo, o caso de omitir o signo “nordestino”, aquele a quem as características são atribuídas. Ainda assim, restam implicações que podem revelar outras relações de poder, não apenas regionais, mas, de certa forma, mais transversais à sociedade brasileira. Transformando o adjetivo “vagabundagem” no substantivo “vagabundo”, pode-se visualizar a seguinte relação de implicatura: vagabundo implica miséria que implica desemprego que implica fome que implica inferioridade humana ou não-humanidade. Isto é:

(I) Vagabundo ↔ miséria ↔ desemprego ↔ fome ↔ inferioridade humana ou não-humanidade.

O mesmo poderia ser feito caso tomássemos os substantivos “faminto”, “desempregado”, “miserável”, etc. Há, portanto, uma “causalidade ausente” decorrente de um processo histórico que passa a associar o significante “nordestino” a essa cadeia. Tal definição manifesta com ela cadeias semânticas mais amplas, constituídas discursivamente, como nos ensina Pêcheux (2009), Maingueneau (2006) e Orlandi (2009), distribuídas cognitivamente, conforme sustenta Auroux (1998), organizadas metaforicamente, como defendem tanto

Pêcheux (2008) como Lakoff e Johnson (1985), e manifestas emergencialmente, como sustentam Cameron e Larsen-Freeman (2007), Cameron e Deignan (2009) e Hall (2003). As marcas de metalinguagem não apontam para o mundo em si, mas para a forma pela qual o mundo foi categorizado, distribuído e emergido como pensamento por meio da/atraves da linguagem, com o que definimos por metáforas emergentes distribuídas.

Diferentes metáforas circulam em diferentes discursos e se instituem por meio de conflitos na/pela linguagem em decorrência da organização material da história pelos diferentes grupos sociais. A esse respeito, Hall (2003) contribui com a perspectiva de sobredeterminação, conceito que nos ajuda a perceber como as “causas ausentes” não determinam de forma linear uma reação na/pela linguagem, mas como em um dado momento um significante assume um dado significado pela sua sobreposição frente às demais possibilidades semânticas, isto é, emerge/irrompe como significado organizador do pensamento em um dado acontecimento sem que, com isso, se refira ao próprio mundo.

No caso estudado, o significante “Nordeste” é associado a um conjunto de outros significantes e, somente através das relações que estabelecem entre si, adquirem significados para o grupo em questão. Se esse sentido é possível é porque a linguagem é passível, a um só tempo, de ser representada e internalizada de forma semi-estável. Retomando a abordagem da metáfora de Lakoff e Johnson (1985), para analisar o exemplo 1, podemos perceber que:

- (A) “Nordeste”, “nordestino”, “paulista”, “não-nordestino” funcionam como metáforas ontológicas, pois funcionam como categorias do pensamento que teriam existência em si. Em vista disso, podem ser considerados substâncias, coisas, essências a quem se pode atribuir características humanas.
- (B) O “ser nordestino” e o “ser não-nordestino” adquirem sentido pela forma como assumem a possibilidade de substituição por outros signos qualificadores, de modo que pode-se tomar nordestino por miserável e não-nordestino por não-miserável.
- (C) Ao se colocar o “nordestino” embaixo (no sentido de negatividade) e o “não-nordestino” “em cima” (no sentido de positividade), estabelece-se uma metáfora de orientação, decorrente da valorização ou desvalorização de cada um desses seres.

(D) Há tanto uma relação metonímica na qual o POVO OU ESPAÇO SE APRESENTAM COMO LUGAR DA SEGURANÇA do “eu/nós”, como também uma relação metafórica na qual as ELEIÇÕES SÃO METAFORIZADAS COMO BATALHA, de modo que os candidatos do segundo turno presidencial passam a representar os dois lados da “trincheira”. Os habitantes oriundos da região Nordeste continuam a ser estrangeiros no território de São Paulo, no caso dos exemplos acima, e, em decorrência disso, devem ser eliminados.

Embora os adjetivos destacados não sejam apresentados como sujeitos, podemos notar que o modo pelo qual eles aparecem os caracteriza como uma espécie de coisa, de característica que não só se pode ou não possuir, mas também que se pode quantificar. Mais ou menos “miserável”, “desempregado”, “faminto” e “vagabundo” representa mais ou menos humano, em uma escala em que o sujeito se coloca como padrão de humanidade e o outro como padrão de não-humanidade. Trata-se, assim, de um processo de desumanização do outro por meio das características que lhe são associadas, de modo a se legitimar a necessidade (aspectos morais/éticos envolvidos no pode-se ou deve-se) de matar, eliminar, cassar direitos, expulsar, etc.

Consideramos que é nas metáforas estruturais, semelhantes à definição de Pêcheux (2010a) para o fenômeno, onde se pode revelar um aspecto interessante do léxico em relação ao discurso. Os adjetivos não emergem de forma isolada, haja vista que cada dito expressa a possibilidade de um não-dito que lhe dá valor pela relação existente entre ambos, que, mesmo se não explicitada, associa-se ao dito de modo a revelar a cadeia discursiva mobilizada. Essa cadeia de implicação, como dissemos, não é natural, pois é fruto de associações discursivas que põem em relação de positividade ou negatividade (no nível semântico) determinados padrões sociais.

Essa “naturalidade” não implica nem uma tendência inata, em que os sujeitos expressariam as suas tendências de acordo com padrões herdados evolutivamente, nem uma tendência formal da língua em si, como se o significante “nordestino” estivesse em relação necessária ou provável, por exemplo, com o significante “miserável”. Tratando-se de uma naturalização, preferimos falar em hegemonia de padrões em relação aos outros, pois, no que diz respeito à realidade interdiscursiva, diferentes discursos estão em conflito, adquirindo maior ou menor autoridade de acordo com as práticas discursivas nas/das quais emergem.

Nessa formação discursiva, a associação entre os significantes implica a desumanização do ser, o qual é definido como não-ser em decorrência da sua própria vontade/culpa/intenção. Ao caracterizar pela regionalidade, isto é, pelo foco nos indivíduos que nascem no Nordeste, essa cadeia semântica evidencia alguns pressupostos morais, dentre os quais o de que as pessoas com os referidos atributos são inferiores em relação ao enunciador e de que tal inferioridade é causada pelos próprios indivíduos que se encontram nessa situação. Nessa ótica, ele não está vagabundo, ou ele é vagabundo ou ele tende à vagabundagem, seja em decorrência da sua cultura, seja em decorrência da sua natureza.

De acordo com E2, compõem a sua essência a fome, a miséria e o desemprego, frutos das suas escolhas como indivíduos, seja no âmbito pessoal/familiar (desejo do não-trabalho), seja no âmbito coletivo/político (desejo de manutenção dos privilégios sociais por meio do voto). Nesse sentido, a naturalização dos indivíduos surge da forma como os mesmos se enquadram em uma dada noção de “povo”. Não se trata, portanto, de atributos exclusivos ao indivíduo, mas a um conjunto deles, assemelhados por características comuns de parasitismo e de atraso, como fica claro em E3: “Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem *trabalhava* pra sustentar os *vagabundos* que *fazem* filhos pra ganhar o *bolsa 171*” (Grifos nossos).

A cadeia semântica que define o “eu” e o “outro” é atravessada pela relação dicotômica entre passividade/parasitismo/vagabundagem e atividade/hospedeiro/trabalhador, na qual existem dois espaços imaginados, o do Norte, lugar da degenerescência histórica e natural no país, e o do Sul, lugar da superioridade econômica, étnico-racial e cultural. A noção de indivíduo parece estar em relação de metonímia com as acepções de espaço, povo e nação, de modo que a parte pode ser tomada pelo todo e o todo define o espaço (simbólico) a ser preservado, o lugar do homogêneo, da pureza, da segurança e da harmonia. Nesse sentido, proteger o povo implica proteger o indivíduo componente desse povo, assim como o contrário é verdadeiro. A “nação brasileira”, enquanto macro espaço de coexistência, figura como palco de combate entre distintos povos, os quais se organizam por semelhança e dessemelhança, sendo o “nós” do enunciador, o grupo com atributos de positividade e o “outro nordestino” aquele adjetivado pela inferioridade.

Nessa dicotomia, primeiro, o nordestino não possui o direito a votar (passividade/não-humanidade), ele o recebeu dos não-nordestinos (atividade/ humanidade); segundo, seu voto é válido quantitativamente, mas inválido qualitativamente (inferioridade humana/ação instintiva/corruptibilidade), pois decorre da sua intenção de fazer filhos no

intuito de ganhar um auxílio de quem trabalha para que se continue a não trabalhar. O termo “bolsa-171” é interessante pela forma como associa o “Bolsa-Família¹¹⁹” com o “171”, referente ao artigo 171 do Código Penal brasileiro que discorre sobre o ato de quem age com o fim de “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento” (BRASIL, 1940). Se o leitor não entender que bolsa 171 = Bolsa Família + Artigo 171 do Código Penal brasileiro, construindo a expressão na qual o termo 171 funciona como x (termo substituto) e família por y (termo substituído), o enunciado não conseguirá despertar os efeitos desejados pelo enunciador, que busca construir a imagem do “outro” pela compreensão da seguinte cadeia de inferências:

(II) Nordeste/Nordestino ↔ bolsa 171 ↔ famintos ↔ desempregados ↔ miseráveis, vagabundos ↔ não-gente ↔ Brasil inferior.

Ao julgar os nordestinos inferiores aos demais brasileiros, o enunciador materializa sentidos que identificam aqueles como seres incompetentes politicamente, com baixo nível de educação e com alta propensão à corruptibilidade. O ser não-político é, portanto, também um ser do não-saber (ignorante), e que, em vista disso, não possui discernimento entre o que é melhor para o país e o que é melhor para si, no caso, em decorrência, das necessidades instintivas mais básicas, como é o caso da fome. A miséria do nordestino estaria, nesse viés, distribuída em variados aspectos, não apenas por se tratar de um povo sem emprego e sem comida, mas também sem educação. Ele estaria mais associado ao animalesco, ao instintivo, de modo que ele é menos sujeito, menos humano.

Paradoxalmente, na medida em que pode votar, ele é também sujeito, e o seu voto pontua como qualquer outro daqueles que possuem razão, direito, discernimento e condição humana, isto é, os não-nordestinos. É nessa contradição entre o não-ser relegado aos impulsos instintivos como reação às suas necessidades biofísicas mais imediatas e o do ser com direitos iguais por questões externas à sua humanidade, decorrentes de uma sociedade que lhe concedeu o direito de voto igualitário, que se constitui esse discurso sobre o nordestino,

¹¹⁹ O “Programa Bolsa Família” do Governo Federal é responsável por auxiliar famílias de baixa renda com o pagamento de um valor proporcional ao tamanho da família beneficiada, que, por sua vez, deve se comprometer com determinadas obrigações. Para mais detalhes, visitar o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal, no endereço virtual: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Para uma pesquisa aprofundada acerca da relação entre o Programa Bolsa Família, a perspectiva dos beneficiados e os estereótipos desenvolvidos na sociedade brasileira a esse respeito, consultar Rego e Pinzani (2013).

destacando a “miséria da sua subjetividade” e a sua “subjetividade miserável”. Como podemos perceber nos enunciados abaixo, referentes a distintos internautas:

E4. GENTE VAMOS FAZER CORRENTE DA ENCHENTE NO NORDESTE. VAI SENHORA CHUVA E *MATE TODOS, ARRASTE AS URNAS! NÃO DEIXE ESSE POVO VOTAR* (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

E5. Chega de carregar nas costas um bando de ignorantes e parasitas nordestinos, que sempre viveram às custas do Estado, divisão já!! (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

E6. É tudo culpa dos nordestinos...seca eterna pra vocês!!!! Dilma presidente Parabéns *povo burro!!* (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

E7. O nordeste não deveria existir, *bando de ignorante morte de fome, que se vendem por uma cesta básica* e coisas do tipo (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

A constante menção à venda de votos na Região através de cestas básicas e outras práticas desenvolvidas por políticos locais e/ou regionais, associando-a a conceitos como coronelismo e seca, retoma um olhar disperso, inclusive, pela historiografia brasileira durante o século XX (MUNIZ, 2010). Os enunciados acima são condizentes com os anteriores, mantendo-se coerentes com estes ao atribuírem ao nordestino a ausência de capacidade intelectual necessária para votar (ser não-político) e por tender à vagabundagem (ser do não-trabalho), identificando-os como parasitas do Estado de São Paulo (no caso dos primeiros enunciados) - bem como do Brasil (no caso dos últimos enunciados), visto como lugar associado ao trabalho, à autonomia, ao empreendedorismo e à cultura erudita. Demonstra-se, então, a intrínseca relação existente entre a depreciação política e a depreciação econômica. Sua situação miserável (associada a fatores físicos como a seca) somada à sua pouca propensão ao trabalho produtivo (associada tanto às suas heranças “raciais” negras e indígenas quanto aos vícios culturais decorrentes da forte presença do assistencialismo na Região) os tornam acomodados às suas situações e propensos à corruptibilidade, pois necessitam de políticas públicas de assistência para que possam se sustentar.

A desqualificação do Nordeste nos casos analisados manifesta a existência de uma cadeia semântica que associa o nordestino ao não-cidadão, ao não-trabalhador, ao não-humano (pois não seria gente) ou semi-humano (relegado a agir de acordo com os instintos mais básicos de sobrevivência) e ao não-inteligente. Somando-se à descaracterização política, econômica e social, há a forte presença de um discurso racial, típico daquilo que definimos

anteriormente por paradigma naturalista, no qual a miscigenação, especialmente no que concerne à de negros e índios, é sinal de degenerescência racial, manifesta também esteticamente, como podemos perceber nos seguintes enunciados:

E8. Que páis é esse?..É a porra do BRASIL! ...onde nordestino acha que é gente! ... *É só olhar pra ver que eu sou do #SUL!* (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

E9. Ridículo esse #orgulhodesernordestino se eles se sentem bem em serem *analfabetos, cabeças chatas...*problema é deles #orgulhodeserpaulista (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos)

E10. O dia em que que as nordestinas serem *as mais gatas* eu viro gay. Pegar nordestina não rola. Elas nem banho tomam, não chegou o chuveiro lá ainda (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

E11. Depois que eu li que as nordestinas *são as mais gatas*, eu tenho mais certeza ainda que eu morro e não vejo tudo (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos).

E12. O #nordeste é um lugar onde *nós, pessoas brancas de classe média alta*, vamos fazer turismo sexual comendo umas baianinhas vagabundas. #FATO” (EDUQUIM, 2010. Grifos nossos)

No primeiro enunciado, surge uma expressão interessante, a qual busca evidenciar a superioridade do “povo do Sul” em decorrência da aparência estética. Em E8, aponta-se para a possibilidade de as marcas fenotípicas tornarem possível o reconhecimento de quem pertence a qual região, no caso, a Sul e a Nordeste. Parafraseando Orlandi (2009), trata-se do *é porque é*, de um efeito informativo, no qual não se explica o evidente. Se é evidente que, nessa formação discursiva, o nordestino é pobre, faminto, miserável, instintivo, inferior, vagabundo, apolítico, atrasado, etc., é evidente também que o enunciador não-nordestino se imagina como seu oposto, incluindo agora o belo. Conforme pensamos, essa dicotomização estética é coerente com o sistema metafórico avaliado, no qual a definição de si e do outro se demonstra pela oposição superioridade-inferioridade em distintas características humanas, dentre as quais a depreciação estética e as depreciações sócio-políticas e econômicas.

O “belo” e o “feio” dependem dos padrões identitários constituídos, dispersados e experienciados discursivamente, o que implica que a evidência do belo é também um efeito histórico, não sendo, portanto, decorrente das propensões naturais dos seres humanos em definir o que é belo e o que é feio. A noção de belo se apresenta em diversas culturas, ao mesmo tempo em que seus atributos variam de acordo com cada uma delas. Portanto, os atributos positivos e negativos variam de acordo com o olhar do enunciador, não sendo

universais. Como vimos, a evidência é fruto do efeito ideológico fundante do sentido, haja vista que os sujeitos emergem pelo apagamento das origens do sentido na/pela linguagem, gerando, portanto, efeitos de transparência e naturalidade que apagam os conflitos históricos que permeiam cada enunciado.

O efeito metafórico básico, se retomarmos os raciocínios sobre a metáfora estrutural de Pêcheux (2010a) e Lakoff e Johnson (1985) é de que “aquele que é belo é bom” (e “aquele que é feio é mau”), ou seja, uma característica estética positiva, localizada, metaforicamente, no eixo de cima, implica uma categoria moral também positiva, de modo que a cadeia de significantes funciona como um sistema semântico, no qual os significantes que o compõem se organizam em pares de adjetivos axiologicamente opostos, conforme indica Bourdieu (2013). No caso analisado, os aspectos positivos vinculados às posições sociais, econômicas e políticas implicam também a positividade das suas características estéticas. A cadeia de explícitos e implícitos parece emergir em conjunto, de modo que os distintos enunciados virtuais estão em relação dialogal em um mesmo contexto enunciativo e fazem menção a diferentes atributos. Nos exemplos E8-E12 há a retomada dos sentidos trabalhados anteriormente, mas pelo viés da depreciação estética, pela dicotomização entre o belo e o feio, na qual o “não-nordestino” se associa ao primeiro e o “nordestino” está vinculado ao segundo. “*É só olhar pra ver que eu sou do #SUL!*”, diz o enunciador no primeiro enunciado. O “eu” define a si e o “nós” pela positividade do espectro de características na mesma medida em que define o “outro” pela negatividade constitutiva desse mesmo espectro no posicionamento discursivo avaliado.

Nesse sentido, os padrões do que se pode considerar como “belo” e “bom” e a cadeia de conotações na qual eles estão associados são decorrentes da forma como os sujeitos vivenciam determinadas práticas discursivas. Em E9, podemos ver a retomada do atributo educacional “analfabetismo”, o qual está associado ao atributo estético “cabeça chata”. Com isso, parece se confirmar que a cadeia associativa emerge por padrões de negatividade e de positividade. Independentemente do fato de se passar de uma esfera educacional para uma esfera estética, mantém-se a coerência semântica que institui o Nordeste em relação aos atributos negativos, no eixo inferior do espectro. Não obstante, cumpre-nos destacar a relação entre gênero e estética nos enunciados E10-E12, nos quais a posição de superioridade incorpora, para além dos atributos estéticos e econômicos, os de gênero.

Em E10 e E11, as relações de poder vinculam o suposto atraso econômico vivenciado pelas mulheres da Região à sua inferioridade estética. Em E12, demonstra-se quais são as características fenotípicas que definem as relações de superioridade e inferioridade

nessa cadeia de enunciados, quais sejam, a associação entre o “nós/brancos” (definidor do padrão identitário estético-étnico do enunciador, no sentido de positividade) de classe média alta (definidor da situação econômica superior do enunciador) em oposição ao “eles/nordestinos” não-brancos (negros, índios e mestiços, os quais comporiam a base da hierarquia social brasileira), subjugados economicamente pelo “turismo sexual” (suposta necessidade econômica do Nordeste em relação ao Sul-Sudeste, que estabelece a relação econômica-espacial-cultural entre ambos nesse enunciado) a que estão submetidos. Mais uma vez, as relações de superioridade se expandem, reveladas não apenas pelas condições políticas, econômicas, educacionais, estéticas, mas também sexuais. O enunciador finaliza com #FATO. Isto é, com o “é porque é”.

O padrão fenotípico caucasiano é associado ao ideal de beleza, enquanto aqueles comumente identificados aos povos ameríndios e negros são considerados, explícita ou implicitamente, como “periféricos”. Metaforicamente, a pobreza e o atraso têm corpo e rosto, sendo corporificados na forma dos traços estéticos humanos. O “branco” está em cima e dele decorrem os ideais de “beleza”, “riqueza”, “razão”, “inteligência” e “poder sexual”, de modo que nos enunciados analisados parece ser possível substituir “não-nordestino (Sul/Sudeste)” por qualquer um dos demais atributos identitários. A imagem de si se conforma pelas seguintes cadeias de significantes, construídas metaforicamente pela possibilidade de definir ontologicamente o “nordestino” e o “não-nordestino” (metáfora ontológica) pela forma como esses significantes podem ser substituídos (metáfora estrutural) pelos atributos positivos ou negativos que os compõem (metáfora de orientação):

(III) Nordeste ↔ ser não-político ↔ ser sem posses ↔ ser ignorante ↔ ser irracional ↔ ser não-branco ↔ ser feio ↔ ser sexualmente inferior ↔ ser semi-humano ou não-humano;

(IV) Não-nordestino ↔ ser político ↔ ser de posses ↔ ser inteligente ↔ ser racional ↔ ser branco ↔ ser belo ↔ ser sexualmente poderoso ↔ ser humano (a seta bidirecional se refere à possibilidade de um termo adquirir sentidos do outro nessa formação discursiva).

Nesse discurso, pode-se observar a retomada de signos oriundos do antigo domínio científico naturalista no âmbito do senso comum. Do discurso naturalista outrora constituinte ao discurso do senso comum, o qual se “alimenta” de seus significados sem o rigor científico.

Ao se postular a existência de “dois brasis”, com geografias diferentes, colonizações diferentes, heranças diferentes, culturas diferentes e economias diferentes, o biológico e o social se atravessam de forma determinista. A bipolarização entre as características atribuídas a si e ao outro cria uma linha transversal na qual a desumanização do outro é proporcional à humanização de si e do seu grupo, de modo que o “nordestino”, nesse caso, passa a ser visto como elemento exógeno, estranho e indesejado, pois pertencente a outro espaço simbólico. Nesse sentido, legitima-se não apenas a expulsão daqueles que já “infectaram” o lugar que outrora fora puro (mito da pureza das origens), no caso o Sul e o Sudeste, mas também a separação radical entre ambos. Vejamos os enunciados abaixo:

E13. @Sou_PSDB/SÃO PAULO – MEU PAÍS: Vocês #nordestinos que *infectam* #São Paulo, devem pegar o pau de arara e voltar pro #Nordeste de #Lula e #Dilma. #SÃO PAULOMEUPAÍS #SOMOSP (EDUQUIM, 2010. Grifos nossos).

E14. Porque não *separam* logo São Paulo do Brasil? Vamos virar um *país independente*. Foda-se os nordestinos! (EDUQUIM, 2010. Grifos nossos).

E15 DEVERIA SEPARAR A PORRA DESSES NORDESTINOS DO BRASIL. SÓ FAZEM MERDA.. (EDUQUIM, 2010. Grifos nossos).

E16. Sou bem a favor de um *muro* separando sul/sudeste do norte/nordeste JKHSADFUIHFDIAFSDUI (RUPP, 2010. Grifos nossos).

E17. *Dividam o Brasil no meio*, me nego a ser da mesma *nação* dos nordestinos. #oposicao (FERRARI, 2010. Grifos nossos).

E18. Tinham que *separar* o Nordeste e os *bolsas vadio* do Brasil" e "Construindo câmara de gás no Nordeste matando geral (REDAÇÃO DIARIODONORDESTE, 2010. Grifos nossos).

Em E13, o nordestino é metaforizado como uma doença ou parasita, haja vista a sua capacidade para infectar o corpo social de São Paulo. É interessante ver a relação não apenas metafórica, mas também metonímica, de modo que as características identitárias atribuídas ao corpo dos indivíduos representam em maior escala aquelas atribuídas ao corpo social. O todo é tomado, portanto, pelas suas partes. Nesse enunciado, o enunciador cria a imagem de “si” e do “nós” através da mesma concepção de espaço (SÃO PAULOMEUPAÍS/#SOMOSSP), em oposição ao lugar do outro, o “#Nordeste de #Lula e #Dilma”, demonstrando que a invasão ao espaço simbólico do seu povo (corpo social) implica a invasão do seu espaço simbólico

(corpo individual). O “nordestino”, seja como pessoa, seja como povo, representa o exógeno em situação de parasitismo, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais quanto aos biológicos.

As metáforas separatistas são retomadas também nos enunciados subsequentes, nos quais se utilizam termos como *separar* (E14/E18), *muro* (E16) e *dividir* (E17). É interessante notar que os substantivos “muro”, no E16, e “câmara de gás”, no E18, parecem se relacionar com eventos históricos de outras culturas e países para expressar a necessidade de separação entre os grupos no Brasil. O “Muro de Berlim”, o muro que separa os EUA do México e o que separa Israel da Palestina são exemplos de construções que possibilitam visualizar os sentidos possíveis para tais metáforas. A imagem do muro no discurso separatista parafraseia na atualidade as práticas históricas que têm possibilitado organizar, categorizar e dispersar cognitivamente as diferenças entre os “dois brasis” oriundas desde o século XIX, funcionando, ao que parece, como metáfora da separação e metonímia da proteção.

No caso da câmara de gás, os sentidos expressos adquirem maior grau de ofensividade, haja vista que, não sendo a separação suficiente, deve-se aniquilar o outro. A mera existência deste, bem como a sua possibilidade de intervir nos projetos de país, gera desconforto e perigo. De forma semelhante ao extermínio do povo judeu pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e o “Holocausto”, nessa perspectiva, é necessário matar o nordestino, em consonância com o que se afirma em E1. À cadeia de significantes “nordestino ↔ ser não-político ↔ ser sem posses ↔ ser ignorante ↔ ser irracional ↔ ser não-branco ↔ ser feio ↔ ser sexualmente inferior ↔ ser semi-humano ou não-humano”, incorporamos um novo significante, o de parasita, devido à suposta capacidade do “nordestino” de adoecer os seus hospedeiros em decorrência das suas necessidade de sobrevivência. Assumindo a seguinte relação:

(V) Ser nordestino ↔ ser não-político ↔ ser sem posses ↔ ser ignorante ↔ ser irracional ↔ ser não-branco ↔ ser feio ↔ ser sexualmente inferior ↔ ser semi-humano ou não-humano ↔ ser parasita.

A nosso ver, a expansão dos programas sociais do Governo Federal destinados às populações mais pobres no território nacional desde o início do século XXI, como é o caso do Bolsa-Família, tem transformado tal programa no novo conceito prototípico de definição da Região no discurso analisado. É como se o Bolsa-Família tivesse se transformado no novo conceito organizador desse esquema/sistema conceitual cognitivo-discursivo, de modo que,

embora nacional, o referido programa parece ser visto como regional. Falar sobre o Bolsa-Família é falar também sobre o Nordeste, assim como o contrário. Isto é, há uma associação entre os conceitos e eles são parcialmente substituíveis, de modo que, ao se falar em Bolsa-Família, tende-se a lembrar do Nordeste e, ao se falar do Nordeste, tende-se a lembrar do Bolsa-Família. Por analogia a Muniz (2010), parece se fundar no país um novo discurso do Nordeste, o qual retoma os sentidos anteriores pela sua associação a programas sociais como esse.

Tal Programa seria, cada vez mais, o identificador das relações de subserviência e atraso da região Nordeste às vistas dos não-nordestinos (ou nordestinos que se identificam com o discurso analisado). A estereotipia historicamente consolidada acerca da raça-etnia-cor emerge sob a ótica (neo)liberal para se opor ao assistencialismo, ao parasitismo e à improdutividade fomentados pelo Programa na já historicamente indolente região Nordeste. Através da relação entre ambos, tem-se transformado o olhar sobre o “coronelismo”. Se no decorrer do século XX, essa prática política parece ter se consolidado como fundadora de certo olhar sobre o Nordeste, relegando-se, portanto, quase que exclusivamente à questão regional, na última década, teria havido uma espécie de nacionalização do coronelismo, na qual o Governo Federal é personificado na figura dos “antigos senhores” que manipulavam a população em busca de votos e o Nordeste é personificado na figura dos “indivíduos miseráveis” que trocam os seus votos por artigos de subsistência, no caso, pelos valores recebidos do referido Programa.

Nesse viés, o Governo Federal assume o lugar personificado dos que historicamente se beneficiam dessas relações, reforçando a imagem da Região no âmbito do que ficara conhecido como “curral eleitoral”. Segundo esse discurso, através do suposto assistencialismo, o Governo Federal conseguiria se aproveitar do atraso da Região e da inferioridade do seu povo para angariar votos e se manter no poder, o que tem ocasionado o fortalecimento nacional da antes restrita cultura da improdutividade, da corruptibilidade, da ignorância e do atraso dos povos do Nordeste. O corpo nacional, de uma só vez, reproduz as antigas práticas restritas a apenas uma região e acaba por ameaçar as regiões que ainda não haviam sido afetadas. De acordo com o enunciador, deve-se eliminar ambos os “parasitas” para sanar a doença, como podemos ver nos enunciados a seguir:

E19. O pior é pensar que o Nordeste escolhe o Presidente, mas *nós é que pagamos a conta...*Deplorável. #euquero45 (FERNANDO, 2010. Grifos nossos)

E20. #Orgulhodesernordestino = orgulho de *roubar*, dormir, transar, comer, receber *bolsa família*, lan house e discutir com a *elite*. (CESARIO, 2010. Grifos nossos)

E21. Mas é a real a gente no sul q paga pra esses nordestinos de merda terem o *bolsa família* e *votarem* (CESÁRIO, 2010. Grifos nossos)

E22. Eu vou dormi pq amanhã eu tenho que ralar pro #PT me roubar e dar pros #*bolsatudo* do norte e *nordeste* → (ZILNET, 2010. Grifos nossos).

E23. LUTOBRASIL QUERO UM BRASIL SEM O NORDESTE. SONEGAÇÃO JÁ. VAMOS ESVAZIAR OS COFRES PUBLICOS. E DAR FIM AO *BOLSA VAGABUNDAGEM* (EDUQIM, 2010. Grifos nossos).

E24. #orgulhodesernordestino orgulho do que de ser o povo que vive de *bolsa do lula*? Que não trabalha pelo país? Ignorância é mato pra esse povo (EDUQIM, 2010. Grifos nossos).

E25. Claro, estão numa boa ganhando *bolsa-voto* sem precisar fazer nada. E ainda tem #orgulhodesernordestino. Me poupe (COELHO; MESQUITA, 2011. Grifos nossos).

No *Twitter*, os usos do símbolo # (*hashtag*) dispõem as mensagens de acordo com o tópico discutido. Nesse caso, trata-se de um diálogo virtual mantido por diferentes internautas de diferentes regiões, em especial, dos diferentes estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A rede social os une como se estivessem fisicamente presentes em um mesmo espaço. Os tópicos acabam por funcionar como signos que se destacam entre os demais como organizadores metafóricos cognitivos de uma dada conversação. Termos como #euquero45, em E18, #orgulhodeserpaulista, em E9 e E18, #SÃOPAULOMEUPAÍS e #SOMOSP, em E13, estão entre os tópicos mais utilizados nesse contexto, opondo-se às expressões #orgulhodesernordestino por internautas que se opõem à cadeia de significantes analisada. A oposição entre ambas, #orgulhodeserpaulista e #orgulhodesernordestino, se expressa de forma mais clara em E9, E23, E24.

O signo “bolsa” funciona como organizador privilegiado da variedade de metáforas associadas ao parasitismo da região Nordeste. As justaposições do substantivo “bolsa” a distintos substantivos ou adjetivos demonstram a forma pela qual esse significante tem se tornado central, fundamental na organização desse olhar sobre o Nordeste, sustentado pelo discurso (neo)liberal, no qual o indivíduo é constituído na/pela moral do trabalho produtivo capitalista. Nesse viés, as explicações para o sucesso ou fracasso dos indivíduos em sociedade decorrem do que se considera ser seu esforço para manter ou transformar a sua própria

situação. As ações sociais consideradas medidas inibidoras da lógica do trabalho produtivo são enquadradas como medidas assistencialistas, no sentido de que sobrecarregam os indivíduos produtores em função dos não-produtores.

No caso analisado, a crescente associação entre coronelismo, assistencialismo e políticas sociais do Governo Federal no que concerne à região Nordeste parece ter tornado o significante “bolsa” uma espécie de “atrator sistêmico” da cadeia semântica que associa o Nordeste ao parasitismo, possibilitando a emergência de diferentes metáforas que (re)esquemmatizam e (re)distribuem cognitivamente sentidos antigos em novos dizeres históricos.

O fato de o presidente brasileiro no período de 2002 – 2010, Luiz Inácio Lula da Silva, ser tanto do Nordeste quanto do PT estabelece essa associação imagética entre os programas sociais do Governo e os benefícios à região Nordeste. A relação entre ambos, Governo e Região, nesses termos, (re)funda o imaginário do coronelismo e do assistencialismo no Brasil sob novas formas, incorporando novas questões em decorrência do momento histórico em que ocorre. Retomando os enunciados utilizados até o presente momento, podemos destacar os seguintes exemplos: “bolsa 171”, em E3, “bolsas vadio”, em E18, “bolsatudo”, em E21, “bolsa vagabundagem”, em E22, “bolsa do lula”, em E23 e “bolsa-voto”, em E24. Juntamente com o uso dos termos “bolsas do governo”, em E19, e “bolsa família”, em E20, podemos relacioná-los da seguinte forma:

(VI) Bolsa-Família ↔ bolsas do governo ↔ bolsa 171 ↔ bolsas vadio ↔ bolsa vagabundagem ↔ bolsa-voto ↔ bolsa do lula (identificado como o responsável pelo Programa).

A cadeia associada ao Nordeste e a cadeia associada às bolsas coexistem separadamente e em diferentes situações enunciativas, pois (I) a representação do Nordeste como região parasitária do país é anterior à existência dos próprios programas de assistência do Governo; (II) os imaginários que definem os indivíduos por meio das suas relações de produção na sociedade de trabalho capitalista são decorrentes da própria reorganização político-econômica da sociedade brasileira desde fins do século XIX; (III) os diferentes auxílios criados desde o início do século XXI não se destinam exclusivamente à Região, tratando-se, portanto, de programas nacionais para cidadãos brasileiros que possam se encaixar nos requisitos necessários para a sua obtenção.

Não obstante, a constituição imaginária do Nordeste como lugar da pobreza e da miséria, os avanços da ótica individualista do capitalismo neoliberal no país a partir da década de 1990 e os números alarmantes da situação social de parte significativa da população da Região têm possibilitado a aproximação das cadeias:

(1) Ser nordestino é ↔ ser não-político ↔ ser sem posses ↔ ser ignorante ↔ ser irracional ↔ ser não-branco ↔ ser feio ↔ ser sexualmente inferior ↔ ser semi-humano ou não-humano ↔ ser parasita;

(2) Bolsa-Família ↔ política de assistência ↔ auxílio do governo ↔ coronelismo ↔ assistencialismo ↔ corrupção econômica dos corpos “individual” e “social” ↔ corrupção política ↔ compra de voto ↔ fraude ↔ (171) ↔ improdutividade ↔ vadiagem ↔ vagabundagem ↔ não-meritocracia ↔ injustiça social ↔ parasitismo social;

Por oposição a:

(3) Não-nordestino ↔ ser político ↔ ser de posses ↔ ser inteligente ↔ ser racional ↔ ser branco ↔ ser belo ↔ ser sexualmente poderoso ↔ ser humano superior;

(4) Ser cidadão ↔ inclusão na sociedade de mercado ↔ trabalho produtivo ↔ consumismo ↔ capacidade econômica ↔ capacidade política ↔ individualismo ↔ meritocracia ↔ indivíduo política e economicamente produtivo.

Na última década, tem ocorrido o aprofundamento dessa oposição regional, aproximando, de um lado, os já-ditos metafóricos “ser nordestino é ser parasita” e “Bolsa-Família é parasitismo social” na configuração semântica do ser nordestino e, de outro, como contraparte identitária constituinte a essa cadeia, “ser não-nordestino é ser superior” e “ser cidadão é ser um indivíduo política e economicamente produtivo”, organizando cognitivamente e historicamente os imaginários associados aos não-nordestinos, principalmente, do Sul e do Sudeste. Assim, as definições de “si” e do “outro” nesse discurso regional emergem na interface entre diferentes discursos, entre os quais o discurso político, o discurso econômico, o

discurso educacional, o discurso racial (incluindo o aspecto estético), o discurso de gênero e o discurso naturalista, conformando as metáforas emergentes distribuídas que analisamos.

Essa sobredeterminação de sentidos referente à polarização do “nós não-nordestino” e do “outro nordestino”, gerando sentidos diametralmente opostos no que concerne à positividade e à negatividade, é fruto de um ponto de inflexão discursivo específico que funda uma dada formação discursiva, na qual se pode dizer e compreender os sentidos possíveis dessa cadeia de significantes. Por meio dela, legitima-se um dado posicionamento (imaginado) sobre o mundo, responsável por possibilitar e autorizar o que se pode e deve ser dito para que haja uma identidade enunciativa nesses grupos. A internalização do sistema de restrição discursivo estabelecido pelo “Nordestino é parasita do Estado brasileiro produtivo” possibilita a emergência de um conjunto de dizeres como “verdadeiros”.

Cada enunciação retoma ditos e não-ditos das demais no mesmo contexto virtual, o qual passa a se configurar com uma espécie de ambiente de interação e se materializa como memória discursivo-cognitiva externalizada. O todo da cadeia de significantes não está em nenhum dos autores e nem mesmo no ambiente virtual. A memória, seja ela a “interna”, seja ela a “externa”, é dinâmica e determinada pela sua remissão ao exterior. Nas condições de produção analisadas, a eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2010, funciona como evento histórico e impulsiona um conjunto de reações de favoráveis e de opositores aos resultados. O fato social é internalizado e integrado a esquemas cognitivos anteriores, distribuídos, compartilhados e memorizados “interna” e “externamente”.

Como diálogo, as postagens nas redes sociais fazem retomadas dos ditos referentes a esse assunto em um mesmo período, funcionando como uma espécie de eixo paradigmático, isto é, vertical, para nos utilizarmos dos termos de Courtine (1981). Já-ditos anteriores a respeito desse tema são retomados por uma memória tanto interna, na medida em que as experiências imaginadas de mundo se tornam pensamento humano, quanto externa, pois a retomada de notícias jornalísticas, matérias televisivas, comunicados da justiça eleitoral e dizeres dos demais participantes fazem parte do mesmo ambiente cognitivo-discursivo no qual se realizam as interações entre esses internautas. O próprio evento passa a ser categorizado pela mídia como uma espécie de “Onda de preconceitos contra nordestinos na internet”.

Tais sujeitos, ao manifestarem mensagens de repúdio ao outro negado, têm consciência de suas ações, sem, no entanto, serem capazes de avaliar pelos seus próprios processos cognitivos a complexa teia de relações dos distintos fatores que possibilitam dizer o que dizem, pois, a um só tempo, não há coincidência de si consigo mesmo, da intenção do

dito com o “eu essência puramente racional” e do dito com o mundo, na medida em que não há relação fixa entre as formas da linguagem e as formas do mundo. A cada novo acontecimento discursivo, reorganiza-se o esquema prévio, que é atualizado por meio de novas “formas criativas”. Logo, o nível de consciência sobre considerar que “X é Q” é preconceito não significa que se tenha consciência (a) dos processos cognitivos envolvidos para que se tenha essa reação; (b) dos impactos morais que tais enunciados podem desencadear, haja vista que dependem da reação de várias instâncias além de si mesmo, tais como jurídicas, organizações sociais, grupos ofendidos, etc.; (c) dos processos materiais históricos que tornam essa assertiva possível de ser dita e significada.

Antes de passarmos aos enunciados referentes às eleições presidenciais de 2014, vejamos, respectivamente, quatro enunciados que tomaram proporção nacional em três ocasiões distintas, a saber, na derrota da equipe de futebol do Flamengo para equipe de futebol do Ceará, em 11 de maio de 2011, no evento que ficou conhecido como “Apagão do Nordeste”, em 25 de outubro de 2012, e no contexto que ficou conhecido por “Manifestações de Junho”, em 18 de junho de 2013.

E26. Esses nordestinos *pardos, bugres, índios*, acham que têm *moral*, cambadas de *feios*. Não é a toa que não gosto desse tipo de *raça* (11 de maio de 2011) (VALOTA; COELHO, 2011).

E27. 90% da população do nordeste (*negros*) estão desaparecidos neste *apagão* (REDAÇÃOCHAMADAGERAL, 2012).

E28. Apagão no Nordeste marcou o início dos programas do governo Dilma “*Meus vagalumes, minha vida*” e ao “*Bolsa Lamparina*” #Apagão (REDAÇÃOCLICAPIAUI, 2012)

E29. Por que não acontecem *manifestações* no norte e nordeste? É lá que elegem os *políticos corruptos* do Brasil! (INFOONLINE, 2013)

Nos dois primeiros casos, novamente, milhares de mensagens inundaram as redes sociais *Facebook* e *Twitter*, enquanto, no último, apenas algumas mensagens chegaram a tomar proporções nacionais. Interessa notar, a manutenção dos mesmos padrões semânticos ao longo do período que vai de 2010 a 2013, considerando as mensagens avaliadas até então. Nos dois primeiros enunciados, há a retomada do discurso racial como forma de

inferiorização do nordestino, o qual seria desvalorizado pela sua descendência tanto dos povos indígenas quanto dos povos africanos. Também nesses casos, a herança racial aparece diretamente vinculada às qualidades culturais dos povos, aproximando determinação da natureza e da cultura.

Segundo Muniz (2011), o discurso racial, oriundo do paradigma naturalista desenvolvido no século XIX no Brasil, funciona como uma espécie de modelo explicativo das diferenças regionais e dos atributos de cada povo. Com a colonização do branco europeu, funda-se a suposta civilização brasileira de acordo com as características da civilização europeia. No entanto, a miscigenação entre os distintos povos e a presença de índios e negros na região Norte (atual região Nordeste e parte da atual região Norte), segundo a perspectiva das teorias raciais, teria fundamentado as explicações científicas sobre o seu atraso social, político e econômico. Diferentemente disso, a “nova colonização”, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, destinada principalmente à região Sul (que hoje engloba Sul e Sudeste), teria selado a construção de um “Novo Brasil”, mais branco, mais civilizado, mais trabalhador, mais belo e mais rico.

Assim, os imaginários oriundos do século XIX, fundados no saber científico da época, continuam atuais e permeiam os dizeres do que poderíamos chamar de senso comum. Ainda que destituídas de autoridade científica na atualidade, as explicações raciais continuam a circular e a “explicar” o suposto atraso de alguns povos frente aos outros. Não se trata apenas do olhar sobre o Nordeste, mas da forma pela qual os imaginários referentes a pardos, negros e índios parecem se fundir para constituir um dado olhar sobre o Nordeste. No que concerne ao racismo, negros e índios sofrem discriminação em todo território nacional, mas, quando “encaixados” na cadeia conotativa atribuída ao Nordeste, ocorre uma espécie de sobredeterminação dos sentidos, através da qual a categoria de Nordeste passa a determinar as outras duas.

Nesse sentido, pardos, negros e índios passam a ser considerados “inferiores” não apenas em decorrência dos seus atributos herdados pela natureza e cultura dos seus povos, mas também pelos demais atributos associados ao “ser nordestino”, tais como miséria, fome e desemprego. Nesse sentido, as distintas cadeias parecem funcionar como sistemas complexos, à medida que suas existências independentes adquirem novas conotações quando estão em relação. No caso avaliado, além das relações entre elas, há a sobredeterminação do significante Nordeste sobre os demais. No sentido inverso, os significantes pardos, negros e índios contribuem para a conformação semântica desse imaginário sobre o Nordeste, mas não funcionam mais de forma independente ou pela simples soma.

Ao contrário disso, as conexões do todo não podem mais ser reduzidas às partes em separado, como se se tratasse da simples adição de questões raciais, políticas, econômicas, educacionais, estéticas e sexuais. Ao se ajustarem à FD analisada, um sentido sobredetermina os demais, fruto de uma dada conjuntura histórica e de um dado acontecimento discursivo. Ele não se torna universal, nem fixo, mas tende à estabilidade. Em outros acontecimentos, novos sentidos podem surgir e novos significantes podem ser incorporados a esse sistema semântico, possibilitando novos ditos com as mesmas axiologias.

Vejam os casos de E28, em que duas novas metáforas surgem a partir da mesma cadeia semântica avaliada, focando na relação entre Governo Federal, Nordeste e programas sociais. Nele, o sujeito enuncia duas novas formas textuais, a saber: “Meus vagalumes, minha vida” e “Bolsa Lamparina”. Os coenunciadores (os demais sujeitos componentes desse diálogo virtual) só poderão compreender o sentido atribuído a essas “novas formas” se eles mobilizarem na memória discursivo-cognitiva a relação entre o acontecimento discursivo “Apagão no Nordeste”, noticiado na internet, na mídia impressa e na mídia televisiva, e os programas sociais do Governo “Minha Casa, Minha Vida” e “Bolsa-Família”, os quais fundamentam os deslocamentos, respectivamente, de “Meus vagalumes, minha vida” e de “Bolsa Lamparina”.

A competência discursiva não decorre, portanto, de estruturas lógicas *a priori*, mas da internalização de estruturas discursivas semi-estáveis, tais como “Nordeste é parasita” e “programas sociais são parasitismo social”, que estão em constante relação com o exterior histórico, que lhes determina as possibilidades semânticas quando transformadas em real pensado pelos sujeitos. Os efeitos de sentido serão “bem apreendidos” quando o leitor conseguir realizar essa triangulação entre o referido acontecimento discursivo, os programas sociais do Governo e o Nordeste no sentido de uma desvalorização desse último, simbolizado no âmbito da negatividade pela sua associação histórica à dependência das políticas de assistência e em decorrência do seu suposto atraso nos mais diversos aspectos humanos.

No caso do significante Bolsa-Família, como dissemos, ele parece funcionar, cada vez mais, como atrator para novas metáforas que atualizem já-ditos sobre o Nordeste. A crescente associação da Região a esse programa social faz com que novas metáforas emergentes distribuídas possam surgir e adquirir novos sentidos pela sua historicidade. Não se trata, assim, da criação de novas formas discursivas por parte de um indivíduo, mas da forma como o real histórico possibilita aos sujeitos pensar e colocar em relação “já-ditos” na forma de “agora-ditos”. Da relação constituinte entre ambos, a qual supõe metáforas, não-ditos e implícitos mobilizados para a produção do sentidos em um dado ambiente discursivo-

cognitivo, irrompe a língua e o pensamento como acontecimentos discursivos. A suposta evidência dos sentidos decorre dos esquecimentos necessários aos sujeitos, que emergem como instâncias finitas em uma dada prática discursiva. O todo é inapreensível, embora representável por sistemas de restrição discursivos.

É por meio desses mesmos sistemas metafóricos que podemos compreender E29, o qual “culpa” a região Nordeste pela manutenção da corrupção nacional. Em um novo contexto, as “Manifestações de Junho de 2013”, novos ditos redizem o antigo. Há, portanto, uma relação parafrástica entre todos os enunciados, que, embora não se utilizem das mesmas formas linguísticas, estão em padrão de coerência semântico pelos não-ditos que constroem seus sentidos possíveis. Como vimos, a corruptibilidade do nordestino parece estar associada à sua situação de miséria, a qual o torna passível de se vender de diferentes formas, com o fito de manter a sua sobrevivência. Seu voto não representa, assim, a “consciência política” necessária a cada cidadão para o bom uso do Estado democrático. Embora o voto do nordestino seja quantitativamente equivalente ao de qualquer outro brasileiro, seu voto implicaria a relação quase natural entre as necessidades de sobrevivência dos subjugados e as necessidades políticas dos poderosos. Nessa ótica, o escambo entre voto e produtos, antes regional, parece ter se tornado nacional, decorrente das novas formas políticas de manter as antigas relações coronelistas e assistencialistas que mantêm o país no atraso econômico e político.

As Manifestações acabaram por funcionar como eventos impulsionadores desse novo enunciado. Novas situações históricas movimentam o sistema semântico que define o Nordeste no quadro da inferioridade e do parasitismo. O “outro nordestino” reaparece como inimigo nacional e como raiz dos problemas fundamentais da sociedade brasileira. Sua emergência garante a possibilidade de irrupção da sua contraparte, o “nós não-corrupto”, manifestante, consciente politicamente e independente economicamente. A mesma cadeia conotativa “cria” a imagem do enunciador com os atributos desejados e a imagem do seu outro constitutivo com os atributos negados.

Nas eleições de 2014, quatro anos após os primeiros enunciados do nosso *corpus*, novamente, o “outro nordestino” ressurgiu como o culpado pelo atraso do país, retomado na imagem de parasita, miserável, indolente, etc. Os eventos antigos passam a compor a memória cognitivo-discursiva a respeito desse significante. Como nos diz Pêcheux (2009), o pensável. Nessa ocasião, as proporções tomadas parecem ter sido ainda maiores e, diferentemente de 2010, começaram antes mesmo do resultado final. Nessas eleições, no segundo turno, a

presidenciável Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), concorria com o presidenciável Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PDSB).

A possibilidade de vitória de Dilma Rousseff aparece como a manutenção daquilo que havia sido manifesto por milhares de internautas após a sua eleição em 2010, momento em que a região Nordeste e, em menor escala, a região Norte passaram a figurar como as “responsáveis” pela manutenção do Partido dos Trabalhadores no poder. Não apenas o resultado das eleições, mas a própria reação de milhares de eleitores, principalmente, das regiões Sul e Sudeste, passaram a compor uma dada memória cognitivo-discursiva, aquela que associa as características atribuídas ao partido do Governo às características imputadas à região Nordeste, bem como o inverso. Nesse contexto, uma internauta salienta:

E30. Se Dilma ganhar, vou inclusive concordar com os *sulistas* quando eles xingarem os *nordestinos* como fizeram em 2010 (GARCIA, 2014. Grifos nossos).

O exemplo acima retoma o evento “xingamento aos nordestinos em 2010” como memória no evento “eleições presidenciais 2014”. A depender do resultado dessas eleições, a autora revela que passará a concordar com a forma pela qual o significante “nordestinos” se encaixa na cadeia de significantes avaliada. Isso não implica que esse sujeito esteja apto a mobilizar por completo a complexa teia de relações cognitivo-discursivas sincrônicas e diacrônicas que tornam o “nordestino” passível de culpa. No entanto, a internauta parece compreender o sistema de restrição discursivo no qual o “nordestino é parasita”. O voto deste, portanto, é não-legítimo e não-autorizado segundo a perspectiva do enunciador, que se põe ao lado dos que veem, na possibilidade de manutenção do PT no poder, o perigo da nacionalização das características que fazem com que o Nordeste seja o Nordeste. Isto é, a associação dos significantes “Dilma” e “Nordestino” nessa cadeia parece representar, de forma metafórica, o atraso, de modo que os significados referentes à região Nordeste passariam a sobredeterminar aqueles associados à ideia de Brasil governado pelo PT.

Se, em 2010, o Bolsa-Família figurava entre os principais organizadores cognitivo-discursivos desse imaginário sobre o Nordeste, em 2014, é evidente a hegemonia desse significante nessa cadeia conotativa, na qual as milhares de mensagens das eleições anteriores passam a funcionar como memória discursiva que possibilita consolidar o suposto parasitismo do Nordeste por meio da sua dependência a distintos mecanismos considerados anti-produtivos economicamente, dentre eles, fundamentalmente, o Bolsa-Família.

Em 2014, a ideia de “dois brasis” reaparece de forma mais marcante. Na rede social *Tumblr*, por exemplo, surge um grupo intitulado “esses nordestinos”, que funciona de forma semelhante aos tópicos “#orgulhodeserpaulista”, “#SÃOPAULOMEUPAÍS”, “#SOMOSSP” e “#Apagão” nos casos das eleições presidenciais de 2010 e do “Apagão do Nordeste”, respectivamente.

No entanto, a mudança mais evidente em relação ao cenário eleitoral de 2010 é o fato de, em 2014, às “vozes anônimas” do senso comum, tais como estudantes, torcedores e cidadãos sem algum tipo de identidade profissional ou institucional, terem se somado grupos definidos por interesses e identidades de classe, entre eles, os médicos. Descontentes com os programas sociais criados para atuar no campo da saúde, como é o caso do “Mais Médicos”, as disputas da categoria com o Governo assumiram notoriedade pública em decorrência das mensagens de alguns médicos na comunidade intitulada “Dignidade Médica”, espaço virtual de sociabilidade e de troca de informações entre esses profissionais. A presença das mesmas metáforas analisadas nos demais casos em grupos com um maior grau de formação educacional e com funções sociais marcadamente institucionalizadas demonstra como linguagem ordinária e linguagem científica se atravessam. Vejamos os enunciados a seguir:

E31. Castração química a este *povo incauto* (FORUMVGBR, 2014. Grifos nossos).

E32. 70% de votos para Dilma no Nordeste, médicos do Nordeste causem um *holocausto* por aí! Temos que mudar essa realidade!! (FORUMVGBR, 2014. Grifos nossos).

E33. Deve ser *pobre, burro* ou *chupim de bolsa-qualquer coisa...esmoleiro...* (FORUMVGBR, 2014. Grifos nossos).

E34. Bahia tá nos ferrando...Muitos eleitores, diferença muito grande! Que droga! ;/ Nessas horas, juro que queria que meu país fosse uma *união de Sul-Sudeste-Centro-Oeste...* (FORUMVGBR, 2014. Grifos nossos).

O primeiro enunciado, E31, retoma os discursos higienistas e eugenistas que circularam abundantemente em diferentes países ocidentais ao longo dos séculos XIX e XX. Se hoje essa prática, outrora considerada científica, pode ser vista como pré-científica, pelo

menos no que concerne às nações ditas ocidentais, a “castração química” já foi dotada de autoridade científica e figurou como uma das alternativas para a “cura social” de supostas doenças hereditárias. Grupos considerados indesejados em muitos dos países ditos civilizados, como criminosos, manifestantes, presidiários, loucos, mulheres histéricas, negros, entre outros, foram afetados por tais práticas. Além de não constituírem o padrão identitário hegemônico, esses grupos eram considerados perigosos às sociedades das quais faziam parte em decorrência dos supostos riscos de manutenção das suas características biológicas por meio da reprodução (SCHWARCZ, 1993).

No Brasil, os discursos higienista e eugenista foram tão presentes quanto na Europa e na América do Norte. Havia tanto uma prática médica dedicada a esses estudos quanto uma jurídica, na qual renomados juristas almejavam criar uma jurisdição que desse mecanismos legais para a normatização desses tipos sociais. Conceitos que hoje seriam considerados “não-científicos” ou “pré-científicos” circularam entre dois dos discursos mais importantes para a formatação das sociedades ditas civilizadas nos séculos XIX e XX, a saber o discurso Médico-Higienista e o discurso da Antropologia Criminal (SCHWARCZ, 1993).

Considerando E31, a competência técnico-científica do autor do enunciado, adquirida por sua formação acadêmica, o habilita ao uso do significante “castração química”, de modo que, sendo um termo corrente no discurso médico em outros momentos da história da profissão, o mesmo possui relativa competência sobre os seus sentidos. Pode-se dizer, portanto, que o enunciador domina esse conhecimento técnico o suficiente para gerar efeitos de sentido específicos e se comunicar com os demais atribuindo sentidos à categoria “povo nordestino”. Não obstante, sua intencionalidade e consciência não são capazes de esgotar o sentido do que diz, de modo que não é possível retornar ao “eu criador” do enunciado e mapear a sua “intencionalidade” no intuito de descobrir qual é o verdadeiro sentido pretendido para o dito. Todavia, é possível associá-lo a um conjunto de outros enunciados, em situação de paráfrase, que possibilitam a emergência desse pensamento no sujeito.

Em E32, o enunciador sugere que os “médicos do Nordeste causem um holocausto”. Pode-se notar que há uma dupla identificação do enunciador, com o médico que sugere a castração química e com aqueles médicos que fazem parte da Região que poderá ser a responsável pela possível reeleição de Dilma Rousseff à presidência. Nesse sentido, há um Nordeste dos médicos e um Nordeste dos não-médicos, isto é, daqueles que se encaixam ou não na cadeia semântica avaliada. Os médicos, ainda que nordestinos, nesse caso, seriam identificados como:

(VII) Nordestino tipicamente não-nordestino ↔ ser político ↔ ser de posses ↔ ser inteligente ↔ ser racional ↔ ser branco ↔ ser belo ↔ ser sexualmente poderoso ↔ ser humano superior = Ser cidadão ↔ inclusão na sociedade de mercado ↔ trabalho produtivo ↔ consumismo ↔ capacidade econômica ↔ capacidade política ↔ individualismo ↔ meritocracia ↔ indivíduo política e economicamente produtivo.

Os excluídos desse padrão identitário devem sofrer, portanto, “castração química” e as consequências do “holocausto”. A esse respeito, é interessante notar a presença de dizeres associados ao período nazista em um conjunto de enunciados, os quais expressam (I) a desumanização do outro e a incitação à morte no caso de E1 (“O *nordestino não é gente*, faça um favor a São Paulo mate um nordestino afogado), (II) a exaltação estética e da superioridade racial, em E12 e E26 (respectivamente, “O #nordeste é um lugar onde *nós, pessoas brancas de classe média alta*, vamos fazer turismo sexual comendo umas baianinhas vagabundas. #FATO” e “Esses nordestinos *pardos, bugres, índios*, acham que têm *moral*, cambadas de *feios*. Não é a toa que não gosto desse tipo de *raça*”), (III) a associação do nordestino ao parasitismo, em E13 (@Sou_PSDB/SÃO PAULO – MEU PAÍS: Vocês #nordestinos que *infectam* #São Paulo, devem pegar o pau de arara e voltar pro #Nordeste de #Lula e #Dilma. #SÃO PAULOMEUPAÍS #SOMOSP) e (IV) os usos de termos como câmara de gás, em E18 (“Tinham que *separar* o Nordeste e os *bolsas vadio* do Brasil” e “Construindo câmara de gás no Nordeste matando geral”), e “castração química” e “holocausto”, em E31 e E32.

A construção do outro como parasita tanto interno quanto externo em relação ao espaço simbólico a ser preservado, somada à sua culpabilização por distintos problemas sociais, à necessidade de separação geográfica, cultural e biológica e à necessidade de eliminação desses indivíduos e das suas gerações futuras por meio da castração química apontam para a consolidação das metáforas que avaliamos, nas quais o “nordestino” aparece como o “outro negado”. No entanto, em comparação com o imaginário nazista, no qual o judeu representava o “parasitismo capitalista”, no caso do nordestino, sua desumanização ocorre pelas características contrárias, referentes ao “parasitismo não-capitalista”. Enquanto no caso alemão, a hipertrofia do Estado parecia se apresentar como o mecanismo fundamental de “salvação do povo alemão”, no caso brasileiro atual, esse imaginário se funda na ideia de atrofia do Estado na perspectiva do Estado neoliberal.

A cadeia conotativa expressa pelos médicos se assemelha aos outros casos analisados ao longo do período 2010-2014, ainda que se trate de diferentes acontecimentos discursivos.

Nesse viés, E33 e E34 estão em consonância com E31 e E32 no que diz respeito à identificação do “nordestino parasita biológico”, funcionando, portanto, como paráfrase da metáfora emergente distribuída avaliada, a qual sobredetermina os sentidos dos demais significantes enquanto já-dito em novas situações a partir de novas experiências discursivas. Em E33 e E34, os significantes “pobre”, “burro”, “bolsa-qualquer coisa”, “esmoleiro” e “união de Sul-Sudeste-Centro-Oeste” estão de acordo com o encaixe discursivo do nordestino como ser miserável, ignorante, parasitário dos programas sociais federais, corruptível, instintivo (figura natural do “animalesco”) e pertencente ao outro Brasil. A metáfora “Nordestino é parasita” funciona, portanto, como uma espécie de organizador cognitivo distribuído historicamente em determinados grupos que possibilita “já-ditos” serem parafraseados em “agora-ditos”. A mesma metáfora pode ser encontrada no seguinte texto, publicado por um jornalista mineiro em seu perfil no *Facebook*:

E35. To pensando aqui: nesta *onda internacional de plebiscito sobre separatismo*, a gente podia pensar em um *dividindo o Brasil em dois*: o do *norte/nordeste* e o do *sul/sudeste*. Dessa forma, a Dilminha, com patrocínio da Friboi, ficaria com seus *preguiçosos eleitores bolsistas* fazendo uma cesta em redes nordestinas e nos, com Aécio e demais *trabalhadores esclarecidos*, na “banda de baixo”, de mangas arregaçadas continuando a botar lenha na *produção* deste país..

O que acham?

Sabem que mais de 50% do eleitorado de Dilma são da “banda” de cima.....Detalhe: obviamente tem exceções por lá.....(TARGINO, 2014. Grifos nossos)

Nesse enunciado, novos acontecimentos reforçam a imagem de Nordeste, a saber: os plebiscitos internacionais (menção ao plebiscito através do qual a região da Catalunha decidiria a sua anexação ou não ao território espanhol). O texto legitima o discurso separatista existente no Brasil por meio de eventos discursivos internacionais, de modo que estes funcionam como fonte de autoridade para aquele. O separatismo se apresenta também nos enunciados das eleições de 2010. No entanto, a dicotomização do país nesse novo momento de decisão nacional dos representantes políticos parece adquirir conotações mais claras e mais explícitas. Os “dois brasis” do século XXI, Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, condizem com os “dois brasis” do século XIX, Norte e Sul. Da mesma forma, as características que definem

ambos são postuladas desde quando as teorias raciais funcionavam como modelos explicadores das contradições existentes na formação nacional brasileira, na qual a divisão do espaço se pautava pela suposta homogeneidade de alguns atributos herdados geográfica e racialmente. O Norte tropical e os povos nativos, negros e miscigenados em oposição ao Sul de clima “ameno” e dos povos brancos europeus.

Ademais, a oposição do termo “preguiçosos eleitores bolsistas” a “trabalhadores esclarecidos” e “produção” parecem retomar as características já apontadas nessa formação discursiva, a qual opõe trabalho e esclarecimento ao Nordeste. A “preguiça natural” do Brasil de cima seria oriunda da sua inaptidão à produção e da falta de educação que os torna inapto ao trabalho qualificado na sociedade brasileira. Desse modo, o enunciador constrói sinonimicamente o “ser nordestino” em relação aos já-ditos em 2010, retomando especificamente a seguinte relação:

(VIII) Brasil da “banda” de cima ↔ Norte/Nordeste ↔ eleitores de Dilma ↔ preguiçosos ↔ bolsistas ↔ trabalhadores não-esclarecidos ↔ trabalhadores não-produtivos.

Diz-se o mesmo de outro modo, como é típico das relações de paráfrase. O significante “bolsista”, em menção ao Bolsa-Família, novamente é retomado como organizador dos efeitos de sentido possíveis de serem compreendidos pelo “nós” a quem se destina a mensagem, unificando identitariamente o “grupo enunciador” em detrimento do seu antagonista. Assim, “Nordeste” e “nordestino”, mais uma vez, são qualificados pela associação entre as cadeias conotativas “Ser nordestino é parasita” e “Bolsa-Família é parasitismo social”, opondo-se ao “ser cidadão é ser indivíduo política e economicamente produtivo”, logo: nordestino é parasita do/pelo Bolsa-Família, meio pelo qual reforça a sua tendência a ser política e economicamente improdutivo.

Até o momento, os enunciados analisados foram publicados na forma de mensagens em distintas redes sociais, em especial, no *Facebook* e no *Twitter*. Isso implica dizer que os diferentes agentes sociais dessas mensagens se utilizaram de gêneros discursivos que impunham menor rigor tanto no que concerne aos usos lexicais quanto no que concerne à lógica argumentativa. Ou seja, ainda que possam se tratar de estudantes, médicos, jornalistas e outros profissionais, o espaço virtual utilizado permitia uma espécie de “posicionamento anônimo” sobre os acontecimentos discursivos, seja no caso das Eleições Presidenciais de 2010, seja no caso da derrota da equipe de futebol do Flamengo para a equipe do Ceará na

Copa do Brasil, seja no caso do “Apagão Elétrico” no Nordeste ou mesmo no das eleições presidenciais de 2014, haja vista que, independentemente dos contextos avaliados, as redes sociais parecem organizar um mesmo padrão enunciativo, isto é, mensagens privadas destinadas a serem compartilhadas com um grupo privado de seguidores, os quais foram “autorizados” a acompanhar os perfis pessoais e as publicações.

Os compartilhamentos de “*print screens*” (cópias das telas) foram responsáveis pela dimensão tomada por cada um dos enunciados de forma específica e por todos de forma geral, gerando as “(novas) ondas de preconceito contra o Nordeste na internet”. O compartilhamento dessas mensagens possibilitou que internautas teoricamente não-autorizados ou a quem não se destinava as mensagens tivessem contato e, concordando ou discordando, pudessem ser afetados por essas publicações.

Enquanto analistas do discurso, entendemos que o conjunto dessas mensagens se torna interessante não “por quem disse”, no sentido jurídico, mas “pelo que se disse”, pois evidencia os saberes sociais dos autores. Como afirma Foucault (2008), pelo “diz-se”. Por questões éticas, preferimos omitir os nomes e os perfis dos sujeitos analisados. O fato de se tratar de uma rede social, portanto, pública, não foi suficiente para que decidíssemos mencionar os nomes dos internautas. Ademais, suas identidades não eram necessárias à montagem do *corpus*, tampouco ao percurso analítico.

Com a análise, importa-nos demonstrar o funcionamento da linguagem por meio da emergência e da dispersão de determinadas metáforas, as quais são responsáveis pela organização do pensamento humano e pela produção de sentidos nos diferentes ambientes de interação vivenciados ao longo da nossa existência enquanto indivíduos concretos. A AD torna possível demonstrar que pensamos de forma individuada, e não individualizada. O indivíduo é uma construção social, de modo que o social lhe é anterior. Isso significa que o “nós” e o “outro” são anteriores ao “eu”.

Para que emerja um “eu”, é necessário que este se utilize de vozes ditas por outros anteriormente a ele, as quais tornam possível a identificação de si e do outro, concomitantemente. Como nos ensina Orlandi (2009), há uma modulação entre esse agente social constituído historicamente e a emergência de um dado sujeito em cada situação enunciativa, o que implica dizer que o sujeito nunca é um *a priori*, mas materialidade múltipla datada na linguagem. Como nos ensina Hall (2003), tais internautas são também esses sujeitos, mas não apenas eles, haja vista que o indivíduo e o sujeito são de ordens diferentes, assim como o biológico e o cultural. Decorre dos primeiros a nossa capacidade geral para pensar, dos últimos, o pensável.

As situações analisadas nos permitem conjecturar, se não sobre o indivíduo, sobre o autor. Se os primeiros não interessam, tampouco os seus nomes, avaliar os segundos se torna interessante pela forma como os dizeres adquirem autoridade. Em vista disso, decidimos mencionar, em alguns casos, as profissões de alguns sujeitos analisados. Nos três primeiros enunciados, de E1 a E3, tratava-se de uma estudante de Direito, de E31 a E34, de médicos e, em E35, de um jornalista. As informações foram amplamente divulgadas na mídia e nos ajudam a construir uma espécie de perfil dos autores, daqueles que disseram e das experiências sociais, econômicas e educacionais que podem ter tornado possível internalizar tais imaginários sobre o “outro nordestino”.

O senso comum está em relação intrínseca com os saberes institucionalizados. Como se pode notar, a argumentação do jornalista se produz através da retomada de uma pretensa consequência lógica entre os plebiscitos internacionais (fonte de autoridade) e a necessidade de se separar o Brasil. Os conhecimentos ditos do “senso comum” e aqueles considerados científicos não se separam de forma estanque na organização do pensamento humano nas distintas situações nas quais os sujeitos com formação acadêmica são chamados a enunciar. Dessa forma, as habilidades jornalísticas do autor em E35 não são separadas dos estereótipos do senso comum sobre o Nordeste para organizar a sua opinião eleitoral. Há uma modulação dessas habilidades metafóricas que lhe possibilita agir de forma individuada a depender das regras genéricas às quais deve se adequar quando escreve uma matéria jornalística ou quando publica uma mensagem no *Facebook*. As metáforas analisadas parecem circular em diferentes eventos, de situações políticas a apagões elétricos, funcionando como organizadores cognitivos para diferentes sujeitos.

Os usos de termos como “castração química” e “holocausto”, no caso dos médicos, fortalecem a ideia de que saberes do senso comum e saberes acadêmicos se atravessam nas distintas práticas sociais, de modo que a modulação entre as necessidades de cada gênero e a internalização de determinados saberes se organiza a cada nova situação. Se é improvável que um médico assumira essa postura em um consultório, lugar no qual a responsabilidade do autor aumentaria exponencialmente em decorrência do ritual profissional, em um ambiente informal, como é o caso do grupo “Dignidade Médica”, ela se torna possível, sem que isso signifique prescindir, no entanto, dos saberes adquiridos como médicos, os quais os habilitam a se utilizarem de termos como “castração química”.

Os dizeres, nesse sentido, não morrem, circulam historicamente em novas situações e trazem consigo a memória, materializada em práticas sociais e em distintos mecanismos de estocagem da memória, tais como livros históricos, livros acadêmicos, programas

jornalísticos, filmes, matérias impressas, etc. As menções à miséria do “povo nordestino” e ao “separatismo” nos enunciados demonstram ainda que médicos estão tão expostos à internalização e à dispersão dos saberes do senso comum como daqueles controlados pelo rigor do saber médico. Não apenas os saberes são múltiplos e possibilitam sujeitos múltiplos, como eles se atravessam, na medida em que os saberes jornalístico e médico, para citar os casos avaliados, fundamentam dizeres do senso comum da mesma forma que dizeres do senso comum podem funcionar na organização e esquematização cognitiva dos saberes acadêmicos. Como sustentam Gadet e Pêcheux (2010) e Lakoff e Johnson (1985), não há linguagem extraordinária, não há linguagem científica pura, e a metáfora, como fundamento da produção de sentidos na linguagem, é dispersa.

No exemplo a seguir, a metáfora do “Nordeste é parasita” opera um duplo deslocamento: primeiro, ela aparece na análise do resultado das eleições presidenciais de 2014 de um famoso colunista brasileiro no canal *Globo News*, pertencente à emissora televisiva considerada a mais importante do país, a Rede Globo de Televisão; segundo, a cadeia metafórica do “Nordeste é parasita” se desvincula parcialmente da cadeia “Bolsa-Família é parasitismo social”. No primeiro caso, poder-se-á perceber como o discurso regionalista, fundamento do separatismo nacional, e a definição da essência do nordestino pela miséria e pelo atraso emerge no contexto de uma análise política do evento discursivo analisado, na qual o autor torna pública a sua mensagem e se utiliza da autoridade jornalística do seu dizer para dar conotações acadêmicas a dizeres circulantes no âmbito do “senso comum”. No segundo caso, apesar de o Bolsa-Família continuar a ser tratado como “parasitismo social”, o “parasitismo do Nordeste” sobredetermina de forma mais clara o “parasitismo do Bolsa-Família”, de modo que aquele é considerado cronologicamente anterior a este, e, por isso, este seria consequência daquele, e não o inverso. Segundo o jornalista, isso faria com que o resultado das eleições não pudesse ser explicado pelo Bolsa-Família, mas pela forma como aquele parasitismo tem sido decisivo para o curso político seguido no Brasil, opondo-se e resistindo aos avanços das relações de produção capitalistas.

Como se trata de um colunista no exercício público das suas funções profissionais em uma reprodução televisiva nacional, portanto de um autor “ciente” das consequências de suas análises e da extensão pública dos seus ouvintes, explicitaremos o seu nome. Trata-se de uma entrevista cedida pelo colunista Diogo Mainardi, âncora do programa *Conexão Manhattan*, veiculado pelo canal *Globo News*, na noite de 26 de outubro de 2014, após a confirmação do resultado da vitória da candidata Dilma Rousseff, do Partido dos

Trabalhadores, à presidência da república brasileira. O texto abaixo é uma transcrição da análise do autor no Programa:

E36. Essa eleição é a prova de que o Brasil ficou no *passado*. Não é nem *Bolsa Família*, não é marquetagem. O *Nordeste* sempre foi *retrógrado*, sempre foi *governista*, sempre foi *bovino*, sempre foi *subalterno* em relação ao poder durante a ditadura militar, depois com o reinado do PFL e agora com o PT. É uma *região atrasada, pouco educada, pouco construída*, que tem uma grande dificuldade para se *modernizar* na linguagem. A imprensa livre, a *liberdade de imprensa* é um valor que vale de *metade do Brasil para baixo*, e nessa metade do Brasil para baixo, onde a Dilma é minoria, uma pequena minoria, *eu sou paulista antes de brasileiro*. Neste momento, são 66% de paulistas que votaram contra ela, é todo mundo *empresarial*, é a *economia* brasileira inteira votando contra esse partido. Tudo que representa a *modernidade* está do outro lado" (JOVANNELI, 2014. Grifos nossos).

Como dissemos, o texto é interessante pelo duplo deslocamento que opera no intuito de fundamentar o já-dito “Nordeste é parasita”. O primeiro se refere ao deslocamento da autoridade desse saber do senso comum em direção ao saber de um suposto analista político (interface entre o saber político e econômico); o segundo, à parcial separação do significante “Nordeste” do significante “Bolsa-Família”. O Nordeste, segundo a explicação do autor, representa o “passado”, o “retrógrado”, o “governismo” (no sentido de petismo), o “bovino” (animalesco/voto instintivo), o “subalterno” em relação ao poder, o “atrasado”, o “pouco educado”, o “pouco construído” (atrasado moral e economicamente), o “anti-moderno”, o “antiliberal”, o “antiempresarial”. Desse modo, temos:

(IX) Nordeste ↔ passado ↔ retrógrado ↔ governista ↔ petista ↔ bovino (animalesco/voto instintivo) ↔ subalterno em relação ao poder ↔ atrasado ↔ pouco educado ↔ pouco construído (atrasado moral e economicamente) ↔ o anti-moderno ↔ antiliberal ↔ antiempresarial

A cadeia acima constrói o seu sentido pela forma como parafraseia a metáfora, amplamente distribuída (é importante notar que esse evento midiático, assim como os outros, funciona não apenas como uma retomada dos já-ditos, mas também como memória cognitivo-discursiva que consolida e dispersa os já-ditos como agora-ditos em um novo contexto de produção enunciativo), que põe o nordestino como:

(X) Ser não-político ↔ ser sem posses ↔ ser ignorante ↔ ser irracional ↔ ser semi-humano ou não-humano ↔ ser parasita

Já o paulista (representante imaginário do não-nordestino do “país de baixo”) aparece como seu oposto:

(XI) Ser político ↔ ser de posses ↔ ser inteligente ↔ ser racional ↔ ser branco ↔ ser belo ↔ ser sexualmente poderoso ↔ ser humano superior ↔ cidadão incluído na sociedade de mercado ↔ no trabalho produtivo ↔ no consumismo ↔ capaz economicamente ↔ capaz politicamente ↔ individualizado ↔ meritocrata ↔ política e economicamente produtivo.

Mas isso não pode ser explicado pelos programas sociais do Governo da última década, os quais representam as:

(XII) políticas de assistência ↔ auxílio do governo ↔ coronelismo ↔ assistencialismo ↔ corrupção econômica dos corpos “individual” e “social” ↔ corrupção política ↔ compra de voto ↔ fraude (171) ↔ improdutividade ↔ vadiagem ↔ vagabundagem ↔ não-meritocracia ↔ injustiça social ↔ parasitismo.

Os “dois brasis” são reafirmados no sentido de que o “Brasil de baixo” está metaforicamente “em cima” (valor positivo) e o “Brasil de cima” está metaforicamente “em baixo” (valor negativo). Ao afirmar “*eu sou paulista antes de brasileiro*”, o enunciador evidencia o conflito entre as posições identitárias e seus respectivos valores, pois “ser paulista”, de forma semelhante às chamadas do *Twitter* analisadas, quais sejam, “orgulhodeserpaulista”, “SOMOSSP”, “SPMEUPAÍS”, significa ser oposto aos valores que o Nordeste supostamente imputou à nação brasileira pela sua histórica relação parasitária com os distintos governos brasileiros. Diferentemente das demais, essa mensagem busca se

fundamentar no saber histórico, o qual funcionaria como fonte de autoridade dessa interpretação.

Através dessa estratégia argumentativa, o enunciador busca gerar um efeito de sentido capaz de destacar essa mensagem daquelas que foram vastamente veiculadas nas redes sociais, manifestando uma posição-sujeito que busca imparcializar o seu discurso ao criar um *ethos* de cientificidade. Esse autor não fala da explicação possível, mas do “é porque é”. O “Nordeste como parasita” se apresenta, nesse contexto, por meio de um discurso que estaria supostamente ancorado na autoridade científica, no qual a dita essência retrógrada da Região é apresentada no nível informativo, ou, como diz Orlandi (2009), meramente cognitivo.

A autoridade do dizer legitima a autoridade da metáfora emergente distribuída. Se, para o grupo identitário do âncora, ela já se configurava como uma experiência cognitivo-discursiva capaz de organizar o mundo informal, no qual “os nordestinos”, geralmente, se apresentam na situação de empregabilidade avaliada como “inferior” na hierarquia social, redizer esse “já-dito” em cadeia nacional reforça esse sistema de restrição discursivo e o consolida como pensamento legítimo. Nós aprendemos em sociedade e, como tal, aprendemos socialmente os significados das formas linguísticas. Não se aprende o todo dos saberes, mas a sua setorização de acordo com as práticas contraditórias pelas quais emergem, quais sejam: as educacionais, as políticas, as econômicas, as familiares, etc. As formas circulam na tensão entre a paráfrase e a polissemia. Da mesma forma, ao se utilizar da cadeia metafórica IX, não necessariamente Diogo Mainardi põe em jogo aquela que associa o nordestino ao ser não-branco ↔ ser feio ↔ ser sexualmente inferior.

Ela funciona como implícitos possíveis de serem levados em consideração pelos seus espectadores, haja vista que as associações parecem se dar por uma espécie de relação causal entre a situação vulnerável do outro e a sua negatividade em todo o espectro de atributos sociais. De forma ampla, a suposta inferioridade política, econômica, educacional, moral e cultural é condizente com a inferioridade sexual, estética e racial/étnica, pois esses signos estão metaforicamente localizados “embaixo” no espectro cognitivo. No entanto, apesar de não se tratar de uma associação obrigatória, as práticas sociais e as relações de poder são as fontes da construção dos imaginários e dos sentidos hegemônicos, o que significa que os padrões políticos, de consumo, educacionais, morais, estéticos e étnicos adquirem positividade de acordo com a sua associação às classes dominantes, e não o contrário. As disputas históricas são expressas também por meio da disputa de sentidos.

Dessa forma, apenas a transformação das práticas sociais e de poder que tornam esses sentidos possíveis torna materialmente possível a reorganização semântica dos termos “Nordeste” e “nordestino”. Evidentemente, há cadeias de significante que concorrem com as que analisamos, nas quais o “Nordeste” e o “nordestino” adquirem valoração positiva. Todavia, elas circulam de forma mais restrita em decorrência da sua não-apropriação e dispersão pelas classes dominantes nacionais. Trata-se de um fenômeno de hegemonia, como nos ensina Gramsci (1971 *apud* Hall, 2003).

Outra questão que deve ser esclarecida é a de que as ideologias, como sustenta Hall (2003), funcionam como sistemas abertos. Isto é, em se tratando de linguagem, não se pode avaliar os acontecimentos utilizando modelos explicativos causais, como se para uma ação X surgisse necessariamente uma reação Y. A fórmula argumentativa “Se X é Q, logo Y não-Q” organiza identitariamente as definições do “nordestino” e do “não-nordestino” nas situações analisadas, o que não implica a sua universalidade. Assim, mesmo que o colunista Diogo Mainardi não tenha consciência das relações históricas que faz movimentar com os seus dizeres sobre o Nordeste na ocasião avaliada, ele faz circular, explícita e implicitamente, um conjunto de dizeres que “se propõem”, no âmbito da linguagem, a adquirir a autoridade de serem transparentes e evidentes.

Essa evidência demonstra o encaixe entre o dizer e as relações hegemônicas que estabelece com os grupos que lhe imputam os sentidos possíveis. Por exemplo, seria estranho se o colunista expressasse nacionalmente como metáfora hegemônica para o “nordestino” aquela que é hegemônica para o “sulista” ou “sudestino”, afirmando que o “nordestino” é “civilizado”, “branco”, “educado”, “belo”, “trabalhador” e de “posses”. Seu grupo identitário diria que isso não é real, causando um efeito de estranhamento. Seria necessário um deslocamento identitário, como no caso de E32, no qual a metáfora “somos médicos antes de sermos do Nordeste ou Sudeste” gera a possibilidade de identidade entre esses povos, para que essas características fossem aceitas como evidentes ou transparentes.

Isso demonstra que o próprio conceito de Nordeste, como afirma Muniz (2010), é uma invenção. Dito isso, deve ficar claro que este trabalho não pretende ser a voz de uma identidade nordestina, afirmando-se contra os “não-nordestinos”, pois, dessa forma, estaríamos, ao invés de negar, reforçando esse lugar de naturalização do ser. A esse respeito, Foucault (2004) é categórico ao propor que os sujeitos devem fugir de toda e qualquer identificação que os naturalize, pois, dessa forma, estarão negando práticas de poder que pretendem inventariar, taxonomizar, controlar e esquadrihar os sujeitos. Em uma perspectiva

discursiva, podemos dizer que não nascemos mulheres, negros, índios, homossexuais, jovens, idosos, nordestinos, etc.

Cada um desses grupos se constitui historicamente em meio às disputas de poder materializadas na/pela linguagem. Os nordestinos não são mais sofreadores de imaginários desqualificadores do que o são as mulheres, os negros, os índios, os homossexuais, entre outros. Logo, a luta pelo acesso qualificado ao dizer deve ser ampla e permanente. Nesse sentido, o analista do discurso deve contribuir para que sentidos outros possam surgir e se fortalecer, em especial, no que concerne à desconstrução dos discursos que possam funcionar como práticas de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marxismo anti-humanista se afasta do marxismo humanista em Althusser (1978a), por meio de uma autocrítica, se distancia do estruturalismo em Althusser (1978b), é colocado em debate com a Paleontologia e a Teoria da Evolução em Althusser (2002) e se aproxima da Psicanálise freudo-laciana em Althusser (1980b). A Análise do Discurso, por sua vez, se opõe à Psicolinguística, à Neurociência, ao Gerativismo, ao Construtivismo e à Inteligência Artificial em Gadet, Haroche, Henry e Pêcheux (2011). Já a Psicologia, a Psiquiatria e a Psicanálise disputam o saber sobre o sujeito em Foucault (2002); a Neurolinguística e a AD fazem um acordo em Coudry (1988); Foucault e Wittgenstein buscam se assemelhar na escrita de Gros e Davidson (2011), na mesma medida em que Foucault e Merleau-Ponty procuram desconstruir limitações quase irreconciliáveis entre si na proposta de Sabot (2013). A Fenomenologia acusa a tradição filosófica anti-humanista francesa de favorecer a subordinação do homem à máquina e as propostas antiéticas do cientificismo do século XXI em Dupuy (2013), e a tradição estruturalista do marxismo francês é posta em xeque pelo marxismo inglês de Thompson (1981) e pelo marxismo luckasiano de Coutinho (2010).

Tanto quanto no quesito subjetividade, não existe o “eu” sem o “outro” no campo científico ou do saber teórico: é preciso dialogar. Dessa forma, cada prática teórica constrói os seus limites e suas potencialidades dentro de um campo mais vasto dos saberes, seja entre as áreas de uma dada ciência (AD, Pragmática, Psicolinguística), seja entre as ciências (Linguística, Psicologia, História), seja entre os macrocampos do saber científico contemporâneo (Ciências Exatas, Ciências da Natureza e Ciências Humanas). Os diálogos teóricos não são nunca aleatórios, pois tratam de zonas de interesse e de objetos em comum. Da mesma maneira, não são desinteressados, propõem construir ou desconstruir pontes do conhecimento, autorizar ou desautorizar o olhar do outro, definir, enfim, a si e ao outro, com as suas potencialidades e os seus limites de atuação.

Para se aproximar ou para se opor, as distintas áreas do saber, explícita ou implicitamente, estão em constante remissão ao outro. A AD surgiu justamente do diálogo entre três domínios diferentes para propor algo novo e tentar subverter a Linguística do seu próprio interior. Fundamentalmente dessa maneira, a AD pôde manter uma de suas principais características, a do nomadismo teórico, nos termos de Orlandi (2009). As discussões acerca do simbólico e da sintaxe a mantiveram ao lado dos domínios que buscavam reduzir a materialidade do real à organização lógica do mundo e do conhecimento. Das limitações

dessa abordagem, deu-se concretude ao discurso como objeto de análise em um novo campo do saber, a AD. Esta reconstruiu o conceito de discurso em outros termos, tornando-o inatingível/irreduzível, porém concreto, material e analisável. É preciso sempre colocar algo no lugar, sustenta Pêcheux (2009).

Conforme destaca Gregolin (2004), depois de décadas de consolidação e expansão, a AD necessita retomar a sua própria história para que possa, a um só tempo, consolidar as categorias teórico-analíticas de que dispõe e possibilitar diálogos consistentes entre os distintos autores, perspectivas e domínios. Segundo a autora, com a atual expansão do uso do termo discurso, torna-se cada vez mais difícil delimitar as especificidades decorrentes da sua emergência em fins da década de 1960. A mesma dispersão que gerou o reconhecimento da sua necessidade tem ocasionado, hoje, a sua vulgarização e inconsistência teóricas. Portanto, faz-se necessário um trabalho cuidadoso de retomada dos preceitos epistemológicos desse conceito, ou seja, da sua história.

A nosso ver, essa retomada pode desconstruir a forma como se consolidou uma espécie de oposição da AD aos estudos da cognição. Fazendo uma análise discursiva da AD acerca do tratamento dos processos cognitivos, percebemos que as discussões sobre a “aprendizagem” estão presentes nesse campo de problematização da linguagem desde a sua conformação. As discussões acerca da produção/recepção textual, da leitura/interpretação, do pensamento e da memória demonstram isso. Nesse sentido, em consonância com alguns trabalhos desenvolvidos tanto no Brasil quanto na França a partir da década de 1980, entendemos que há demandas para que a AD estenda as suas reflexões sobre os avanços conseguidos pelas Ciências da Cognição, ao mesmo tempo em que deve tentar subvertê-los.

Se a filosofia cartesiana foi fundamental para o estabelecimento, consolidação e expansão de determinadas perspectivas cognitivas, deve-se assumir que a superação do sujeito cartesiano não impede o desenvolvimento de alguns domínios dos estudos cognitivos, os quais estão em consonância com a AD no que diz respeito à superação do que ficou conhecido por sujeito centrado. Nesse viés, o dualismo cartesiano mente/corpo não esgota o tema da cognição, e é porque este conceito extrapola aquele raciocínio que as aproximações da AD com as propostas do Externalismo Cognitivo de Aroux (1998), do Realismo Experiencial de Lakoff e Johnson (1985) e da metáfora emergente de Cameron e Deignan (2009) e de Cameron e Larsen-Freeman (2007) se tornaram possíveis, coerentes e desejáveis, ainda mais se considerarmos a releitura de Hall (2003) acerca do trabalho de Althusser (1969).

Como princípio norteador do diálogo, buscamos manter a proposta central da epistemologia discursiva adotada, qual seja: a determinação histórica das formações sociais humanas, dentre elas, do próprio pensamento. Se considerarmos o pensamento como real pensado, tal aproximação possibilita o entendimento de que os processos cognitivos são determinados exteriormente pela história, superando, com isso, os determinismos naturalistas do ser humano proposto pelas teorias reducionistas. Há, portanto, um espaço profícuo para diálogos a partir da AD, não porque sejam novos, mas porque eles estão presentes, seja pela crítica, seja pela incorporação, desde a sua “fundação”. Isso significa que tentamos (re)ler para (re)ver na própria tradição discursiva as possibilidades de se tratar da cognição e da experiência.

Pêcheux (2009) aponta para a necessidade de desmistificar a evidência das palavras, que significam não pelas suas relações com o mundo em si, mas pela forma como elas emergem das/nas relações sociais, isto é, pela maneira como significam, organizam e compartilham simbolicamente os imaginários de determinados grupos. Com a onda de desqualificações do Nordeste no período de 2010 a 2014, pudemos acompanhar a circulação do discurso regionalista com tendência separatista no Brasil atual, o qual se funda na inflexão de diversos discursos de opressão, entre eles, o liberal-econômico parece funcionar cada vez mais como o organizador discursivo-cognitivo das metáforas emergentes distribuídas sobre a Região, conforme a nossa proposta.

Com a categoria de metáforas emergentes distribuídas, sustentamos que o pensamento é inatingível e se funda na/pela internalização de sistemas de restrição discursivo que possibilitam a produção de sentidos pelos sujeitos em cada prática discursiva. O pensamento, portanto, emerge pela forma como os ditos atualizam as contradições históricas experienciadas anteriormente. As zonas de identificação são móveis e não-determinadas, dependendo da forma como cada sujeito se posiciona em cada situação enunciativa.

No que concerne ao pensamento e à metáfora, ambos estão impreterivelmente interconectados e emergem da relação entre a história e a língua. A estruturação metafórica do conhecimento possibilita, por exemplo, a emergência de pensamentos organizados pela metalinguagem. Tidos como designações universais da natureza de si e do outro, tais pensamentos circulam tanto em imaginários do senso comum quanto em saberes institucionalizados, sendo estes organizados com maior rigor argumentativo em decorrência da sua ancoragem na autoridade dos saberes científicos.

No caso das nossas análises, dentre os distintos discursos sobre o Nordeste, notamos que parece se consolidar sobre essa Região uma visão que a caracteriza, sobretudo, pelo

atraso econômico, pelo parasitismo político, pelas deficiências educacionais e pelas composições étnicas e estéticas vistas como inferiores. Tal discurso tem se respaldado fundamentalmente na redefinição semântica da Região de acordo com os programas sociais do Governo Federal e com a cultura neoliberal crescente no país, o que nos permitiu demonstrar que a metáfora se impõe sobre o discurso, a cognição e o pensamento.

Por fim, sabemos que algumas questões merecem ser retomadas e aprofundadas em trabalhos futuros. As relações entre discurso, cognição e cérebro, linguagem e mundo, podem permitir aproximações entre a AD e as teorias da aquisição da linguagem, incorporando, para tanto, diálogos privilegiados com a Filosofia da Linguagem, as Ciências da Cognição, a Inteligência Artificial e a Filosofia da Mente. No que concerne a este trabalho, se tivermos conseguido, pelo menos, demonstrar a necessidade de a AD enveredar pelos estudos da cognição, bem como o problema de se trabalhar com uma perspectiva reducionista do pensamento em relação ao cérebro e naturalizante da linguagem em relação ao mundo, consideraremos que a nossa reflexão conseguiu cumprir, em alguma medida, a proposta assumida.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALTHUSSER, L. *For Marx*. London: The Penguin Press, 1969. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/Other/FM65i.html>. Acesso em: 10/11/2014.
- ALTHUSSER, L. Resposta a John Lewis. In: ALTHUSSER, L. *Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978a.
- ALTHUSSER, L. Elementos de autocrítica. In: ALTHUSSER, L. *Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978b.
- ALTHUSSER, L. Sustentação da tese de Amiens. In: ALTHUSSER, L. *Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978c.
- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado. In: ALTHUSSER, L. *Posições II*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980a.
- ALTHUSSER, L. Freud e Lacan. In: ALTHUSSER, L. *Posições II*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980b.
- ALTHUSSER, L. A querela do humanismo II (inédito). *Revista Crítica Marxista*. Ano 2002. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=14&numero_revista=14. Acesso em: 12/11/2014.
- ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. Vous avez dit « populaire ». In: BADIOU, A *et al* (orgs). *Qu'est-ce qu'un peuple?* Paris: La fabrique éditions, 2013.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10/12/2014.
- BRONCKART, J. P. El discurso como acción: por um nuevo paradigma psicolingüístico. *Anuário de Psicologia*. Barcelona, nº 54, 1992, p. 3-48.
- BUTLER, J. « Nous, le peuple » : réflexions sur la liberté de réunion. In: BADIOU, A. *et al* (orgs). *Qu'est-ce qu'un peuple?* Paris: La fabrique éditions, 2013.
- CAMERON, L; DEIGNAM, C. A emergência da metáfora no discurso. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, nº 25, p. 143-167, jul/dez, 2009.
- CAMERON, L; LARSEN-FREEMAN, D. Complex systems and applied linguistics. *International Journal of Applied Linguistics*. Open University, nº 17(2), p. 226 - 239, 2007. Disponível em: http://oro.open.ac.uk/15222/1/Preview_Article_accepted_version.pdf. Acesso em: 05/02/2014.
- CANGUILHEM, G. O cérebro e o pensamento. *Revista Natureza humana*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 1, p.183-210, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v8n1/v8n1a06.pdf>. Acesso em: 10/08/2014.
- CARCANHOLO, R. A. A globalização, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atribuída. MALAGUTTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A; CARCANHOLO, M. D. *Neoliberalismo: a tragédia dos nossos tempos*. São Paulo: Cortez, 2002.

- CAZARIN, E. A. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva na análise de discurso. In: ZANDWAIS, A. *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 2005.
- CHARAUDEAU, P. Sujeito do Discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p.457 - 458.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008a.
- CHARAUDEAU, P. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In: CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- CHARAUDEAU, P. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas Ciências Humanas e Sociais. In: MACHADO, I. L.; COURA, J.; MENDES, E. (Orgs.). *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.
- CHOMSKY, N. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. *Language*. Nº 1, p. 26-58, 1959. Disponível em [:http://www.comp.dit.ie/dgordon/courses/ilt/areviewofbfskiddersverbalbehavior1959.pdf](http://www.comp.dit.ie/dgordon/courses/ilt/areviewofbfskiddersverbalbehavior1959.pdf). Acesso em: 05/02/2014.
- CHOMSKY, N. *Diálogos com Mitsuo Ronat*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CHOMSKY, N. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- CHOMSKY, N. *Sobre natureza e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- COELHO, M; MESQUITA, J. P. A Influência do Twitter na Vida Não Virtual do Indivíduo: Um Estudo do Caso de Mayara Petruso. *XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió – AL*, p. 1- 9, 15 a 17 de junho 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0507-1.pdf>. Acesso em: 06/01/2015.
- CORTEZ, S.; XAVIER, A. C. S. *Conversas com lingüistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- COSTA, N. B. O primado da prática: por uma quarta época da Análise do Discurso. In: COSTA, N. B. (Org.). *Práticas discursivas: exercícios analíticos*. Campinas: Pontes, 2005.

- COUDRY, M. I. H. *Diário de narciso: discurso e afasia: análise discursiva de interlocuções com afásicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- COUDRY, M. I. H. Neurolinguística Discursiva: afasia como tradução. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v.6, nº. 2, p. 9 - 38, 2008.
- COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*. Paris, nº 62, p. 9-128, 1981. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1981_num_15_62_1873. Acesso em: 20/05/2014.
- COURTINE, J.-J ; MARANDIN, J.-M. Quel objet pour l'analyse du discours ? In: CONEIN, B. et al. (org.). *Materialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981, p. 21- 34.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DE LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, nº 42, p. 41- 69, 2002.
- DEL RÉ, A. A pesquisa em aquisição da linguagem: teoria e prática. In: DEL RÉ, A. (org.). *Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DUPUY, J.-P. Le lien obscur entre les sciences cognitives et l'antihumanisme. In : ZARKA, Y. C. ; GRANGE, J. *Cités : philosophie, politique, histoire. La philosophie en France aujourd'hui*. Paris, nº 56, 2013.
- DUTRA, L. H. A. Emergência e realismo perspectivista. *Scientiae studia*. São Paulo, v. 11, nº. 3, p. 637-65, 2013.
- DUTRA, L. H. A. *Filosofia da linguagem: introdução crítica à semântica filosófica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- FLAHAULT, F. *Le paradoxe de Robinson : Capitalisme et société*. Paris: Mille et une nuits, 2005.

- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FUCHS, C. *Paraphrase et énonciation*. Paris: Éditions OPHRYS, 1994.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas, SP: Editora RG, 2010.
- GADET, F.; HAROCHE, Cl.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise do Discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- GARDNER, H. *The Mind's New Science: A History of the Cognitive Revolution*. Basic Books, New York, 1986.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. New York: International, 1971.
- GRANGER, G. G. *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- GREGOLIN, M. R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRIGOLETTO, M. Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro: de Bakhtin à análise de discurso. In: ZANDWAIS, A. *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 2005.
- GROS, F.; DAVIDSON, A. *Foucault, Wittgenstein: de possibles rencontres*. Paris : Éditions Kimé, 2011.
- GUILHAMOU, J. *La langue politique et la Révolution française*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1989.

- HALL, S. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HENRY, P. *A Ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, em Psicologia Social. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise do Discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- INDURSKI, F. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. In: ZANDWAIS, A. *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 2005.
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KAËS, R. *L'appareil psychique groupal*. Paris: Dunod, 2000.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'implicite*. Paris: A. Colin, 1986.
- KRIPKE, S. A. *Wittgenstein on rules and private languages*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: política, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LLOSA, M. V. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- LUCKESI, C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
- MACHADO, R. Texto de introdução à Microfísica do Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- MAINGUENEAU, D. Competência. In: MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

- MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*. Vol. 2, Nº2, 2000. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_39.pdf. Acesso em: 18/04/2014.
- MAINGUENEAU, D. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, D. Formação Discursiva. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004a, p. 240-242.
- MAINGUENEAU, D. Competência discursiva. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 101-102.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba, PR: Criar, 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- MALDIDIER, D. *A Inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- MALDIDIER, D. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MERLEAU-PONTY, M. *A prosa do mundo*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2012.
- MORAIS, A. R. A. *Língua, discurso e identidade: quem é o jovem excluído para o ProJovem Urbano?* Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2010.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MUNIZ, D. Na terceira margem do rio: uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Jr. *Revista de História*, v.2, n.1: Salvador, 2010, p.145-157.
- MUNIZ, D. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Cortez, 2011.

- NIETZSCHE, F. W. *Ecce homo: como se chega a ser o que se é*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.
- NUGARA, S. Entrevista com Jean-Jacques Courtine. *Organon*. Porto Alegre: v. 4, nº 48, 2010.
- O'SHEA, M. *O cérebro*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.
- ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista: nº 1, p. 9 - 13, jun. 2005.
- ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007a.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- ORLANDI, E. P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: GUILHERME CARROZA, G.; SANTOS, M.; SILVA, T. D. (orgs). *Sujeito, Sociedade, Sentidos*. Campinas: RG, 2012.
- ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In. DIAS, C. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital* [online]. Vol. 2, 2013. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano>. Acesso em: 08/01/2015.
- ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs). *Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.
- PAVEAU, M.-A. *Les pré-discours: sens, mémoire, cognition*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.
- PAVEAU, M.-A. Palavras anteriores. Os pré-discursos entre memória e cognição. *Revista Filologia e linguística portuguesa*. Brasil, nº.9, p. 311 - 331, 2007.
- PAVEAU, M.-A. O redemoinho de palavras. Análise do discurso, inconsciente, real, alteridade. *Revista Matraca*. Rio de Janeiro, v.15, nº. 22, p. 13-32, 2008.
- PAVEAU, M.-A. *Langage et morale: une éthique des vertus discursives*. Paris: Éditions Lambert-Lucas, 2013.

- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: nº 19, p. 7 - 24. Jul/Dez. 1990. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3011/2492>. Acesso em: 10/08/2011.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura*. Campinas: Unicamp, 1994.
- PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. *Língua e instrumentos lingüísticos*. Campinas, n. 4/5, p. 7-32, 1998.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a.
- PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010c.
- PÊCHEUX, M. Análise do discurso na França. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011a.
- PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise do Discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Léxis et metaléxis. In: CULIOLI, A (Org.). *Cahiers pour l'analyse*. Éditions du Seuil, n. 9, juillet 1968.
- PÊCHEUX, M; GADET, F. A língua inatingível. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise do Discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a.
- PÊCHEUX, M; GADET, F. Há uma via para a Linguística fora do Logicismo e do Sociologismo. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise do Discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage et discours. In: *Langages*, 6^e année, n°24, p. 93-106, 1971. Disponível em: <http://f3.tiera.ru/1/genesis/575-579/576000/109736d21997c255eae472f3cc462456>. Acesso em: 10/08/2011.

PIAGET, J. *O estruturalismo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

PIATELLI-PALMARINI, M (Org). *Théories du langage, théories de l'apprentissage: le débat entre Jean Piaget et Noam Chomsky*. Paris : Éditions du Seuil, 1979.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PLEKHANOV. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

POCHMANN, M. Nova Política de Inclusão Socioeconômica. In: WERTHEIN, J. e NOLETO, M. (Org.). *Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO, p. 75-88, 2003.

POCHMANN, M. *O desafio da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

PORTO, L. M.; SAMPAIO, M. C. H. Bakhtin e Pêcheux: leitura dialogada. *Revista Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 20, n°. 27, p. 89-106, jan/jun. 2013. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/619/1112>. Acesso em: 15/06/2014.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. São Paulo: Criar edições, 2004.

PUTNAM, H. *Représentation et réalité*. Paris: Galimard, 1990.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROBIN, R. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SABOT, P. Foucault et Merleau-Ponty : un dialogue possible. *Les études philosophiques* : Foucault et la phénoménologie. N° 3. Paris: PUF, juillet 2013.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEARLE, J. *Liberdade e neurobiologia: reflexões sobre o livre-arbítrio, a linguagem e o poder político*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SILVA, A. S. A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Unioeste, nº 1, p. 59-101, 1997. Disponível em: <http://www.inf.unioeste.br/~jorge/MESTRADOS/LETRAS%20-%20MECANISMOS%20DO%20FUNCIONAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20-%20PROCESSAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20NATURAL/ARTIGOS%20INTERESSANTES/Lingu%EDstica%20Cognitiva.pdf>. Acesso em: 10/08/2011.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UEC, 1991.

TREVARTHEN, C. Predispositions to cultural learning in young infants. *Behavioral and brain sciences*, nº 16, p. 534 - 535, 1993.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VARELA, F.; THOMPSON, J.; ROSCH, E. *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKI, L.S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ZIZEK, S. Crença na utopia é ainda a melhor forma de questionar a exclusão social. *zizek.weebly.com*, p.1-3, 2008. Disponível em: http://zizek.weebly.com/uploads/2/5/7/6/2576371/texto_003_-_crena_na_utopia_ainda_a_melhor_forma_de_questionar_a_excluso_social.pdf. Acesso em: 23/06/2014.

ZIZEK, S. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SITES CONSULTADOS

CESARIO, M. L. G. A que ponto chegamos? ÓDIO ONLINE PÓS ELEITORAL. *Grupo Diálogo Universitário*. Publicado em 01 de novembro de 2010. Disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/Dialogo-PU/conversations/topics/521>>. Acesso em: 10/05/2011.

EDUQUIM. Vereador de São Paulo representa ao MPF contra racistas do Twitter. *Blog da Cidadania Eduardo Guimarães*. Publicado em 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.blogdacidadania.com.br/2010/11/vereador-de-sao-paulo-representa-ao-mpf-contra-racistas-do-twitter/>. Acesso em: 10/05/2011.

FERNANDO. "O pior é pensar que o Nordeste escolhe o Presidente, mas nós é que pagamos a conta... Deplorável.". *Lost und found in translation*. Publicado em: 01 de novembro de 2010. Disponível em: < <http://lostundfoundintranslation.blogspot.com.br/2010/11/o-pior-e-pensar-que-o-nordeste-escolhe.html>>. Acesso em: 10/11/2010.

FERRARI, B. Não vale tudo na internet. *Revista Época*. Publicado em 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT185558-15228-185558-3934,00.html>. Acesso em: 10/11/2014.

FORUMVGBR. Castração química a este povo incauto. Publicado em 08 de outubro de 2014. *VGBR.com*. Disponível em: <<http://vgbr.com/forum/topic/124956-castracao-quimica-a-este-povo-incauto/#>>. Acesso em: 12/10/2014.

GARCIA, M. O. A face oculta do Brasil. São José do Rio Pardo – SP. Publicado em 11 de outubro de 2014. *Democrata Digital*. Disponível em: <<http://jornaldemocrata.com.br/materia/975/2/A-face-oculta-do-Brasil.html>>. Acesso em: 15/10/2014.

INFOONLINE. Após polêmica com Nordeste, Herchcovitch deixa Twitter. *Revista Exame*. Publicado em 19 de junho de 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/apos-polemica-com-nordeste-herchcovitch-deixa-twitter>> .Acesso em: 22/06/2013.

JOVANNELI, R. Após atacar nordeste na Globo News e ser detonado por Hulk, Diogo Mainardi pede desculpas. *TV Esporte Blog*. Publicado em: 03 de novembro de 2014. Acesso em: 04/11/2014.

REDAÇÃO CAROSAMIGOS. Justiça condena estudante que postou mensagens contra nordestinos. *Caros Amigos*. São Paulo-SP. Publicado em: 17 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano-2/2036-justica-condena-estudante-que-postou-mensagens-contr-nordestinos>>. Acesso: 17/09/2014.

REDAÇÃO VIOMUNDO. Internauta responderá por racismo e incitação pública de prática de crime. *Blog Viomundo*. Publicado em 03 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/internauta-respondera-por-racismo-e-incitacao-publica-de-pratica-de-crime.html>>. Acesso em: Acesso: 17/09/2014

REDAÇÃO CHAMADAGERAL. Com apagão preconceito contra nordestino volta a surgir na web. *Jornal Chamada Geral*. Parnaíba-PI. Publicado em: 26 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.chamadageralparnaiba.com/2012/10/com-apagao-preconceito-contr.html>>. Acesso em: 30/10/2012.

REDAÇÃO CLICAPIAUI. Apagão gera onda de mensagens preconceituosas contra o Nordeste no Twitter. *Jornal Clica Piauí*. Publicado em 26 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.clicapiaui.com/geral/69882/apagao-gera-onda-de-mensagens-preconceitugas-contr-o-nordeste-no-twitter.html>>. Acesso em: 30/10/2012.

REDAÇÃO DIÁRIO NORDESTE. OAB vai à Justiça contra ataques. *Jornal Diário do Nordeste*. Publicado em 03 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://diariodordeste.verdesmares.com.br/cadernos/nacional/oab-vai-a-justica-contr-ataques-1.641093>>. Acesso em: 10/11/2014.

RUPP, I. OAB denuncia racismo on-line. *Gazeta do Povo*. Curitiba-PR. Publicado em 04 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1064447&tit=oab-denuncia-estudante-por-mensagem-racista-postada-no-twitter>>. Acesso em: 10/11/2010.

TARGINO, M. Colunista que vota em Aécio quer dividir o Brasil e se livrar de nordestinos. *Olhar Messiense*. Publicado em: 07 de outubro de 2014. Disponível em <<http://www.olharmessiense.com/2014/10/colunista-que-vota-em-aecio-quer.html>>. Acesso em: 09/01/2014.

VALOTA, R.; COELHO, C. Comentários preconceituosos tornaram-se um dos assuntos mais discutidos durante a madrugada. *Estadão*. São Paulo-SP. Publicado em: 12 de maio de 2011. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,torcedores-do-flamengo-ofendem-nordestinos-pelo-twitter,718204>>. Acesso: 17/09/2014.

ZILNET, R. Discriminação a nordestinos não é privilégio de Mayara Petruso. *Blog do Rui Zilnet*. Publicado em 03 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://ruizilnet.blogspot.com.br/2010/11/discriminacao-nordestinos-nao-e.html>>. Acesso em: Acesso em: 10/05/2011.